

João Paulo Soares Rodrigues

**O Repatriamento nos Açores: da emigração à
reinserção.**

Dissertação de Candidatura ao Grau de Mestre no âmbito do
15º Curso de Mestrado em Relações Interculturais,

Sob a orientação da Professora Doutora Joana Miranda

Universidade Aberta, Lisboa, 2010.

Agradecimentos:

- Aos cidadãos repatriados que tornaram possível a realização desta investigação.

- Dra. Cecília Rodrigues

- Dra. Telma Silva

- Dr. Duarte Melo

- Dr. Alberto Peixoto

- Professor Doutor Fernando Diogo

- Ao apoio da



Resumo

O objectivo do nosso estudo é analisar, no contexto do fenómeno do repatriamento, o caso dos repatriados açorianos na Região Autónoma dos Açores. Esta problemática assume uma grande relevância em resultado do progressivo fluxo de deportados, advindos principalmente dos EUA e do Canadá.

Do enquadramento teórico geral do âmbito das Ciências Sociais, seleccionámos problemáticas/questões/eixos de análise (pobreza, violência, desvio, delinquência, exclusão) que nos parecem fundamentais para a compreensão do percurso dos repatriados açorianos, desde o momento em que emigraram até à sua deportação.

A abordagem metodológica seguiu o tipo de estudo de caso exploratório, qualitativo, procurando efectuar um diagnóstico da situação da população repatriada nos Açores no contexto da exclusão/inserção. Aplicámos uma entrevista de carácter semi-directiva e directiva a noventa e dois repatriados e um questionário a cem pessoas, todos eles residentes na ilha de São Miguel.

Os resultados foram sumariados em grandes áreas temáticas: a análise da(s) trajectória(s) dos repatriados açorianos, bem como o esforço que o Governo e as instituições regionais têm dispendido na atenuação deste fenómeno, levou-nos a reflectir sobre as estratégias de facilitação da inserção social dos repatriados açorianos.

Palavras-chave: Deportação; Repatriamento; Exclusão; Integração; Inserção.

Abstract

The objective of our study is to analyze, in the context of the phenomenon of the repatriation, the case of azorean repatriates in the Azores Islands. This problem assumes a big relevance in result of the progressive stream of deported, coming mainly from the U.S.A. and Canada.

Of the general theoretical framework in the field of Social Sciences, we selected problematics/questions/axes of analysis (poverty, violence, deviation, delinquency, exclusion) that look fundamental for the comprehension of the journey of the azorean repatriates, since the moment they emigrated to their deportation.

The methodological approach followed the kind of qualitative, exploratory case study, finding perform a diagnosis of the situation of the repatriated population in Azores, in the context of the exclusion/insertion. We applied an interview of character semi-directive and directive to ninety two repatriated and a questionnaire to a hundred persons, all them residents in S. Miguel island.

The results were summarized in big thematic areas: the analysis of the path(s) of azorean repatriates, as well the effort that the Government and the regional institutions have expended in the reduction of this phenomenon, led us to reflect about the strategies of facilitation of the social insertion of the azorean repatriates.

Keywords: Deportation; Repatriation; Exclusion; Integration; Insertion.

Résumé

L'objectif de notre étude, est d'analyser dans le contexte phénoménal, s'agissant de rapatriement, le cas des rapatriés açoriens dans la région autonome des Açores. Cette problématique se révèle de grand impact de part le flux progressif de déportés provenant pour la plupart des USA et du Canada.

Dans le cadre théorique et général, concernant les Sciences Sociales, nous avons sélectionné des problématiques/questions/axes d'analyse (pauvreté, violence, déviance, délinquance, exclusion) qui nous paraissent fondamentales en ce qui concerne la compréhension du parcours des rapatriés açoriens, dès leur expatriation jusqu'à leur déportation.

La méthodologie abordée se base sur l'étude de cas exploratoire, qualitatif, tentant effectuer un diagnostic de la situation de la population des rapatriés aux Açores, ceci, dans le contexte de l'exclusion/insertion. Nous avons réalisé une entrevue à caractère semi-directif et directif avec quatre vingt douze rapatriés et conçu un questionnaire destiné à cent personnes, résidentes de l'île de São Miguel.

L'abrégé des résultats se trouve dans les sujets thématiques de l'analyse de(s) trajectoire(s) des rapatriés açoriens et l'effort dispensé par le gouvernement et les institutions régionales visant à atténuer ce phénomène; ce qui nous amène à une réflexion sur les stratégies qui pourraient faciliter l'insertion sociale des rapatriés açoriens.

Mots-clé: Déportation - Rapatriement - Exclusion - Intégration - Insertion.

Índice Geral

Introdução	13
1º Capítulo	
Conceitos Teóricos Gerais	16
1.1. - As mudanças sociais	16
1.2. - O modelo mecanicista	18
1.3. - O Pós-moderno	19
1.4. - A exclusão social	20
1.4.1. - Teorias da exclusão	22
1.4.2. - Exclusão social - Os Clássicos da Sociologia	23
1.4.3. - A Escola de Chicago	28
1.4.4. - Interaccionismo Simbólico e Teorias Culturalistas	30
1.4.5. - Exclusão Social nas Sociedades Pós-industriais	32
1.5. - Movimentos sociais de inserção e políticas sociais	34
1.5.1. - Do Movimento Operário ao Estado-Providência	34
1.5.2. - Crise do Estado-Providência	35
1.6. - Novos Movimentos Sociais	37
1.6.1. - Os Novos Movimentos e os Contextos Sociais de Exclusão	38
2º Capítulo	
Conceitos Teóricos Específicos	41
2.1. - A Pobreza	41
2.2. - A Emigração	44
2.2.1. - Infância e Adolescência nos países de acolhimento	45
2.3. - A Identidade	48
2.4. - Trajectórias desviantes	50
2.4.1. - O Desvio	50
2.4.2. - A Delinquência	51
2.4.3. - O Crime	52
2.4.4. - A Toxicodependência	53
2.4.5. - A Violência	54
2.4.6. - Valores e representações	55
2.5. - A Exclusão	57

2.5.1. - Da integração à inserção social	61
2.5.2. - Deportação e repatriamento	63
2.6. - Da Segregação à Inserção Social	64
2.6.1. - Integração/inserção	64
2.6.2. - A crise do Estado-Providência	66

3º Capítulo

O Caso dos Repatriados Açorianos	69
3.1. - A Emigração Açoriana	69
3.2. - O Repatriamento para os Açores	70

4º Capítulo

A Metodologia Escolhida	73
4.1. - Objecto de investigação	74
4.1.1. - Problemática de investigação	75
4.1.2. - Questões e objectivos da investigação	76
4.1.3. - Justificação do estudo	76
4.1.4. - Limitações do estudo	77
4.2. - Instrumentos e técnicas de investigação	77
4.2.1. - A entrevista	79
4.2.1.1. - A análise de conteúdo	80
4.2.2. - O questionário	81
4.3. - Tipo de estudo	83
4.4. - As entrevistas exploratórias	85
4.4.1. - Contexto de realização	85
4.5. - População-alvo	86
4.5.1. - Inserção no terreno e dificuldades	87
4.6. - Amostra	87
4.6.1. - Constituição da amostra	87
4.6.2. - Caracterização da amostra	88
4.6.2.1. - Critérios de inclusão	89
4.7. - Instrumentos de recolha de dados e procedimentos	89
4.8. - Análise e tratamento de dados	90

5º Capítulo

Panorama da Situação dos Repatriados Açorianos

- Socialização no país de acolhimento	92
5.1. - Trajectórias	92
5.1.1. - Enquadramento social e familiar	93
5.1.2. - Reconstrução do estatuto familiar	95
5.1.3. - Mobilidade espacial	99
5.1.4. - Relação com o trabalho	101
5.2. - Redes de sociabilidade	102
5.2.1. - Envolvimento social	102
5.2.2. - Relacionamento do grupo	103
5.3. - Modos de vida	105
5.3.1. - Laços familiares (estrutura/destruturação)	105
5.3.2. - Factores externos que levaram à quebra da coesão familiar	107
5.3.3. - A escola	107
5.3.4. - O primeiro contacto com a rua	110
5.3.5. - A experiência adquirida na rua	111
5.3.6. - Referências e valores morais do grupo	113
5.3.7. - Ruptura social	113
5.3.8. - Cadeias de factores que levam a um comportamento anti-social	114
a) Independência/dependência	114
b) Desenvolvimento social	115
c) Práticas desviantes de familiares	115
5.4. - Marginalidade Social	116
5.4.1. - Norma /Desvio	116

6º Capítulo

Deportação como resposta à desinserção no país de acolhimento	121
6.1. - A Lei Americana e Canadiana de deportação	121
6.2. - Mecanismos geradores	125
6.3. - Razões declaradas do repatriamento	128

7º Capítulo

Após o repatriamento - a re-socialização	133
7.1. - Dados Estatísticos descritivos oficiais	133
7.2. - Espaço de socialização	137
7.3. - Espaço geográfico	137
7.3.1. - Família (contexto após repatriamento)	139
7.3.2. - Valores e representações	144
7.3.3. - Espaço relacional	145
7.4. - Factores de adaptação	146
7.5. - Experiências vividas	148
7.6. - Relação com o ambiente social	150
7.7. - Características individuais dos repatriados	154
7.8. - Expectativas e aspirações	156
7.9. - Exclusão, Integração, Inserção	161
7.10. - <i>Performance</i> institucional	163
Considerações finais	172
Conclusões e estratégias	175
Bibliografia	187
Anexos	197

Índice de figuras

Figura 1: Instituições que o ajudaram quando chegaram ao estrangeiro	93
Figura 2: Idade com que emigrou	94
Figura 3: Estado civil	96
Figura 4: Número de filhos	97
Figura 5: Anos de residência no país de destino de emigração	98
Figura 6: Regularidade da mudança de residência	100
Figura 7: Com quem viva no estrangeiro	100
Figura 8: Profissão no país onde esteve emigrado	101
Figura 9: Participação em actividades sociais	103
Figura 10: No país onde viveu relacionava-se mais com portugueses ou com outras nacionalidades	104

Figura 11: Habilitações escolares dos repatriados entrevistados	109
Figura 12: Conhecimento das leis do país onde viveu	118
Figura 13: Frequência de problemas com os agentes da lei	119
Figura 14: Causas declaradas para o repatriamento	128
Figura 15: Tipo de crimes cometidos pelos repatriados agrupados por grupos etários	132
Figura 16: Total de deportados para a R.A.A. segundo o ano de deportação	133
Figura 17: Total de cidadãos deportados segundo o sexo (de 1987 a 2007)	134
Figura 18: Cidadãos deportados segundo causas da deportação (de 1987 a 2007)	135
Figura 19: Total de cidadãos deportados segundo a faixa etária (de 1987 a 2007)	136
Figura 20: Após o repatriamento, com quem vive	142
Figura 21: Ajuda de familiares quando chegaram aos Açores	143
Figura 22: Ajuda de amigos quando chegaram aos Açores	144
Figura 23: Adaptação aos Açores	146
Figura 24: Grau de dificuldade na compreensão do português	147
Figura 25: Avaliação do apoio das instituições	148
Figura 26: O que pensam alcançar com a ajuda das instituições	150
Figura 27: Respostas dadas à 1ª questão	151
Figura 28: Respostas dadas à 2ª questão	152
Figura 29: Local para concretizar projectos ou planos	157
Figura 30: Prioridades para realizar projectos ou planos	159
Figura 31: Programa ergoterápico/ocupacional	166
Figura 32: Integração no programa PROSA	167

INTRODUÇÃO

O momento da elaboração de um trabalho obriga a uma sistematização e organização de um percurso, não contínuo, mas dialogante, interagindo entre os diversos níveis de construção, desconstrução e reconstrução do objecto empírico. O nosso tema de escolha recai sobre os Repatriados Açorianos, tendo como objectivo central, conhecer e analisar este grupo nas áreas que mais os afecta: identidade, exclusão, integração e inserção e a relação com a sociedade acolhedora. Partindo destas linhas orientadoras, depressa nos confrontamos com outros problemas inerentes a comportamentos desviantes, vivências familiares disfuncionais, a pertenças grupais e comunitárias marcadas por fenómenos de exclusão e de marginalidade social que marcaram e traçaram o percurso de vida destes cidadãos, culminando com a sua deportação.

Estes problemas interligam-se com as relações sociais, originando processos de diferenciação social e que se relacionam com formas de desqualificação sócio-cultural que são impeditivos do exercício pleno da cidadania, por parte destes cidadãos deportados, na sociedade acolhedora açoriana nomeadamente a micalense.

A trajectória que nos propusemos desenvolver parte da análise e das condições produtoras destes fenómenos, com vontade de aceder à compreensão dos processos de reacção dos repatriados e, em consequência, à compreensão dos fenómenos em causa, incluindo a apreensão das lógicas internas, dos actores envolvidos, o que nos levou a um plano de trabalho, organizado da seguinte maneira:

- **Capítulo I: Conceitos Teóricos Gerais**. Neste capítulo damos uma panorâmica do papel das Ciências Sociais numa perspectiva historicista,

na análise de fenómenos que estudam (quer num plano sincrónico, quer num plano diacrónico) as relações entre o indivíduo e a sociedade que o rodeia, através de movimentos cujas teorias pretendem questionar e avaliar as mais diversas componentes, na busca constante da compreensão do fenómeno multidisciplinar da interacção Homem/Sociedade.

- **Capítulo II:** Conceitos Teóricos Específicos, em que retomamos algumas premissas que nos parecem pertinentes, na medida em que estão subjacentes ao fenómeno do repatriamento, aproximando-nos, assim, do tema do nosso trabalho.

- **Capítulo III:** O Caso dos Repatriados Açorianos, preâmbulo ao tema escolhido, por constituir um fenómeno cada vez mais crescente, que alastra numa região ultra-periférica, inserida numa conjuntura escassa, não só territorialmente mas também a nível sócio-económico.

- **Capítulo IV:** Metodologia seguida e as razões da sua escolha.

- **Capítulo V:** Panorama da Situação dos Repatriados Açorianos, em que descrevemos o seu trajecto de socialização no país de acolhimento, analisando acidentes de percurso, através de diversas etapas.

- **Capítulo VI:** Repatriamento como resposta à desinserção no país de acolhimento em que nos referimos ao “corte” motivado pela deportação do país onde viviam, como punição a um comportamento desviante.

- **Capítulo VII:** Após o repatriamento, a re-socialização, em que abordamos a chegada ao país de origem, as reacções dos actores implicados no processo, ou seja, os repatriados e a sociedade acolhedora bem como a *performance* institucional desenvolvida na região para lidar com este fenómeno.

- **Considerações finais:** em que recapitulamos e reflectimos sobre o fenómeno em causa.

- **Conclusões e estratégias:** em que sugerimos algumas acções que poderão reforçar ou complementar todo o trabalho que tem sido feito em prol de uma melhor integração e inserção dos indivíduos que foram objecto do nosso estudo.

Na perspectiva de novas e diferentes abordagens do fenómeno do repatriamento, o nosso trabalho pretende ser um modesto contributo para reflectir sobre a situação de todos os indivíduos que, por diversas razões, se viram, de súbito, excluídos de tudo e de todos, sendo nossa preocupação e dever - não só pela palavra, mas também e sobretudo pelo acto - ajudar a recuperar a sua dignidade e o seu lugar numa sociedade que é pertença de todos.

CAPÍTULO I

CONCEITOS TEÓRICOS GERAIS

1.1. As Mudanças Sociais

A análise social, e segundo o pensamento de Lyotard (1989: 11), terá sofrido diversas e profundas transformações decorrentes das múltiplas alterações ocorridas nas organizações sociais e culturais a partir dos anos cinquenta do século passado.

Essas transformações, e segundo o mesmo autor (idem: 15), verificaram-se, não só na dinâmica e composição das sociedades em si, mas também nas suas próprias funções, consideradas até então estáveis (por exemplo, o conceito de classe social, de instituição, de poder e de conflito), ao entrar-se na era pós-industrial.

Todas as grandes instituições herdadas da modernidade (séculos XIX e XX), como as organizações sindicais, profissionais, partidárias, classistas, empresariais, terão mergulhado numa nova organização social cuja força as ultrapassa e as conduz a uma nova corrente, a globalização, como afirma Alain Touraine (1996: 9): “... quer nos agrade ou não, o nosso fim de século não é dirigido por actores sociais, políticos ou ideológicos, como dantes, mas sim pelo Banco Mundial e pelo FMI, ou seja pelo enfraquecimento dos controlos políticos e sociais da economia e pelos reforços dos mercados mundiais e das vantagens relativas de cada país”.

As organizações actuais, pós-industriais, transformam-se e transformam o lugar do indivíduo, a natureza das reivindicações dos movimentos e objectivos das mesmas.

Os laços sociais e o vínculo social entre os intervenientes do processo enfraqueceram; as reivindicações profissionais confundem-se com o mercado e passam a orientar-se para o consumo, para a ascensão individual, para a carreira (Touraine, 1982:125).

As concepções do trabalho alteraram-se, alterando-se também o carácter definitivo do mesmo, numa constante mudança: do emprego, dos instrumentos, das qualificações, das técnicas. O trabalhador integra-se no sistema de mercado, faz parte do que antes eram as componentes da dialéctica social, deslocando-se o campo das reivindicações para os novos excluídos.

Os trabalhadores, operários situados em bairros de grandes cidades industriais, cujas as habitações foram criadas para eles originando um padrão de cultura socialmente homogéneo, no início do século XX, dão lugar agora aos excluídos, que vivem em bairros sociais periféricos das grandes urbes ocidentais, marcados pela diferenciação racial, cultural, educacional, profissional, gerando grupos heterogéneos, cujos laços sociais são ténues, neste início do século XXI.

O trabalho perde a sua função referencial, do lugar, de identificação, de criação de solidariedades, de vínculos sociais, de identificação ideológica, para se transformar no *status*, a partir do qual se tem acesso ao consumo, à informação, à tecnologia, ao lazer. É a cultura pós-moderna, que enforma a perda gradual de influência das formas tradicionais de socialização, pela moral, norma, valor, ideia, regra (ideologias, religiões e outras fontes tradicionais). Lipovetsky (1989) afirma que "(...) os indivíduos procuram, acima de tudo, assemelhar-se aos contemporâneos e já não aos antepassados". Surge assim uma cultura que é, simultaneamente, de massas e individual, porque liberta o

indivíduo do peso do passado e o molda ao peso da moda, do efêmero, da imagem, não por si, mas para si.

1.2. O Modelo Mecanicista

Entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX é a “ordenação eleita” do mecanicismo que prevalece em todos os campos do saber. É a estabilidade do universo, segundo a matriz newtoniana, a apropriação ilimitada da natureza pelo labor metódico e técnico do homem, que a ciência positiva vem reforçar. Ao generalista, ao enciclopedista, sucede o especialista, pela necessidade de dividir e dissecar o real tanto quanto possível.

Entretanto, dentro deste quadro aparentemente estável no domínio do conhecimento científico, situam-se as Ciências Sociais, num contexto de alguma marginalidade, em confronto com as Ciências ditas exactas.

Os trabalhos de Einstein e a descoberta da física quântica vêm abalar o próprio modelo histórico-mecanicista que não consegue dar resposta a uma série de fenómenos tais como: a não-linearidade dos sistemas; a possível coexistência de vários níveis de realidade; a matéria e a anti-matéria; a relatividade dos conceitos de tempo e de espaço; os desequilíbrios ecológicos provocados pela tecnologia humana; a crise dos modelos científico-rationais da organização das sociedades. Assim o demonstra Boaventura de Sousa Santos quando refere (1988: 28): “Em vez da eternidade a história; em vez do determinismo a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e a auto-organização; em vez da reversibilidade a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criticidade e o acidente”.

Com críticos como Derrida e Foucault (cits. *in* Xiberras, 1996) ao falhanço da modernidade, surge o contexto de um saber pós-moderno que, consciente da fragmentação do saber anterior, tenta uma outra recomposição.

1.3. O Pós-Moderno

O novo saber científico busca outros campos disciplinares, quebrando barreiras entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais (e as Humanidades) - “(...) dobram os sinos por uma teoria fechada, fragmentária e simplificante do homem. Começa a era da teoria aberta, multidimensional e complexa” (Morin, 1991: 11).

Há uma nova vocação holística que, perante os fenómenos, tenta compreendê-los, não de um só ponto de vista mas de um cruzamento disciplinar e até transdisciplinar.

As Ciências Sociais, até então permanentemente situadas entre as Humanidades e as Ciências da Natureza, procuram desenvolver outra via: a da procura da reivindicação de um estatuto metodológico próprio, que tenha em conta o grau de imprevisibilidade do comportamento humano. Assim, em vez de um conhecimento objectivo e explicativo, prefere-se um conhecimento intersubjectivo, descritivo e compreensivo que permita a elaboração de métodos qualitativos.

Por sua vez as Ciências Naturais vêem-se na necessidade de alterarem a sua metodologia, perante a complexidade da nova física, dos avanços no campo biológico-genético, do cruzamento com as tecnologias, face ao quadro das sociedades cada vez mais marcadas por processos simultâneos de globalização e desagregação.

A indutividade, a especulação, os actos e as palavras, os ritos e as imagens, os sentidos e os significados, as éticas e os valores, os costumes, o ecológico e o holístico, o quotidiano e o senso comum, constituem-se como conteúdos importantes na nova construção metodológica da investigação das Ciências Sociais, numa linha transdisciplinar onde entroncam a Antropologia, a Etnografia, a História e até as Artes e Humanidades. Surgem os Estudos Culturais, que contribuem e permitem a emergência de um discurso valorativo, ético-crítico, mesmo em relação às novas descobertas científicas, aliadas ao progresso tecnológico.

1.4. A Exclusão Social

A expressão exclusão social junta em si dois conceitos, a pobreza e a marginalidade que, muitas vezes, se confundiam. Por exemplo, a doutrina da designada acção social cristã assentava numa base maniqueísta ao referir-se ao “bom pobre” (o que trabalhava mas não conseguia ascender socialmente) e ao “mau pobre” (onde se incluía o vadio ou o inadaptado socialmente).

A exclusão social faz parte de um processo cuja fase extrema é a marginalização, decorrente de um percurso descendente, ao longo do qual se verificaram sucessivas rupturas entre o indivíduo e a sociedade (Bruto da Costa, 1998: 9).

Reportando-nos à historicidade deste processo, verifica-se que todas as sociedades produziram sempre os seus excluídos, através de “modalidades diversas de diferenciação social” (Teixeira Fernandes, 1991: 9) - exemplos: o exílio ateniense, o desterro em Roma, o gueto, a escravatura.

A exclusão constituiu uma forma de protecção da sociedade contra os que eram vistos como figuras geradoras de inquietação, ameaçando a ordem estabelecida.

É sobretudo com a Revolução Industrial no século XIX que os processos de exclusão ganham visibilidade, a quando do êxodo de grandes grupos populacionais, oriundos de um campesinato excedentário em consequência da introdução das máquinas agrícolas, que afluem às cidades onde se encaixam numa organização social onde o pobre e o marginal eram facilmente identificáveis. Situam-se em locais históricos ou periféricos das urbes, onde reside uma população heterogénea constituída por operários, marginais, mendigos, criminosos, prostitutas, desempregados. É este conjunto de excluídos que levanta a “questão social” ou seja o problema em termos teóricos, ideológicos e políticos da desigualdade permanente das sociedades.

Coabitam, por um lado, uma moral burguesa, vitoriana, assente no mercantilismo e no positivismo, por outro, o desenvolvimento de um proletariado urbano, marcado por condições infra-humanas e visto como uma ameaça à ordem social estabelecida.

A “questão social “ vai pôr em causa as tentativas de construção de uma sociedade ideal e de progresso, herança do Iluminismo e proclamada pela Revolução Francesa e baseada na organização científica da sociedade (que Auguste Comte não previra).

Deste modo, está aberto o terreno para a teorização deste novo fenómeno urbano de massas que, embora latente em termos de historicidade, só se tornará visível a partir do século XIX, em que se toma consciência que a pobreza não se deve apenas ao lugar ocupado na sociedade mas à dificuldade no acesso à cultura, à educação, à habitabilidade condigna e à participação cívica.

1.4.1. Teorias da Exclusão

A “questão social”, motivada pelo aparecimento do proletariado urbano, constitui um fenómeno de tal grandeza (na Inglaterra da primeira metade do século XIX e, posteriormente noutros países como a França, a Alemanha e os Estados Unidos) que desperta nas consciências colectivas a necessidade de alterar a situação de pauperização em que um conjunto de populações mergulha.

No entanto, os primeiros teorizadores verão questões como a pobreza, a miséria social, a mendicidade, como expressões da “natureza humana” passíveis de serem alteradas pelo cientificismo, segundo a filosofia social de Comte: “na nossa era, nenhuma ordem pode ser estabelecida, e ainda menos perdurar, se não for totalmente compatível com o progresso; nenhum progresso significativo pode ser conseguido se não tender para a consolidação da ordem...”. Por conseguinte a principal característica da filosofia social positiva terá de ser a união destas duas condições que serão dois aspectos, constantes e inseparáveis do mesmo princípio. Comte crê, assim, que o progresso iluminaria a desordem, a pobreza, instituindo uma nova hierarquia baseada não na tradição ou na economia, mas no conhecimento científico.

A contrariar as teorias do Liberalismo Clássico, surge uma outra ordem teórica “(...) expressa na tendência de uma classe a explorar e a dominar a outra (...) (Fernandes, 1991: 13) - é o pensamento marxista, expresso na obra “O Capital”, quadro de referência de oposição aos economistas clássicos (Adam Smith e Malthus), surgindo a forma “socialista” de pensar as sociedades.

Marx dá uma interpretação “materialista à história” e inverte os argumentos da economia clássica, criando uma perspectiva nova da história, concebida na “luta de classes”, cujo o apogeu se atinge em pleno

século XIX, com a revolução industrial e o êxodo rural para as cidades, num crescendo de massa operária mal nutrida e mal paga, permitindo, desse modo, a ascensão do sistema “capitalista-burguês”. Segundo Marx, o desenvolvimento da riqueza produz uma “super população operária” que se constitui como “exército de reserva industrial” e se transforma em condição de existência do próprio sistema capitalista.

A doutrina social da Igreja Católica, embora veja o capitalismo como possibilidade do progresso das nações, não deixa de condenar o liberalismo no seu individualismo radical, responsabilizando-o pela miséria social dos trabalhadores. Aponta para a conciliação destes dois campos salvaguardando, desse modo, a “tradição da solidariedade cristã” - a encíclica “Rerum Novarum”, do papa Pio XII, preconiza reformas sociais que visem humanizar o capitalismo.

No campo laico, e após o *crash* da Bolsa em 1929/30, surgem ideias de conciliar a justiça social com o progresso económico, através da acção do Estado, com introdução de mecanismos reguladores dos mercados, de redistribuição da riqueza dando, assim, início ao chamado Estado-Providência.

É à análise deste processo (de coesão, identidade e socialização) que se vão dedicar os primeiros investigadores da chamada Sociologia, que irá desenvolver novas teorias (e mais incisivas) sobre o fenómeno da evolução social na industrialização e pós-industrialização.

1.4.2. Exclusão social - Os Clássicos da Sociologia

Durkheim

É considerado o pai da Sociologia. A sociedade é o seu objecto de estudo e procurou estudá-la através de um método sociológico, cingindo-

se aos “factos sociais” libertos do senso comum, das ideologias, dos naturalismos, das metafísicas.

Durkheim pretendeu inaugurar uma nova disciplina científica, obedecendo ao rigor metodológico das Ciências Naturais.

Durkheim debruça-se sobre as formas como os homens se constituem em colectividades, o modo como desenvolvem os laços e as práticas sociais, e as falhas existentes dentro desses mesmos laços que conduzem à diferenciação e à exclusão social.

Toma como ponto de partida o laço social para compreender o ordenamento da sociedade. Na sua pesquisa encontra dois tipos de solidariedade: a mecânica e a orgânica.

A solidariedade mecânica é inerente às sociedades tradicionais ou pré-industriais e funciona por princípios de semelhança, isto é, os indivíduos experimentam os mesmos sentimentos, aderem aos mesmos valores e reconhecem o mesmo sagrado. É um tipo de solidariedade que se exprime de “forma natural ou mecanicamente” (Xiberras, 1996).

A solidariedade orgânica é específica das sociedades modernas (industriais - fim do século XIX e início do século XX). Caracteriza-se por uma interdependência de uma sociedade que ilumina culturas em nome da funcionalidade, isto é, os indivíduos não têm de partilhar necessariamente os mesmos valores, sentimentos, ritos e relação com o sagrado, mas reconhecem-se como participantes num modo funcional.

Durkheim designa de “consciência colectiva” uma individualidade psíquica, fruto da agregação, fusão de um sistema de valores, existente nas sociedades tradicionais que os indivíduos interiorizam como sua pertença, podendo, no limite, conduzir ao sacrifício pelo outro.

Em contrapartida, nas sociedades modernas, industriais, a funcionalidade surge em paralelo como “individualismo”, reduzindo o espaço da “consciência colectiva”.

A garantia da “consciência colectiva” reside na maior adesão a um sistema de valores que implica uma “densidade moral”. Se, pelo contrário, essa adesão for menor, maior será a desagregação social, menor o laço social, e instala-se a “anomia”. Durkheim considera que as sociedades modernas tendem para um estado de anomia, pela dificuldade que sentem em criar uma solidariedade orgânica - daí o aumento dos chamados “traços patológicos na sociedade” (crime, delinquência, pobreza, suicídio) que conduzem à exclusão social.

Simmel

Georg Simmel é designado como o pai da Sociologia Alemã. Situa-se no campo “estrutural” da análise da exclusão social, ou seja, procura as causas exógenas da pobreza.

O ponto de partida de Simmel é a interacção ou a relação com o outro e, segundo ele, a pobreza constrói-se como forma de interacção social e não como mero facto material. Identifica-se quando produz reacção social, isto é, denota categorias de seres humanos que carecem de ajuda, no âmbito dos parâmetros vigentes da sociedade em que se inserem. A “categoria de pobre” constrói-se de fora para dentro, quando o rótulo ou etiqueta lhe é imposto pela sociedade que acciona os mecanismos de apoio social.

Simmel considera que podem coexistir dois tipos de pobreza: a relativa e a absoluta. Nas sociedades industriais prolifera, sobretudo, a pobreza relativa (“os pobres envergonhados?”), que caracterizamos de necessidades de “segunda instância”, consoante o ambiente global e/ou a classe social em que se inserem. “Daí que pessoas que são pobres dentro da sua classe social não o serão noutra inferior, já que dispõem de

meios suficientes para satisfazer as necessidades destas últimas”.
(Fernandez, 2000: 18).

Nas sociedades modernas do início do século XX, o pobre, tal como o estrangeiro é, de certo modo, um estranho na sociedade, pois sendo objecto do direito de assistência, é-lhes vedado o acesso a outros direitos civis (Durkheim incluiu, neste contexto, as questões de cidadania, como fazendo parte da condição e manutenção da situação de pobreza).

Simmel, tal como Durkheim, considera ser aumento da densidade humana nas cidades inversamente proporcional à coesão social, isto é, ganha em liberdade individual o que perde em coesão social, percurso que conduz, facilmente, à desagregação. Pelo caminho, a sua relação com o outro situou-se num plano de desconfiança, que pode conduzir à hostilidade face ao que é diferente, aos estrangeiros, mas também aos pobres, que são, afinal, os que possuem menos capacidade de integração.

Simmel deixa em aberto duas novas pistas de abordagem: o estrangeiro e o problema posto na relação deste com o meio urbano moderno - que será retomada pela Escola de Chicago e pelas correntes Interaccionistas de Etiquetização.

Max Weber

Embora Weber se enquadre na linha estruturalista dos seus parceiros, traz para a Sociologia o estudo da “actividade social”, introduzindo a ideia de movimento “que o agente social pode imprimir no *socius* que o rodeia” (Xiberras, 1996: 76), ideia que influenciará outras correntes contemporâneas.

Weber entende que só pela análise dos próprios actores em cena, isto é, que “vivem e animam” o todo social é que se poderá compreender

a sociedade. É, portanto, através deste “movimento”, definido como actividade social, que interessa apreender, através do próprio sentido que os actores atribuem às acções.

O “laço social”, para Weber, tem um sentido subjectivo, fruto das relações entre os actores sociais, relações de poder, autoridade e dominação, tanto na política como na economia, nas relações familiares, na educação.

Considerando as abordagens marxistas da sociedade, Weber tenta entender como os indivíduos aderem a uma “dominação social” de um grupo, de uma classe, permitindo que se criem laços a partir da subjectividade da adesão a uma pertença, legitimando quem detem esse poder.

Weber define, aliás, três tipos de legitimidade (Xiberras, 1996: 79):

a) a dominação tradicional - inerente a todas as sociedades anteriores à revolução industrial, baseadas em “sentimentos de piedade e/ou de fé”;

b) a dominação carismática - que aparece, por vezes, em momentos sociais, onde predominam factores de ordem emocional (quase irracional) numa entrega, por parte dos actores, a determinadas ideias de certos líderes carismáticos;

c) a dominação legal - característica das sociedades modernas ocidentais, assente em princípios de legalidade e racionalidade.

Contudo, Weber não deixa de apontar disfuncionalidades à designada “dominação legal”, pois verifica-se nesta uma excessiva preocupação em criar estruturas que permitem uma regulação ético-moral capitalista, desenvolvendo uma administração “demasiado extensa” em vez de um maior investimento na coesão social da comunidade.

Conscientes de que a sociedade industrial gerou diferenças sociais mais profundas e heterogéneas que os modelos de sociedades anteriores, pelo “espírito do capitalismo” parcimonioso no que toca às preocupações sociais, divididos entre individualismo e comunitarismo, entre capitalismo e comunismo, entre liberdade e igualdade, levanta-se uma questão que imerge na Sociologia Clássica: a não compreensão da própria modernidade, a sua estruturação social diferente do pré-industrial, que está na origem dos fenómenos de desagregação social numa dimensão urbana imensa.

Deste modo, o grande objectivo passa pela compreensão da própria organização e fundamentação dos factos e atitudes sociais, de modo a estabelecer processos que permitam colmatar tais fenómenos.

1.4.3. A Escola de Chicago

Com a Escola de Chicago, conhecida também como a Teoria da Ecologia Humana, inicia-se uma nova abordagem sociológica, que tem como alvo de estudo os processos de desvio social, englobando a pobreza e a marginalidade (exclusão social), isto é, os processos conduzem à formação e identificação das margens nas sociedades ocidentais dos anos trinta, quarenta e cinquenta do século XX.

A Ecologia Humana é uma disciplina que estuda as relações sociais e temporais dos seres humanos, afectados por factores de selecção, e partiu de um pressuposto: o estabelecimento de uma correlação entre um espaço (a cidade) e um organismo natural. Tal disciplina foi desenvolvida pelos sociólogos da Universidade de Chicago, nos anos trinta, ao assistirem a um fantástico progresso urbano dentro da sua própria cidade.

Na perspectiva dos investigadores desta escola (como Park e Louis Wirth), a comunidade que se “alberga” na grande cidade está submetida

aos mesmos processos de “selecção e competição”, tal como acontece no meio ambiente natural. A concorrência provoca diferenciação e individuação (individualismo positivo) e só a comunicação pode funcionar como factor de vinculação e de reconstituição de solidariedade.

Paralelamente às duas ordens estruturais organizativas da cidade - a mobilidade e a diferenciação - surge uma terceira, a segregação.

Estando a cidade sujeita a fenómenos naturais de expansão (como a concorrência e o individualismo) a sua organização faz-se por agrupamentos com base profissional, rácica (fruto de fluxos migratórios), religiosa, cultural.

A heterogeneidade moral, porém, ganha terreno, quebrando-se os laços de proximidade, alterando-se os estatutos individuais e aumentando as diferenciações grupais. O aumento do cosmopolitismo é directamente proporcional à instabilidade e à insegurança.

Com a erosão das bases tradicionais de solidariedade, torna-se difícil fazer face ao surgimento de novas necessidades emocionais e afectivas, de correntes da competitividade e do individualismo - daí os problemas urbanos tornarem-se sociais (a depressão, o suicídio, a delinquência, o crime, a corrupção, a desordem, os guetos, a mendicidade, a máfia, o isolamento).

Para os teóricos da Ecologia Humana, a cidade é uma rede complexa aberta, sujeita à instabilidade onde é difícil encontrar processos alternativos à solidariedade tradicional. Daí o eclodir de uma dupla violência que assenta, por um lado, nos processos selectivos, por outro na ruptura de um certo equilíbrio que empurra os indivíduos das margens para situações irreversíveis de exclusão.

Daí ser urgente encontrar, para estes grupos de excluídos, uma “ordem moral” própria.

1.4.4. Interaccionismo Simbólico e Teorias Culturalistas

A corrente interaccionista - os *Labellings Theorists* ou teóricos da etiquetagem social - retomam os trabalhos anteriores da Sociologia Clássica e da Escola de Chicago, mas partindo de um ponto de vista diferente, com base em dados de estudos aplicados à área da Criminologia, que foram alargados a todo o tipo de desvio social. George Herbert Mead, Eduard Becker e Ervin Goffman são alguns dos expoentes máximos desta corrente.

Segundo os interaccionistas, é na relação entre o olhar estigmatizante da sociedade e a situação em que se percepçiona o actor que se desenvolve a noção de desvio, num processo de construção social onde se jogam múltiplos factores.

O desvio, ou melhor aquilo que é considerado como desvio nas sociedades, modifica-se consoante os valores da mesma, sendo, deste modo, difícil estabelecer “normas universais”. Assim, a noção de desvio ocorre a partir do momento em que existe uma reacção social que faz a “etiquetagem” do acto como desviante e o estigmatiza e na relação que se estabelece com o actor/autor.

O desvio é, desta forma fruto da “interacção” de dois elementos, a etiqueta social aposta e a conduta do actor, que pode ir do acto em si até à marginalização social.

Assim sendo, é de salientar a existência de dois grupos fundamentais: os criadores ou “guardiões da norma” e o grupo heterogéneo que, de forma secreta ou deliberada, transgridem ou violam a norma “vigente”.

Os interaccionistas encontram três etapas fundamentais no percurso do desvio:

a) a passagem ao acto - enquanto a maioria se conforma com as normas vigentes, há quem as transgrida, devido ao seu processo de

socialização (inseridos numa cultura ou subcultura, com normas próprias e opostas às estabelecidas);

- b) a interiorização das normas de uma subcultura marginal;
- c) o modo como a sociedade reage à transgressão e etiqueta.

Há, no entanto, quem se posicione entre os dois mundos: manter, em simultâneo uma vida social activa e um comportamento secreto desviante (exemplos: toxicodependentes, homossexuais, pedófilos).

Paralelamente à Escola Interaccionista, outra “Escola” investiga no mesmo terreno, mas partindo de pressupostos metodológicos da Antropologia e da Etnologia - são os chamados Estudos Culturais ou Teorias Culturalistas.

Os Estudos Culturais terão começado com a Escola Antropológica americana, da qual Mead e Benedict foram as pioneiras, sendo continuadas por investigadores como Boas, Kardiner e Linton (cit. *in* Ramos, 2001:163-165).

Tendo por base, deste modo, a análise antropológica, penetra-se no seio do universo dos comportamentos dos seres atingidos pela exclusão, na partilha de vivências com os mesmos. Por exemplo, a interacção da situação de “pobre” e a sua qualificação como tal, implica um esquema de organização, uma estrutura adaptativa, um mecanismo de defesa que lhe permita enfrentar, lutar e manter-se “vivo” numa sociedade “hostil”, através do recurso a padrões de cultura próprios, as “culturas de exclusão”.

No entanto, as “culturas de pobreza” não deixam de deter conteúdos simbólicos, valores e representações idênticos, sentidos de pertença e comunidade, orientações espaço-temporais próprias. Todavia, formam círculos viciosos, eles próprios geradores de pobreza; porque se

transmitem geracionalmente, “facilita a resistência à mudança e à abertura” (...) “torna persistente o fenómeno” (...) “a pobreza aparece como património comum que se transforma como herança social. A socialização exercida pela família e a incapacidade da escola para atenuar as desigualdades sociais contribuem fortemente para a sua reprodução social” (Fernandes, 1991: 43).

Ficam, assim, condicionadas gerações, através de mecanismos “subtis e silenciosos” porque culturais, diminuindo as suas dimensões de vida activa, na participação social, na débil cidadania, mantendo não só as condições de marginalidade, como de exclusão.

1.4.5. Exclusão Social nas Sociedades Pós-industriais

À pobreza tradicional vieram juntar-se os “novos pobres”, vítimas do desemprego originado por causas económicas ou pelo progresso tecnológico” (Fernandes, 1991: 39). A manutenção em situação de exclusão, aliada à velocidade crescente com que a sociedade evolui, nos planos tecnológico e do conhecimento, exigindo aos seus membros uma requalificação quase permanente, faz das populações em situação de exclusão “seres outros”, com o estigma de “um sentimento de exclusão do tipo de sociedade dominante, de fatalismo e injustiça social, alguém que faz a experiência da indiferença e do desprezo dos outros”(ibidem, p.40). Diminui a vontade e a oportunidade de participar na vida activa - política, cívica, associativa, profissional - parecendo gigantesca a tarefa de superar a barreira invisível da cultura.

Os novos pobres aglomeram-se ou em zonas centrais degradadas ou em bairros periféricos, espaços que, por sua vez, também contribuem para a sedimentação da diferença e da subcultura.

A falta de vontade e de possibilidade faz aumentar o abandono escolar, sendo muito frágil a motivação no que respeita a formação, o que conduz à inexistência de projectos de vida.

Estes marginalizados sociais das sociedades pós-industriais, o sub-proletariado ou “*underclass*” de que nos fala Dahrendorf (1996), possuem histórias de vida diversas, “estão abaixo de qualquer coisa”, vivem à margem do contacto com o mundo dito normal, com o emprego, com as comunidades, com a política, com o associativismo e até, muitas vezes, à margem do próprio suporte familiar - são os “não cidadãos” (Dahrendorf, 1996).

Os grupos de exclusão são diversos: jovens que residem em tecidos urbanos periféricos e/ou degradados; idosos com poucos rendimentos ou baixas pensões de sobrevivência; mulheres com parca formação e escolarização; mães solteiras; desempregados; imigrantes; toxicodependentes; isolados.

As sociedades pós-industriais vivem no dilema, que se transforma em contradição, do aumento dos regimes democráticos, cujos objectivos passam pela redistribuição da riqueza; o que acontece, porém, é que a clivagem entre os que têm e os que não têm aumentou e assiste-se a uma incapacidade política em resolvê-la.

O processo de exclusão social nas sociedades actuais, é um processo em direcção às margens (portanto, um movimento descendente), onde se verificam várias rupturas do indivíduo com a organização social (emprego, participação cívica, família), chegando até mesmo ao cerne da sua identidade, da sua auto-estima.

Se o processo de exclusão é um movimento dinâmico descendente para as margens, a inserção só pode ser, por oposição, a tentativa de criar um movimento ascendente para o “seio social”.

1.5. Movimentos sociais de inserção e políticas sociais

Alain Touraine define como essenciais na abordagem metodológica da descoberta e identificação dos movimentos sociais, princípios (de Mediação, de Clarificação de Consciência Colectiva, de Pressão) e funções fundamentais (da Identidade, da Oposição e da Totalidade), através dos quais se apreendem os objectivos, as estruturas e as relações sociais subjacentes.

1.5.1. Do Movimento Operário ao Estado Providência

De todos os movimentos que eclodiram entre os séculos XIX e XX, foi o Movimento Operário que constituiu o conflito central do século XX, conotado como a “questão social” por excelência e que traduziu a divisão entre a organização reivindicativa operária e o movimento acumulativo capitalista.

O Movimento Operário nasce da concentração nas grandes cidades industriais do século XIX de uma “massa social” activa ou em busca de actividade nas novas estruturas económicas produtoras, como as grandes indústrias recém-nascidas. As condições comuns de degradação no exercício de actividade laboral, aliadas à precariedade das condições sociais de vida, de autêntica miséria e ausência de valores morais, vai permitir a disseminação de pequenos grupos operários que se associam dando origem aos primeiros sindicatos, que reivindicam reformas visando a melhoria das condições de trabalho e de vida.

A unidade na acção, a organização, os ideais de mudança colectivos, bem como a utilização da greve como instrumento privilegiado de paralisia da organização social, faz com que o Movimento Operário se

afirme como movimento decisivo de mudança social, através das suas formas de luta.

A força dos Movimentos Sociais induziu uma transformação nas elites políticas e intelectuais alterando a concepção do Estado, levando ao desenvolvimento de um conjunto de políticas - as políticas sociais - em torno de conceitos tais como democracia, justiça social e/ou social democracia, efectivação de direitos, equidade. Assim, cabe ao Estado um novo papel, nomeadamente como despoletador de processos de condução da exclusão em formas de inserção, promovendo os direitos, a cidadania, a protecção social - o Estado-Providência.

É o “Plano Beveridge” (de Sir William Beveridge, deputado do Partido Liberal Inglês) que, em 1942, marcará o advento do Estado-Providência, ao exprimir os grandes princípios da sua constituição, no continente europeu. Beveridge defende um sistema que assenta em três virtudes essenciais (um Sistema de Segurança Social, um Sistema Nacional de Saúde, uma Organização Nacional do Emprego) e em quatro características principais (universal, unificado, uniforme e centralizado).

Assim se fundou o Estado-Providência que, após a II Guerra Mundial, através de reformas político-sociais diversas, permitiu a conciliação entre justiça social e acumulação de capital - a chamada “regulação social”.

1.5.2 Crise do Estado-Providência

Após o colapso da economia liberal dos anos trinta do século passado, há a preocupação em elaborar uma teoria de regresso ao pleno emprego, considerando que a teoria neoclássica do equilíbrio é incapaz de resolver os problemas de desemprego permanente, cabendo ao

Estado ser intervencionista no plano económico, dinamizador de mercado e estabilizador social, conciliando o progresso social e a eficácia económica.

Todavia, a partir do fim dos anos setenta e perante as mudanças das estruturas económicas, assiste-se a um processo de esgotamento por parte do Estado Moderno.

No que respeita à crise do Estado-Providência, há que analisar três vectores decisivos:

- a) um certo “impasse” de cariz financeiro;
- b) baixa da eficácia económica e social;
- c) mudanças sócio-culturais ocorridas a partir do final dos anos sessenta do século XX.

Um pólo de discussão passa a ser o aumento das despesas públicas no âmbito das políticas sociais, advindas, directa ou indirectamente, das crises e transformações económico/productivas que alteram a estrutura das sociedades a que o Estado não consegue fazer face (nomeadamente ao aumento de excluídos sociais), pondo em causa o próprio princípio da equidade.

Há que ter também em conta a relação indivíduo/Estado. De facto, a partir de finais dos anos sessenta, assiste-se a uma nova atitude cultural do indivíduo perante o Estado, que se expressa em:

- maior autonomia individual face à máquina burocrática;
- rejeição do ser humano como número;
- a ideia do que o Estado-Providência “tritura” as próprias solidariedades e comunidades.

Se o Estado-Providência libertou outrora os indivíduos do poder da tradição religiosa e comunitária localizada, perante um tempo actual a que se assiste a profundas mudanças político- sociais, em que os cidadãos se tornam vulneráveis face a uma avalanche tecnológica-consumista, informacional, globalizante e alienante, o Estado Moderno tem revelado a

sua inépcia na forma de agir, perante indivíduos desenraizados e perdidos nas suas próprias identidades.

1.6. Novos Movimentos Sociais

A economia parece escapar, conscientemente, às legislações regulamentadoras do Estado.

A passagem do Estado Protector a Estado-Providência, reforçando os direitos do indivíduo enquanto cidadão e o alargamento do conceito protector da actividade estadual não evita que o mercado se organize de modo diferente dos moldes da vida social e cultural.

Assim, a crescente autonomia das forças económicas vem pôr em causa o Estado enquanto instância reguladora, equilibradora e securizante e a sua capacidade de medição entre os interesses da colectividade nacional e os interesses individuais.

A destruição de todas estas forças mediadoras dentro do tecido social pela força dos mercados globais, abre um fosso (simultaneamente individual e social) entre o mundo consumista e o mundo da cultura e das identidades, dissociando os elos sociais.

O cidadão vê-se, assim, confrontado com uma rede complexa de mercado e de tecnologias de informação por um lado, e, por outro, com a trama das tradições comunitárias, numa amálgama complexa - é o próprio drama do Sujeito, em busca da identidade, numa sociedade feita de “múltiplas identidades”. É, como refere Touraine (1998:85) “(...) a procura, pelo próprio indivíduo das condições que lhe permitem ser o actor da sua história...”, ele próprio o cerne do “movimento”, a luta do Sujeito pelo seu posicionamento social.

Sem representantes, cabe ao Sujeito assumir-se como actor, procurando reconstruir as suas possibilidades de acção no jogo social.

Segundo Alain Touraine, o processo de desmodernização “coabita” com a desinstitucionalização e com a dessocialização. Também a despolitização faz parte do fenómeno da desmodernização, pela descrença generalizada nas organizações políticas e sindicais, incapazes de corresponderem às necessidades de cidadania interventiva. A crise política é uma crise real de confiança e de representatividade que pode pôr em causa os próprios regimes democráticos.

Algumas características dos Novos Movimentos Sociais incidem no apelo a uma liberdade e identidade do sujeito face a um mundo dissociado, fragmentado consoante os interesses em jogo.

O “Maio de 68” pode ser considerado como o primeiro Novo Movimento Social da pós-modernidade, enquanto movimento cultural, pela afirmação do Sujeito como cerne da acção colectiva. Um “grito cultural” que abalou a sociedade ocidental, em toda a sua estrutura e pôs em primeira linha a necessidade de harmonizar a afirmação dos Direitos Humanos nas diversas instâncias mundiais e a sua concreta aplicação no mundo quotidiano dos diversos sujeitos.

Os Movimentos Anti-Globalizantes podem constituir, embora de forma pouco consciente, uma das diversas formas de resistência à dilaceração do Sujeito.

1.6.1. Os Novos Movimentos e os Contextos Sociais de Exclusão

Numa sociedade em rápida transformação, como a nossa, em que a herança social perde cada vez mais rapidamente a sua importância, numa sociedade que se define mais pelo seu futuro do que pelo seu passado,

mais pela mudança do que pelas regras, a identidade social perde o seu conteúdo (Touraine, 1982:158).

O mal-estar identitário é patente, vulnerabilizando os indivíduos, principalmente aqueles que se situam em contexto de exclusão, na periferia dos centros urbanos, onde emergem todas as novas espécies de marginalidade.

Em relação à juventude, por exemplo, em si mesma um processo de busca identitária, não dispondo de referências pelas vias tradicionais, sentem-se confusos com o comportamento que a sociedade tem perante eles: por um lado, obrigam-nos cedo a “ter que dar sentido” pessoal às suas vidas e a definir uma identidade social; no entanto, o prolongamento da adolescência, motivado pelo alargamento da escolaridade e pela inserção tardia no mundo profissional, denegam, no seu conjunto, a possibilidade de construção e afirmação de identidades.

Em contextos de exclusão urbanos, os jovens tendem a reproduzir os hábitos das estruturas onde se inserem, nomeadamente a fraca valorização que os familiares atribuem à escola, resultando num abandono precoce da mesma, concomitante com a desvalorização de qualquer forma de conhecimentos.

O mundo em que se situam confronta-se, quotidiana e culturalmente, com o mundo do Mercado que envolve a “centralidade da vida urbana”, repelindo-se mutuamente e acentuando as características de exclusão e marginalidade destes jovens.

Esta juventude, condicionada, é empurrada para uma “nova centralidade”, a partir das margens, onde reside uma consciência de perda constante de contacto com a cidadania, transformando-se em “não cidadãos” (Dahrendorf, 1996: 31), ao instalarem-se no universo das “incivilidades”, segundo Fitoussi (1997), que no-las descreve com sendo “as novas formas de delinquência que atravessam as nossas sociedades”.

A identidade destes jovens constrói-se, pois, contra as outras identidades, através de actos de vandalismo que configuram a sua reacção, visando a desordem, a destruição de bens públicos e a aquisição, pelo roubo, de bens de consumo valorizados pelo conglomerado media/mercado/sociedade.

Estas situações têm resultado num aumento da delinquência juvenil e de detenções na Europa Ocidental e nos EUA, com ênfase para faixas etárias cada vez mais baixas (entre os 12-17 anos). Associado a tudo isto, assume especial relevância a toxicodependência, substituto negativo que, segundo Fitoussi, vem “preencher” um vazio interior de valores culturais simbólicos, visando criar uma identidade.

Surgem, assim, as subculturas com base na associação mais ou menos livre de jovens desses contextos urbanos, em grupos, bandos, *gangs*, cujas vivências decorrem na rua, espaço central do seu crescimento e do seu quotidiano.

De formação, muitas vezes, espontânea, os bandos poderam ser definidos de acordo com Jacques Solosse (cit. *in* Antunes, 1995: 14): “(...) conjunto de pessoas ligadas por comportamentos comuns, tendo uma certa consciência de pertença, experimentando um conjunto de sentimentos e exprimindo-se através de um sistema de valores próprio”.

Os Movimentos Marginais não podem ser considerados Movimentos Alternativos (até porque, geralmente, finalizam ao ultrapassar a faixa etária juvenil); não deixam, no entanto, de ser reflexos exponenciais de uma mudança, não só no âmbito social, mas também no âmbito pessoal de indivíduos na busca da sua identidade, da sua dignidade.

Importa que a leitura destes comportamentos juvenis, em particular dos jovens em situação de marginalidade e exclusão, seja feita a partir de um modelo “(...) cultural, dinâmico, interaccionista e plural” (segundo Ramos, 2001: 165), que inclui, também, os processos de socialização e de aprendizagem

CAPÍTULO II

CONCEITOS TEÓRICOS ESPECÍFICOS

2.1. A Pobreza

Considerando que todas as grandes instituições herdadas do passado estão, neste momento, a ser abaladas por uma nova organização social que as ultrapassa, a pobreza surge como um dos parâmetros que, face às novas leis do mercado, e no âmbito da globalização, sobressai como tema pertinente de estudo para uma melhor compreensão do fenómeno da sociabilização.

Numa exclusão social cada vez mais acentuada, a cidade surge especialmente, e de forma aparentemente contraditória, como força centrípeta e centrífuga, na medida em que, desde o século XIX, com a Revolução Industrial, tem vindo a atrair grupos populacionais cada vez mais numerosos para este tipo de espaço que começou por ser ponto de confluência de um êxodo motivado, na sua essência, por um campesinato excedentário e por situações de isolamento geográfico. Mas, em contrapartida é a própria cidade que, com os seus condicionalismos, que tem afastado muitas dessas massas populacionais.

Surge, assim, um proletariado em cujas marcas distintivas se destaca a pobreza que, emergente em força da forma mais ou menos latente em que se encontrava, configura-se como um fenómeno propício à teorização, merecendo ser analisado nas suas diversas vertentes.

Se a visão positivista a terá reconhecido como factor a ter em conta, a pobreza, no entanto, foi encarada como expressão da “natureza humana” passível de ser, porventura, encarada à luz de um percurso social assente numa matriz científica.

Por sua vez, Marx tê-la-á encarado como condição necessária à existência do próprio sistema capitalista, enquanto a Igreja Católica terá tentado conciliar estas duas realidades, à luz da “solidariedade cristã”.

O *crash* da Bolsa nos EUA em 1929/30, terá despoletado as consciências de que era necessário conciliar justiça social com progresso económico, através de um organismo que tutelasse esse processo - caberia então ao Estado esse papel mediador e assim nasceria o Estado-Providência, que ganharia força oficial após o Plano Beveridge:

As sociedades industriais terão destruído a chamada “consciência colectiva” de que falava Durkheim, através do individualismo. A menor “densidade moral” durkheimiana, pela crise da solidariedade orgânica, conduziu a uma maior desagregação social, proporcionando a instalação da anomia, campo privilegiado para o florescimento dos chamados “traços patológicos” de que as sociedades, actualmente, enfermam.

É Simmel que, situando-se no campo “estrutural” da análise da exclusão social, vai procurar entender a pobreza como fenómeno, analisando-a nas suas causas exógenas. Para este autor, a pobreza é o resultado de uma interacção social e constroi-se de fora para dentro, ao ser rotulada ou etiquetada pela própria sociedade que acciona mecanismos de apoio. O pobre é, tal como o estrangeiro, aquele a quem se pode prestar assistência, mas negando-se-lhe o acesso a outros direitos civis.

Também Max Weber não deixa de apontar um investimento cada vez menor na coesão social da comunidade, em nome de uma “dominação legal” cada vez mais interessada em criar estruturas que servem uma moral capitalista, parca no que toca a preocupações de ordem social.

Cabe à Escola de Chicago, cujos estudos se centram nos desvio social, considerar conceitos como pobreza e marginalidade como factores de identificação das franjas das grandes cidades. Paralelamente ao que

sucede no meio ambiente natural, a cidade transformou-se num ambiente fortemente marcado por um poderoso processo “virtual” de “selecção e competição”, em que a mobilidade, a diferenciação e a segregação são constantes na estrutura organizativa da cidade, fruto de uma concorrência feroz.

Por sua vez, o Interaccionismo e as Teorias Culturalistas referem-se à situação de pobre e à sua qualificação como tal que permite aos indivíduos assim rotulados criar uma estrutura organizativa, que funciona como mecanismo de defesa perante uma sociedade que lhes é hostil, recorrendo a padrões de cultura próprios, as chamadas “culturas de exclusão”.

As “culturas de pobreza” não deixam, por sua vez, de criar um sistema de valores e representações que lhes são próprios. No entanto, criam círculos viciosos responsáveis por uma pobreza geracional, resistente à abertura e à mudança, que “torna persistente o fenómeno” fazendo com que “a pobreza apareça como património comum que se transforma como herança social” (Fernandes, 1991: 43).

Retomando a afirmação de Fernandes (1991: 39) sobre o aparecimento de “novos pobres”, fruto do desemprego motivado por causas económicas e/ou pelo progresso tecnológico, o espaço de habitabilidade desta nova pobreza (zonas degradadas e periféricas da cidade) contribui para a sedimentação da cultura e da subcultura.

É importante salientar a acção do Movimento Operário que, nomeadamente no século XX, vai dar voz reivindicativa, através de diversas formas de luta, aos que atingiram a precariedade e a degradação a vários níveis, face a um capitalismo desenfreado, como forma de alertar consciências para a urgência de uma mudança social. É neste cenário que se oficializa o Plano Beveridge que reformula e responsabiliza o

papel do Estado como mediador e “tutor” de uma atitude concertada entre progresso e socialização.

Porém, o próprio Estado também não ficará imune às profundas mudanças político-sociais, à incapacidade de gerir momentos de crise, perante uma crescente leva de novos excluídos, face a uma autonomia crescente das forças economicistas.

2.2. A Emigração

Perante todas estas transformações sócio-económicas há quem, consciente ou inconscientemente, opte por emigrar.

É a pobreza que leva ao êxodo de populações para outros locais em busca de melhores condições de vida, face à precariedade a vários níveis (nomeadamente casa e trabalho). Oriundos de meios rurais isolados e enfraquecidos por uma agricultura de subsistência e em crise, desiludidos por uma cidade caracterizada por um individualismo segregacionista, a maioria vê na emigração uma via para a construção de um projecto de vida, em termos do aumento do pecúlio familiar e o sonho de, mais tarde, poderem regressar, estabelecendo-se nos seus países de origem. Por outro lado, a atracção por espaços míticos de abundância (o *american dream*, por exemplo) e o apelo de familiares e amigos levava-os a concretizar essa decisão.

Mas a emigração não é um processo fácil, se atendermos ao seu contexto multidisciplinar e complexo.

Os emigrantes são, portanto, actores num processo de mobilidade, ao passar de um contexto social para outro. O fundamento teórico em relação à pobreza actua aqui com um critério na percepção do fenómeno migratório. Há ainda a salientar as diferenças nas formas como cada país encara a pobreza; a pobreza vista pelo lado económico (objectivo) e a

(subjectiva) que é vista pela posição social que se ocupa, a hierarquia das necessidades e o grau de satisfação em relação a essas necessidades - a pobreza, neste caso, encarada como fenómeno psicossocial e cultural.

É, sobretudo, a pobreza absoluta que melhor se encaixa neste contexto da emigração, na medida em que esta via funciona como um escape à falta de recursos e à consequente limitação em termos sociais. A sociedade, ao excluir os pobres, restringe-lhes a sociabilidade.

Assim, a emigração torna-se apelativa para as “culturas de pobreza”, que traduzem uma maneira de ser, fazer e sentir dos indivíduos, famílias e grupos, cujos recursos são tão poucos que eles não conseguem viver de acordo com os padrões sociais ditos normais que marcam.

2.2.1. Infância e Adolescência nos países de acolhimento

O imigrante vai debater-se, essencialmente, com a diferença, nomeadamente no espaço físico e no espaço social, ao defrontar-se com dois mundos diferentes: os modelos tradicionais do seu país de origem e os modelos vigentes no país acolhedor.

“A situação de cada imigrante deve quase sempre ser vista dentro do contexto da respectiva família, (...) e ainda porque o estatuto de “ser emigrado” tem um significado ambivalente, por estar entre dois países e duas culturas” (Monteiro, 1999: 4).

Há que ter em conta o modo como reagem à diferença. Por um lado, a primeira geração (os pais) sociabilizada numa cultura que levou do seu país de origem, a tentar adaptar-se a outra; por outro lado, a segunda geração (os filhos) que nasceu ou não no país de acolhimento e fez aí todo o seu processo de socialização.

Os progenitores adaptaram-se à nova cultura mas de uma forma “contida”, isto é, trata-se de uma aculturação formal, ou melhor, adaptam o seu comportamento às necessidades ocupacionais do dia-a-dia, mas mantêm o cerne da cultura de origem intacto. Monteiro (1987) acrescenta que esta situação é discutível e que muitos usam a sua “etnicidade” de acordo com as suas conveniências.

E os mais jovens, o que sentem, como vivem, como reagem perante um novo país e uma nova cultura?

A adolescência é uma etapa no desenvolvimento do ser humano que combina modificações biológicas, sociais e cognitivas dos indivíduos e o modo como tais mudanças afectam o seu desenvolvimento psicossocial.

O adolescente defronta-se consigo próprio face às transformações e modifica as suas relações com a família, com os colegas e com a escola; segundo Giddens (1989), o processo de sociabilização é de tal modo significativo durante a infância e a adolescência que pode marcar toda a vida do indivíduo. Por outro lado, nenhum indivíduo é imune àquilo que o rodeia, modificando constantemente o seu comportamento ao longo das diversas fases da sua vida (o endógeno e o exógeno).

Há que ter em conta a consistência entre dois tipos de sociabilização, a primária e a secundária, isto é, o que é construído pelo indivíduo e o que ele integra daquilo que o rodeia (Guerra, 1993:69) e a opção que prevalece.

A socialização aparece, assim, como um processo interactivo que facilita a evolução do indivíduo de acordo com padrões específicos; “o modelo analítico para o processo de sociabilização deve, contudo, integrar uma perspectiva diacrónica que considera a unidade dialéctica entre determinantes estruturais e a actuação lógica de contextos

interactivos ao longo da trajectória social dos indivíduos” (Guerra, 1993:17).

A família, o grupo semelhante e a escola constituem uma trilogia de agentes socializantes que veiculam regras que “regulam” o comportamento do indivíduo. A família é, sobretudo, prioritária na infância e na adolescência.

A família surge como responsável pela primeira sociabilização. Nas sociedades tradicionais era à família que cabia o papel de inculcar regras, valores, que deveriam moldar o indivíduo para o resto da vida, o que nem sempre acontece, actualmente, nas sociedades ocidentais.

A criança começou por ser vista como um capital, o que implicava uma forte submissão ao grupo em que se integrava.

O *habitus* ou matriz, na raiz do comportamento, é condicionado pelo processo de socialização, cuja especificidade depende da integração social.

Os grupos semelhantes são constituídos por crianças ou jovens da mesma idade que podem desenvolver um processo de socialização igualitário. Na infância, a criança apreende e aprende; na adolescência, o jovem partilha pensamentos e sentimentos.

A escola, por sua vez, assume uma posição de relevância pelo papel formal que lhe cabe no processo de socialização. É ela que molda a identidade do indivíduo, inculcando-lhe um conjunto de ideias, orientações e comportamentos de valor comum, refazendo pontos de vista, moldando opiniões.

Sendo a escola, deste modo, o espaço formal de transmissão de conhecimento, de normas e valores, subordinando-se à lógica formal da autoridade e da disciplina, a ela cabe uma função de sociabilidade, especialmente na infância e na adolescência.

2.3. A Identidade

Identidade é um conceito tão abrangente que falar dela implica trazer à luz um fenómeno que vai do foro psicológico ao sociológico, uma vez que identidade pressupõe uma dialéctica entre o individual e o social. Ao focá-la, neste trabalho, apenas teremos em linha de conta a identidade como factor subjacente a trajectórias de risco decorrentes de comportamentos e práticas desviantes por parte do imigrante conducentes à marginalidade e à marginalidade social.

“Há discussões em todo o lado sobre a chamada “crise de identidade” sem se saber o que é inerente a esta expressão: dificuldades de integração por parte dos jovens, aumento de exclusão social, inadaptação em relação às mudanças” (Dubar, 1991: 7).

A formação da identidade é um processo dinâmico, não linear, que decorre de um constante processo de reformulação. A adolescência é a melhor etapa para a formação da identidade, para a construção do *self*.

Erik Erikson (1980) foi um dos autores que se debruçou sobre a compreensão do processo de formação de identidade. Na adolescência começa o desafio, num processo que envolve maturidade (puberdade), expectativas culturais (os adolescentes começam a planear como desempenhar papéis de responsabilidade na idade adulta) e pressões sociais (estar em desacordo como os pais, a pressão do grupo).

Como afirma Dubar (1991), a identidade “não se recebe ao nascer mas constrói-se na infância e, a partir daí, reconstrói-se constantemente ao longo da vida”.

Tal como o processo de socialização, o processo de formação da identidade social decorre também de forma contínua mas não linear, revelando-se activa e interactiva (Dubar, 1991). O relacionamento com novos grupos semelhantes (considerado emocionalmente forte) constitui um contexto favorável à criação de novas identidades.

A construção da identidade social decorre, assim, num processo dinâmico, em que os indivíduos têm uma percepção da realidade e organizam os seus modos de vida num contexto marcado por conjuncturas históricas. Tal processo está em constante remodelação (Guerra, 1993).

Segundo Tajfel (1983), esta concepção é entendida “como esse fragmento de auto-conceito de um indivíduo que deriva da percepção de pertença a um grupo (ou grupos) social, em conjunto com o lado emocional e de valor associado a essa pertença”.

Assim, poder-se-á falar de uma categoria social que, para além de abranger aspectos de diferenciação, como o género, idade, papéis sociais ou profissionais, grupos semelhantes, trabalho, em suma, todas as dimensões cuja estabilidade permite a emergência de um “nós” por oposição a um “eles”. Os grupos sociais buscam uma identidade social positiva, porque “sempre que os indivíduos que pertencem a um grupo, interagem, colectiva ou individualmente, com outro grupo ou com os seus membros, em termos de identidade grupal, estaremos perante um exemplo de comportamento inter-grupal”(Tajfel, 1983:261).

É nesta base que Tajfel (1983) distingue as relações inter-grupais das relações individuais. Estabelece, em relação ao grupo, três componentes (idem: 261):

- a) a cognitiva - que abrange a sensação de pertença ao grupo;
- b) a valorativa - que implica a conotação positiva ou negativa do grupo;
- c) a emocional - que se refere às emoções.

2.4. Trajectórias desviantes

2.4.1. O Desvio

O desvio surge como uma inconformidade em relação a certas normas. Através dele assiste-se a uma quebra dos padrões estabelecidos, a uma ruptura que provoca sentimentos negativos, dando origem a um processo de sanções, cuja função é punir a infracção e evitar desvios futuros.

O desvio mostra grandes variações, quer no plano temporal (do passado para o presente), quer no plano espácio-social (de uma sociedade para outra) (Giddens, 1989). Assim, saber em que contexto ocorre o comportamento desviante, ter em conta a biografia de quem o pratica e a intenção com que é praticado, são três pré-requisitos a analisar, em cada caso particular, para compreender se tal comportamento excedeu o grau de tolerância de cada sociedade.

Para Erving Goffman (1980) “o desvio é praticado por indivíduos que voluntaria e abertamente recusam aceitar a posição social que lhes é destinada e que actuam de uma forma irregular e sob uma certa rebelião em relação às suas instituições básicas”.

No entanto, pode pôr-se em causa se falar de criminalidade, insanidade, delinquência, por exemplo, não será “preconceituoso”, na medida em que há que definir com clareza o que é justo e injusto, verdadeiro e falso, saudável e patológico. De facto, um acto desviante é, acima de tudo, um acto reprovável, que só poderá ser considerado assim se houver uma ideia pré-concebida sobre o que é desaprovado e o que não é (Cousson, 1983 *in* Boudon, 1995).

Há que reflectir até que ponto um acto desviante pode ser conducente a uma prática de vida, o que Becker (1973) designou como “carreira” de desvio.

O desvio ocasional surge como um teste de entrada, de pertença a uma subcultura que partilha o desvio com os mais jovens, dando-lhes o “poder” de comungarem de um sentimento comum. Deste modo, “os grupos, mais do que os indivíduos isoladamente, são levados a construir justificações históricas, jurídicas e psicológicas, que lhes permitem a definição de uma identidade que, apesar de desviante, não deixa de ser, ainda assim, uma identidade” (Xiberras, 1996:125).

Quanto maiores forem as oportunidades de transgressão, maior será a tendência para o desvio. Incapazes de manter relações sociais positivas, esses indivíduos optam pelas ofensas, mais ou menos graves, mas todas elas consideradas infracções à lei.

2.4.2. A Delinquência

Segundo Weiner (1995), a delinquência representa um comportamento ilegal, como fazendo parte de uma subcultura que aprova padrões de conduta anti-social; é mais um comportamento de grupo do que individual. Deste modo, os “delinquentes socializados” identificam-se com os seus pares, como membros de plena integração do grupo.

“A delinquência socializada está frequentemente associada a um desenvolvimento não “controlado”, num lar disfuncional, localizado no seio de uma vizinhança socialmente degradada, ela própria com alta taxa de delinquência” (Weiner, 1995:319). De facto, os adolescentes que têm falta de um acompanhamento parental firme e dedicado, revelam tendência para serem mais susceptíveis à influência dos seus pares, especialmente no que respeita a uma má conduta.

Shaw e McKay (1942) (citado por Weiner, 1995) elaboraram estudos sobre ambientes degradados com alta taxa de criminalidade. Segundo estes autores, a delinquência é descrita como uma tradição grupal que os

mais velhos transmitem aos mais jovens adolescentes, em contextos de vizinhança em que a autoridade parental é precária.

A delinquência pode ser analisada como um conflito que põe em oposição três adversários: o delinquente, a vítima e o castigador, cada um deles com diferentes objectivos.

O delinquente quer maximizar a sua “superioridade” pessoal através de infracções que ofendem, atingem ou agridem a vítima. Esta, por sua vez, quer defender os seus bens ou pessoas da agressão, tentando evitá-la. Ao castigador cabe reparar a infracção, através da punição (Alão et al: 1993).

Do ponto de vista do delinquente, a ofensa pode não constituir um problema, mas sim uma solução.

A própria delinquência basear-se-á, ela própria, num processo de sociabilização falhado.

2.4.3. O Crime

O crime é considerado um acto ou um modo de vida punível por lei.

Ao afirmar que o crime deve ser encarado como qualquer outro fenómeno social, Durkheim, define-o como um “acto que ofende certos sentimentos da colectividade, revestindo-se de uma particular energia e força” (Cousson, 1983 *in* Boudon et al, 1995:391).

Perante a reacção face ao crime, Durkheim fez com que os criminologistas, quase todos eles, quisessem saber até que ponto o comportamento criminal depende de causas sociais ou individuais. Merton, por exemplo, parte do conceito de anomia para referir a pressão imposta ao comportamento do indivíduo, quando as normas colidem com a realidade social. Este autor aponta ainda as discrepâncias entre os valores socialmente aprovados e a limitação de meios para os alcançar.

A via do crime pode representar uma estratégia de sobrevivência; o contacto e a integração em grupos existentes nesse contexto providencia uma série de aprendizagens, reforçando, assim, o processo de marginalização (Sebastião, 1996).

O marginal começa por ser apercebido como um ser incompreendido que se coloca a si próprio fora do sistema, devido a qualquer tipo de desadaptação. Com efeito, caracterizada por diferentes critérios - alta taxa de criminalidade, forte desorganização familiar, vários problemas do foro psíquico - a marginalidade é interpretada como uma inadaptabilidade às estruturas sociais.

2.4.4. A Toxicodependência

Segundo Kandel (1975), o uso de substâncias consideradas narcóticos passa por quatro fases: ingestão de cerveja ou vinho, ingestão de bebidas brancas, fumar marijuana e o uso de drogas duras (cocaína, estimulantes, sedativos, alucinogéneos, heroína). O mesmo autor e outros investigadores indicam que, salvo raras excepções, os jovens tornam-se consumidores numa fase subsequente, se eles já tiveram consumido drogas numa fase anterior.

Presentemente, a dependência de narcóticos surge como resultado do contacto de um indivíduo com uma substância num dado momento e num certo contexto (Miguel, 1997: 26).

Sobre a temática da dependência de estupefacientes surgem duas perspectivas: a empírica e a construtivista.

A empírica baseia-se “numa etiologia definida (o contacto com a droga) e por um enquadramento coerente de manifestações codificadas em categorias como “doença” e “delinquência”, porque as drogas dão,

inexoravelmente, origem a uma patologia física e psicológica e ao correspondente desenvolvimento social” (Valentim, 1997: 84).

A visão construtivista (Berger Luckmann, 1993) considera a toxicodependência como um fenómeno construído socialmente, inserido num sistema de valores e baseado em valores, em crenças culturais que são “modelados” (Valentim, 1997) por leis políticas com consequências nas interacções sociais.

Assim, a droga é encarada como um problema social que implica o hábito contínuo de consumo de tal forma que o indivíduo depende dos efeitos para se sentir física e mentalmente bem.

Actualmente, a toxicodependência é um fenómeno social com contornos ilimitados que afecta toda a sociedade, sendo a resultante de motivações psicobiológicas e ambientais e condições socio-culturais que favorecem a sua emergência.

2.4.5. A Violência

Considerada como uso da força para exercer coerção, esta traduz-se no plano físico ou moral, individual ou colectivo, exercida por seres humanos contra outros seres humanos, ao mesmo tempo que é vista como ataque contra o exercício dos direitos fundamentais ou a concepção de um desenvolvimento humano possível num dado momento “ (Fischer, 1994:18).

Deste modo, a violência surge, ela própria, como o uso da força que compreende formas diversas e extremas de “acção” perante uma sociedade que as codifica positiva ou negativamente.

Outo conceito associado à violência é a agressão. Uma distingue-se da outra por uma componente interaccional. Manifestando-se como um ataque de carácter brutal, dirigido a um indivíduo, a um grupo ou à

sociedade em geral, a agressão insere-se na categoria do comportamento individual em qualquer situação interpessoal, apresentando um actor que procura causar dano e uma vítima que é objecto desta acção violenta.

Segundo Fischer (1994), existem subjacentes à violência cinco factores que permitem avaliar o grau de complexidade deste fenómeno: as influências culturais, a personalidade do indivíduo, factores cognitivos, influências sociais (“detonadoras”), factores ambientais (por exemplo, o *habitat* urbano).

Outra prática comum é a violência doméstica, exercida contra as crianças e as mulheres (suas principais vítimas), responsável por conflitos familiares e geradora de instabilidade. Prende-se com factores como: o *stress*, a frustração, a valorização social do castigo ou punição, as “convicções religiosas”.

Todos os conceitos aqui referenciados (que vão desde a pobreza, passando por fenómenos decorrentes da emigração, alteração de identidades, até às trajectórias desviantes) implicam um percurso de marginalidade conducente ao fenómeno de exclusão social.

2.4.6. Valores e Representações

As representações sociais do repatriado são importantes para percebermos como se relacionam uns com os outros, o seu comportamento, como percebem a realidade que os rodeia e como tal os afecta a nível psicológico.

Moscovici (1981) conceptualiza as representações sociais como “*a set of concepts, statements and explanations originating in daily life in the course of inter-individual communications*” (1981:181). Na mesma linha de ideias, Jodelet (1989) considera-as como “*une forme de connaissance*,

socialement élaborée et partagée, ayant une visée pratique et concourant à la construction d'une réalité commune à un ensemble social" (1989:36).

Enquanto sistemas de interpretação, as representações sociais regulam a nossa relação com os outros e orientam o nosso comportamento.

As representações intervêm ainda em processos tão variados como a difusão e a assimilação de conhecimento, a construção de identidades pessoais e sociais, o comportamento intra e intergrupar, as acções de resistência e de mudança social. Enquanto fenómenos cognitivos as representações sociais são consideradas como o produto duma actividade de apropriação da realidade exterior e, simultaneamente, como processo de elaboração psicológica e social da realidade (Jodelet, 1989:36).

As representações sociais estão ligadas a sistemas de pensamento vastos, ideológicos ou culturais, e a um estado de conhecimentos científicos. As instâncias institucionais, os meios de comunicação mediáticos ou informais intervêm na sua elaboração, por meio de processos de influência social. Jodelet (1989) refere ainda que as representações sociais formam sistemas e dão origem a "teorias espontâneas", versões da realidade que incarnam em imagens cheias de significação. Através das diversas significações *"les representations expriment ceux (individus ou groupes) qui les forgent et donnent de l'objet qu'elles représentent une définition spécifique. Ces définitions partagées par les membres d'un même groupe construisent une vision consensuelle de la réalité pour le groupe. Cette vision, qui peut entrer en conflit avec celle d'autres groupes, est un guide pour les actions et échanges quotidiens"* (Jodelet, 1989:35).

Sintetizando, as representações sociais são conceptualizadas como saber funcional ou teorias sociais práticas. Estas permitem a organização

significante do real e desempenham um papel vital na comunicação: *“All human interactions, whether they arise between two individuals, or between two groups, presuppose such representations. Indeed this is what characterises them”* (Moscovici, 1984:12).

Assim, as representações sociais servem como guias da acção, uma vez que modelam e constituem os elementos do contexto no qual esta ocorre (Moscovici, 1961) e desempenham, ainda, certas funções na manutenção da identidade social e do equilíbrio sociocognitivo (Jodelet, 1989).

2.5. A Exclusão

Com o avançar do nosso estudo, as palavras exclusão e integração assumiram um lugar de destaque. Por isso consideramos pertinente aprofundar o conhecimento destes dois conceitos e suas implicações na comunidade repatriada.

A exclusão recai sobre um conjunto de domínios, não só os direitos e deveres cívicos, mas também aspectos socio-culturais, como o direito ao trabalho e à subsistência, a educação, a cultura, a habitação e a saúde, a protecção social, a participação social e a pertença.

A exclusão social acontece quando a sociedade não oferece a todos os seus membros a oportunidade de participar e beneficiar dos direitos que lhes pertencem, de modo a fazê-los sentirem-se como cidadãos de pleno direito. Esta negação alastra às instituições de ordem social, política ou económica, abrangendo, ainda, as estruturas mentais.

A exclusão pressupõe a existência de um contexto de referência do qual o indivíduo é excluído e é um processo dinâmico que abarca diversas tipologias (segundo Alfredo Bruto da Costa e que retomaremos mais adiante) e que implica modos individuais e evoluções particulares.

O conceito de exclusão social é relativamente recente e considera que a desigualdade é um princípio inerente a qualquer forma de estruturação social; torna-se legítimo esperar diferentes capacidades de articulação e de acumulação de recursos (materiais e sociais) por parte dos actores pertencentes a uma dada sociedade.

A exclusão surge com a agudização das desigualdades (indissociável dos mecanismos de produção destas), resultando numa dialéctica de oposição entre aqueles que efectivamente mobilizam os seus recursos no sentido de uma participação social plena e aqueles que, por falta desses mesmos recursos (recursos que ultrapassam a esfera económica, englobando ainda aqueles que derivam dos capitais cultural e social dos actores sociais), se encontram incapacitados para o fazer. A exclusão resulta, então, de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos, gerando uma não-participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade – inerente à figura dos excluídos – opondo-se claramente à noção de integração social (CIES/CESO I&D, 1998; Capucha, 1998).

A exclusão configura-se como um fenómeno multidimensional, como um fenómeno social ou um conjunto de fenómenos sociais interligados que contribuem para a produção do excluído. Coexistem, ao nível da exclusão, fenómenos sociais diferenciados, tais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros.

Acresce o facto de a exclusão ter um carácter cumulativo, dinâmico e persistente, encerrando no seu núcleo processos de reprodução (através da transmissão geracional) e evolução (pelo surgimento de novas formas), que garantem as suas vias de persistência, constituindo simultaneamente causa e consequência de múltiplas rupturas na coesão social, implicando manifestações de dualismos e de fragmentação social.

Numa acepção sociológica, a exclusão é o produto de um défice de coesão social global, não se reduzindo a fenómenos individuais nem a simples agregações de situações (Lamarque, 1995).

Verifica-se então, numa situação de exclusão, uma acentuada privação de recursos materiais e sociais, arrastando «*para fora ou para a periferia da sociedade*» todos aqueles que “*não participam dos valores e das representações sociais dominantes*” (Fernandes, 1995:16). O excluído encontra-se fora dos universos materiais e simbólicos, sofrendo a acção de uma espiral crescente de rejeição, que culminará na incorporação de um sentimento de auto-exclusão.

A nível simbólico “*tende a ser excluído todo aquele que é rejeitado de um certo universo simbólico de representações, de um concreto mundo de trocas e transacções sociais*” (Fernandes, 1995:17). Esta dimensão da exclusão assume-se pela transformação da identidade do indivíduo, inevitavelmente marcada por um sentimento de inutilidade, ligado à sua própria incapacidade de superar os obstáculos e os processos que provocam e/ou acentuam a sua exclusão.

Nas sociedades de onde foram expulsos, a pobreza e a exclusão reforçam-se mutuamente. Estes indivíduos não conseguiram, na sua maioria, configurar uma identidade (social) no trabalho, na família ou na comunidade devido aos seus comportamentos desviantes, tornando-se excluídos das relações sociais e do mundo das representações a elas associadas. Assim, “*(...) os excluídos não constituem uma ordem, uma classe ou um corpo. Eles indicam, antes, uma falta, uma falha do tecido social*” (Rosanvallon, 1995:204).

A exclusão social evoca uma fractura nos laços entre o indivíduo e a sociedade, propiciando uma quebra na própria unidade social. Com efeito, a exclusão é muitas vezes associada ao surgimento de “classes perigosas” ou “marginais” que põem em causa a estabilidade e a normalidade social.

Desta forma, os processos de exclusão traduzem a acumulação das deficiências ou insucessos em várias esferas sociais, assumindo igualmente a forma de uma ruptura dos laços simbólicos (Xiberras, 1996). A configuração da exclusão está estritamente ligada à desintegração social (quebra de laços de solidariedade e risco de marginalização), à desintegração do sistema de actividade (associada às mutações económicas) e à desintegração das relações sociais e familiares.

De acordo com Alfredo Bruto da Costa (1998), a exclusão social apresenta-se como um fenómeno complexo e heterogéneo contendo cinco tipos diferentes de exclusão que afectam os repatriados e que importa referir.

A exclusão do tipo económico, que está associado à pobreza, compreendida como uma situação de múltiplas privações e escassez de recursos, o que é perfeitamente visível na maioria dos repatriados que entrevistámos, graças às más condições de vida que possuem, baixo nível de educação e de qualificações profissionais e condições de trabalho, na sua maioria precárias e temporárias.

A exclusão do tipo social resulta de *“uma situação de privação relacional, caracterizada pelo isolamento, às vezes associado à falta de auto-suficiência e autonomia pessoal”* (Costa, 1998:22). Encontrámos muitos que se isolam de tudo e de todos, não querem ver ninguém, sendo extremamente complexo o contacto nestes casos.

A exclusão do tipo cultural, que está associada a atitudes como o racismo, xenofobia, por exemplo; a sociedade dominante torna mais difícil a integração a ex-presidiários e a culturas que sejam diferentes da sua, o que acontece com os repatriados.

Outro tipo de exclusão, o patológico, que é baseado em factores psicológicos ou de natureza mental, que por vezes origina rupturas familiares é mais frequente nos repatriados, como consequência de muitos anos de consumo de drogas.

O último tipo de exclusão defendido por Bruto da Costa, relaciona-se com o comportamento auto-destrutivo, ou *comportamento relacionado com dependência de narcóticos, alcoolismo, prostituição, etc.* (Costa, 1998:23). Este tipo de exclusão afecta alguns repatriados (estima-se que entre 15 a 20% da população repatriada), sobretudo na dependência de narcóticos e no alcoolismo e quase sempre acaba em morte. Para estes indivíduos já nada importa e são extremamente difíceis de recuperar.

A diversidade de condições que são propícias à exclusão, quando cruzadas com a extensão de referências culturais, sistemas de valores e representações sociais construídas e reproduzidas pelo indivíduo, irão configurar toda uma selecção de caminhos de vida que são essenciais à compreensão da exclusão social do repatriado.

2.5.1. Da Integração à Inserção social

O conceito de exclusão social está associado (por oposição) ao conceito de integração social. Justifica-se, assim, a sua problematização a par de um outro conceito, o de inserção social.

A integração pressupõe a delegação de poder; os excluídos devem ter necessariamente uma participação activa no funcionamento de grupos sociais organizados. Esta é uma condição básica para se operar a integração.

Assim sendo, a integração remete para um conjunto de situações estáveis e consolidadas ao nível das relações de trabalho, familiares e sociais. A sua possibilidade passa pela interacção entre quatro sistemas – o sistema político-jurídico, que deve operar a integração cívica e política; o sistema económico e territorial, que pressupõe a integração sócio-económica num dado espaço; o sistema de protecção social, que proporciona a integração social e o sistema familiar, comunitário e

simbólico, que deve realizar a integração familiar e na comunidade mais abrangente.

Numa sociedade de lógica produtivista, a integração assenta, em certa medida, sobre a actividade profissional, que favorece a segurança material e financeira, as relações sociais, a organização do tempo e do espaço e a identidade no trabalho (Paugam, 1991).

As políticas de combate à pobreza e exclusão assentam na noção de integração social, que é utilizada para designar *“o processo que caracteriza a passagem das pessoas, famílias ou grupos das situações de exclusão para as de participação social e cidadania”* (CIES/CESO I&D, 1998:9).

A inserção social remeterá, assim, para o *“duplo movimento que leva, por um lado, as pessoas, famílias e grupos em situação de exclusão social e de pobreza a iniciar processos que lhes permitam o acesso aos direitos de cidadania e de participação social e, por outro lado, as instituições a oferecerem a essas pessoas, famílias e grupos, reais oportunidades de iniciar esses processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio”* (CIES/CESO I&D, 1998:9; Capucha, 1998). Estes processos são accionados em múltiplos momentos e contextos da vida humana: interacção social e familiar, acesso a instituições, escolarização, qualificação, acesso ao emprego, participação cívica.

A inserção social poderá passar pelo recurso regular ou esporádico aos serviços de acção social, estabelecendo-se uma situação de dependência, ou seja, de inferioridade social e de uma reduzida auto-estima. As populações ajudadas ou assistidas negoceiam a inferioridade do seu estatuto social. Isto significa que os assistidos não são meras vítimas manipuladas por um “sistema”, são antes actores sociais que dispõem de um espaço de manobra e de negociação.

Conclui-se que a integração corresponde mais a uma visão sectorizada de acção e a inserção quer reorganizar os recursos de maneira a conhecer melhor as necessidades.

2.5.2. Deportação e Repatriamento

Deportado ou repatriado? Qual o termo mais adequado?

A palavra deportação significa mandar embora alguém, como forma de punição, que não implica, forçosamente um retorno ao país de origem. Aliás, o termo deportação significava, para os Romanos, banir, de forma radical, um indivíduo, enviando-o para um determinado lugar.

O termo repatriado, vulgarmente usado em Portugal, aplica-se ao indivíduo que foi expulso do país para onde emigrara e que é “devolvido” ao seu país de origem ou ao país da sua nacionalidade, ao qual o indivíduo é compelido a regressar.

À luz dos países que os expulsam são vistos como deportados; à luz dos próprios indivíduos e dos países que os acolhem, são vistos como repatriados (uma pátria que, na maior parte dos casos, nada lhes diz, de que pouco ou nada ouviram falar, que apenas está presente nas origens familiares).

Os EUA e o Canadá, como grandes países de acolhimento, têm usado a deportação como forma legal de defesa da prática de delitos que contenham uma certa gravidade, atentatória ao sistema de leis vigente.

A exclusão territorial implica uma separação não só espacial como familiar, a vários níveis.

No caso de repatriamento, o indivíduo vê-se confrontado com o herdado e o adquirido e sente dificuldade em conciliar dois sistemas num espaço que ele pouco associa à sua origem.

Os repatriados provêm, geralmente, de famílias numerosas (por vezes, monoparentais), de escassos recursos e baixas qualificações.

Podem demonstrar alguma violência, em resultado de um conjunto de frustrações advindas de experiências adquiridas fora do enquadramento familiar.

A violência assume uma certa relevância na trajetória do deportado porque interfere na sua contextura de (des)integração e na sociedade de donde foi excluído, sendo ela uma das principais causas que levaram ao repatriamento de um vasto número de indivíduos.

2.6. Da Segregação à Inserção Social

A sociedade tende a conduzir tais indivíduos a um processo natural e espontâneo de segregação social (mais visível em espaços isolados) que, em circunstâncias extremas produz a estigmatização. Esta situação pressupõe discriminação, o que leva a tratar os indivíduos de maneira diferente.

O mundo marcado pelo individualismo e afectado pela desintegração institucional são evidentes os sinais de discriminação e de segregação. Quando a exclusão acontece no plano económico, também acaba por afectar todos os outros domínios da existência (Fernandes, 1995).

2.6.1. Integração/inserção

A integração surge como a expressão que vulgarmente designa o processo que caracteriza a transição dos indivíduos, famílias ou grupos em situação de exclusão social à participação de cidadãos. Esta transição, porém, não deixa de ter em conta as diferenças e os conflitos desses mesmos indivíduos, mas tais circunstâncias não deverão ser

impeditivas de encaminhá-los com vista às normas que regulam a estrutura social vigente.

Segundo Isabel Guerra (1994)”, a integração corresponde mais a uma visão de acção, ao passo que a inserção quer (re)organizar recursos de modo a superar melhor as necessidades.

A diferença entre estes dois conceitos reside no facto de que a integração é entendida mais numa perspectiva moralista de colocar o “desviante” no seu lugar, enquanto a inserção tem a ver com o conceito de fazer com que o indivíduo possa emergir da sua condição de exclusão.

Assim, se a integração corresponde a uma fase de preparação do indivíduo para a sua entrada na sociedade dominante, a inserção implica o desenvolvimento de aprendizagens destinadas àqueles que se sentem desprotegidos ou excluídos.

A integração parte da ideia de uma sociedade normalizada, com a qual os indivíduos se conformam com os objectivos gerais e comuns a serem atingidos, através de uma série de intervenções na área do comportamento individual.

A inserção por sua vez, começa pelo diagnóstico de uma dada população, seguido da elaboração de um projecto adequado às *performances* existentes e em função do qual se procura desenvolver, em cada instituição, margens de escolha para o indivíduo, de modo a apoiá-lo na concretização dos seus objectivos. Esta mudança de perspectiva alimenta iniciativas em cada domínio onde a escassez do modelo clássico de integração se fazia sentir: a escola, o sistema judicial, a polícia, a casa, o bem-estar (Guerra, 1994).

Assim, a inserção social apresenta uma dupla função que leva, por um lado, os indivíduos, as famílias e grupos de exclusão a interagirem em processos que lhes permitam o acesso aos seus direitos como cidadãos e, conseqüentemente, o acesso à participação social. Por outro lado, as instituições oferecem reais oportunidades de iniciar-se esses processos,

através do apoio e da criação de ambientes sociais, e, deste modo, qualquer melhoria significa um passo em frente para um processo de inserção social dos indivíduos até então excluídos.

2.6.2. A crise do Estado-Providência

Nos últimos anos é notório o aparecimento de novos problemas sociais que implicam novos processos de acção e de reflexão. Assiste-se, segundo Lipovetsky (1989), a uma revolução permanente do quotidiano e do próprio indivíduo: privatizações alargadas, erosão das identidades sociais, simplicidade ideológica e política, uma desestabilização acelerada das personalidades, que nos leva a viver, actualmente, uma segunda revolução individualista.

Todas estas mudanças levam a que, como afirma Toffler (1984), uma nova civilização esteja a emergir nas nossas vidas, com novos estilos de famílias, formas de trabalhar modificadas e diferentes das que conhecíamos, outras formas de amar e de viver, novas economias, novos conflitos políticos e, subjacente a tudo isto, uma percepção modificada. Muitos autores afirmam que esta argumentação é a passagem da modernidade para a pós-modernidade.

Uma das características distintivas da modernidade é a interligação crescente entre as influências globalizantes, por um lado, e as tendências pessoais por outro, segundo Giddens (1994).

O estado-providência é perspectivado nas sociedades modernas como uma configuração de direitos e de obrigações, em que se reconhece os cidadãos como igualitários, no que toca a direitos civis, políticos e sociais.

Estes direitos são fundamentais na análise da sociedade, não só porque estruturam as relações sociais, mas também porque permitem aos

cidadãos atingir e defender os seus direitos, para que possam ter acesso ao mínimo de oportunidades e porque estes direitos estão associados não só à posição social como também às instituições, sendo estas, o *focus* da estrutura social (Barbalet, 1989).

Se a posição social está associada à qualidade de se ser membro de uma determinada comunidade (Marshall, 1992), logo a cidadania confere, através deste *status*, uma série de direitos e deveres que são reconhecidos por todos aqueles que são cidadãos dessa comunidade. Assim, o aparelho do Estado, através das instituições, é a instância que garante a promoção e a prática da cidadania. De acordo com Claudino Ferreira (1994), é o Estado o guardião do poder legítimo que estabelece os critérios de pertença a uma comunidade e, conseqüentemente, o acesso a três grupos de direitos que, de acordo com Marshall (*idem*, 1992) constituem a cidadania moderna: os direitos civis, políticos e sociais.

Tendo em consideração a crise pela qual passa o Estado-Providência, também o cidadão repatriado se vê confrontado com os problemas que afectam a conjuntura socio-económica do país que o recebe. O Estado, representado por diversas instituições, demite-se, muitas vezes, da sua responsabilidade em criar condições de adaptabilidade no acesso aos bens de que o cidadão necessita.

Actualmente, assiste-se a um desenvolvimento da igualdade formal entre os cidadãos e uma flexibilidade maior no acesso ao direito da cidadania; contudo, e no caso dos repatriados, apesar de serem cidadãos com plenos direitos, continua a existir uma série de situações que determinam a exclusão no acesso a determinados recursos na sociedade acolhedora e a participação plena em actividades sociais. Nestas circunstâncias, o repatriamento destes indivíduos é uma exclusão total ou parcial em relação aos direitos de cidadania. Esta situação afecta os indivíduos repatriados, uma vez que estes não têm a capacidade para

aceder aos recursos por conta própria, levando-os a uma situação de várias privações materiais, e, conseqüentemente, a uma situação de dependência, onde a assistência e as instituições de solidariedade social são a única luz ao fundo do túnel.

De facto, o repatriado beneficia da assistência e de alguns recursos disponíveis, mas não beneficia do direito de reclamar a sua cidadania plena, o que torna a sua participação na sociedade não a de um cidadão, mas a de um excluído.

Excluído da cidadania plena, o repatriado depende de subsídios, carece de assistencialismo. Se, por um lado, beneficia da assistência, por outro não beneficia dos seus direitos de cidadão, pelo que continua a sentir-se como um excluído.

Assim sendo, o indivíduo, nessas situações, sente-se incapaz de se organizar, o que o leva a optar, muitas vezes, por medidas que quebram os direitos de cidadania, estabelecendo ele próprio um mundo à parte, um mundo vazio, onde ele nada tem a perder.

CAPÍTULO III

O CASO DOS REPATRIADOS AÇORIANOS

3.1. A Emigração Açoriana

O *boom* da emigração do arquipélago dos Açores data de finais do século XVIII. Contudo, só no início do século XIX, quando as condições socio-económicas se tornaram desfavoráveis - nomeadamente para os trabalhadores rurais, que cultivavam a terra que não lhes pertencia e que mal lhes dava para subsistir - é que se assiste a um aumento do fluxo migratório.

O emigrante das primeiras gerações partia sozinho e sem instrução, apenas levando a força braçal que vai utilizar no campo ou nas fábricas americanas. Vê a América como a “terra prometida” (na América “veve-se” bem, dizem-lhe), que lhe dá o trabalho que os autóctones rejeitam. O imigrante açoriano aceita esse trabalho como dádiva, sem contestar, apostando no seu esforço e na esperança de melhorar o seu futuro e o da sua família.

À medida que as comunidades de imigrantes aumentam, geram-se laços de solidariedade que, de forma mais ou menos consciente, funcionam como apoio aos que vão chegando.

Maria Loamis Baganha (1990) na sua pesquisa acerca da história da emigração portuguesa nos EUA, mostra claramente o papel dinâmico das redes primárias de sociabilidade (os familiares, os conterrâneos, por exemplo) como mecanismo de suporte na busca de trabalho e de encaminhamento social.

Porém, o choque entre os modelos tradicionais de cultura e os modelos que prevalecem no país acolhedor tem, para o “emigrado”, um

significado ambivalente por estar entre dois países e duas culturas e que o leva a debater-se entre a sua conciliação, aculturando-se, ou perdendo-se numa existência de não integração, de não pertença aos locais de origem e de destino. Instala-se, então, a desilusão, a desmotivação, as vias alternativas através do desvio, da violência, da delinquência, que conduzem à marginalidade e, posteriormente à exclusão, culminando com a deportação.

Retomaremos o seu percurso em terras de acolhimento, desde a sua (des)integração até à deportação e repatriamento.

3.2. O Repatriamento para os Açores

O repatriamento dos portugueses açorianos emigrados nos EUA e Canadá por razões judiciais, tem levantado alguma polémica pela forma progressiva como se tem processado e pela amplitude que tal fenómeno tem vindo a tomar no tecido social da Região Autónoma dos Açores. É de salientar que tal situação se tenha acentuado, sobretudo, nesta região, em virtude das comunidades portuguesas naqueles países serem, na sua maioria, constituídas por açorianos.

Os Açores foram, quase sempre, marcados por fluxos migratórios, tendo por destino países como o Brasil e as Bermudas e, mais recentemente, os EUA e o Canadá, onde reside uma boa parte da comunidade açoriana.

A emigração açoriana - responsável pelo decréscimo demográfico que se verifica na região - foi sempre de cariz familiar. Os açorianos emigravam em massa, acompanhados geralmente das famílias, com o intuito de fixarem residência nesses países, dando origem a colónias (São Francisco, Oakland e outras na Califórnia, New Bedford e Providence e ainda em Boston e Brooklin).

Embora as autoridades americanas afirmem, repetidamente, que o número de cidadãos portugueses expulsos é pouco significativo no conjunto dos deportados, tal realidade adquire uma dimensão que começa a tornar-se “preocupante”, se tivermos em conta a situação geográfica e sócio-económica dos Açores.

Se até meados da década de noventa o problema era residual (casos esporádicos de alguns indivíduos com hábitos de consumo de álcool e outras drogas, que procuravam “aclimatar-se” e integrar-se em comunidades de referência familiar), a partir de 1993, e sobretudo em 1994/95 o repatriamento começou a adquirir contornos de uma certa dimensão. Aliás, as alterações ocorridas no sistema judicial dos EUA e do Canadá fez com que o número de indivíduos repatriados aumentasse.

A emergência de um grupo específico de “repatriados” deve-se a vários factores de agregação, tais como: terem todos o sentimento de “estrangeiros” (em virtude de todo o seu processo de desenvolvimento pessoal e social ter decorrido nos países para onde emigraram); a utilização da língua inglesa (embora alguns ouvissem falar português em casa, é uma língua que mal dominam); terem os parentes mais próximos nos países que tiveram de abandonar; preferirem um quadro de referências culturais e um ambiente físico e humano comum entre eles, às diferentes estruturas sócio-culturais dos Açores; terem passado por períodos, mais ou menos longos, de contacto com grupos sociais problemáticos, com uma ou mais condenações aliadas, e, ainda o consumo e tráfico de drogas.

As causas da deportação destes indivíduos estão, obviamente, ligadas à prática de actos proibidos por lei sendo de salientar o facto de nunca terem requerido ou obtido a cidadania americana ou canadiana.

Poder-se-á perguntar: porque não se naturalizaram os repatriados, evitando assim a sua deportação? São várias as respostas. Uma delas é que nunca sentiram necessidade de o fazer, porque quando uma pessoa

é aceite nos EUA ou no Canadá, teoricamente, se tiver família instalada e uma ocupação estável, poderá permanecer indefinidamente com esse estatuto. Também a ideia do regresso à terra-natal leva a que muitos emigrantes não se naturalizem prejudicando, assim, os filhos (que poderão vir a ser repatriados) e, nalguns casos, eles próprios. Associado a esta ideia do regresso, também está presente o factor económico, pois muitos pensam que, não sendo naturalizados, poderão mais facilmente escapar às leis do fisco, o que lhes permite economizar mais em menos tempo, apostando num regresso mais cedo. Há também outros indivíduos que não o fizeram, por desconhecerem as leis da naturalização.

CAPÍTULO IV

A METODOLOGIA ESCOLHIDA

Pretendemos, neste capítulo, apresentar as nossas opções metodológicas, os instrumentos de recolha de dados aplicados e a forma como os mesmos foram utilizados.

Relativamente ao modo de dirigir a nossa pesquisa, seguimos Quivy e Campenhoudt (1995:15), quando afirmam que

“... importa, acima de tudo, que o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo de elucidação do real, isto é, no seu sentido mais lato, um método de trabalho...”

À semelhança de Carmo e Ferreira (1998:175), achamos importante discernir entre método e técnicas de investigação. Vamos definir método como os grandes princípios orientadores, construídos, *a priori*, como um conjunto de directrizes que enquadram a possibilidade da existência de acções para atingir determinadas finalidades; método será o caminho possível, como nos refere Grawitz (1990:385):

“... dans un sens restreint, pour dégager un element commun à toutes ces méthodes, on dira que l'on peut considerer la plupart d'entre elles comme un ensemble concerté d'opérations, mises en oeuvre pour atteindre un ou plusieurs objectifs, un corps de principes preside à toute recherche organisée, un ensemble de normes permettant de selectionner et coordonner les techniques...”

A mesma autora refere que toda a investigação ou aplicação de carácter científico nas Ciências na sua generalidade, comporta a utilização de procedimentos operatórios rigorosos, bem definidos, transmissíveis, susceptíveis de serem aplicados de novo, desde que se mantenham as

mesmas condições, sem dúvida adaptados ao género do problema, ou fenómeno em causa, ao que esta autora nomeia de técnicas.

Assim, técnicas são procedimentos operatórios rigorosos. A escolha da(s) técnica(s) está dependente – rigorosamente dependente – dos objectivos propostos, objectivos esses intimamente ligados ao método de trabalho. Segundo Grawitz (1990: 385):

“... la méthode est une conception intellectuelle coordonnant un ensemble d’opérations, en general plusieurs techniques...”

Esta relação é superiormente ilustrada pela mesma autora, ao recorrer à comparação com o jogador de ténis: também este possui um conjunto de técnicas (servir, defender, a forma de colocar a raqueta, a forma de efectuar o gesto). Cada um utiliza uma técnica em função de um método (fatigar o adversário, jogar para o fundo do campo ou junto à rede). O método resulta de reflexão, utilizando e organizando as técnicas que são concretas em função do objectivo - ganhar, neste exemplo concreto.

4.1. Objecto de investigação

Apresentamos neste ponto o que consideramos que está na “mira” do nosso processo de investigação; assim justificamos a construção da nossa problemática de investigação, as questões que nos “assaltaram”, os objectivos que nos propusemos concretizar através deste processo.

4.1.1. Problemática de investigação

Para definir melhor a problemática sentimos a necessidade de efectuar entrevistas exploratórias a informantes privilegiados, pessoas que lidaram directa ou indirectamente com os repatriados. Estas entrevistas permitiram delimitar e conhecer alguns aspectos que iriam tornar-se importantes no nosso campo de acção, dando especial enfoque ao fenómeno social dos repatriados açorianos.

O objecto de estudo foi a população repatriada nos Açores, proveniente dos EUA e do Canadá, procurando compreender o que mais os afecta: exclusão, marginalidade, identidade comportamentos desviantes, integração, (des)inserção. Houve também a preocupação de compreender a relação dos repatriados com a sociedade micalense.

É no contexto desta problemática que vão emergir as questões de investigação, tendo sempre como bússola os objectivos que nos propomos atingir, como refere Boutinet (1986:9):

“... os motivos e as finalidades definem o sentido do projecto, um duplo sentido a compreender de um ponto de vista temporal; os motivos enraízam o projecto no momento presente, sem contudo o tornarem prisioneiro desse momento; as finalidades ancoram o projecto no futuro sem se iludirem com esse futuro. É assim que o projecto está destinado a vogar entre o realismo do presente e o ilusionismo do futuro...”

Embora este autor se refira concretamente ao trabalho de projecto, revemo-nos, no nosso percurso de pesquisa, neste dinamismo: também a construção do nosso trabalho de investigação, enquanto processo, sofre “afinações” consoante o confronto com o real. A construção de saber, de conhecimento, resulta da âncora a lançar no futuro (objectivo) em confronto com o agir diário do nosso percurso de investigação.

4.1.2. Questões e objectivos da investigação

De que modo os repatriados se perspectivam e como são perspectivados pela comunidade açoriana?

Esta questão central determinou uma série de outras perguntas:

- Quem são estes repatriados?
- Quais os seus percursos de vida anteriores a esta condição de repatriados?
- Como lida a sociedade açoriana com os repatriados e vice-versa?
- Quais as razões das dificuldades de inserção e de integração dos repatriados?

Como objectivos, pretendemos efectuar um diagnóstico de situação sobre:

- Dados sócio-demográficos da população repatriada nos Açores
- Clarificar e relacionar o processo de socialização por que passaram os repatriados antes, durante e após o repatriamento.
- Seus modos de vida, comportamento anti-social e marginalidade.
- A *performance* institucional.

4.1.3. Justificação do estudo

Pode afirmar-se que tem sido pouco estudado o fenómeno social dos repatriados, o que confere um carácter pioneiro à investigação.

4.1.4. Limitações do estudo

A grande mobilidade dos repatriados dificultou muito o contacto: dificuldade em encontrá-los e em aceitar que colaborassem nas entrevistas.

Se, por um lado, a interacção com as instituições e entidades oficiais constituem dimensões importantes para a realização do trabalho, por outro, os constrangimentos de horários e as deslocações implicam esperas e demoras, o que também dificulta o bom andamento do trabalho.

4.2. Instrumentos e técnicas de investigação

A escolha da metodologia e das técnicas de investigação está dependente dos objectivos propostos – ambos já anteriormente referidos. Esta opção determinou, conseqüentemente, os procedimentos operatórios.

Assim, ao objectivarmos como desejável para a nossa pesquisa um diagnóstico de situação de um grupo particular da população – os repatriados açorianos – e a sua relação com a comunidade açoriana, reforçamos a ideia, através das leituras e entrevistas com pessoas que trabalharam nesta área, uma vez que são escassos os dados sobre esta problemática.

Daí surgir a necessidade de desenvolver um raciocínio de tipo indutivo, de os conceitos e a compreensão dos fenómenos ser construída com base na informação recolhida. Esta informação não surge para comprovar hipóteses, embora, eventualmente, se possa constituir em hipóteses. A escassez de dados faz-nos olhar para a população em estudo, globalmente, de uma forma holística. A população em estudo é

“olhada” de uma forma naturalista, interagimos com o objecto de estudo, procurando adquirir informação que nos permita compreender o fenómeno.

É compreensível que a nossa opção pelo paradigma qualitativo, as características da população em estudo, os objectivos propostos e o contexto nos encaminhem para este modelo. A população repatriada nos Açores é recente. É necessário, pois, conhecer os membros desta população e construir uma aproximação ao seu modo de vida. É necessário sentir – pela aproximação provocada, por exemplo, pela intensidade do relato – o que esta população está a vivenciar e, sempre que possível, procurar o sentido das suas necessidades e dificuldades. Segundo esta perspectiva, o investigador é, ele também, processo de investigação, como afirma Carmo e Ferreira (1998:181):

“... o investigador é o instrumento de recolha de dados; a validade e a fiabilidade dos dados depende muito da sua sensibilidade, conhecimento e experiência...”

A nossa investigação decorre de uma forma sequencial, com início em fenómenos de carácter geral, baseados na observação, leitura e entrevistas, que nos permitiram conceber um *corpus* de conhecimento e delimitar o nosso objecto de estudo. Após esta fase, privilegiamos a utilização do inquérito como instrumento de recolha de dados. Matalon (2001:13) aponta algumas razões para o recurso ao inquérito:

“... o recurso ao inquérito é necessário de cada vez que temos necessidade de informação sobre uma grande variedade de comportamentos de um mesmo indivíduo, comportamentos cuja observação directa, mesmo que possível, levaria demasiado tempo, ou seria completamente impossível...”

Desta forma, as técnicas de investigação eleitas foram a observação participante e o inquérito quer na sua versão menos directiva – entrevista – quer na sua forma mais estruturada – questionário.

4.2.1. A entrevista

Pretendemos conhecer a forma como a população repatriada nos Açores vive o dia-a-dia, as suas dificuldades, o seu percurso enquanto emigrantes, a relação que têm com a sociedade acolhedora, as suas estratégias de acção e reacção. Estes dados só poderão emergir através de uma entrevista semiestruturada, semidirectiva, permitindo a obtenção dos dados como se de uma conversação se tratasse. Sobre este assunto, Albarello (1997:95) refere:

“... o papel do entrevistador, numa óptica semidirectiva, pode ser delimitado nestes termos: segue a linha de pensamento do seu interlocutor, ao mesmo tempo que zela pela pertinência das afirmações relativamente ao objectivo da pesquisa, pela instauração de um clima de confiança e pelo controlo do impacte das condições sociais da interacção sobre a entrevista...”

Técnica privilegiada para colhermos dados num processo de investigação de cariz exploratório, a entrevista permite ainda relacionarmo-nos com a população repatriada açoriana. Como já referimos, impõe-se um procedimento indutivo, o investigador interage no terreno, como refere Albarello (1997:97):

“... na sua base encontra-se uma pesquisa exploratória, fase aberta na qual o investigador se situa como um verdadeiro explorador, se familiariza com uma situação ou um fenómeno e tenta descrevê-los e analisá-los. Nesta fase aberta, o investigador, graças ao raciocínio

indutivo e muitas vezes também graças a numerosos factores inconscientes ou ocasionais, faz emergir uma hipótese entre várias alternativas, coerente com o corpo de conhecimentos anteriores bem estabelecidos...”.

4.2.1.1. A análise de conteúdo

Para Bardin (1977:10):

“... os processos de análise de conteúdo obrigam à observação de um intervalo de tempo entre o estímulo-mensagem e a reacção interpretativa. Se este intervalo é rico e fértil, então, há que recorrer à análise de conteúdo...”

Utilizamos esta técnica de investigação porque permite conhecermos esses intervalos de acontecimentos de extrema importância nas práticas de vida das pessoas. Para além dessa utilização, consideramos o instrumento adequado para analisar as respostas dadas nas entrevistas e das respostas a perguntas abertas/fechadas existentes no questionário.

A forma de procedimento indutivo que utilizamos provoca vaivém entre o que pretendemos (objectivos) e o que encontramos (recolha dos dados), este processo obriga-nos a constantes “reformulações”, descobertas, segundo Albarello (1995:117):

“... este trabalho indutivo, o vaivém constante entre as hipóteses de partida, a recolha e o tratamento dos dados são particularmente importantes quando se encara a análise qualitativa numa lógica exploratória, como um meio de descoberta e de construção de um esquema teórico de inteligibilidade, e não tanto numa óptica de verificação ou de teste de uma teoria ou de hipóteses pré-existentes...”

De entre as opções existentes, consideramos que o que Albarello (1995:120) nomeia como descrição analítica serve os objectivos que delineamos, na medida em que não existe uma grelha predefinida, a análise incide sobre os materiais que emergem, “... *as classes ou categorias e as suas relações são sugeridas ou descobertas, indutivamente a partir dos dados...*”. Não desejamos a criação prévia de um esquema de análise, na medida em que consideramos que, tal facto, poderá induzir a exploração e descrição a que nos propusemos. Pretendemos descrever os actores da situação. Também Bardin (1997:119) nos apresenta esta forma de categorizar:

“... o sistema de categorias não é fornecido, antes resultando da classificação analógica e progressiva dos elementos. Este é o procedimento por “milha”. O título conceptual de cada categoria, somente é definido no final da operação...”

Esta técnica de investigação centrada no sujeito permite-nos construir conhecimento a partir do que é significativo para este. Assim, o sujeito relata acontecimentos e relações entre acontecimentos, descreve situações marcantes, indo, deste modo, de encontro ao sentido exploratório da nossa pesquisa.

4.2.2. O questionário

Acerca das diferentes possibilidades que variam entre a entrevista e o questionário quanto ao menor ou maior grau de directividade do inquérito, Matalon (2001:63) refere:

“... as técnicas do inquérito serão diferentes segundo a sua maior ou menor directividade. Num extremo desta dimensão, encontraremos a

entrevista não directiva (também chamada livre ou em profundidade) (...) no extremo oposto, o questionário fechado é constituído por questões sucessivas, cuja ordem e formulação foram fixadas antecipadamente (...) entre estes dois extremos são possíveis numerosos procedimentos intermediários...”

Assim, a diferença entre entrevista e questionário baseia-se no facto de as técnicas menos directivas serem apanágio da entrevista, enquanto os questionários primam pela formulação prévia das perguntas. Na aplicação destas modalidades do inquérito não há, segundo Matalon (2001) clareza sobre os limites de um ou de outro.

O questionário a que nos propomos terá características de misto, por ordem de menor para maior grau de directividade. O que Matalon (2001:64) define como:

“...o questionário aberto: a formulação e a ordem das questões são fixas, mas a pessoa pode dar uma resposta tão longa quanto desejar e pode ser incitada por insistência do entrevistador. O questionário fechado: a formulação das questões, a sua ordem e a gama de respostas possíveis são previamente fixadas...”

Propomos um questionário misto, que contenha características de questionário aberto e características do questionário fechado. Irá ser constituído por questões que se debruçam sobre factos e por questões que procuram a opinião. Quanto à forma, estas questões poderão ser abertas (o inquirido responde utilizando o seu vocabulário, tece comentários), ou fechadas (o inquirido escolhe, de entre, uma lista de respostas possíveis). Esta mescla de informação – facto *versus* opinião – procura, precisamente, descrever holisticamente a população repatriada nos Açores.

Com referem Quivy e Campenhoudt (1995:188), os questionários podem, ainda, classificar-se em administração indirecta, quando é o investigador a completar as respostas que lhe são transmitidas, e de administração directa, quando é o próprio inquirido que o preenche.

Devido às características da nossa pesquisa pareceu-nos mais adequado aplicar o questionário de administração indirecta à nossa amostra da população repatriada e o questionário de administração directa à comunidade açoriana.

4.3. Tipo de estudo

Norteados por um paradigma qualitativo, consideramos o estudo em curso de caso exploratório, descritivo, pois pretende efectuar um diagnóstico da situação da população repatriada nos Açores. Segundo Yin (1988), um estudo de caso define-se como uma abordagem empírica que investiga um fenómeno actual no seu contexto real, quando os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes e no qual são utilizadas muitas fontes de dados. Este autor põe ainda em evidência que o estudo constitui a estratégia preferida quando se quer responder a questões de “como” e “porquê”; o investigador não pode exercer controlo sobre os acontecimentos e o estudo focaliza-se na investigação de um fenómeno actual no seu próprio contexto. De salientar ainda a existência de estudos de caso exploratórios e descritivos feita pelo mesmo autor.

Em relação à investigação descritiva, Carmo e Ferreira (1998:218) afirmam:

“... Investigação descritiva. Esta área de investigação implica estudar, compreender e explicar a situação actual do objecto de investigação...”

Com o decorrer do trabalho de campo, com as dificuldades sentidas e as soluções encontradas, a nossa pesquisa apropriou-se de características que, de algum modo, se enquadram no estudo *field research*. Vejamos o que a literatura nos elucida sobre esta terminologia.

Relativamente ao *field research*, Quivy e Campenhoudt (1995:234) definem:

“... a field research (ou estudo no terreno), que consiste em estudar as situações concretas no seu contexto real (...) a field research é actualmente conciliável com diversos campos de investigação em ciências sociais, nomeadamente a sociologia do trabalho, da saúde ou da educação. Debruça-se sobre grupos específicos, cujos comportamentos e interacções tenta captar...”

Este desenho de investigação impõe uma gradação de aproximação ao objecto de investigação. Numa primeira fase, o investigador adoptará uma postura mais de observador, “espectador” dos acontecimentos, pretendendo efectuar uma apreensão panorâmica do fenómeno em causa. As fases posteriores implicam uma maior participação no processo de apreensão do fenómeno, passando de observador a participante, de “espectador” a “actor”, centrando-se mais no fenómeno. Pretende, nesta fase, uma apreensão mais em profundidade.

Reveste-se de particular importância nesta abordagem, como preparação para “entrar” na primeira fase, toda a recolha de informação existente sobre o objecto de investigação. Ganham, pois, relevo as entrevistas exploratórias, efectuadas a informantes qualificados sobre o fenómeno em estudo.

4.4. As entrevistas exploratórias

4.4.1. Contexto de realização

As entrevistas exploratórias foram feitas a testemunhas privilegiadas e ao público directamente implicado na área de estudo.

A entrevista deve ser semi-estruturada, pois deve dar-se liberdade ao Outro, para dar o seu testemunho/opinião.

Assim, entrevistámos um professor universitário, um sociólogo, duas pessoas que estiveram à frente do CAR (Centro de apoio ao Repatriado), várias pessoas ligadas a associações portuguesas nos E.U.A. e no Canadá e técnicos da Segurança Social e da Reabilitação Social e da Secretaria Regional das Comunidades.

Estas entrevistas exploratórias tiveram como objectivo definir melhor a problemática. Como refere Quivy e Campenhoudt (1998:69):

“... as entrevistas contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargam ou rectificam o campo de investigação das leituras...”

Elaborámos o guião das entrevistas exploratórias e procedemos à sua execução .

Utilizámos o comportamento sugerido por Quivy e Campenhoudt (1998) procurando efectuar o menor número possível de perguntas, ao mesmo tempo que formulámos as nossas intervenções da forma mais aberta possível. Facilitámos a livre expressão do entrevistado. Evitámos, na medida do possível, implicarmo-nos no conteúdo das entrevistas. As entrevistas foram previamente acordadas quanto à hora e local, desenrolando-se num ambiente e contexto adequados. Foram apresentados ao entrevistados os objectivos da entrevista, a duração provável e pedido consentimento para proceder ao registo audio da

entrevista. Antecipadamente foram colocados à disposição dos entrevistados todos os elementos a recolher.

4.5. População-alvo

Carmo e Ferreira (1998:191) definem população como:

“... população ou universo é o conjunto de elementos abrangidos por uma mesma definição. Esses elementos têm, obviamente, uma ou mais características comuns a todos eles, características que os diferenciam de outros conjuntos de elementos...”

Fortin (1996:203) diferencia entre população-alvo e população acessível:

“... é constituída pelos elementos que satisfazem os critérios de selecção definidos antecipadamente e para os quais o investigador deseja fazer generalizações. A população acessível, que deve ser representativa da população-alvo, é constituída pela porção da população-alvo que é acessível ao investigador...”

Matalon (2001:26) refere que na escolha da população a estudar:

“... muito frequentemente, o investigador que se interessa por uma população em particular pode ser levado a ter de inquirir uma outra população, para poder dispor de um termo de comparação...”

Assim, no decorrer do nosso estudo, as populações escolhidas apresentaram as seguintes características: uma é constituída por repatriados que chegaram aos Açores até ao ano de 2007; a outra população é a comunidade açoriana.

Embora a nossa população-alvo fosse, à partida, a população repatriada nos Açores, não está toda ela acessível ao nosso estudo,

estando disseminada por várias ilhas do arquipélago. A população repatriada acessível será a que se encontra na ilha de S. Miguel, onde se encontra o maior número de indivíduos e a técnica de amostragem eleita e possível foi a de “bola-de-neve”.

4.5.1. Inserção no terreno e dificuldades

A inserção no terreno não foi fácil nos primeiros momentos: dificuldade em localizar os indivíduos, relutância e desconfiança da parte dos entrevistados. A pouco e pouco foi-se conquistando a confiança dos entrevistados. A técnica da “bola-de-neve” permitiu o acesso a um crescente número de contactos e de entrevistas.

Uma outra dificuldade foi o facto de frequentemente os entrevistados não comparecerem às horas agendadas, por estarem, muitos deles, frequentemente, em estado de embriaguês ou sob o efeito de drogas.

4.6. Amostra

4.6.1. Constituição da amostra

Fortin (1996:203) define amostra como:

“... a amostra é um subconjunto de uma população ou de um grupo de sujeitos que fazem parte de uma mesma população. É, de qualquer forma, uma réplica em miniatura da população-alvo...”

A constituição de uma amostra implica um processo de selecção que se denomina amostragem, conforme Carmo e Ferreira (1998:191). Consoante a técnica de amostragem utilizada, assim se classifica a amostra.

No nosso processo de investigação, como já referimos, constituímos duas amostras: uma sobre a população repatriada nos Açores (na ilha de S. Miguel) e outra sobre a população açoriana. Em ambas as selecções utilizámos, como técnica de amostragem a amostra não probabilística.

Chegámos à constituição da amostra dos repatriados através de uma amostragem em “bola-de-neve”, ou seja, a partir dos elementos da população já conhecidos, identificámos outros elementos da população. Os primeiros identificados indicavam os seguintes e assim, sucessivamente, a amostra cresceu em “bola-de-neve”. A utilização desta técnica de amostragem deveu-se ao facto de se tornar impossível obter *a priori* uma lista completa de todos os endereços.

Na formação da amostra da população açoriana foi utilizada uma técnica de amostragem de casos típicos, devido à limitação de tempo e de recursos. Selecionou-se, aleatoriamente, os indivíduos tentando abranger, na medida do possível, diferentes idades, diferentes profissões e habilitações académicas.

4.6.2. Caracterização da amostra

Constituímos duas amostras:

- Amostra da população repatriada, formada por 92 indivíduos, (conseguiu-se dez por cento do total da amostra), de um total de 873 indivíduos, segundo dados de 2007 da Secretaria Regional das Comunidades.
- Amostra da população açoriana formada por 100 indivíduos.

4.6.2.1. Critérios de inclusão

Amostra de repatriados provenientes dos EUA e do Canadá, tendo sido considerados todos os indivíduos seleccionados pelo sistema de amostragem em “bola-de-neve” e que, voluntariamente, acederam a ser entrevistados.

Amostra da população açoriana: inclui-se todos os indivíduos que aceitaram responder, voluntariamente, ao questionário.

4.7. Instrumentos de recolha de dados e procedimentos

Numa primeira fase foi efectuada uma análise dos dados socio-demográficos da população repatriada nos Açores, afim de enquadrarmos a nossa população-alvo. As fontes consultadas foram a Secretaria Regional das Comunidades onde se conseguiu dados entre 1987 e 2007. De salientar que os números apresentados são os de que a respectiva instituição tem conhecimento, uma vez que existem repatriados que, à sua chegada aos Açores, não se identificaram como tal, não constando, assim, os seus dados.

Após efectuarmos as entrevistas exploratórias, a informação daí resultante permitiu refinar a nossa problemática e estruturar a entrevista (para os repatriados) e o questionário para a comunidade açoriana.

Em relação à entrevista, de carácter semi-directivo e directivo, a sua duração média variou entre uma hora e meia a três horas. As entrevistas foram feitas em 2008 e 2009, (em 2008 encontramos muita resistência às mesmas). O local da realização das entrevistas foi na ilha de S. Miguel.

A escolha deste tipo de entrevista, nível intermédio entre entrevistas não-directivas e directivas, permitiu-nos, por um lado, a recolha mais livre dos dados, não sujeitando a dispositivos de algum modo pré-elaborados, permitindo que "...o próprio entrevistado estruture o seu pensamento em torno do objecto perspectivado..." (Albarello et. al., 1997: 87); por outro lado, no entanto, não deixa de possuir um objecto de estudo definido, e expresso na entrevista que impede uma total dispersão do entrevistado ao sabor do seu pensamento e de considerações alheias ao interesse do estudo (o que aconteceu muitas vezes nas nossas entrevistas), pelo que assume, em simultâneo, características parcialmente directivas.

O questionário feito à população açoriana (neste caso, à população residente na ilha de S. Miguel), teve uma duração média de 10-15 minutos e foi aplicado em 2008.

4.8. Análise e tratamento dos dados

Pretendemos respostas para as questões de investigação inicialmente levantadas. Pretendemos também descrever a situação actual dos repatriados nos Açores e a sua relação com a população local. Como refere Fortin (1996:276):

"... as investigações descritivas efectuem-se num contexto exploratório, pois que a priori o comportamento das variáveis e as relações que possam existir entre elas são desconhecidas do investigador. Em teoria, a apresentação dos resultados estatísticos deveriam restringir-se às estatísticas descritivas. Com efeito, o objectivo final deste género de investigação é de oferecer um retrato global da amostra..."

Perante o resultado da recolha de informação, efectuámos uma preparação inicial dos dados, a fim de serem submetidos aos procedimentos metodológicos.

Os dados estudados tiveram por base a análise de conteúdo das respostas às perguntas feitas nas entrevistas (que optámos por traduzir, uma vez que a maioria dos entrevistados não domina o português), bem como as respostas dadas ao questionário. Optou-se, em algumas questões, por agrupar as respostas dadas a cada questão, de forma a simplificar a análise das mesmas. Recorremos também à estatística descritiva.

Assim, os dados a serem submetidos a análise estatística descritiva foram agregados numa grelha e através do Excel (folha de cálculo do Office), uma ferramenta informática que realizou os cálculos estatísticos pretendidos.

A análise de conteúdo, quer das respostas às perguntas feitas nas entrevistas, quer às do questionário, seguiram os propósitos enunciados no ponto 2 deste capítulo.

CAPÍTULO V

PANORAMA DA SITUAÇÃO DOS REPATRIADOS AÇORIANOS

5.1. Trajectórias

Neste capítulo procuraremos ser objectivos tentando mostrar, de forma mais ou menos descritiva, como foi feita a adaptação e a vivência no país de emigração por parte destes emigrantes, tendo como base as respostas dadas nas entrevistas. Recapitulemos, entretanto, através de uma breve resenha, os motivos que originaram a partida destes açorianos para os EUA e para o Canadá.

Como já atrás citámos, estes destinos sempre seduziram os açorianos, eram o “american dream”, a terra das oportunidades e da abundância. Nos Açores a vida era dura e oferecia poucas condições, o que levava muitos a verem a emigração como a única forma possível de mudarem as suas vidas para melhor, mesmo sabendo que muitos iriam continuar o mesmo tipo de trabalho que já tinham feito, apenas com a diferença de serem melhor remunerados. Estes emigrantes definem-se como pessoas com baixas formações e qualificações, sendo a agricultura e a pecuária as suas áreas de trabalho predominante. Por isso, as razões e as causas para a partida dos indivíduos e/ou famílias prende-se com uma deficiente estrutura social no país de origem e inadequadas condições materiais - insuficiência de recursos económicos, sociais ou culturais.

O apogeu da emigração para o Canadá e para os EUA dá-se na década de 60 do século passado e anos posteriores e aqueles que

futuramente irão ser deportados, eram na sua maioria, crianças que acompanhavam os seus pais ou que vieram a juntar-se-lhes.

5.1.1. Enquadramento social e familiar

A sua chegada a um país com costumes, língua e culturas diferentes implica uma grande adaptação. Sendo os indivíduos, na sua maioria, de tenra idade ou adolescentes a família revela-se como principal instituição que os irá ajudar neste novo país.

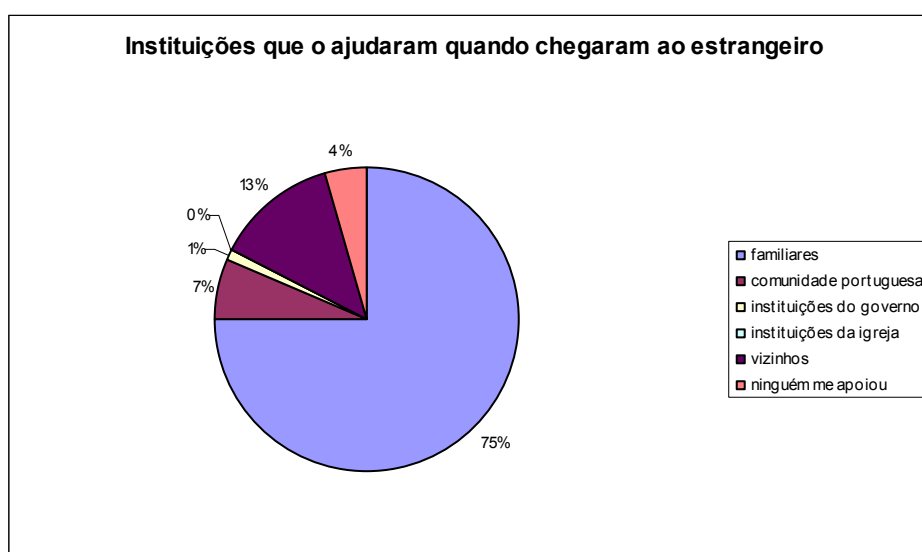


Fig. 1

Segundo as respostas dadas, a família assumirá, à partida, um grande destaque na adaptação e nos primeiros anos de emigração, pois quase todos possuíam já algum membro familiar que estava mais ou menos instalado, o que permitia ter uma casa, por vezes um trabalho e conhecimento da zona onde habitavam - aspectos importantes que facilitam a integração num país novo.

A solidariedade familiar e também a comunidade portuguesa emigrante permitem que o novo emigrante se sinta menos isolado.

Em relação à idade com que emigraram, como pode ser verificado na figura 6, com menos de 6 anos, 47 indivíduos, logo de seguida entre os 6 e os 17anos, 38 indivíduos e em menor número com 18 anos e mais, 7 indivíduos. Tal mostra que a maioria, muito jovem, teve o seu processo de aprendizagem e de socialização no país de acolhimento.

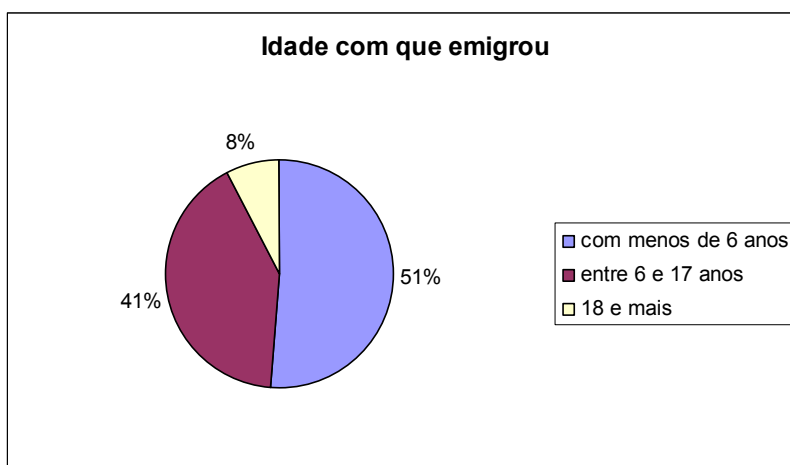


Fig. 2

A principal dificuldade foi a diferente língua para a maioria deles, uma vez que os familiares que lá estavam também não a dominavam. Os diferentes costumes sociais e culturais também lhes eram estranhos. Mas, como eram jovens, todos eles consideram que foi mais ou menos fácil a integração. No entanto, alguns afirmaram terem sentido nos primeiros anos, medo, insegurança e alguma ansiedade, sobretudo aqueles que tinham mais idade quando emigraram.

Em relação ao convívio em casa, este era feito de duas formas distintas. Havia famílias que em casa falavam só inglês (deficitário) com

os filhos porque pensavam que, assim, seria mais fácil a integração destes no país de acolhimento. Logo, o português era posto de lado, e com ele algumas tradições e costumes de que os filhos se afastaram porque, simplesmente, não compreendiam a língua..

Noutras situações, passava-se o contrário: o português era falado em casa e tal sucedia porque os pais acreditavam que, um dia, mais tarde, regressariam aos Açores e queriam que os filhos não esquecessem a língua, costumes e tradições. Como alguns afirmaram, “...*em casa és português, na rua e no trabalho és americano, por isso tens de estudar e aprender o inglês se queres ser alguém na vida...*”. De salientar que este português falado era também muito deficitário, com um vocabulário muito limitado e pobre.

Naturalmente, após a chegada aos Açores, aqueles que falavam português em casa tiveram menos dificuldades que os que não falavam.

Sendo famílias com baixos níveis de instrução, com identidades muitas vezes desajustadas e com muitos problemas de violência familiar, alcoolismo, os filhos apresentam problemas de socialização. A disfuncionalidade nas famílias dos repatriados resulta num mecanismo destruturante com consequências quase sempre negativas e, simultaneamente, promove a formação de identidades mal ajustadas das quais o próprio não se dá conta.

5.1.2. Reconstrução do estatuto familiar

O estatuto familiar nos países de acolhimento era muito diferente do que até então conheciam em casa com seus pais e familiares. Como referência, e modelo, estes homens pretendem casar e ter filhos, sendo o homem o garante do sustento da família e a mulher a procriadora e a que toma conta da prole. Mas nos países para onde emigraram, a realidade

era bem diferente. As mulheres trabalhavam, os filhos já não passavam o dia em casa, iam para os infantários, o divórcio era prática comum e o ser infiel na relação tinha uma conotação menos severa, do que no meio açoriano, meio pequeno em que toda a gente se conhece.

Os pais não viam bem estes diferentes tipos de comportamento e até os condenavam. Para os filhos destes, que cresceram nestes países, foi mais fácil a aceitação, apesar de muitos ainda partilharem as ideias de seus pais, sobretudo no que diz respeito ao casamento e ao ter filhos. Constata-se, assim, no gráfico do estado civil dos repatriados entrevistados, a grande percentagem do número de casados, aparecendo em segundo lugar, os divorciados, situação, para muitos deles, que surgiu em consequência da deportação.

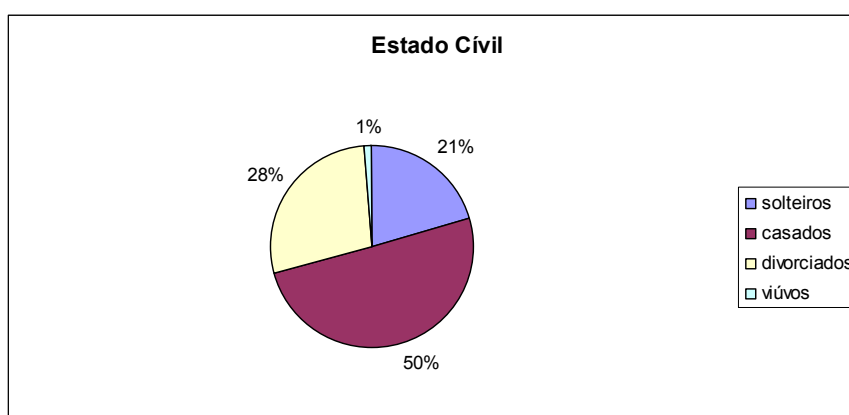


Fig. 3

O número de filhos é em média de dois, o que demonstra, que valorizam a paternidade. Mas têm menos filhos que os seus pais porque afirmam que as condições de vida pioraram e que ter muitos filhos é insustentável. De realçar que os entrevistados mais jovens, afirmaram que os filhos não estavam nos seus planos, sendo o resultado de gravidezes não planeadas.

Mas, em todos eles, o desejo de constituir família é muito importante e está nos seus planos.

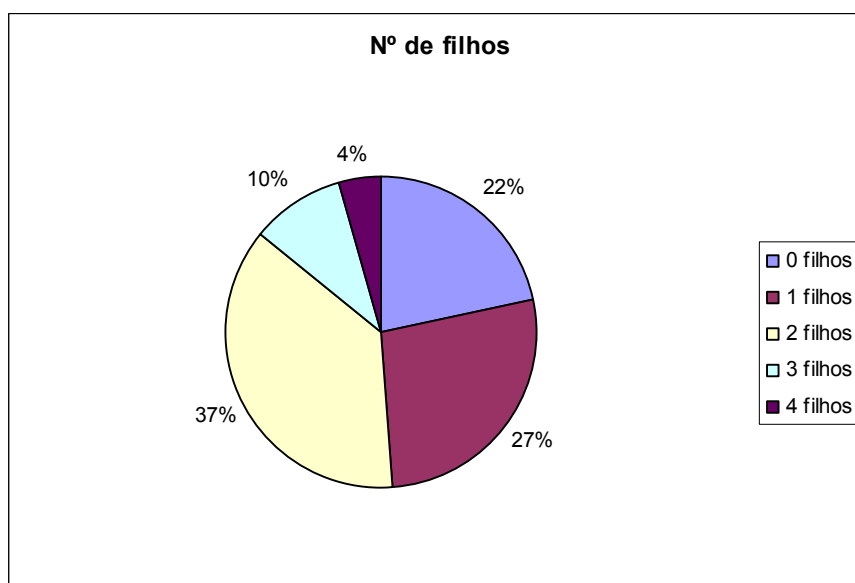


Fig. 4

Quanto à distribuição dos papéis na relação, a maior parte aceita e compreende que é necessário que a mulher trabalhe, sendo os de idade mais avançada os que mais resistem à ideia da mulher trabalhar.

Continua a existir a ideia machista que o homem é quem manda em casa, mas os mais novos põem de lado essa ideia, ou, pelo menos, não a expressaram nas entrevistas.

A maior parte das relações ainda continua a ser com elementos da comunidade açoriana - 62% dos entrevistados contra 38% que afirma ter/tido relações com pessoas de outras nacionalidades - o que mostra os fortes laços com a comunidade açoriana, apesar de, nos últimos anos, afirmarem haver um maior distanciamento desta, fruto de uma melhor integração e por não quererem ser conotados como portugueses, uma vez que se sentem americanos ou canadianos. Este sentimento resulta de

todo o seu processo de crescimento, onde as suas fases mais importantes e marcantes, a infância e a adolescência foram apreendidas com base nos modelos existentes nestes países.

Pudemos constatar nos indivíduos que entrevistamos, que a maioria viveu, pelo menos 20 anos no país emigrante, como nos mostra o gráfico infra.

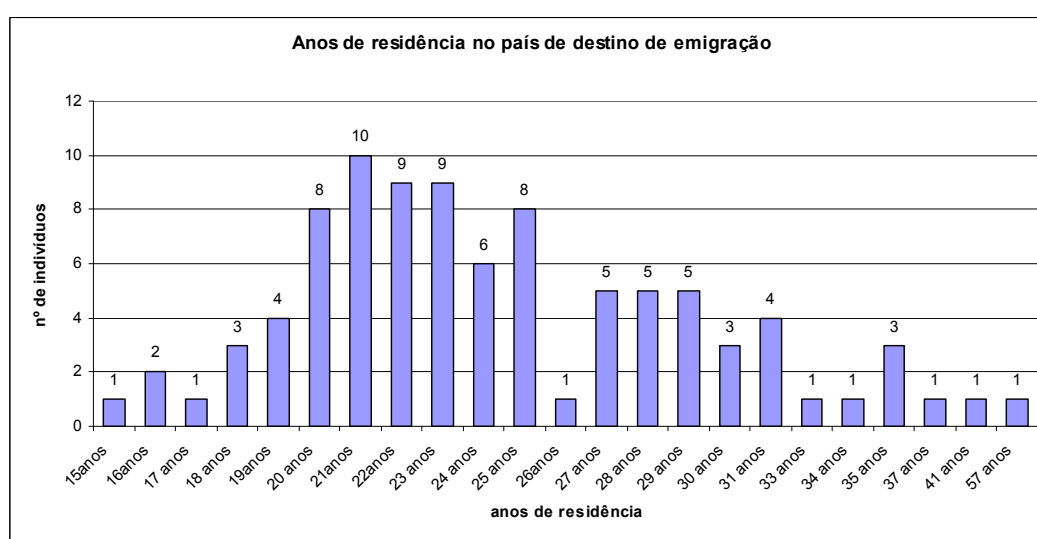


Fig. 5

As dificuldades diárias devem-se, sobretudo, aos problemas relacionados com a falta de dinheiro, problemas de alcoolismo e dependência de estupefacientes que conduzem à violência conjugal e a casos de infidelidade que criam a ruptura no casal. O apoio familiar, é reconhecido como sendo muito importante.

“...é bom saber que temos um irmão, um tio, que nos apoiam, mesmo sabendo que erramos e que fizemos as coisas mal...” (B3).

No que respeita ao apoio social todos eles dizem que é insuficiente, com excepção dos que vivem no Canadá, que afirmam *“que até não é mau, ajudam muito a quem têm crianças”*.

Quanto ao trabalho, muitos referem que, nos últimos anos, tem sido mais difícil devido a um aumento do desemprego, principalmente nas actividades fabris.

5.1.3. Mobilidade espacial

Estes indivíduos estão sujeitos a uma grande mobilidade, o que lhes impossibilita criarem estabilidade a nível do alojamento e do trabalho com conseqüente segurança financeira. Todos eles mudaram, regularmente, de residência, uma vez que não possuíam dinheiro para compra de habitação, sendo, numa primeira fase, a casa dos pais ou familiares a sua residência, passando depois para o aluguer de apartamento ou casa. Contudo, passado pouco tempo, continuaram à procura de nova residência devido ao facto de não poderem pagar as respectivas rendas. Esta mobilidade também está relacionada com o trabalho. Nos últimos anos o desemprego aumentou, muitas fábricas fecharam, obrigando estes indivíduos a terem que se deslocar para outros locais onde ainda pudesse existir emprego. A falta de condições financeiras obrigou a várias mudanças, que conduziram, em alguns casos, ao sentimento de desistência e à baixa auto-estima, fazendo com que muitos se sintam como falhados e enveredem pelo consumo de álcool e drogas.

No quadro abaixo poderemos ver a regularidade com que mudam de residência.

Regularidade da mudança de residência

ITEM	RESPOSTAS
Muitas vezes	16
Algumas vezes	37
Poucas vezes	27
Nunca	10
NS/NR	2

Fig. 6

O gráfico das pessoas com quem vivem (figura 11) é bem elucidativo e mostra que a maior percentagem continua a viver com os pais ou com os sogros, confirmando, assim, a falta de meios para terem habitação própria.



Fig. 7

5.1.4. Relação com o trabalho

No trabalho, as condições também não são as melhores; contratos temporários, remunerações baixas e mudanças frequentes de emprego, ilustram bem as baixas aptidões e formação para desempenhar uma função de forma permanente. Para os que são toxicodependentes, também é difícil permanecerem muito tempo numa actividade laboral. Os bens que possuem são poucos ou nenhuns. As profissões que tiveram foram, maioritariamente como operários não qualificados na indústria e empregados não qualificados de serviços (figura12). Também é referido que, nos últimos anos, a oferta de emprego diminuiu bastante, pelo menos nas áreas onde o maior número trabalhava, o que sustenta o maior número de indivíduos envolvidos no tráfico de droga.

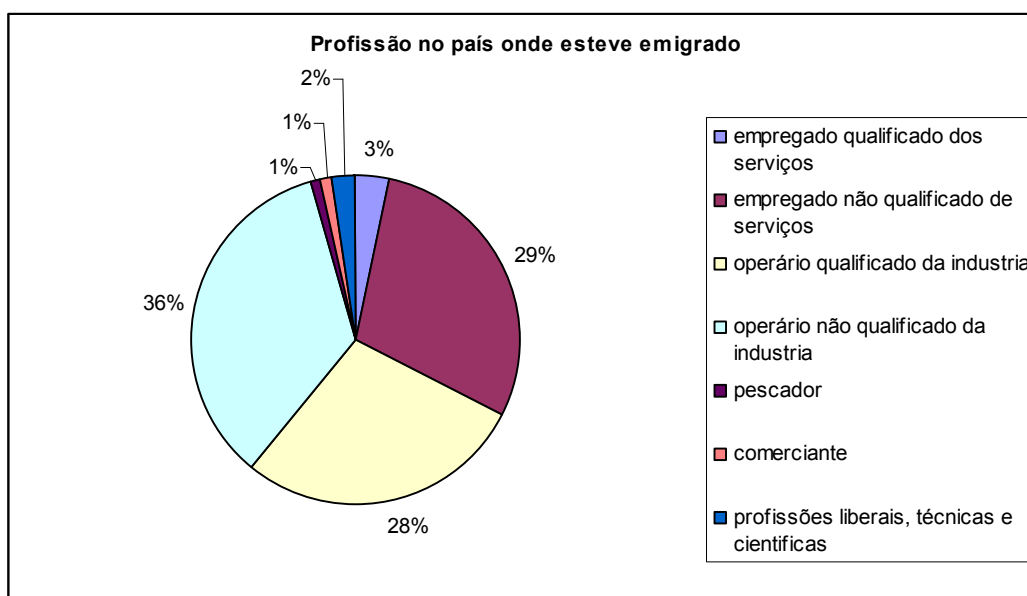


Fig. 8

5.2. Redes de sociabilidade

5.2.1. Envolvimento social

O envolvimento social destes indivíduos no país de acolhimento revela-nos o mau ajustamento dos mesmos no que se refere a uma integração social na sua comunidade. A maior parte (40%) afirma que não participava em actividades sociais porque simplesmente não lhes diziam nada, ou porque eram mal aceites devido aos seus comportamentos desviantes (serem toxicodependentes, ladrões, terem cumprido pena de cadeia), o que mostra que a comunidade também os rejeita e lhes impede o acesso. Os que participam, mesmo de uma forma pouca activa (26%), fazem-no em associações de cariz recreativo. Os que participam de uma forma mais activa são aqueles que possuem mais habilitações. Apesar, destes também terem problemas com uso e posse de droga e alcoolismo assumem uma vida “de fachada”, uma vez que ainda não tinham sido descobertos por aqueles com quem se relacionavam.

“...Tentava esconder o meu vício, pois sabia que, quando o descobrissem, iam-me rejeitar (...) eu tentava mostrar que estava tudo bem...” (B28).

“...se os meus pais soubessem que andava metido nas drogas eles matavam-me, por isso escondia e acompanhava-os sempre, quando iam à missa, ao clube...” (B32).

“...eu até gostava, tinha lá os meus amigos todos, fazíamos colectas para ajudar a associação, era cool...” (A2).

De salientar que os que participam mais em actividades sociais, são os que têm mais idade, a partir dos 40 anos, como se pode constatar no quadro infra,

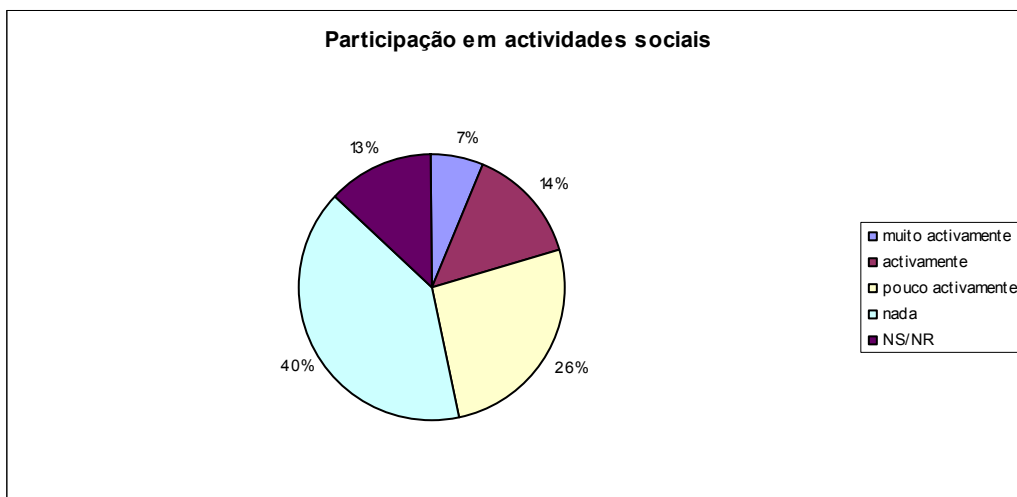


Fig. 9

5.2.2. Relacionamento do grupo

Em relação ao relacionamento existia um maior contacto com indivíduos de outras nacionalidades, que com portugueses. Para os mais novos, a comunidade portuguesa é “careta”, antiga, não os compreende. Para os restantes, começaram a relacionar-se mais com outras nacionalidades devido ao seu modo de vida.

“...os outros são mais tolerantes e aceitam-nos melhor, mesmo com os nossos vícios...” (C10).

“...a comunidade portuguesa, é muito fechada (...) são muito mexeriqueiros, adoram falar dos outros...” (A21).



Fig. 10

O tipo de relação que tinham com os pais e restante família não era bom, na sua maioria, sendo frequente a violência familiar, o alcoolismo e a falta de diálogo. Por isso, os amigos detêm um papel muito importante no crescimento e desenvolvimento na adolescência. É nesta fase, a adolescência, que o indivíduo desenvolve características pessoais que o irão moldar na sua fase adulta. De acordo com Sprinthall *et al* (1984), os amigos na adolescência assumem um papel de grande mudança no indivíduo, pois estes partilham sentimentos, interesses e actividades comuns. Embora na infância também realizem actividades que envolvem outros (base principal para a amizade), os adolescentes preferem procurar amigos com quem possam partilhar pensamentos e sentimentos. As relações entre amigos na adolescência parecem ser um preditor para uma boa (ou má) formação do indivíduo na fase adulta, porque pode providenciar a capacidade de resistência a pressões de conformidade e à adopção de novos comportamentos e valores.

Logo, compreende-se que os amigos assumam um lugar de destaque e a conviabilidade com estes é muito grande, remetendo em muitos casos, a família para segundo plano.

5.3. Modos de vida

Os testemunhos de experiências de vida destes indivíduos permitem-nos perceber melhor o seu percurso e a adopção de certos modos de vida , na sua maioria, através de comportamentos desviantes, comportamentos esses que são os responsáveis pela sua deportação.

5.3.1. Laços familiares (estrutura/destruturação)

A estrutura familiar dos repatriados é constituída por uma família numerosa; muitos pertencem a famílias mono-parentais, com escassos recursos económicos e baixas qualificações. Existe uma forte solidariedade familiar, quase todos afirmaram que já tinham um membro da família nos E.U.A. ou no Canadá quando emigraram. A coesão familiar no momento da sua chegada é muito importante para a sua integração e conhecimento do novo país. Esta coesão vai-se diluindo até ao processo de repatriamento, devido a factores exteriores, contribuindo para a quebra dessa coesão inicial e causando a ruptura com os laços sócio-culturais tradicionais e a consequente desintegração familiar. Os depoimentos seguintes, ilustram bem esta situação.

“... Quando eu, meus irmãos e minha mãe chegamos à América, meu pai já estava lá, fazia três anos (...); ainda vivemos nos primeiros dois anos com uma

tia, porque o meu pai ainda não tinha o dinheiro para a gente ter uma casa nossa...” (C19).

“... A gente foi para a América porque tínhamos lá um irmão da minha mãe que nos chamou; ele vivia bem, tinha uma casa grande e meu pai foi logo trabalhar com ele na construção civil e minha mãe fazia limpezas em escritórios de advogados, não faltava trabalho!...” (D3).

“... Na nossa família éramos nove, pai, mãe e sete filhos; se não fosse os meus tios que já tavam na América e que nos chamaram, a gente passava fome aqui em S. Miguel (...) foi a melhor coisa que aconteceu para a gente, a América é a terra da abundância...” (C25).

“... A gente, quando chegou na América, ficámos os primeiros anos em casa de tios, era apertado, as casas deles também não eram grandes, mas comíamos bem e os meus irmãos mais velhos e meus pais juntavam todo o dinheiro que ganhavam para comprarmos a nossa casinha...” (A11).

Após a chegada aos Estados Unidos e Canadá, a maior parte dos indivíduos tiveram uma assistência por parte dos familiares ou vizinhos, o que lhes permitiu não se sentirem rejeitados na comunidade. E o facto de arranjam logo trabalho, de acordo com as suas experiências e o seu nível educacional, também permitiu terem acesso às condições materiais básicas, conseguindo, assim, viver na sociedade onde estavam inseridos.

5.3.2. Factores externos que levaram à quebra da coesão familiar

O ambiente vivido pelos repatriados nestas famílias é quase sempre acompanhado de violência (física e psicológica) ao longo do seu crescimento.

Esta violência, que os acompanhou desde a infância e adolescência, mostra as frustrações dos respectivos membros da família. Estas frustrações, sentidas pelos pais, reflectem-se na forma de educação dada aos filhos, influenciando estes, nas suas trajetórias sociais individuais. Para o repatriado, existe uma dualidade de influências: por um lado, os pais, com valores sociais, morais e culturais, consequência da socialização adquirida no país de origem; por outro, o repatriado que foi socializado no país de acolhimento, onde esses valores são completamente diferentes dos dos seus pais. Logo, a existência de conflitos entre as duas gerações é evidente e o afastamento entre estes vai aumentando à medida que os filhos vão crescendo, porque o tipo de socialização dos pais, pouco ou nada lhes diz.

A distância cultural existente entre estas duas populações, enquadradas por uma relação assimétrica, é responsável pela destruturação familiar. A transmissão cultural precária entre pais e filhos, a condição social e o ambiente de um país diferente também contribuíram para uma distorção grave no desenvolvimento social dos repatriados.

5.3.3. A escola

A escola, além de ser um agente socializador de extrema importância, aparece para estes indivíduos como sendo um espaço novo, que lhes permite um alargar de horizontes, outras realidades que permitem uma compreensão acerca de aspectos (muitas vezes negativos)

dos contextos sociais de onde vêm. A escola ajuda a moldar valores, aspirações e a identidade do jovem que a frequenta.

Sendo um espaço formal para a transmissão de conhecimento e de padrões e valores recomendados, subordinados a uma lógica autoritária formal e disciplinar, as funções da escola como espaço social na infância e adolescência, ganha importância com o tempo que ocupa na vida diária, (Almeida *et al*, 1994).

A trajetória do repatriado na escola dura pouco tempo. Por um lado, as suas famílias atípicas e com baixa formação e educação, que não possuem um estilo de educação definido, vêm a escola apenas como o lugar onde se aprende a ler, a escrever e a fazer contas, o básico para se poder entrar no mercado do trabalho. Por outro lado, o repatriado não tem nenhum ou muito pouco apoio para continuar na escola, e a comunicação entre os pais e filhos é quase nula no que diz respeito à escola, pois os pais também, muitos deles, só têm a instrução básica ou primária, o que leva muitos a abandonarem a escola.

“... até gostava de ter continuado, mas meu pai queria que fosse trabalhar (...) era preciso...” (B 3).

“... eu não me dava na escola, nunca me dei (...) depois começámos na droga (...) nunca mais apareci lá...” (B 5).

“... estava sempre a ser expulso da escola, nunca me interessou (...) eu queria era ganhar dinheiro!...” (C 2).

Em relação à nossa amostra, constata-se que as habilitações escolares são, de uma maneira geral, baixas. Uma vez que muitos estudaram nos países para onde emigraram e sendo a denominação dos anos diferente relativamente a Portugal, optou-se por usar a terminologia

portuguesa. Para o ensino básico: 1ª Classe; 2ª Classe; 3ª Classe; 4ª Classe, seguindo os anos de escolaridade até ao 12º ano.



Fig. 11

Este abandono escolar deve-se, por um lado, ao facto da família não ter cumprido o seu papel como agente socializador como lhe competia, devido a padrões de educação muito variáveis e deficitários, associados a valores e expectativas onde a escola não assume um papel preponderante. Por outro lado, a escola é vista por estes indivíduos como um lugar onde existem muitas regras e normas a cumprir, acompanhadas de uma disciplina que pune quem não as cumpra. Se na família isso não acontece, então a escola também falha.

5.3.4. O primeiro contacto com a rua

A rua surge para estes indivíduos como um importante agente socializador, uma vez que os outros agentes, a família e a escola, falharam. Na adolescência, o repatriado, estando em constante mutação e modificação nas suas relações com a família, a escola e os amigos, depressa se identifica mais com estes últimos, porque partilham os mesmos sentimentos, gostos e a maioria até partilha os mesmos ambientes familiares. É na rua que estes indivíduos começam a ver e a perceber, através das experiências dos amigos que, neste espaço, podem afirmar-se e são estas relações, emocionalmente fortes, que constituem o contexto favorável para a criação de novas identidades onde o papel do grupo ganha força e coesão. E aqui retomaremos alguns conceitos já atrás referenciados:

“A construção da identidade social acontece num processo dinâmico, onde os indivíduos têm percepção da realidade e organizam seus caminhos de vida num contexto marcado por conjecturas históricas. O processo de construção da identidade é, por definição, em constante reformulação” (Guerra, 1993:70).

Para Tajfel, um grupo pode incluir três componentes:

“Um componente cognitivo, no sentido em que se sabe que se pertence a um grupo; um componente avaliativo no sentido em que a noção de grupo e/ou de pertença a ele pode ter uma conotação de valor positivo ou negativo; e um componente emocional no sentido em que os aspectos cognitivo e avaliativo do grupo e da pertença a ele podem ser acompanhados de emoções (tais como amor ou ódio, gostar ou não gostar) dirigidas para um grupo próprio e para outros com os quais tem certas relações” (Tajfel, 1983:261).

Estes três componentes estão bem patentes nas respostas dos entrevistados.

“... o ambiente lá em casa era muito mau (...) passei a viver mais na rua do que em casa (...) lá tinha os meus amigos (...) respeitavam-me, fazíamos muitas cenas juntos (...) eram a minha família...” (B32).

“... o meu grupo era tudo para mim (...) protegia-me (...) tínhamos dinheiro (...) sei que fazíamos algumas cenas más, mas éramos canalha, queríamos era curtir...” (B27).

“... onde morava, não era fácil (...) havia muitos gangs (...) se não tivesses num grupo, não vivias muito tempo...” (A24).

5.3.5. A experiência adquirida na rua

A rua surge como espaço de aprendizagem na relação com o grupo de amigos. Ela vai moldar, formar e consolidar a identidade do repatriado, fazendo com que a aprendizagem da rede social nestes indivíduos se desenvolva através da adopção de normas e valores em que o grupo se revê, tentando interagir (de uma forma positiva ou negativa) com a comunidade onde estão inseridos. Sabendo das suas limitações, a vários níveis, e vivendo em países que apelam a um consumismo constante, que atinge muito estes adolescentes, depressa se vêem impelidos para práticas delinquentes como única forma de arranjarem dinheiro para satisfazerem os seus desejos imediatos.

“... eu comecei a roubar com 15 anos, porque os meus pais não podiam pagar os jeans e os ténis que eu queria...” (A1).

“... um gajo via os outros com coisas que eu também queria, aparelhagens, roupa, sapatos (...) comecei a roubar porque era a única maneira...” (A3).

“... o meu grupo meteu-se a vender droga (...) havia muito agarrado lá no nosso bairro (...) na nossa zona tinha muitos portugueses (...) eu vendia de vez em quando, dava bom dinheiro (...) a gente controlava aquela zona (...) havia outros bairros mas esses eram dos hispânicos, dos irlandeses e dos italianos...” (A14).

Enquanto a delinquência ocasional pode ser entendida como uma falha em relação às obrigações sociais, as práticas criminais surgem para o repatriado como uma solução. O desvio ocasional destes adolescentes depressa passa para práticas criminais constantes, umas mais graves do que outras, mas todas elas infracções à lei. Esta escolha é tomada pelos repatriados, por causa da incompatibilidade entre dois estilos de vida: o do trabalho e o do crime. Mesmo que numa primeira fase o possam conjugar em simultâneo, torna-se impossível de manter ambos, como afirma Alão *et al* (1993).

“... eu comecei por fazer pequenos roubos (...) como não conseguia arranjar trabalho, comecei a roubar mais vezes, era a única coisa que me dava dinheiro...” (C25).

“... um gajo sem trabalho (...) ninguém dá trabalho a drogados (...) o que é que lhe resta? Roubar” (B28).

Esta transição gradual caracteriza o começo da carreira como desviante, seja individualmente ou em grupo. Logo são vistos como, na teoria de Goffman (1980), pertencentes a uma comunidade desviante. Este desvio, é visto pela sociedade dominante como um conjunto de comportamentos e de situações que não estão em conformidade com as suas expectativas, normas ou valores e por isso são condenados e sancionados.

A integração plena feita na rua constitui uma mudança importante e decisiva para a maioria dos casos dos repatriados, porque representa

uma orientação dominante de estratégias de sobrevivência que têm tendência a ser suportadas por redes sociais marginais. O contacto e a integração em grupos existentes proporciona uma série de aprendizagens, as quais permitem novas oportunidades, reforçando, desta maneira, o processo de marginalização (Sebastião, 1996).

5.3.6. Referências e valores morais do grupo

Os grupos dão «poder» ao indivíduo, dando a este o sentimento de novas oportunidades, de estarem a partilhar algo onde se revê. A prática do desvio ocasional serve como teste de entrada, passando depois a fazer parte das práticas desviantes partilhadas pelo grupo. O indivíduo aprende as noções das actividades desviantes adoptando, ao mesmo tempo, um sistema de justificações e às vezes ideologias que servem de modelos para a formação identitária, onde o conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos do seu grupo, segundo sua história, suas tradições, suas normas, conceitos, interesses, situações, atritos e momentos.

5.3.7. Ruptura social

A ruptura instala-se devido a uma socialização primária, conduzida por agentes familiares, na maior parte das vezes em situação de precariedade existencial (pauperização, degradação de valores, baixa auto-estima e desintegração), incapazes de vincularem normas e regras valorizadas pelas estruturas de integração social do Estado e pelos agentes grupais, pares etários que, através de comportamentos, atitudes e actos anti-sociais, e muitas vezes delinquentes (mesmo que funcione

apenas como iniciação grupal) agregam estes indivíduos, ainda jovens, a um processo de aquisição de atitudes e habilidades valorizadas apenas nesse meio grupal, como o consumo de drogas, a agressividade, o pequeno furto, o vandalismo, a rebeldia, a desvalorização da família, da escola e do trabalho levam a um ódio em relação à sociedade, por verem frustradas as suas expectativas educacionais e o acesso à promoção social.

5.3.8. Cadeias de factores que levaram a um comportamento anti-social

a) Independência/dependência

Por um lado, o desejo de se tornarem independentes financeiramente dos pais, levaram-nos, em muitos casos, a enveredarem por comportamentos desviantes, uma vez que era a solução mais prática na obtenção desses meios. Essas práticas desviantes não duravam muito tempo e acabavam quase sempre por não se revelarem compensatórias, levando os repatriados a uma situação de pressão diária, que muitos não conseguiram suportar, tornando-se dependentes do álcool e da droga.

“... eu comecei a roubar e a vender droga, para não estar dependente de meus pais (...) depois de estar nesta vida, queremos sempre mais e começamos a ficar preocupados e com medo de ser apanhados (...) comecei a beber ainda mais e a tomar metanfetaminas (...) a bebida e as drogas eram as únicas coisas que me relaxavam...” (B13).

b) Desenvolvimento social

O desenvolvimento social destes indivíduos processou-se através de padrões e de valores diferentes daqueles que a sociedade dominante possui. Estes modos de vida, considerados desviantes e marginais conduziram a um afastamento e a uma exclusão cada vez maior pela sociedade onde estavam inseridos. O indivíduo desviante tem essa noção, mas continua a justificar o seu comportamento através dos impedimentos que a própria sociedade lhe cria. O seu desenvolvimento social é limitado, restringindo-se aos valores, atitudes e situações dos seus pares, que, na maior parte das vezes, são o resultado de socializações falhadas e que os indivíduos tentam preencher, uns, para dar razão à sua identidade e existência, outros, porque era a única forma encontrada de se afirmarem.

“... a mim respeitavam-me (...) ninguém se metia comigo (...) sabiam do que era capaz...” (A17).

“... o que sou hoje, devo aos amigos que tenho (...) foram eles que me ensinaram que nesta vida, uns têm tudo, outros nada (...) como a gente não tinha nada, roubava aos que tinha...” (C5).

c) Práticas desviantes de familiares

A violência doméstica, normalmente associada ao alcoolismo, gera um comportamento agressivo que os repatriados conhecem bem no seio de suas famílias. Este comportamento agressivo também é adoptado pelos repatriados, na relação marido/mulher, porque é a única forma encontrada para se afirmarem, levando à destruturação dos laços familiares e fazendo com que, em muitos casos, estes voltem para a rua.

Em muitos casos, estes exemplos negativos foram os responsáveis ou estiveram na origem da sua deportação, porque, após várias condenações, independentemente de quando foram cometidos, tais crimes estão contemplados na lista dos que conduzem à deportação.

“... eu bebia muito (...) a minha mulher enganava-me, eu não suportava isso (...) batia-lhe muito, até pensei em a matar...” (C3).

“... fui deportado por bater na minha mulher (...) isto aconteceu já há muito tempo (...) foi um tempo difícil para mim, fiquei desempregado (...) nunca pensei que me podiam mandar embora por isso...” (F1).

“... eu era violento com a minha família (...) mas era por causa da bebida (...) tornei-me igual a meu pai (...) fui expulso porque os vizinhos me denunciaram” (D1).

“...um homem com droga e álcool na cabeça, não sabe o que faz (...) quando chegava a casa descarregava, batia, na minha mulher e filho, acho que era a forma que encontrava para combater as minhas frustrações (...) hoje reconheço isso e me arrependo...” (B17).

5.4. MARGINALIDADE SOCIAL

5.4.1. Norma/Desvio

Legalidade e repatriamento

Segundo Giddens (1989) a sociedade não pode ser dividida em os que se desviam das normas e os que estão em conformidade com elas. Nesta perspectiva, todas as normas sociais são acompanhadas por

sanções, o que promove conformidade e protege contra a inconformidade.

A lei do repatriamento aparece como uma sanção aos comportamentos desviantes dos imigrantes ilegais como forma de combater a violação das normas-padrão existentes. A função principal deste processo é a punição da infração e prevenir desvios futuros e a mudança das condições que possam estar na origem do comportamento desviante. Esta forma de prevenção ou possível alteração. Do comportamento desviante protagonizado pelo imigrante, não leva em conta o facto do próprio imigrante, na maioria dos casos, ter todo o seu processo de aprendizagem e vivências nestes países de acolhimento, com os quais se identifica como cidadão dos mesmos.

Neste contexto, é importante saber se os imigrantes que foram deportados tinham ou não conhecimento das leis existentes nos países de acolhimento, os E.U.A. e o Canadá.

À partida, a maioria parecia ter um conhecimento bom ou razoável das leis. Mas, com o decorrer das entrevistas sobre este assunto, chegamos à conclusão que, afinal, esse conhecimento não é assim tão significativo e aqueles com mais informação e formação também precisam de ser melhor esclarecidos. Também é notório uma certa confusão entre o conhecimento das leis e o relacionamento com a lei e com os seus agentes. Alguns testemunhos ilustram bem o que foi dito acima.

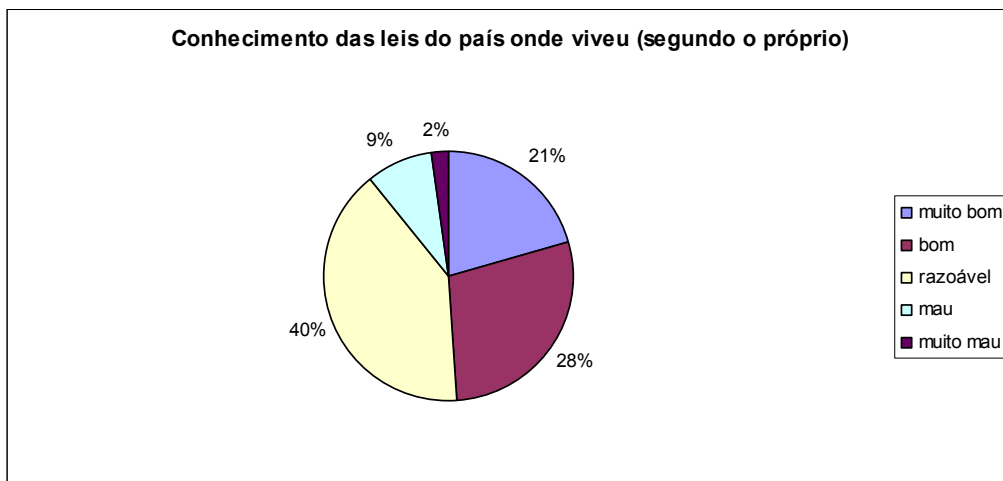


Fig. 12

“...Eu não sabia nada de leis (...) quando estive preso é que ouvi falar que podia ser deportado (...) mas nunca ninguém me tinha dito nada...” (C13).

“... sou americano, eu nunca tive problemas com a Imigração enquanto estive lá...” (C22).

“...Eu nunca ouvi falar em repatriados, eu cresci lá, é o meu país, eles mandaram-me embora mas daqui a uns anos eu volto, eu sou americano! ...” (B2).

“...eu sabia, até conhecia amigos meus que foram deportados (...) mas julgava que só se era deportado por se ter cometido crimes graves...” (B19).

“...eu conhecia as leis, mas nunca pensei que podia acontecer a mim...” (C17).

“... eu conhecia as leis, eu fui deportado por uma briga que tive há anos atrás, já nem me lembrava, quando me foram buscar! Nunca pensei ser deportado

por aquilo, até cumpri a pena de cadeia e tudo (...) julgava que só era deportado quem tinha cometido crimes há pouco tempo...” (B27).

“Eu nunca cometi nenhum crime, trabalhava e sustentava a minha família (...) um dia bateram-me à porta e disseram que tinha uma semana para deixar o país, sabia que não tava legal, mas como trabalhava e nunca tive problemas com a polícia nem com drogas, nunca pensei que me mandassem embora...” (C19).

“... julgava que essas leis eram brincadeira (...) e no meu caso eu cresci aqui, fui ensinado e criado como um americano...” (C28).

“...fui deportado porque bati num polícia, paguei a multa e passado um tempo mandaram-me para os Açores! (...) não tá certo! (...) Eu até paguei a multa, se não tivesse pago...” (B21).

Independentemente do conhecimento das leis os indivíduos têm com frequência, problemas com os agentes da lei:

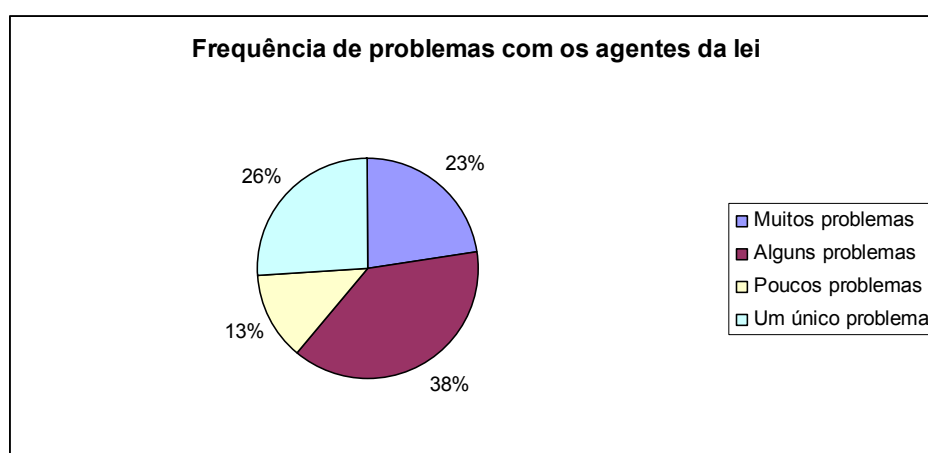


Fig. 13

É de salientar que na frequência de problemas com os agentes da lei, 26% revelam um único problema, tendo sido precisamente essa a situação que originou o repatriamento, o que demonstra o desconhecimento da aplicação da lei - neste caso, a lei de deportação, tanto nos E.U.A. como no Canadá.

CAPÍTULO VI

Deportação como resposta à desinserção no país de acolhimento

6.1. A Lei Americana e a Lei Canadiana de deportação

Todos os países têm leis de Imigração para evitarem surtos de imigrações maciças que possam pôr em causa o funcionamento interno do próprio país, bem como uma quantidade de requisitos para que um não-cidadão possa entrar no país, seja de forma temporária ou permanente.

A deportação desses não-cidadãos também está prevista na lei, quando estes não cumprem as regras estabelecidas ou cometem algum acto criminal que seja passível de deportação após cumprida a respectiva pena judicial.

Veremos, mais em pormenor, as respectivas leis dos Estados Unidos da América e do Canadá.

A Lei Canadiana

A lei que permite a entrada de imigrantes neste país é bastante exigente (em relação à lei dos Estados Unidos da América). As condições são: ter o 12º ano como habilitação literária mínima, ter conhecimento das línguas inglesa e francesa e não ter antecedentes criminais (para se poder obter um visto de trabalho permanente). Entram, anualmente no Canadá 250 mil imigrantes legais (segundo dados do governo canadiano).

Este número varia de acordo com as necessidades do país e com as quotas que o governo estabelece.

Outras formas de se poder entrar no país são: como refugiado - através do estatuto de asilo político. Embora não possam trabalhar (têm de adquirir o visto de trabalho posteriormente). Existem alguns imigrantes portugueses com esse estatuto. Aquando do 25 de Abril de 1974 em Portugal, um imigrante legal já residente no país podia chamar o cônjuge e os filhos. Esta situação era muito utilizada pelos imigrantes açorianos, mas nos últimos anos tornou-se mais difícil de concretizar atendendo à política de contenção do governo canadiano que limita a emissão de vistos de residência permanente.

As leis de deportação neste país são: cidadãos não-canadianos que tenham sido condenados e tenham cumprido uma pena de prisão igual ou superior a 10 anos; mais recentemente, não-cidadãos que tenham sido sentenciados a uma pena de prisão não inferior a 6 meses; não-cidadãos suspeitos de estarem envolvidos em actividades de crime organizado; não-cidadãos que não possuam visto de residência permanente e que tenham sido indiciados ou condenados por um crime previsto na lei canadiana; não-cidadãos que trabalhem sem visto de trabalho; não-cidadãos que tenham entrado como turistas ou com visto com tempo de estadia e que não tenham regressado findo o prazo (situação que abrange muitos emigrantes açorianos). São estas as principais situações previstas na lei canadiana que permitem a deportação imediata de cidadãos não-canadianos.

Nos últimos anos o governo canadiano tem reforçado mais a vigilância e tem desenvolvido mais acções de controlo sobre os imigrantes ilegais, consequência de actos terroristas perpetrados em todo o mundo.

A Lei nos Estados Unidos da América

Pode entrar-se nos EUA como imigrante ou não-imigrante. Nestas duas situações tem que se obter um visto. Para o primeiro caso, é necessário ter “o green card” que permite ao portador e sua família (cônjuge e filhos menores de 21 anos) residir e trabalhar permanentemente nos EUA. O imigrante com o “green card” chamar-se-á imigrante legal permanente (*lawful permanent immigrant*). Para o segundo caso, os vistos de não imigrantes são temporários sendo válidos apenas para as finalidades a que se destinam. Estes fins podem ser: turismo, negócios, trabalho ou estudo. Enquanto os vistos de turismo e estudo não têm limitação, os vistos de trabalho são limitados por quotas anuais.

As leis de deportação, neste país, antes de 1996, abrangem todos os detentores de vistos, sejam eles imigrantes legais permanentes ou não imigrantes que tenham acabado o prazo e não tenham sido renovados ou simplesmente negados pelos serviços de imigração, os quais são deportados imediatamente; imigrantes ilegais ou sem papéis, também o são; não-cidadãos que tenham sido condenados por algum acto considerado crime, independentemente de serem imigrantes legais ou não-imigrantes com diferentes estatutos (estudante, refugiado, investidores ou pessoas de negócios). Os não-cidadãos também podem ser deportados por crimes de “maldade moral” (*Moral Turpitude*), isto é, crimes que envolvam actos imorais ou fraudulentos bem como intenção maliciosa ou atentados e conspirações para cometer crimes, sempre que a pena seja superior a um ano; por posse ou tráfico de droga ou por posse de arma automática.

Em 1988, o Congresso acrescentou certos tipos de crime que são passíveis de deportação, nomeadamente, delitos agravados, categoria que inclui assassinato ou ofensa com armas. Entre 1990 e 1994 outros crimes foram incluídos: crimes envolvendo violência, de que tenham

resultado penas de prisão iguais ou superiores a 5 anos; lavagem de dinheiro; tráfico de droga; roubos, assaltos, prostituição; fuga a impostos e fraude fiscal.

Em 1996, e como consequência de três acontecimentos - o atentado ao World Trade Center (1993), a popularidade e a aceitação das leis anti-imigrantes criadas na Califórnia (1994) e o atentado bombista em Oklahoma City (1995) - o Congresso aprovou mudanças legislativas em relação à Lei da Deportação. Foram acrescentados novos crimes e todos os não-cidadãos que foram sentenciados a uma pena de prisão igual ou superior a um ano são deportados. Esta lei também passou a ser retroactiva, ou seja: se, por exemplo, um indivíduo tiver cometido um crime e tenha cumprido uma pena de prisão igual ou superior a um ano, mesmo que esse crime tenha sido cometido há 20 anos, também pode ter por consequência a deportação.

As leis tornaram-se muito mais punitivas após 1996 e, como resultado, o número de deportações aumentou substancialmente. O atentado em 2001 às Torres Gémeas em Nova York fez com que os serviços de imigração controlassem e reforçassem ainda mais outras situações. Actualmente, a lista de crimes que são passíveis de deportação eleva-se a vinte e seis.

As pessoas que se encontram em situação de deportação têm os seus direitos diminuídos, não podendo recorrer da decisão do juiz. A data da deportação, normalmente, não ultrapassa os seis meses após lida a sentença, o que impossibilita e dificulta a preparação da defesa que, nestes casos, se tem mostrado ineficaz.

6.2. Mecanismos geradores

O repatriamento aparece (mais nos EUA do que no Canadá) como uma forma de combater a criminalidade de imigrantes ilegais, sobretudo nos centros urbanos, onde a maioria tem as suas raízes e as suas únicas referências. Nesta lei, o fim justifica os meios, ou seja, não se tem em conta o tempo de residência do imigrante no país de acolhimento, o que, na maioria dos casos, cria a ruptura dos laços familiares, sociais e das trajectórias construídas por estes. Eis alguns dos seus testemunhos:

“...Eu tinha a minha vida toda certinha, já não tocava em drogas há muitos anos, trabalhava; quando me vieram buscar, disseram que tinha de ir para os Açores, nem acreditava, perdi tudo de um momento para o outro, mulher, filhos, tudo...” (C13).

“...eu fui preso várias vezes por causa das drogas, da última vez que fui preso disseram-me que ia para os Açores, porra, nem sabia onde ficava os Açores!...” (B5).

“...Eles vão atrás de todas as pessoas que tenham cometido um crime, não querem saber se temos família, se trabalhamos, nada! (...) eu até servi no exército americano, mandaram-me embora porque fui apanhado com cocaína, que nem era minha, foi o meu único crime...” (A23).

“...Eu nunca fiz mal a ninguém, o meu único crime foi ter sido apanhado a fumar uns joints (charros) (...) e acusaram-me de ser traficante, foram as companhias que me tramaram, tava inocente! Nem pude defender-me em tribunal, não tá certo!...” (A12).

“...o meu único crime foi estar em situação ilegal, vivi lá vinte e tal anos, nunca me meti em drogas, roubos, nada e um dia vieram me buscar e disseram

que não podia ficar mais lá! Sei que me denunciaram, mas nunca percebi porquê, nunca fiz mal a ninguém, foi muito triste e doloroso...” (C22).

Como se constata, as reacções ao repatriamento são muito diversificadas, mas as mais frequentes são a surpresa e a indignação. Estes indivíduos sentem-se excluídos do “seu” país de uma forma que consideram injusta. A maioria considera que não havia razões suficientes que justificassem o repatriamento, que a lei é demasiado severa para quem viveu toda a sua vida nestes países.

As diferenças nos valores culturais também estão na origem de casos de deportação. A violência doméstica e familiar nos países de acolhimento, quando denunciada, é crime, enquanto que nos países de origem, na geração dos seus pais, não era considerada crime. Para estes indivíduos que cresceram, muitos deles num ambiente familiar violento a violência era algo normal.

“... eu vivi toda a minha vida lá, mandaram-me embora por ter batido na minha mulher há vinte e tal anos, nessa altura eu bebia muito, tinha problemas (...) nunca pensei ser deportado por um crime desses! Já nem me lembrava...” (E1).

“... um homem, lá, nem pode bater nos seus filhos, que os vizinhos vão logo chamar a polícia...” (D4).

“... foi uma professora do meu filho que me denunciou para a polícia, disse que eu lhe batia, mentira, todas as vezes que lhe bati era porque merecia, eu também apanhei muita pancada de meu pai porque fazia muitas asneiras!...” (C26).

Quanto à duração do repatriamento, a lei afirma que uma pessoa repatriada não pode reentrar no país de que foi deportado antes de cinco

anos cumpridos como repatriado. Assiste-se, por parte de alguns repatriados, sobretudo dos mais novos, ou dos que chegaram há pouco tempo, a esperança de que, passado esses cinco anos, possam voltar aos países de onde foram deportados. Alguns testemunhos evidenciam essa mesma esperança:

“... Eu tou aqui faz três anos, mais dois anos e vou voltar para junto dos meus amigos e familiares (...) é o que me dá força para continuar a viver (...) eu risco todos os dias no calendário...” (A19).

“...outro pessoal, que já tá aqui há mais tempo, dizem que eu nunca mais vou voltar para a América (...) que eles não me vão deixar entrar (...) mas isso é pessoal que tá despachado, muita droga, álcool, e que já não tem ninguém lá que os queira de volta (...) e também é pessoal que cometeu crimes graves, muito piores que os meus...” (A9).

Muitos afirmam que apenas um indivíduo conseguiu voltar aos EUA após os cinco anos de deportação. Mas não conseguimos apurar a veracidade deste caso junto do Consulado Norte-Americano em Ponta Delgada. A ser verdade, este dado, demonstra que, após serem deportados, torna-se muito difícil, senão mesmo impossível, o seu regresso. Por outro lado, há que contar com a retroactividade da lei, de acordo com a qual, crimes que foram cometidos antes da respectiva lei entrar em vigor, mas que tenham sido condenados a uma pena igual ou superior a um ano, conduzem a um processo de repatriamento, o que vem demonstrar que, em alguns casos, o período de detenção difere muito da data de expulsão.

6.3. Razões declaradas do repatriamento

A maioria das razões que levaram estes indivíduos a ser deportados, está relacionado com o tráfico e posse de droga, crimes não violentos contra bens (ou roubos) e violência familiar. Outros tipos de crime, como homicídios, crimes violentos contra pessoas ou problemas legais, também existem mas em muito menor número, o que demonstra que a droga é a principal causa de repatriamento nos EUA (os EUA são o primeiro país consumidor de substâncias estupefacientes em todo o mundo). Os dados obtidos nas entrevistas revelam que os crimes relacionados com droga estão entre os mais frequentes.

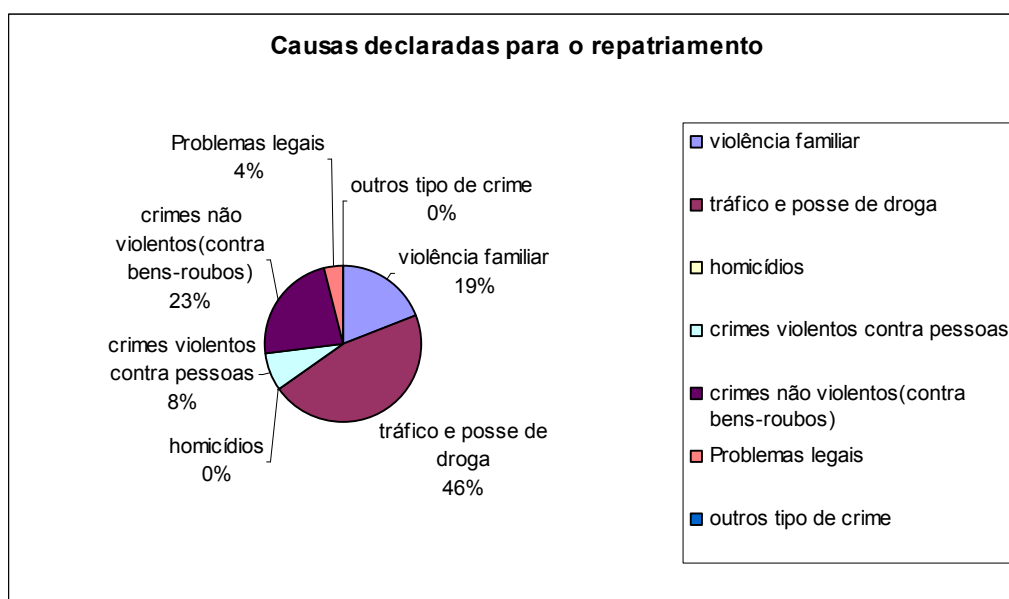


Fig. 14

O tipo de crime cometido por estes indivíduos varia também com a idade. Os mais novos (idades entre os 18 e os 38 anos), estão mais relacionados com crime de tráfico e posse de droga. À medida que as idades vão aumentando, o tipo de crime cometido relaciona-se mais com

problemas legais, violência familiar, e a menor gravidade de crime correspondem penas mais leves.

A violência familiar, fruto de frustrações ou de conduta tida como imoral por parte da mulher, aparece-nos em todos os grupos etários, o que traduz ser uma prática comum no seio parental.

“... eu batia-lhe sim, era a bebida (...) mas meus pais também tinham problemas...” (B3).

“...a minha mulher enganava-me(...)nenhum homem suporta uma traição destas (...) se soubesse que ia ser deportado, tinha-a matado!...” (C14).

O tráfico de droga praticado por estes indivíduos circunscreve-se a um pequeno círculo de amigos e, na maior parte dos casos, é feito para sustentar o vício e também para obterem algum dinheiro.

Importa aqui referir três categorias que definem a relação do repatriado com a droga: o delinquente-toxicodependente, o especialista da droga-crime e o toxicodependente-delinquente (Agra, 1997). Esta caracterização permite entender o percurso individual traçado por cada um.

Desta forma, o delinquente-toxicodependente inicia-se na delinquência aquisitiva antes do consumo de drogas, continuando este percurso após iniciar o consumo.

O especialista na droga-crime inicia-se na actividade criminal associada ao mercado ilícito de drogas no momento de transacção entre o consumo de drogas leves e o consumo de drogas duras.

O toxicodependente-delinquente não é um especialista em comportamento criminal. Inicia o consumo regular de drogas duras e durante muito tempo mantém-se afastado da delinquência, recorrendo ao crime de forma oportunista, como forma de encontrar meios para atingir o único fim em causa, ou seja, a droga. Os próprios agentes da

delinquência atribuem as causas deste comportamento à necessidade de obtenção de meios que viabilizem a aquisição da droga (Manita, 1997).

“... vendia, mas era pouco, era com esse dinheiro que eu podia sustentar o meu vício...” (B15).

“... era um dinheiro que dava para comprar mais para mim e ainda dava para o dia-a-dia...” (C4).

“... eu ganhei muito dinheiro com a droga, mas quando começa a fazer dinheiro, os gangs não te deixam e aí fica perigoso...” (B4).

“... era viciado em heroína (...) fui ficando cada vez mais agarrado (...) o dinheiro que ganhava no emprego já não chegava (...), comecei a roubar para sustentar o vício...” (B32).

Os homicídios aqui foram todos involuntários e resultaram de brigas, quatro ocorreram quando cumpriam pena na cadeia e dois resultaram de rixas em bares.

“... um gajo numa cadeia tem que se impôr, senão eles comem-te vivo lá dentro (...) era eu ou ele...” (B22).

“... foi uma briga num bar, enfiei-lhe um soco e o gajo caiu, nunca mais se levantou, até hoje...” (C28).

Os crimes violentos contra pessoas estão relacionados com assaltos em que foram surpreendidos, ou situações extremas de dependência, em que o arranjar dinheiro era imperativo para sustentar o vício da droga. Também existem alguns casos de violação sexual.

“... a gente tava a assaltar uma casa, pensávamos que não tinha ninguém, quando de repente apareceu o dono de arma na mão, tive que me defender...”
(B1).

“... eu tava a ressarcar e não tinha dinheiro (...) por isso assaltei uma mercearia, o empregado quis se armar em herói (...) ficou todo partido!...” (A6).

“... ela andou toda a noite a provocar-me (...) depois à saída do bar, já no carro dela já não queria nada (...) um homem não é de ferro! E também já tava bem bebido, foi mesmo ali (...) no dia seguinte, a puta foi na polícia dizer que a tinha violado...” (B7).

Quanto aos roubos, ou crimes contra bens, são feitos na maioria dos casos para sustentar o vício da droga ou por ser um modo fácil de obter dinheiro de uma forma rápida.

“... eu roubava casas e armazéns, era a única maneira que tinha para poder ter dinheiro para sustentar minha família...” (A11).

“... um gajo quando tá dependente da droga, precisa de dinheiro, não trabalhava, era a única maneira...” (A5).

Problemas legais aparecem em maior número na faixa etária dos 39-48 anos. Trata-se de indivíduos que foram denunciados pelos colegas aos serviços de imigração por estarem a trabalhar sem visto para tal, o que demonstra que existe rivalidade entre as diferentes comunidades imigrantes.

“... eu fui chibado pelos hispânicos que trabalhavam comigo, eles descobriram que estava ilegal (...) e queriam pôr pessoal deles no meu lugar...”
(B19).

“... o meu chefe era italiano e não gostava muito dos portugueses, acho que queria meter no meu lugar um dos seus amigos, foi falar com os da Imigração...” (C19).

“... os da Imigração disseram que fui denunciado, mas não sei por quem...” (C23).

Em relação a outros tipo de crime, tivemos nas nossas entrevistas apenas um caso, e que se refere à fuga de impostos - é de salientar que este indivíduo possuía uma formação académica elevada (frequência universitária).

“... o meu estilo de vida era alto, ganhava muito dinheiro, mas também se paga muitos impostos (...) fiz o que muita gente faz, tentar enganar os impostos mas dei-me mal (...) nunca pensei ser repatriado por isso...” (C12).

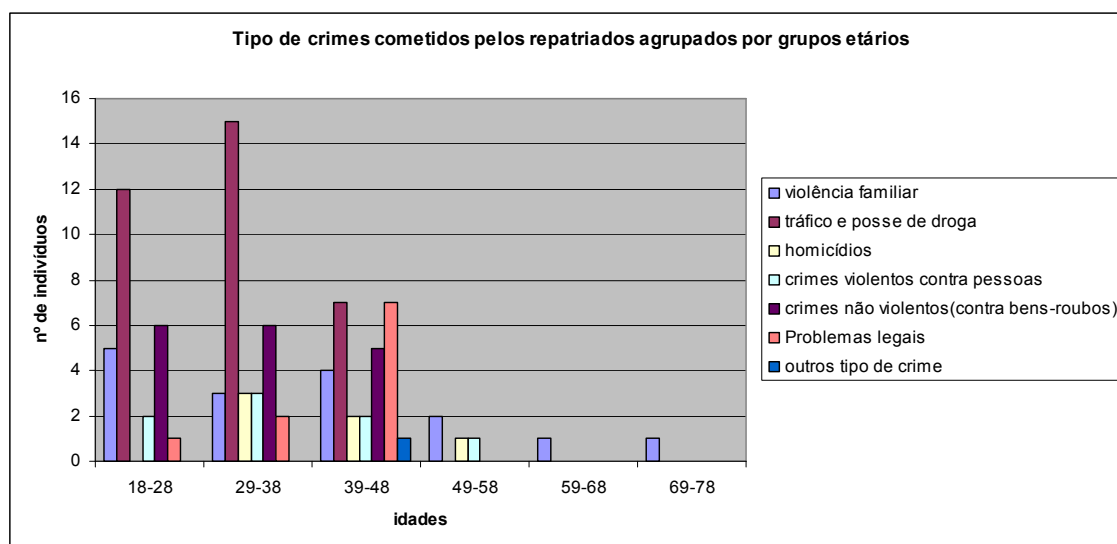


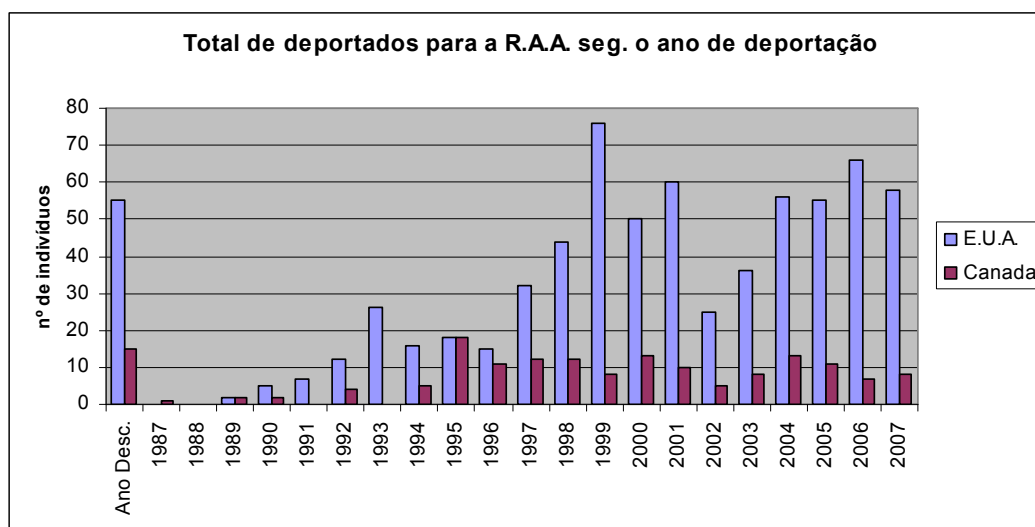
Fig. 15

CAPÍTULO VII

Após o repatriamento - a re-socialização

7.1. Dados estatísticos descritivos oficiais

Os casos de deportação na comunidade açoriana figuram já, como dados estatísticos, na Região Autónoma dos Açores. Segundo números oficiais da Secretaria Regional das Comunidades, nos últimos vinte anos e até ao ano de 2007, constam das listas 873 indivíduos, sendo estes apenas os que, à chegada aos Açores, se identificaram como deportados. Sabe-se, porém, que existem mais casos de indivíduos que não se declararam, como tal, à sua chegada, o que indicia existirem, aproximadamente, mais 200 a 500 casos de que não se tem conhecimento. O gráfico do total de deportações para a Região Autónoma segundo o ano de deportação, permite um melhor acompanhamento da evolução do fenómeno.



Dados fornecidos pela S.R.C., 2008

Fig. 16

Como é visível no gráfico supra, é a partir do ano de 1997 que os números começam a aumentar; esta subida continua em 1998, atingindo em 1999, o recorde de deportações vindas dos EUA, consequência das alterações feitas em 1996, à Lei de Deportação que permitiu a inclusão de novos crimes passíveis de deportação naquele país. Nos anos seguintes, o número de deportações manteve-se alto, havendo apenas uma descida no ano de 2002, subindo novamente nos anos seguintes e mantendo-se alta. Em média, têm chegado à região entre 40 a 60 indivíduos nos últimos anos.

Em relação ao Canadá, o número de deportações é bem menor, consequência de uma Lei de Deportação menos severa onde a causa do repatriamento está associada, na maior parte dos casos, a infracções à lei, casos de situações ilegais ou sem permissão para trabalhar no país, enquanto que nos EUA a maior parte das deportações está associada a infracções à lei criminal.

Em relação ao sexo dos cidadãos deportados, constata-se que são maioritariamente do sexo masculino.

Total de cidadãos deportados segundo o sexo (de 1987 a 2007)

	EUA	CANADÁ
MASCULINO	675	157
FEMININO	33	8
TOTAL	708	165

Dados fornecidos pela S.R.C., 2008

Fig. 17

As causas que levaram à deportação são, em maior número, infracções à lei, seguidas de situação ilegal; no entanto, ainda existe

muita reserva por parte dos cidadãos repatriados em declarar a causa da sua deportação.

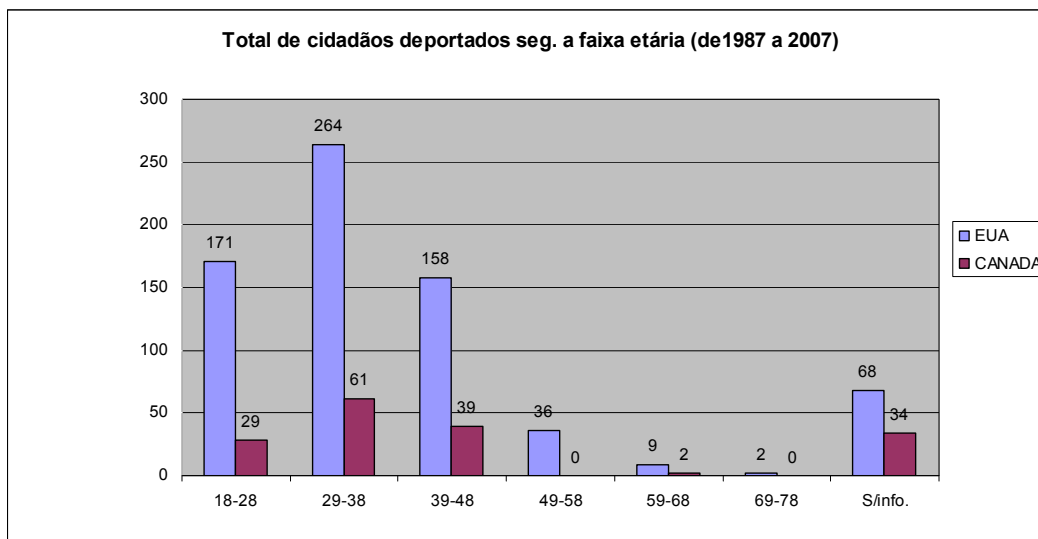
Cidadãos deportados segundo causas da deportação (de 1987 a 2007)

	INFRACÇÕES À LEI	SITUAÇÃO ILEGAL	SEM INFORMAÇÃO
EUA	502	62	144
CANADÁ	89	15	61
TOTAL	591	77	205

Dados fornecidos pela S.R.C., 2008

Fig. 18

Também pudemos analisar o número de cidadãos deportados segundo a faixa etária, o que nos permitiu constituir uma amostra abrangente incluindo os diferentes grupos etários, obtendo assim, uma caracterização mais completa da população repatriada na ilha de São Miguel.



Dados fornecidos pela S.R.C., 2008

Fig. 19

Como se pode verificar na figura 19, o grupo etário com o maior número de deportações é o grupo dos 29-38 anos, seguido do grupo dos 18-28 anos, o que dá a entender que muitos destes indivíduos foram deportados por apenas um crime cometido passível de deportação. De salientar que estes grupos são os que têm mais condenações relacionadas com tráfico ou posse de drogas ilícitas.

Nos restantes grupos, as causas de deportação estão mais relacionadas com situações de violência conjugal ou doméstica e situações ilegais de permanência, com excepção do grupo 39-48 anos, que é grupo onde se encontram todos os tipos de infracção à lei cometidos.

Outro dado que importa referir, é o número de falecimentos na população repatriada. Segundo dados da Secretaria Regional das Comunidades, foi possível apurar 48 óbitos, sendo que 6 foram mulheres e 42 homens. Relativamente ao país de origem, 40 eram dos EUA e 8 do Canadá. A causa da morte mais registada refere-se a *overdose* de droga.

Estes dados permitiram-nos ter uma ideia mais pormenorizada e abrangente da situação actual da população repatriada nos Açores.

Actualmente, a comunidade repatriada tenta passar despercebida, evitando que se fale dela, isolando-se da sociedade porque perceberam que não eram bem-vindos, restringindo-se apenas ao contacto com os técnicos no Centro de Acolhimento Temporário de Emergência da ilha, que é onde se coordena a alimentação, dormidas, apoio médico e psicológico.

7.2. Espaços de socialização

Esta nova realidade, este novo destino imposto, vai obrigar estes indivíduos a uma série de (re)aprendizagens, uma vez que as suas experiências sociais diferem muito das que vão encontrar na ilha. As dificuldades são evidentes: uma língua diferente, costumes e tradições com que não se identificam, o sentimento de não-pertença e um espaço pequeno, fechado, muito diferente do que conheciam.

À partida, serão mais as dificuldades do que as facilidades neste novo espaço, que, para muitos, será a sua morada definitiva.

7.3. Espaço geográfico

Para os repatriados, o espaço insular que é novo e que é completamente distinto da Realidade que conhecem, cria, uma decepção logo à chegada, criando, à partida, uma sensação de antipatia, a qual irá representar um entrave à tentativa de inserção. Alguns testemunhos ilustram bem essa essa sensação de decepção:

“... quando comecei a ver a ilha, ainda no avião (...) era tudo tão pequeno (...) pensei logo que me ia dar mal...” (B5).

“... quando desembarquei, pensei cá para mim, aonde vim eu parar! Isto é o fim do mundo...” (C13).

“... nos primeiros dias, andei completamente fora (...) é como se tivesse noutra planeta (...) isto é um atraso desgraçado...” (C19).

“...quando me vi nesta ilha, pensei, antes preso lá na América que livre aqui (...) a gente chama a isto (à ilha de São Miguel) Alcatraz...” (C28).

O espaço constitui um domínio de grande importância nas relações sociais, pois é o cenário de construção de identidades dos indivíduos. Estas identidades sociais são construídas por atracção e por repulsão, por práticas e representações, ambas pela integração dos actores sociais através dos seus pares ou grupos de referência ou por determinação de distâncias ou fronteiras. Poderemos ver estas identidades espaciais, segundo Ferreira *et al* (1993), como a representação de uma unidade socio-ecológica resultante da conjugação de dinâmicas territoriais com a apropriação reiterativa por parte dos grupos sociais.

Em traços gerais e segundo Guerra (1987), o espaço pode definir-se como uma agência que enraiza, operando através de um sistema de interesses, representações e significados. Deste ponto de vista, o espaço permite a localização dos diferentes actores sociais em relação uns com os outros e permite, também, a capacidade de induzir directrizes de acção.

O sentimento de pertença a uma determinada comunidade, inserida num espaço geográfico que detém um património cultural permite ao indivíduo a construção de imagens simbólicas do seu território. No caso

dos repatriados, este novo espaço, que nada lhes diz, leva-os a encontrar dificuldades na sua compreensão e aceitação e na sua apropriação, o que cria conflitos e contradições (uma vez que não possuem nenhuma referências), que estão associados a certas práticas sociais que não lhes são familiares e que, de uma forma directa ou indirecta, podem contribuir para a exclusão.

7.3.1. Família (contexto após repatriamento)

A ruptura familiar, que se dá com o processo de repatriamento, origina vários cenários diferentes para o repatriado. Por um lado, a relação com a família mais chegada, com quem mantinha um contacto permanente e que ficou nos países de acolhimento. E por outro, a relação com os familiares que residem nos Açores, que muitos até nem conhecem (apenas sabem que existem porque os pais lhes disseram).

O apoio dado pelas famílias nos EUA e no Canadá, aquando da sua partida, pode considerar-se satisfatório, pelas respostas que nos foram dadas; a solidariedade das famílias no último adeus é, para muitos repatriados, algo que jamais vão esquecer.

“... não foi fácil, ver os meus pais, mulher, filhos, amigos (silêncio), eles foram todos despedir-se, até chorei...” (A2).

“... o que mais me custou foi ver minha mãe, ela estava destroçada, nunca a tinha visto assim, partiu-me o coração...” (B11).

“...foi difícil o adeus, até o meu pai, que já não falava comigo desde que me meti na droga, veio me dizer adeus...” (A14).

No entanto, este apoio sentido na despedida, vai-se diluindo com o tempo, em resultado da distância, e do frequente silêncio por parte do repatriado e por parte da família, assistindo-se mesmo, em muitos casos, a uma quebra dos laços familiares.

“... desde que cheguei a S. Miguel, só falei uma vez lá para minha mãe, faz mais de um ano...” (A21).

“... eu tive uns meses grandes sem saber notícias deles, eu também nunca me dei bem com eles (...) eles não querem saber de mim...” (B15).

“... tou aqui, eles tão lá! De vez em quando falamos mas é raro...” (B6).

“... não sei se tão vivos ou mortos, também não me interessa (...) eu tenho a minha vida e eles têm a sua...” (B22).

“... só falei com eles uma vez., eles sempre tiveram vergonha de mim lá nos States, por causa da vida que levava...” (B16).

Também existem alguns casos em que a família se vem juntar ao repatriado (dois casos nas noventa e duas entrevistas).

“... minha mãe veio ter comigo, acho que tinha medo de eu ficar sózinho, sei que ela não gosta daqui (...) se não fosse ela, acho que já me tinha matado...” (A1).

“... minha mulher e meus filhos vieram viver comigo, tou super feliz, torna-se mais fácil suportar tudo!...” (C18).

Estes testemunhos mostram que a família assume um papel importante na inserção do repatriado no seu novo espaço, ajuda-o a criar

projectos futuros, fazendo-o sentir-se mais acompanhado em todo o processo de repatriamento.

No entanto, também existe uma outra postura por parte do repatriado, que é a recusa de ter a família por perto por considerar que os Açores não vão ser bons para os filhos, que estão melhor nos EUA ou no Canadá, onde, têm melhores perspectivas de futuro.

“... a minha mulher e os meus filhos queriam vir, mas eu não quis, isto não é terra para eles (...) é um fim do mundo...” (C23).

“...eles queriam vir, mas aqui nem eu tenho condições, quanto mais para a minha família! Também não quero que eles sofram ainda mais...” (A15).

“...minha mulher queria vir, mas eu disse-lhe que não (...)isto aqui não têm nada para ela, eu tinha vergonha se ela viesse...” (B1).

“... se eles viessem, acho que se iam embora no dia seguinte, eles lá têm tudo, aqui não têm nada (...) o que iam eles fazer aqui?...” (C4).

Como se pode constatar, a maior parte deles ainda acredita no *american dream* e o espaço a que foram obrigados é visto, pela maioria deles, como uma prisão, sem condições, situação vista como humilhante (daí a recusa em não quererem a família perto).

Em relação aos familiares que têm nos Açores, pode afirmar-se que estes mostram algum receio e insegurança em receber os repatriados em suas casas, embora alguns os tenham aceitado no início, acabaram por os expulsar devido à reincidência dos seus comportamentos desviantes. Na nossa amostra de noventa e duas pessoas, apenas sete vive com familiares, o que demonstra bem esse receio e o sentimento de insegurança por parte dos familiares residentes nos Açores.

Para estes familiares, o repatriado carrega uma forte dose de marginalidade ao ponto de o estigmatizarem, negam-lhe alojamento deixando-o entregue a si mesmo.

Pode-se constatar no quadro abaixo, as respostas dadas quando se perguntou com quem viviam:

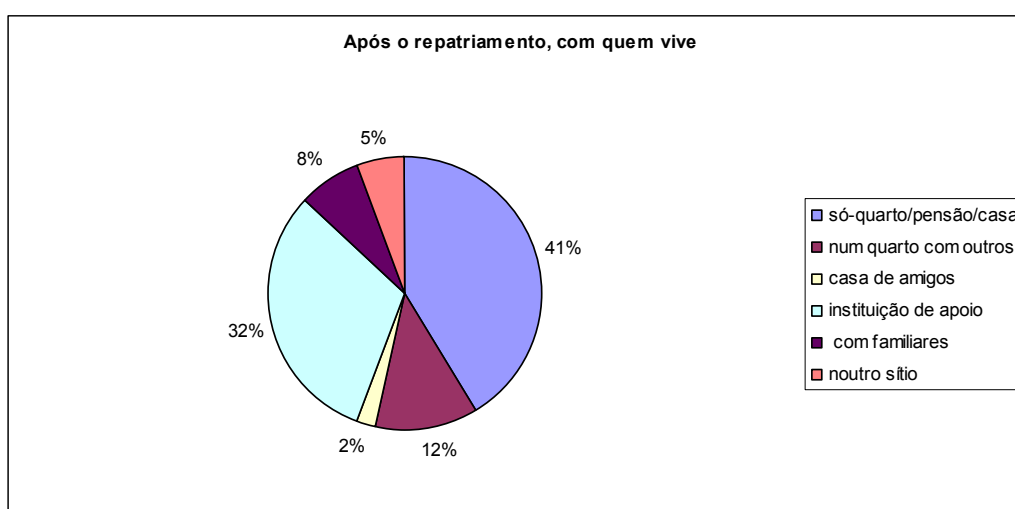


Fig. 20

Em relação à ajuda prestada pelos familiares, aquando da sua chegada aos Açores, também não foi muito significativa, apesar de alguns repatriados afirmarem que foi razoável atendendo às possibilidades. O quadro infra mostra-nos as respostas dadas.

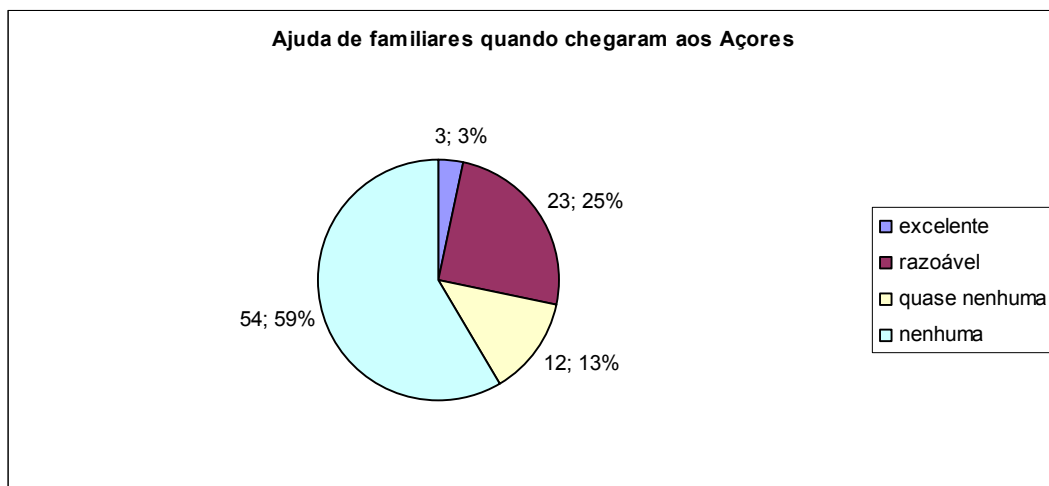


Fig. 21

Como se pode constatar, mais de metade da população entrevistada, afirma não ter recebido nenhuma ajuda por parte de familiares, nem por parte de amigos ou vizinhos. Ressalve-se que os mais novos (faixa etária 18-38 anos), não possuíam quaisquer amigos nos Açores; os que referem alguma ajuda, são indivíduos a partir dos 38 anos que já tinham vindo aos Açores de férias, em anos anteriores à deportação e outros que, por terem emigrado mais tardiamente, possuíam ainda algumas amizades na escola que frequentaram ou do local onde moraram.

De referir também que alguma dessa ajuda por parte de amigos ou vizinhos, aparece apenas uns meses depois do repatriado já ter chegado a S. Miguel. O tipo de ajuda resume-se a algum dinheiro, roupa, comida e, apenas num dos casos, a um anexo para viver.

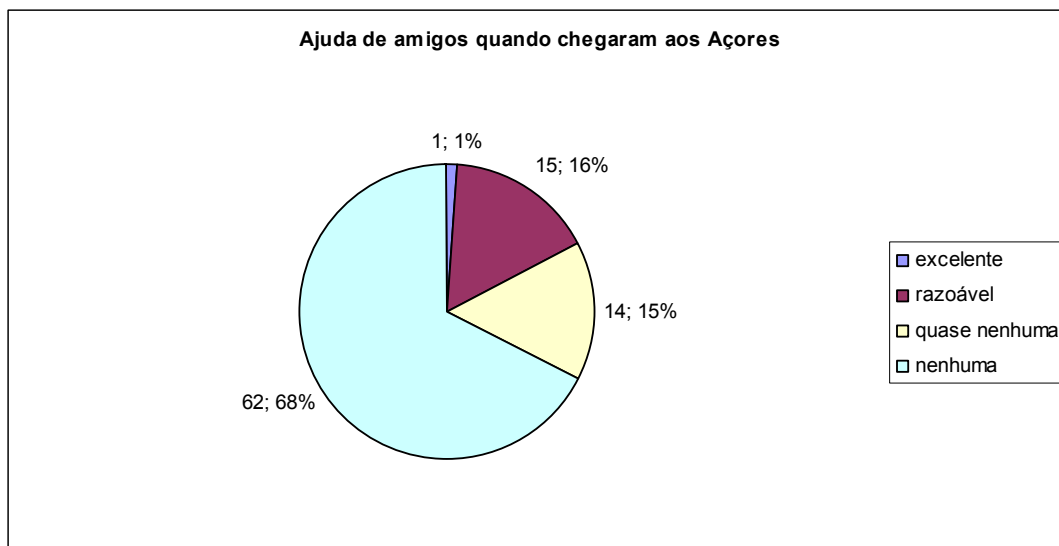


Fig. 22

7.3.2. Valores e representações

Neste contexto, entre a representação individual do repatriado do mundo real e as construções simbólicas dos outros, as quais constituem a mesma realidade quotidiana, as similaridades e as diferenças dos actores sociais estão traçadas, criando e definindo identidades diferentes. As representações sociais que os outros têm dos repatriados são negativas sendo eles considerados pela comunidade local como criminosos e violentos. Como as representações sociais não são só exteriores aos indivíduos, estas são entendidas e instrumentalizadas pelos repatriados através de uma posição construída e adoptada. Eles sabem que são estigmatizados, rotulados pela sociedade acolhedora, o que lhes causa muitas dificuldades nas suas tentativas de inserção.

Com o conflito criado, este resulta de toda uma construção de estereótipos em relação aos repatriados, traduzindo-se em posturas estigmatizantes onde o resultado final é a exclusão. A confrontação com

uma nova cultura e com padrões de socialização diferentes, leva o repatriado a períodos de latência que são acompanhados por uma diminuição da auto-estima e uma dificuldade na interacção com os outros indivíduos.

Um outro problema são as dificuldades no uso e na compreensão da língua portuguesa, também muito referidas pelos repatriados.

7.3.3. Espaço relacional

As relações dos repatriados na ilha de São Miguel são algo limitadas, devido ao rótulo que eles ostentam. Resumem-se ao convívio com outros repatriados, com alguns amigos que vivem na ilha e com alguns vizinhos, uma vez que o espaço é pequeno e praticamente toda a gente se conhece, tentam passar despercebidos. Os lugares de eleição são cafés na freguesia onde habitam e alguns jardins públicos, bem como no Centro de Acolhimento Temporário de Emergência da ilha. Logo a participação na comunidade é nula.

Quanto à relação com e no trabalho, afirmam que há pouco convívio, existe um certo distanciamento entre eles e os colegas, muitos afirmam que recebem menos que os seus colegas pelo mesmo trabalho e o facto de receberem ao mês, faz-lhes um pouco de confusão, uma vez que nos EUA e Canadá recebiam à quinzena o que dificulta a sua gestão do dinheiro.

7.4. Factores de adaptação

A principal dificuldade sentida pela maioria dos entrevistados foi a adaptação aos Açores. 93% afirmaram que foi muito difícil devido ao desenraizamento cultural. Apenas 7% afirmaram ter sido um pouco difícil por terem algum conhecimento da língua portuguesa.

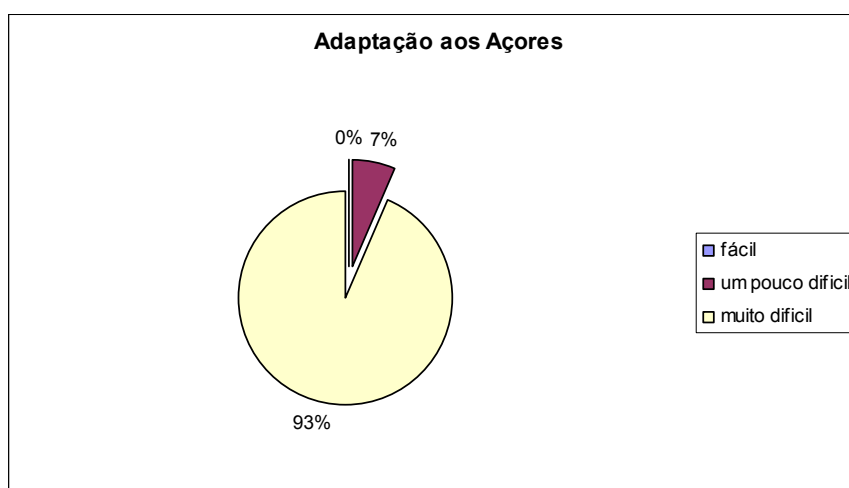


Fig. 23

De facto, uma das dificuldades pessoais mais sentidas foi a barreira da língua, o que os isola bastante, restando poucos repatriados com quem falar. A grande dificuldade em entender, perceber e escrever o português é bem evidente nas respostas dadas. Apesar de afirmarem que, na oralidade, não têm muita dificuldade, na verdade verifica-se que, a nível da conversação misturam o inglês com um português deficitário. Afirmam que o português é difícil de ouvir e revelam dificuldade em compreender; referem maior facilidade na leitura do que na compreensão oral. Referem, ainda, dificuldade na construção de frases longas e incapacidade no preenchimento de documentos.

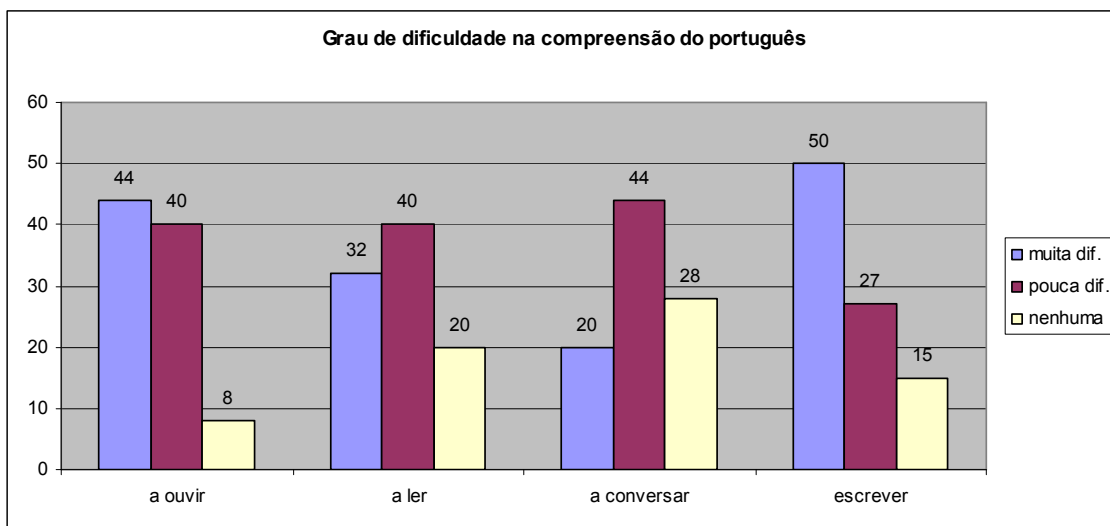


Fig. 24

Outras dificuldades sentidas foram a falta de apoio em arranjar casa e emprego.

Na questão do alojamento, os que chegaram em meados dos anos 90, encontraram muita dificuldade e muita resistência em arranjar casa ou quarto - recorde-se que o apoio, nessa altura, por parte das instituições, não estava ainda propriamente delineado e as pessoas tinham receio em arrendar casas ou quartos a repatriados. Tal situação levou muitos repatriados a dormirem em bancos de jardim, em casas devolutas ou em contentores. Nós constatamos ainda hoje haver dificuldade, apesar de existir mais oferta no que diz respeito a instituições de apoio nessa área.

Quanto ao trabalho, as dificuldades sentidas em arranjar um emprego são grandes, normalmente são trabalhos temporários, a maior parte na construção cívil, que não proporcionam segurança financeira e muitos deles nem sequer têm experiência na área.

7.5. Experiências vividas

As experiências vivenciadas por estes indivíduos na ilha de São Miguel é muito semelhante, na maioria dos casos, sendo a relação com as instituições a mais referida, seguindo-se a relação com o ambiente social.

Em relação ao apoio das instituições, o quadro infra ilustra como classificam o apoio destas.

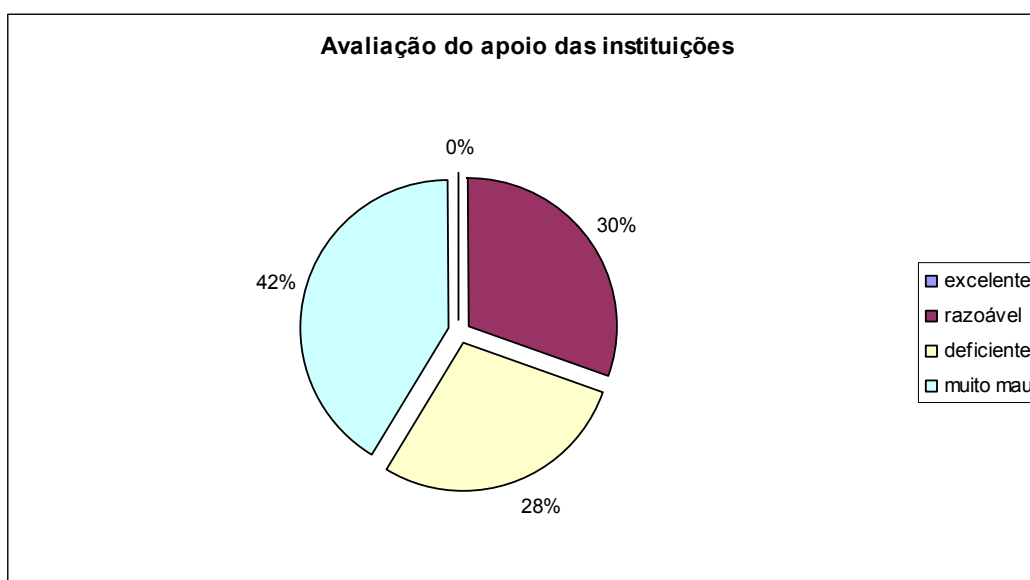


Fig. 25

Nota-se uma tendência para a auto-vitimização, uma vez que falamos com responsáveis de instituições que lidam directamente com eles e ficamos a conhecer que, actualmente, não têm comparação com o que acontecia há dez anos atrás, quando a região não estava preparada para os receber. É certo que ainda existem falhas, sobretudo no acesso ao alojamento, pois todos os anos chegam mais vagas de repatriados (uma média de 50), às quais é difícil dar resposta.

Os repatriados - e aqui falamos daqueles que têm mais problemas, ao nível de alcoolismo e de dependência de drogas - afirmam que têm dificuldade em perceber as condições que lhes são impostas, que o que recebem é insuficiente, chegando alguns a afirmar que são maltratados e negligenciados, que os programas que existem para eles não são bons, levando muitos a cortarem relações com as instituições. Outros, porém, ainda que em menor número, consideram que as instituições trabalham razoavelmente, mas que nos Açores tudo é moroso devido à burocracia e à falta de condições.

Resumindo, a visão que possuem da acção das instituições, é na sua maioria, negativa, mas consideram que é importante que exista, e alguns até reconhecem que têm havido algumas melhorias. No entanto, à questão colocada, “o que pensam alcançar com a ajuda das instituições?” a maior percentagem de respostas foi, arranjar emprego; em segundo lugar, mudar de emprego (o que evidencia que não gostam dos trabalhos que lhes arranjam); em terceiro lugar, arranjar casa própria; só em quarto lugar aparece melhorar o português, seguindo-se trazer a família e em último lugar, apenas 3% não têm projectos (é de referir que estes últimos são indivíduos com graves problemas de dependência de álcool e de droga).

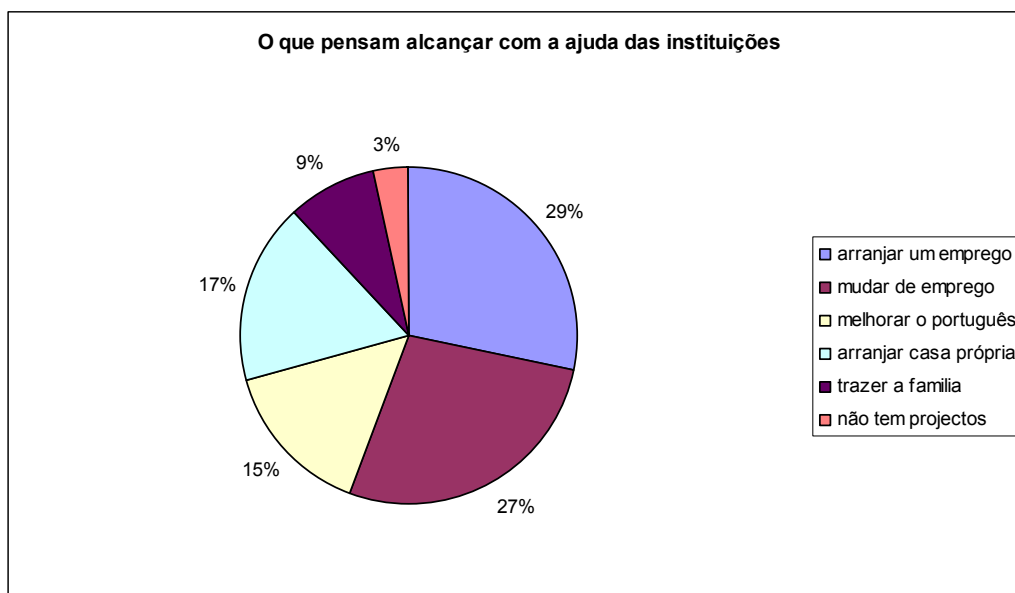


Fig. 26

7.6. Relação com o ambiente social

Importa aprofundar a relação estabelecida entre o repatriado e a sociedade dominante e vice-versa - neste caso, na da ilha de S. Miguel.

Os relatos dos informadores privilegiados foram muito esclarecedores da relação criada entre repatriados e a sociedade micalense.

Há dez anos, os repatriados eram vistos como os indivíduos que trouxeram as práticas criminosas aprendidas nos países de emigração - o tráfico e o consumo de droga, o vandalismo e criminalidade violenta - o que instaurou na sociedade micalense o medo e o receio. As pessoas desviavam-se dos repatriados, evitavam-nos como se fossem leprosos. Com o passar dos anos, a habituação da sua presença veio atenuar esses comportamentos e, hoje, eles são mais ignorados do que temidos. Mas a sociedade controla-os e mantém-nos confinados a guetos, pois são

apenas vistos em certas partes da cidade, sendo barrados ou impedidos de estar noutros locais como centros comerciais, certos cafés, esplanadas, todos os locais que são considerados turísticos e onde a presença deles não é bem-vinda. Assiste-se, efectivamente, a uma discriminação visível no acesso a determinados locais públicos.

Em relação à sociedade acolhedora, elaboramos um questionário de forma a conhecermos melhor o que pensam acerca dos repatriados. Foi aplicado a cem indivíduos de diversas idades, profissões e com diferentes níveis de formação residentes em toda a ilha. Foram colocadas três questões de resposta fechada, que passamos a enunciar:

- A sua opinião, acerca dos repatriados, é positiva ou negativa?

Respostas dadas à 1ª questão

Positiva	0
Negativa	96
NS/NR	4

Fig. 27

A opinião da maioria é negativa: 98%, o que denota o receio em relação aos repatriados e a sua desvalorização social. A pressão desta imagem negativa é suficientemente forte para que o repatriado sinta muita dificuldade em se inserir, levando-o à desmotivação e, em alguns casos, a adoptar estratégias de auto-marginalização e de isolamento.

- Considera serem os repatriados os responsáveis pelo aumento do crime praticado na ilha de São Miguel?

Respostas dadas à 2ª questão

SIM	65
NÃO	24
NS/NR	11

Fig. 28

Nesta questão, apesar da maioria ainda responder afirmativamente, a resposta “não” é inferior a um quarto do total, o que demonstra que a sensibilização feita junto da população, através dos diversos agentes envolvidos (os *media*, os centros paroquiais, as próprias instituições) começa, ainda que, lentamente, a surtir algum efeito.

- Descreva o repatriado numa palavra.

Nesta questão, a palavra que apareceu mais vezes foi, “**drogado**”, com 42 respostas; seguindo-se “**abandonado**”, com 27 respostas; a terceira palavra foi “**bandido**”, com 11 respostas; em quarto lugar, aparecem, com o mesmo número de respostas, as palavras “**criminoso**” e “**desgraçado**”, ambas com 10 respostas.

Estes estereótipos acerca dos repatriados revelam bem como a sociedade acolhedora os perspectiva.

Em relação ao repatriado, portador de uma identidade (mal ajustada), consequência da descrição e explicação do seu comportamento social, gera-se um comportamento discriminatório por parte da sociedade dominante. Assim, cada indivíduo está apto para diagnosticar a sua categoria e, ao mesmo tempo, classificar outro indivíduo numa categoria também, como afirma Xiberras (1996). A sociedade tem uma tendência para categorizar e para excluir estes indivíduos, estigmatizando-os. As imagens que são transmitidas por estes

imigrantes expulsos são acompanhadas por uma predisposição, neste caso, nada favorável e protagonizada pelos dominantes. A relação estereotipada está, então, estabelecida.

A trajetória do repatriado serve de base a um profundo descrédito por parte da sociedade dominante, isto é, o estigma é imposto sobre ele, o que envolve uma relação estabelecida entre o atributo (ser repatriado) e o traço do estereótipo social (criminoso), e que permite a consideração de dois pontos de vista: o de quem estigmatiza e, ao mesmo tempo, o de quem é estigmatizado. Como nos lembra Goffman (1980), a percepção do indivíduo estigmatizado é acompanhada por uma reação de defesa, e isso acontece como consequência da sua «deficiência», como se ele carregasse a vergonha de pertencer a esta categoria.

Neste sentido, o estigma carrega um peso significativo, e torna-se inalterável no momento em que os outros conhecem o atributo, o que significa que isso é suficiente para que o indivíduo seja automaticamente estigmatizado se possuir a condição de repatriado. Nesta circunstância, o repatriado percebe que os outros não o aceitam e que não estão dispostos a interagir com ele. Por esta razão, o repatriado pode interiorizar os critérios da sociedade dominante e perceber que carrega atributos que são, de facto, degradantes. Esta ruptura entre ele e o que ele deseja para si mesmo é característica do indivíduo estigmatizado como afirma Xiberras (1996), o que compromete a sua identidade e o isola da sociedade.

“...aqui ninguém gosta dos repatriados, desprezam-nos...” (B12).

“...no início, quando cheguei até mudavam de passeio para não se cruzarem comigo...” (C5).

“...estar aqui é pior do que estar preso lá na América...” (C19).

“...lá na América, chamavam-me português, aqui, sou o americano (...) sei que esta gente daqui não gosta de nós, mas o que posso fazer? Fui obrigado a vir...” (C25).

7.7. Características individuais dos repatriados

De acordo com os repatriados que entrevistámos, ressaltam três pontos que permitem traçar um perfil-tipo: a sua aparência, a linguagem e as experiências que estes viveram.

Em relação ao aspecto, existe uma homogeneidade no estilo, sobretudo nos mais novos, onde os acessórios usados fazem referência aos países de onde foram expulsos; *t-shirts*, blusões e bonés com as inscrições USA e Canadá, entre outras referências de clubes desportivos e das cidades onde viveram. O uso de roupa desportiva está bem presente, bem como o uso de ténis de desporto. Em relação aos mais velhos, estes passam muito mais despercebidos, são poucos os que usam este tipo de indumentária.

Usam muitas tatuagens, normalmente grandes e que cobrem braços, pernas, costas e peito; gostam de as exibir e muitos possuem um corpo musculado trabalhado na cadeia quando cumpriram pena nos países de onde foram expulsos.

A linguagem utilizada entre eles é o inglês mas utilizam muitos termos em calão que não são fáceis de entender. Expressam-se mal em português, misturando esta língua com palavras inglesas.

A maioria tem um rosto duro, fechado, alguns ostentam cicatrizes visíveis, consequência de trajetórias difíceis, de uma sobrevivência (muitas vezes) feita nas ruas, com referências e valores morais que provêm de grupos desviantes.

Após o contacto e um conhecimento mais profundo com estes indivíduos, podemos enunciar algumas características que são comuns à maioria deles.

Ao nível do comportamento: têm tendência para agir primeiro e só depois pensar; são impulsivos, têm dificuldades de contenção e possuem uma baixa tolerância à frustração; dificuldade em conter a agressividade, tentam afirmar-se através de conflitos.

Ao nível emocional: dificuldades em expressar emoções; recorrem frequentemente a modos agressivos nos contactos interpessoais; dificuldades com o processo de individualização e com a sua governação e gestão do *self*.

Ao nível cognitivo: possuem um pensar concreto; dificuldade de raciocínio lógicos e dificuldade de expressão.

Ao nível comunicacional: resistem e evitam o contacto; desconfiados; desistem facilmente quando o assunto não lhe interessa; um tom de voz baixo quando estão com pessoas que não conhecem, alto quando se querem afirmar; omissão e grandes períodos de silêncio; baixa capacidade de se relacionarem.

Ao nível da sociabilidade: dificuldade em incorporar regras; dificuldades quando confrontados com novas situações sociais.

Imagem de si: sentimento de incompetência; de indignação; de discriminação; problemas identitários; baixos níveis de auto-estima e de auto-confiança.

Associado a estas características, é visível a existência de perturbações de grande *stress* sociocultural cujos principais factores geradores são:

- a nível familiar: a quebra de laços; desentendimentos conjugais;
- a nível profissional: subestimulação, mau ambiente de trabalho, insatisfação, desemprego;

- a nível social: falta de espaço, não domínio da língua portuguesa, rendimentos insuficientes, estigmatização por parte da sociedade de acolhimento.

Tais perturbações levam a estados graves de depressão, o que pudemos constatar no decorrer das nossas entrevistas. Estados de forte desânimo e de tristeza causados por uma perda de vontade de viver. Este estado de pessimismo global é acompanhado pelo sentimento de inferioridade que sentem, de uma perda da consideração por si mesmos distintos da simples tristeza. O pessimismo e o desinteresse que sentem são acompanhados por uma lentidão de espírito, sentimentos de ansiedade e fadiga que os atiram, muitas vezes, para a reincidência do consumo de drogas e álcool. Tudo isto cria um estado de desespero que pode suscitar ideias de suicídio, situação que ocorreu em relação a alguns deles

7.8. Expectativas e aspirações

Questionados acerca das suas expectativas e aspirações futuras, a maior parte acredita num melhoramento nas suas vidas comparativamente ao passado recente.

“... pior do que eu já vivi, não pode ser (...) acredito que têm de melhorar...” (B16).

“... eu consegui deixar a bebida, daqui para a frente vai ser melhor...” (C14).

“... tentaram matar-me quando me mandaram para aqui, mas não conseguiram (...) não têm sido fácil mas vou conseguir sobreviver...” (A26).

“... aqui sou visto como um criminoso, o meu único crime foi estar ilegal lá no Canadá (...) tenho que começar de novo a minha vida, devagarinho vou conseguir...” (C23).

“... um homem tem que se adaptar, não é fácil, mas se tem gente que consegue, porque eu não posso também?...” (A15).

Em relação ao lugar onde esperam concretizar projectos ou planos, a maior parte ainda está com a esperança de regressar aos países de onde foram expulsos ou, então, de emigrar para outros países. Mas muitos pretendem ficar nos Açores (aqueles que estão mais conscientes de que não será fácil o regresso, se não mesmo impossível).

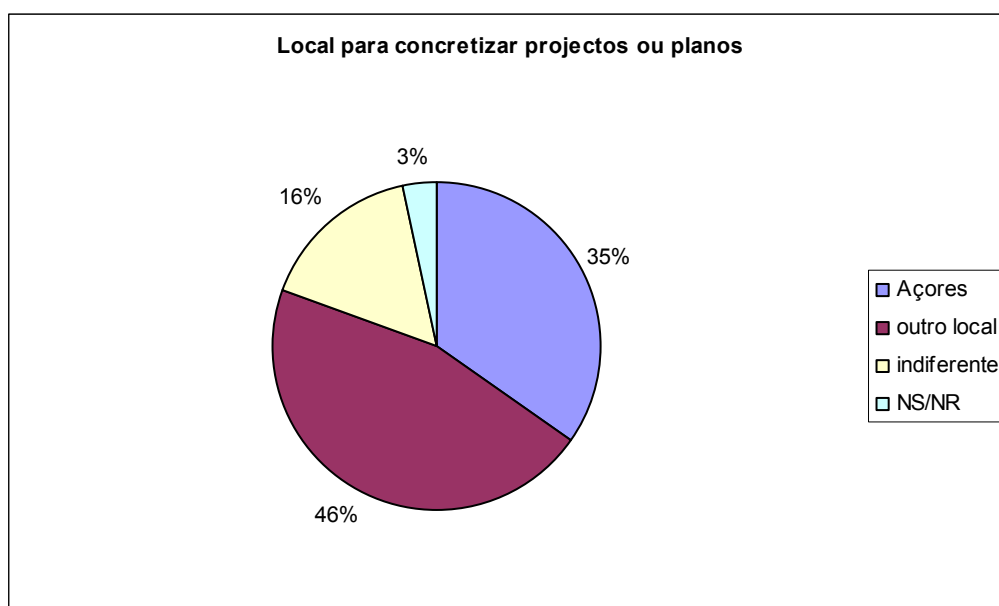


Fig. 29

“... Não vejo a hora de voltar à América, dizem que não posso voltar mais, mas não acredito nisso, daqui a três anos estou lá!...” (A19).

“... eu espero que me deixem entrar, tenho lá meus filhos, eles precisam de mim e eu deles...” (A16).

“... eu gostava de voltar, aqui não tenho nada! Lá tenho tudo (...) tenho me portado bem aqui, deixei-me da vida que levava...” (C27).

Os que não possuem nenhum laço afectivo ou familiar que os suporte preferem sair dos Açores, os que possuem esses laços preferem ficar. Constata-se que o ter alguém, o sentir-se apoiado torna possível uma tentativa de inserção independentemente do lugar onde se está.

“... eu agora tenho a minha vida aqui, encontrei mulher aqui, vivo com ela e damo-nos bem (...) tou limpo (...) não penso voltar...” (C2).

“... eu já criei família aqui, agora já não penso mais na América, apenas procuro um trabalho melhor, ganhar dinheiro para poder sustentar minha família...” (B12).

“... com a minha idade o que ia fazer para lá? Aquilo é bom é para gente nova (...) tem que se trabalhar muito lá na América...” (F1).

“... eu, graças a Deus, tive muita sorte, os familiares que tenho aqui foram muito bons para mim (...) eu gosto de estar aqui...” (E1).

“... eu lá, já não tenho nada, minha mulher deixou-me, minha família também não me fala (...) acho que ficarei por aqui mesmo...” (D1).

A reorganização dos laços emocionais está entre as expectativas e aspirações dos repatriados permitindo, assim, que alguns deles (com sucesso) se procurem inserir e integrar na comunidade açoriana. É

notória esta intenção quando se perguntou quais as prioridades para realizar esses seus projectos ou planos: a maioria dos entrevistados citou o constituir família, para os que são solteiros, ou divorciados, enquanto os que já a têm, poderem-na ter de volta, ou regressar para perto dela.

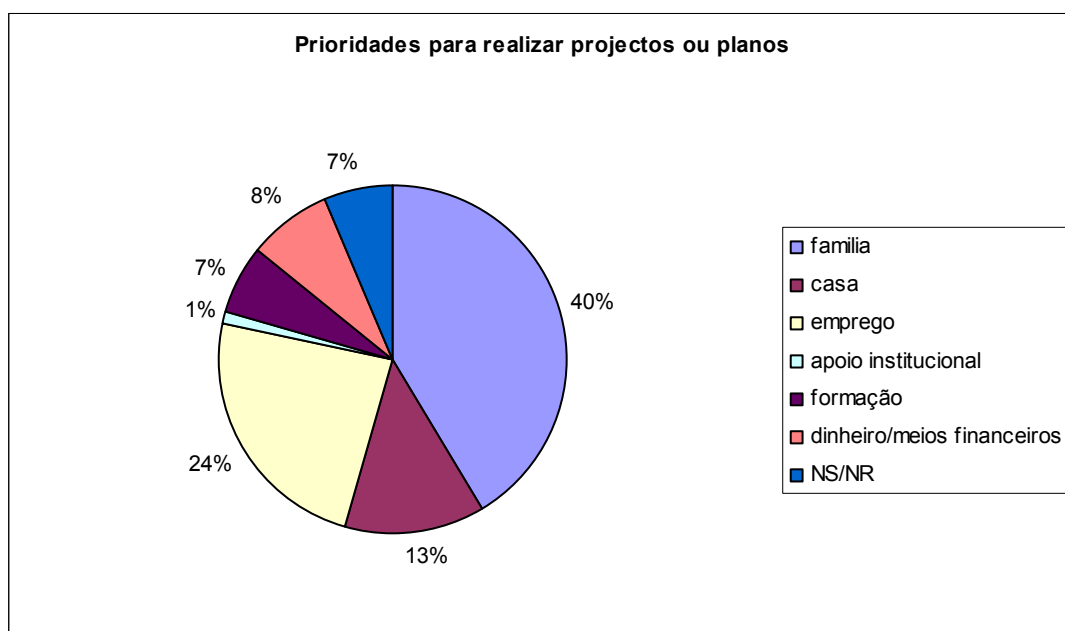


Fig. 30

Também o emprego é uma prioridade nos seus projectos futuros nos Açores. Para eles o ter trabalho assume um papel decisivo na sua integração e na relação com a comunidade mas afirmam ser difícil de o conseguir-lo e manter essa situação, o que denota uma baixa auto-confiança nas suas capacidades, e também no relacionamento com os colegas de trabalho. Por outro lado, é constantemente referido o atraso tecnológico em relação aos países de onde foram expulsos e a que muitos ainda pensam voltar.

“... eu tenho trabalho aqui (...) é um trabalho manual, nunca o tinha feito (...) lá na América só trabalhava com máquinas...” (B5).

“... um homem quando trabalha é melhor visto e aceite aqui (...) falo por experiência própria...” (B20).

“... Isto aqui ainda tá muito atrasado, poucas fábricas, o trabalho que existe é na construção (...) se conseguir voltar, vou agarrar qualquer trabalho com unhas e dentes...” (B2).

“... eu sempre trabalhei com máquinas pesadas, aqui não há! (...) um gajo aqui tem que se sujeitar ao que há...” (B17).

“... Isto aqui é o terceiro mundo! (...) não tem nada a ver com a América em termos de trabalho...” (C6).

Muitos também encaram o trabalho como forma de abandonarem os seus estilos de vida e comportamentos desviantes.

“... desde que comecei a trabalhar, drogo-me menos (...) um gajo chega a casa todo partido, quero é dormir...” (A14).

“... eu quando cheguei aqui tinha que roubar para sobreviver, depois arranjam-me um trabalho, deixei-me disso...” (B13).

“... quando cheguei só andava com más companhias (...) quando comecei a trabalhar ficou melhor para mim (...) conheci pessoal novo (...) já deixei a vida que tinha antes e que me mandou para aqui...” (B5).

“... cheguei a um ponto na minha vida em que tive de escolher, ou viver, ou morrer (...) escolhi viver, e endireitar-me de uma vez por todas...” (A6).

As expectativas destes indivíduos dá-lhes o alento para continuarem a viver, a acreditar, mesmo que essas sejam muito ténues quando implicam poderem voltar aos países que os expulsaram.

Em relação aos Açores, muitos já pensam em ficar e encaram essa decisão como uma segunda oportunidade, sobretudo os que constituíram família ou que possuem laços afectivos nos Açores. Mesmo com todos os problemas que os afectam, são unânimes; *“já batemos no fundo, não pode haver pior (...) agora daqui para a frente, só pode ser melhor”*. (C21).

7.8. Exclusão, Integração, Inserção

Na passagem da exclusão para a integração e desta para a inserção social em relação aos repatriados muita coisa mudou desde os anos 90 - para melhor, afirma a maioria dos entrevistados. Os que estão nos Açores há mais tempo são testemunhas da evolução, em termos de suporte e apoios que possam apontar para uma melhor integração e inserção.

“...eu cheguei em 95, não havia nada, dormia onde calhava, e comer, era quando me davam alguma coisa (...) foi em 98, que apareceu o C.A.R. (Centro de Apoio ao Repatriado) (...) depois passei a dormir e a comer lá (...) arranjarão-me um trabalho, eu não gostava muito, mas ao menos tinha uma cama e alguma comida...” (B 28).

“...em 98, estava tudo desorganizado, a ajuda limitava-se ao Padre Duarte (...) ele fazia o que podia, mas não conseguia dar resposta a todos (...) passado algum tempo, as coisas começaram a funcionar melhor (...) começou a haver

melhor apoio (...) acho que o governo se interessou um bocadinho por nós...” (B 22).

“ No início, quando cá cheguei, em 98, era muito complicado, não existia nenhum tipo de ajuda (...) tínhamos que nos desenrascar (...) depois como já éramos muitos, apareceu o C.A.R. que já era uma porta em que podíamos ir bater (...) começamos a ter apoio de consultas médicas, arranjar trabalho, na ajuda para arranjar casa (...) hoje (ano 2007) a ajuda é razoável, penso eu...” (C 9).

“... eu cheguei em 95, não existia nada, alguns amigos meus , também repatriados não aguentaram mais de um ano, morreram (...) eu andei metido em drogas até 2001, depois tive overdose, fui parar no hospital, a partir dessa cena é que conheci por dentro o centro de apoio ao repatriado (...) ajudaram a endireitar-me...” (B 16).

Percebe-se que quando os repatriados começaram a chegar em maior número, década de 90 do século passado, a região não estava preparada para os receber. Hoje, em 2007, assistimos a uma melhoria em termos de apoio ao repatriado, e no que diz respeito à integração pode afirmar-se haver resultados consideráveis, se interpretarmos integração como colocar o desviante no bom caminho, ou seja, inseri-lo no mercado de trabalho.

Quanto à inserção, esta é muito mais difícil, relaciona-se com conseguir que deixem de ser excluídos. Aqui o trabalho a desenvolver é muito mais moroso e complexo, uma vez que as estratégias de inserção são mais incisivas e a abordagem tem de ser caso a caso, tendo em conta dois aspectos: o primeiro, o repatriamento como problema social, o qual existe e interage com a sociedade que os recebe, e no segundo, sendo uma situação e uma questão individual, necessita de uma ajuda que vá de encontro às inadaptações que os repatriados possuem.

A exclusão social dos repatriados não é apenas responsabilidade do Estado, a sociedade civil também partilha essa responsabilidade, e, só todos juntos, poderão criar condições que permitam uma recomposição do tecido social.

7.9. Performance institucional

A *performance* institucional passa, obrigatoriamente, por limitações, acções e desafios no que diz respeito à integração e inserção do cidadão repatriado. Nestes últimos anos, têm sido feitos esforços e desenvolvidos programas nesse sentido por parte das agências que trabalham com eles, de forma directa ou indirecta.

As acções que têm sido tomadas e desenvolvidas passam por uma consciencialização da sociedade acolhedora em relação à problemática dos repatriados.

O Governo Regional dos Açores, a partir de Maio de 1994, decidiu reunir um grupo de trabalho (constituído por representantes da Presidência do Governo, do Instituto de Acção Social, do Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas e do Instituto de Reinserção Social), com o objectivo de fazer o diagnóstico da situação e propor um plano de intervenção.

No âmbito de plano procurou-se, em primeiro lugar, auscultar a situação familiar e económica do indivíduo, encaminhando para um centro de acolhimento (na falta de suporte familiar) e tentando fazer o seu acompanhamento técnico de forma adequada. Entidades como o Centro Paroquial de São José e outras, desenvolveram um projecto de escolaridade básica e formação profissional/emprego, no âmbito do Programa “Horizon”.

A criação de um projecto designado por “Apoio Personalizado ao Repatriado” tinha, como objectivo, não só reunir e chamar à responsabilidade todas as entidades oficiais que deviam estar envolvidas no processo de inserção do repatriado, mas sobretudo conhecer, orientar, acompanhar, informar e integrar o próprio repatriado através de redes de sociabilidade, como a Saúde, a Acção Social, as autarquias e as empresas privadas.

Nem tudo, porém, terá decorrido conforme as expectativas, porque há indivíduos que se desligam do projecto, outros que desenvolvem actividades paralelas que os levam à prisão e outros há ainda que têm de se submeter a tratamentos intensivos de desintoxicação ou necessitam de apoio psiquiátrico.

A Administração Regional continua, todavia, a apostar no seu encaminhamento, através de um grupo de trabalho permanente, constituído por assistentes sociais, psicólogos e sociólogos, no sentido de procurar dar respostas adequadas ao apoio personalizado em termos das suas necessidades específicas (nomeadamente saúde, emprego e a habitação).

É de referir o esforço que tem vindo a ser feito em prol do ensino da língua portuguesa e de informação sobre a realidade insular - não só na Região, mas também junto a alguns estabelecimentos prisionais dos EUA, onde existem indivíduos a aguardar repatriamento, após cumprimento de pena.

Neste momento, tem havido a preocupação no acompanhamento feito nos centros de detenção nos EUA e no Canadá aos indivíduos que aguardam a deportação, através do apoio prestado por associações existentes nesses países, sendo a PYCO (Portuguese Youth Cultural Organization) em Fall River, um bom exemplo no apoio psicológico, que procura minimizar da sua vinda para os Açores.

Também esta região autónoma apostou na criação de uma publicação, um “Guia para o Regresso aos Açores”, iniciativa do próprio Governo Regional, através da Secretaria Regional das Comunidades, que dá ao cidadão repatriado uma noção do enquadramento geográfico, político-administrativo dos Açores, bem como de todas as organizações e instituições que prestam serviços e apoios aos cidadãos nas mais diversas áreas.

Há obrigação, por parte das autoridades norte-americanas e canadianas, de declarar, com antecedência, o número de indivíduos que irão ser repatriados. Esta medida só foi conseguida após muita pressão feita pelo Governo Português, o que permite à região ter um conhecimento prévio e recebê-los melhor.

Insistiu-se no aumento da cooperação e de acordos com identidades locais, seja no campo público, seja no privado.

Elaboraram-se programas de apoio psicológico, sociais e profissionais, dos quais destacamos os criados e levados a cabo pela Associação Arrisca, bem como por outras agências. Destaca-se, por exemplo, o programa ergoterápico/ocupacional que diz respeito a integrações ocupacionais nas áreas de carpintaria, jardinagem, artes produtivas e construção civil, (dados fornecidos pela associação Arrisca, 2007: fig. 31).

Programa ergoterápico/ocupacional

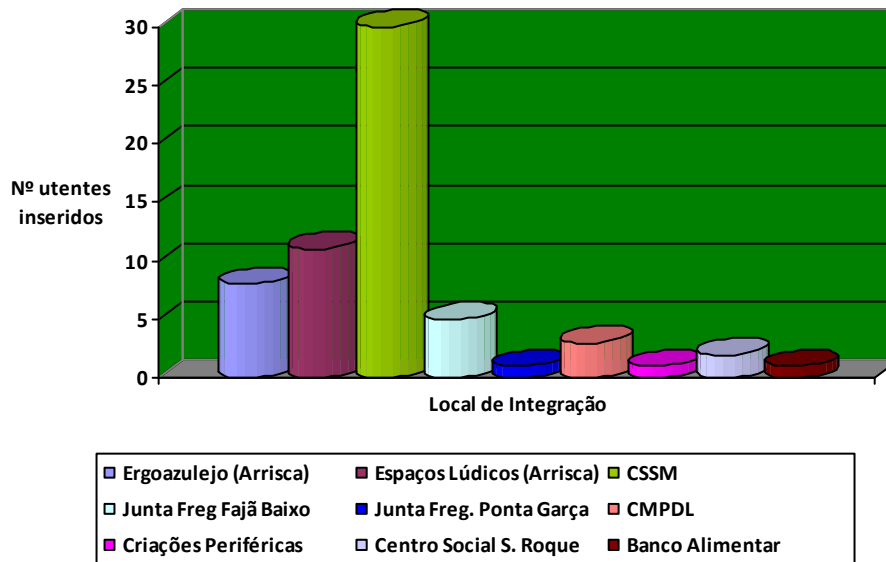
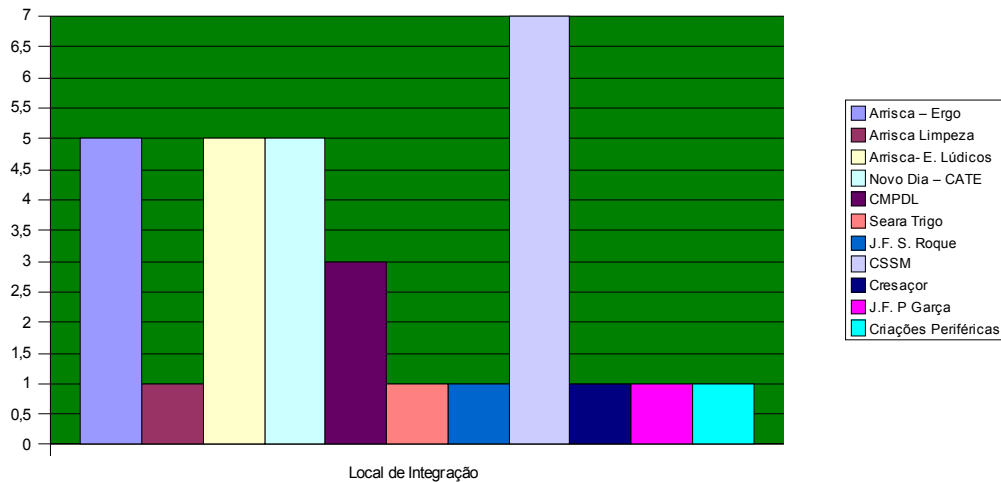


Fig. 31

Paralelamente à integração em regime ocupacional, surge o programa PROSA, da Agência para Qualificação e Emprego de Ponta Delgada, que visa promover também a integração sócio-ocupacional que, embora seja através do emprego protegido, é, muitas vezes, o primeiro contacto do público-alvo com o mundo laboral. Permite-lhes desenvolver e/ou adquirir competências profissionais, auferindo um salário e beneficiando de protecção social, elementos fundamentais para autonomização e a inserção. A figura abaixo mostra o número de indivíduos que participam neste programa e os locais onde estão a ser realizados.

Integração no programa PROSA



Dados fornecidos pela associação Arrisca, 2007

Fig. 32

Ainda foram criadas algumas propostas, que estão ainda em fase de projecto, ou que aguardam recursos financeiros: a criação de novos espaços ocupacionais e de micro-empresas de inserção; criação de uma base de dados de empresas de inserção, criação *online* de uma bolsa de emprego.

Criaram-se programas psicoeducativos – como, por exemplo, o PERTENSER – Programa de Competências Pessoais e Sociais para Públicos em Situação de Exclusão Social Grave, elaborado pela equipa da associação Arrisca, que visa promover competências pessoais e sociais: na gestão emocional e comunicacional; na procura activa de emprego; na cidadania; na gestão doméstica e de rendimentos; na legislação laboral (Direitos e Deveres) e na organização administrativa do País e recursos comunitários.

Há ainda o programa de Prevenção de Recaídas que visa acções de prevenção e de acompanhamento individual na área da reabilitação psicossocial.

Destaca-se o programa CONTIGO – Programa Psicoeducativo para Indivíduos Envolvidos em Contextos de Violência Doméstica. Este programa apresenta-se como um manual de intervenção que pretende assumir-se como uma resposta de reabilitação para indivíduos indiciados ou incriminados de violência doméstica, sinalizados no âmbito da RAIM (Rede de Apoio Integrado à Mulher).

Outro exemplo: o programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Comportamentos de Risco, promovido pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, RAA e que é desenvolvido por um grupo de técnicos voluntários de diferentes instituições.

Existe ainda o programa psicoeducativo de Mediação Social e Comunitária que tem como objectivos gerais: promover um espaço de partilha e reflexão; promover a troca de experiências e de aquisição ou aperfeiçoamento de estratégias de *coping* individuais e entre pares e promover o suporte e sentimentos de segurança nos momentos de mudança, perda e fragilidade na saúde.

Em relação às actividades desenvolvidas:

Acolhimento de indivíduos recém-chegados à ilha de São Miguel - esta actividade tem-se revelado de grande interesse ao nível da reabilitação como instrumento de informação, espaço de partilha e estabelecimento da relação. É distribuído um Boletim de Acolhimento que compromete e responsabiliza o utente para a aceitação das normas para com os serviços, técnicos e outros em geral. Este guia é apresentado juntamente com um técnico que celebra a assinatura de um contrato escrito, que, embora sem valor legal, assume valor terapêutico. Devido à emergência das problemáticas do público repatriado, ao nível de integração sociocultural, tem-se utilizado esta forma de acolhimento.

A comemoração de aniversários – promover a (re)valorização da dimensão do nascimento e da vida.

Grupo fechado de auto-ajuda – promover um espaço de partilha e reflexão de experiência de vida; potenciar a troca de experiências e de desenvolvimento de estratégias de *coping* e de resolução de problemas entre pares.

Acompanhamento nos ciclos de vida – promover o suporte e acompanhamento nos diferentes ciclos ou fases da vida dos utentes; garantir uma resposta segura, coerente e articulada perante momentos de maior vulnerabilidade (instrumental ou afectiva); reforçar sentimentos de segurança e integração perante perdas afectivas/familiares e fragilidade na saúde.

Realização de ciclos de cinema – de forma a promover um espaço cultural, de lazer e conviviabilidade.

Biblioteca – promover o hábito da leitura como actividade lúdica e pedagógica.

Os objectivos dos programas psicoeducativo socioculturais, são:

- trabalhar competências pessoais (auto-eficácia) e sociais (desenvolvimento interrelacional);
- aumentar a rede de suporte social em contextos normalizadores;
- desenvolver competências para lidar com a doença, no reconhecimento dos sintomas primários e sinais de recaída;
- proporcionar espaços de partilha de experiências e emoções;
- partilhar as diferentes referências culturais;
- promover uma (re)integração social sustentada/apoiada;
- aumentar os níveis de volição/motivação;
- promover competências ocupacionais, de lazer, culturais e desportivas.

Em relação ao programa psicoeducativo formativo, os objectivos gerais passam por:

- desenvolver competências básicas no domínio da língua portuguesa;
- promover uma aproximação a outras culturas;
- promover um espaço de estudo, partilha de matérias e de conhecimentos;
- aquisição de competências pessoais ao nível do quotidiano, da gestão do tempo, do dinheiro e da medicação;
- gestão de tarefas domésticas;
- promover o espaço cultural de lazer e de convívio;
- potenciar o envolvimento na organização de eventos culturais e sociais.

Quanto às limitações, a acção nem sempre é exequível no que diz respeito às estratégias utilizadas no combate à exclusão, porque muitos repatriados acabam por desistir, por acharem que estes programas não são o ideal para eles e também devido ao alto índice de reincidência dos seus comportamentos desviantes, que os leva a abandonar os programas.

Na dificuldade em encontrar mais parcerias que permitam um fortalecimento das estratégias de combate à exclusão, ainda existe um certo nível de intolerância e formas de trabalhar diferentes por parte das instituições, o que leva a uma falta de cooperação entre as mesmas, sendo a burocracia, a desculpa encontrada, o que leva, por vezes, a morosidades em termos de acção e de resposta.

Também as dificuldades, no que diz respeito ao alojamento, aumentam uma vez que todos os anos chegam mais repatriados, e o espaço que existe encontra-se superlotado, tornando-se, assim, difícil dar resposta a todos os casos em situação de habitabilidade precária.

De salientar, ainda, a falta de condições por parte das agências que lidam com eles diariamente, porque só empenho e força de vontade não

são suficientes para dar resposta ao crescente número de casos que todos os anos surgem.

Em relação aos desafios, urge:

- a aquisição ou construção de um novo espaço que permita albergar os repatriados com melhores condições - existe já um projecto em curso, faltando apenas as verbas necessárias para o seu arranque;
- ter em conta uma confluência de projectos de diversas áreas que permitam a criação de micro empresas;
- necessidade de recrutar mais pessoal técnico no apoio;
- promover uma maior consolidação, a nível de parcerias, que permitam uma acção mais eficaz.

Considerações finais

As trajetórias de vida seguidas por estes indivíduos permitiram-nos ter uma melhor percepção do fenómeno de exclusão social que os repatriados são alvo..

A emigração levada a cabo, na sua maioria, pelos seus pais, representou uma tentativa de melhoria de uma situação financeira e social. Contudo, as baixas qualificações, formações e o desconhecimento total da língua, cultura e hábitos dos países de destino, tornam a vivência e o contacto limitados, traduzindo-se numa comunidade fechada que vai aprendendo a viver nestes novos cenários, em que as referências e modelos socio-culturais do país de origem vão colidir com os modelos dos países para onde emigraram. Esta situação leva a família do repatriado a confrontar-se com um novo contexto social em que, o que apenas importa, é a aquisição de bens materiais, não sendo capaz de estabelecer uma socialização eficiente na relação com os seus membros, onde a ausência física, por motivos de longos horários de trabalho e a falta de diálogo levam ao afastamento gradual, por parte dos filhos, levando estes a absorverem as referências e os modelos dos países onde estão emigrados.

A esta deficiente integração estão também associados outros factores, como o alcoolismo e a violência doméstica, que transmitem aos filhos destas famílias o exemplo (negativo), de que a afirmação é apenas conseguida através da violência e que o álcool é a solução quando as coisas correm menos bem.

Uma infância vivida nestes ambientes limita a formação da identidade destes jovens levando-os, na adolescência, a encontrar junto dos grupos de amigos, novas atitudes e valores que, normalmente, estão associados à demarcação do «eu» do grupo em relação aos «outros», adoptando comportamentos e valores que são considerados desviantes

pela sociedade dominante. O papel da escola, que deveria ser uma agência socializante com algum peso e influência, falha plenamente, porque todos estes repatriados, simplesmente a abandonaram ou foram expulsos, restando-lhes apenas relacionarem-se com os seus semelhantes, sendo os comportamentos grupais os modelos a seguir pela maior parte destes indivíduos.

Uma cultura extremamente consumista, como acontece nos EUA e no Canadá, aliada à ideia materialista de que tudo é possível de se realizar, leva estes grupos a enveredarem por práticas criminais, onde a delinquência ocasional é a porta de entrada para estes indivíduos, sendo a única forma encontrada, para muitos, para a sua sobrevivência, vendendo-a, assim, como uma solução e não como um problema. Esta delinquência ocasional depressa se torna uma prática corrente porque associam este comportamento ilegal à aprovação por parte do seu grupo, a padrões de conduta anti-sociais. O seu comportamento disfuncional em relação à sociedade onde está inserido leva-o a ser visto como um *outsider*, seguindo a terminologia de Becker (1973).

As experiências de vida, isoladas ou em grupos, despertam no repatriado um sentido de identidade marcado por representações e valores, onde ressalta a baixa condição social e leva-o a aceitar ou a recusar a sua situação marginal, enveredando, na maioria dos casos, pelo desvio como construção social.

Estes comportamentos desviantes adoptados estão, em muitos casos, associados ao consumo, dependência e tráfico de droga. É a causa principal declarada que originou a deportação em relação aos nossos entrevistados.

O aumento da toxicod dependência nos EUA e no Canadá está associado ao aumento da criminalidade, razão pela qual os crimes relacionados com a posse e tráfico de estupefacientes são passíveis de deportação. Sendo o mundo da droga condenado por todas, quem as usa

é, automaticamente, rotulado de excluído. Logo, a primeira exclusão destes indivíduos ocorre ainda nos países de emigração, aparecendo a expulsão como uma sanção aos seus comportamentos desviantes, sendo a resposta do sistema à desinserção destes ao violarem as normas estabelecidas ou, por outras palavras, foi a forma encontrada por estes países de afastarem estes imigrantes ilegais, que não são mais do que o produto de uma *cultura de risco*, como refere Giddens (1992), numa sociedade caótica.

O processo do repatriamento destes indivíduos provoca uma série de factores imediatos: destruição dos laços familiares; constrangimentos psicossociais; o destino para onde vão, que lhes provoca ansiedade por ser desconhecido ou por terem poucas referências; desmotivação.

Após a chegada aos Açores deparam-se com um espaço completamente desconhecido, uma cultura que é diferente da sua e uma língua que não dominam, o que origina: nova exclusão; estigmatização por parte da sociedade acolhedora; discriminação e segregação; sentimento de indignação associado a baixa auto-estima; desmotivação em relação ao presente; acomodação à sua nova situação.

Todas estas fragilidades contribuem para um processo de ruptura que leva, em muitos casos, à desintegração e à desqualificação social.

Pensamos que as associações portuguesas nos EUA e no Canadá poderiam ter um papel mais importante na divulgação do que é o fenómeno do repatriamento e na sua prevenção através de campanhas de sensibilização para a naturalização, que lhes poderá trazer benefícios tais como: possibilidade de dupla nacionalidade; contributo para a participação política da comunidade, através do direito básico de voto; oportunidade de poder aderir às recentes reformas da segurança social que prejudicam bastante quem não é naturalizado; consequente baixa dos índices de deportação.

Estes factores fazem com que a sensibilização para a naturalização dos emigrantes portugueses seja urgente. Salienta-se que tem sido feito algum trabalho nesse sentido, mas consideramos que este poderia ser mais incisivo.

Conclusões e estratégias

A Família

Num contexto de emigração (e, de um modo particular, nos casos de deportação) a família deverá constituir o principal sustentáculo, como primeiro microcosmos social, na medida em que, idealmente, ela é considerada como o pilar dos afectos, dos valores, a trave mestra do equilíbrio psissocial.

O que acontece, porém, é que, embora presente, a família age, muitas vezes, de forma básica, rudimentar, de acordo com um sistema de valores desajustado, herdado dos antepassados na terra-natal, revelando-se insuficiente na sua estrutura, porque carece de aprendizagem em termos de técnicas de acompanhamento dos mais jovens, a crescerem num novo país, cujo *modus vivendi* é, geralmente, estranho para os mais velhos, porque não se coaduna com as suas experiências vivenciais nem com o seu sistema de valores.

Por outro lado, as assimetrias verificadas em núcleos familiares, em que imperam, muitas vezes, diversas formas de violência, têm de ser tidas em conta na medida em que tal percurso conduzirá à disfuncionalidade e a uma conseqüente quebra de laços que acarreta, por sua vez, desvios à norma cada vez mais agudizantes e penosos para o indivíduo, que o poderão fazer mergulhar numa espécie de *no man's land* espacial e emocional.

A coesão familiar à chegada e o afastamento na situação de repatriamento é, muitas vezes, contrastante - pelo caminho sucedeu um percurso de alterações: por exemplo, a quebra de autoridade do *pater familiae*, a mãe que, por trabalhar, trocou a presença pela ausência, situações que se enquadram num desfasamento de culturas.

A entrada da mulher no mundo do trabalho vai sendo, aos poucos, apreendida e aceite, mas mais em termos económicos, isto é, por necessidade, do que em termos de deveres e direitos de cidadão e daí a mulher continuar a situar-se, na sua maioria, dentro do núcleo familiar, numa posição de subalternidade, esquecendo-se os esforços que muitas imigrantes desenvolvem, num contexto de polivalência, multiplicando-se por diversas tarefas, desde as mais humildes às mais proventosas para aumentar o pecúlio familiar.

A família do emigrante é, pois, muito importante, pelo peso que tem no seu funcionamento como veículo ou ponte primeira entre dois países e duas culturas. Perante isso, preparar apenas o emigrante não basta; é necessário preparar também os familiares que o acompanham o(s) familiar(es) que o(s) recebe(m), uma vez que o seu papel é primordial nos laços afectivos e sociais como suporte para enfrentar situações diversas (e, muitas vezes, adversas) que encontram no país de acolhimento.

Família e Estado constituem-se como agentes privilegiados de suporte, e uma rede de solidariedade conjunta seria fundamental para as populações num contexto de exclusão. Na prática, porém, tal parceria nem sempre terá funcionado de uma forma eficaz, porque se, por um lado a família revela-se disfuncional a vários níveis e incapaz de realizar a sua *performance*, o Estado, por seu lado é, frequentemente, acusado de dispêndio no plano de apoio social e apontado como entidade fomentadora do assistencialismo e da dependência.

Se a família necessita de técnicas de aprendizagem, o Estado terá de repensar o seu projecto de apoio na área da solidariedade social.

A Escola

É importante que seja inculcada no adolescente a necessidade de interiorizar um processo de socialização no país onde irá crescer, para sua própria defesa e segurança. E aí urge que a escola (ou, pelo menos, a comunidade) se empenhe nesse processo, para que a sua trajetória possa decorrer dentro da(s) norma(s) vigente(s).

O domínio da língua falada no país acolhedor parece-nos imprescindível para combater a barreira da comunicação, pelo que a escola ou outras instituições similares se deveriam preocupar e debruçar, atentamente sobre este factor básico - deveria ter, na nossa opinião, carácter de obrigatoriedade.

Se o domínio de uma segunda língua (a do país de emigração - este é, aliás, um requisito da lei canadiana) se torna numa das primeiras prioridades, a língua materna não deverá, a nosso ver, ser descurada - responsabilidade que não caberá, propriamente às famílias (que, neste campo, e na sua maioria, nem têm consciência desse factor), mas sim à escola (e, se possível oficial), como forma de salvaguardar o património linguístico, porventura precioso em contextos positivos ou adversos, para o indivíduo, a médio ou a longo prazo.

Tais situações geram uma maior capacidade de informação e formação, de promoção do diálogo e de consciência do *self*, pois é à escola que cabe a veiculação e/ou consolidação dos valores herdados e adquiridos, ao mesmo tempo que implementa os laços com a comunidade, de forma a não perder de vista as raízes, que consolidam uma situação de pertença e reforçam a identidade do indivíduo, que deve ter orgulho em afirmar-se, enriquecendo a sua auto-estima.

A baixa escolaridade da maioria dos emigrantes não deve impedi-los de se inserirem, pelo menos, num contexto de mão-de-obra especializada (por exemplo, em cursos técnicos-profissionais paralelos), que poderão apoiá-los, porventura ajudá-los numa situação de crise, nomeadamente face a um aumento do desemprego e a uma consequente mobilidade espacial, para que devem estar preparados, evitando mergulhar em percursos desviantes.

A Escola deverá ser sempre uma das primeiras vozes na formação do indivíduo, apelando para a sua consciencialização, interiorizando ou reintegrando valores, alargando horizontes, criando mecanismos de defesa, individuais e sociais. A Escola tem o dever de ser e de fazer sentir que é um pólo aglutinador e dinamizador e não um espaço que se frequenta por obrigação. A Escola será um dever e, simultaneamente, um direito para todo e qualquer cidadão. Mas terá, forçosamente, de interagir com a realidade, numa simbiose que possa, efectivamente dar frutos no contexto comportamental do(s) indivíduo(s).

A única escola que um grande número de repatriados teve foi o espaço parental, cenário de violência doméstica ou a rua, com motivações múltiplas facilmente apelativas ao desvio e, consequentemente, à marginalidade.

Assim, se a rua terá funcionado, para uma boa parte, como a “verdadeira escola”, há que apelar a certas noções - como, por exemplo, a de norma e a de valor - e reconvertê-las, em termos de validação perante uma comunidade que, em vez de os condenar e de os sancionar, os reavaliar e os reencaminhar no seu processo de integração evitando, deste modo, a ruptura social.

Da dependência parental para a independência pessoal cada indivíduo terá de percorrer uma trajectória de formação a vários níveis,

sem a qual lhe será difícil evitar cair noutras formas de dependência, corrosivas e desviantes - embora o indivíduo se veja, em certos contextos, como detentor de um certo poder (ser violento, ser habilidoso na prática de delitos, etc) que é falacioso, não percebendo (ou não aceitando) que um tal comportamento o aproxima da deportação.

Novos modelos sociais

É fundamental a sensibilização a todos os que pretendem emigrar, sensibilização sobre os novos modelos sociais, as estruturas familiares no país de emigração. Ensiná-los a lidar com tais modelos, orientando-os na gestão do confronto com outras realidades - informar sobre temáticas como, por exemplo, o planeamento familiar, o casamento e/ou o divórcio, a autoridade paterna, o papel da mulher.

Relacionamento com o Outro

Aprender a relacionar-se com outros grupos pode ser benéfico ou não - depende da personalidade do indivíduo, da sua consciencialização, na forma de percepção do que é positivo ou negativo e até que ponto reconhece que a troca mútua de experiências e saberes pode ser ou não salutar ou frutífera.

No âmbito das redes de sociabilidade, visando o envolvimento social, a comunidade deverá dispor de organismos que disponham de técnicos preparados, nomeadamente nas áreas da psicologia e da sociologia. O apoio deve incluir para além do simples aconselhamento, aprendizagens e terapias para os que manifestam comportamentos

desviantes, estabelecendo com eles um elo de confiança mútua, para que, no futuro, se evitem situações extremas como a deportação.

O repatriamento

O repatriamento constitui uma forte sanção aos transgressores imigrantes que violam as normas - exclui-os de um espaço polifacetado (físico, social, emocional, económico), onde procuraram integrar-se e não conseguem, por culpa própria e/ou de outrem.

A formação cívica esteve ausente na sua quase totalidade, por assim dizer, a noção de cidadania é quase nula ou inexistente - quem poderia (ou poderá) alertá-los para tal situação?

Mais uma vez se verifica a importância de uma advertência e de um conhecimento prévio das leis da deportação para os países para onde emigram, para que, posteriormente, não venham a ser surpreendidos e envolvidos num contexto de exclusão.

A lei da deportação não tem em conta o tempo de permanência em território americano nem o tipo de delito.

O repatriado é, na maioria dos casos, conotado com o mundo da droga (posse e tráfico de estupefacientes). Mas será que, com a deportação, tem diminuído o consumo de droga nos Estados Unidos? Que outras causas estarão na raiz do problema - que se estende, aliás, a todo o mundo? Serão os imigrantes aqueles que estão ligados aos grandes carteis ou serão apenas simples veios transmissores da engrenagem desse submundo? Antes de fazer dos imigrantes bodes expiatórios, porque não elaborar o(s) perfil(is) do toxicodependente, em geral, para avaliar o seu grau de delinquência, presente e futura, e estabelecer uma escala de sanções? E quem deverá ser mais penalizado: o autóctone ou o imigrante?

A esperança, por parte dos repatriados de retorno ao país após cinco anos de repatriamento constitui, para muitos, um suporte de resignação e a esperança de uma nova oportunidade. Será que, na prática, tal se tem vindo a concretizar? Ou a aposição de repatriado, no cadastro, figurará como estigma *ad aeternum*?

A exclusão

A exclusão constitui um fenómeno multidimensional (desemprego, marginalidade, discriminação, pobreza,...) e é um princípio inerente a qualquer forma de estrutura social. Impedi-lo será utópico; mas até que ponto será possível reduzi-lo nas suas dimensões?

Há, pelo menos, que envidar esforços para que tal exclusão não mergulhe num processo de interiorização (a auto-exclusão) que desperte no indivíduo, em tal situação, sentimentos de incapacidade, de inutilidade. Sentir-se excluído é criar uma falha no tecido social.

O processo de integração

Tendo em conta o trabalho já realizado pelas instituições na re-socialização do repatriado, verifica-se ser cada vez mais importante estabelecer laços de empatia, de confiança mútua, criar perspectivas que sejam apelativas e exequíveis. O repatriamento, enquanto situação individual e como fenómeno social, requer um acompanhamento que, a nosso ver, deverá ser bem estruturado, dinâmico e funcional.

Por outro lado, a divergência de atitudes, fruto de vivências individuais díspares, convergem no facto de todos terem sido, em comum, alvo do processo de repatriamento. Deste modo, um processo de

integração sócio-profissional não poderá deixar de ter em consideração essas vertentes.

A auto-vitimização desempenha uma dupla função: por um lado, a de contribuir para o equilíbrio emocional do próprio indivíduo; por outro, procurar a obtenção de contrapartidas, nomeadamente económicas. Frequente no repatriado, há que contrariar esta forma de estar, impondo ao grupo tarefas de auto-validação perante si próprio e a sociedade que o acolhe, criando-se assim, e ao mesmo tempo, mecanismos de auto-defesa.

A sociedade açoriana

Os Açores surgem, aos olhos do repatriado, como um espaço exíguo e decepcionante, do qual pouco ou nada sabe.

No contexto familiar verifica-se que no país para onde emigraram ficaram os parentes mais próximos, enquanto nos Açores estão os mais afastados. Os graus de afectividade são, assim, afectados e influenciados pela dimensão espácio-temporal.

Por outro lado a rotulagem, em relação ao repatriado, é constante (visto como elemento destabilizador que conduz ao receio e ao medo da violência e ao sentimento de insegurança), havendo a necessidade de uma maior sensibilização da sociedade açoriana em relação a este fenómeno, a vários níveis (por parte de uns e de outros), evitando que os repatriados ocupem uma posição de periferia.

O facto é que a inserção de pessoas com comportamentos culturalmente diferenciados em comunidades pequenas, nomeadamente nos meios rurais, pode ter um efeito perverso e contrário ao próprio sentido de integração - por exemplo, o espaço físico e os valores morais subjacentes condicionam o modo de reagir das populações residentes.

Integração e inserção

Tendo em conta a conjuntura social da Região - e do País em geral - os condicionalismos sociais e económicos repercutem-se, sem dúvida, na forma de atingir metas que consigam uma plena integração local, embora estejam a ser feitos esforços nesse sentido.

Contudo, é cada vez mais urgente accionar moldes que possam fazer vingar (e/ou melhorar) todo um processo de integração e inserção, como a participação social, o exercício da cidadania, o acesso às instituições, à escolarização, à qualificação, o acesso ao emprego, à participação cívica, aprender a interagir com as associações de cariz social, em que família, governo, instituições e o próprio indivíduo se sintam interligados e em sintonia.

Tudo isso se reveste da máxima importância no sentido de:

- evitar que o repatriamento (ou retorno forçado) seja uma nova forma de imigração;
- derrubar barreiras, através de aprendizagens culturais básicas (como a língua, o domínio do espaço físico, social e cultural);
- combater a desmotivação, o desgaste psicossocial, a estigmatização, a desistência, a auto-marginalização;
- impedir o fatalismo (decorrente da imagem negativa do olhar do outro), a fim de evitar cair na revolta e na anarquia;
- auscultar, junto dos próprios visados, se as estratégias de sobrevivência que lhes são impostas, serão ou não as mais adequadas;
- pôr em prática um conjunto de acções que sejam consentâneas com a experiência vivencial do repatriado, em que o próprio se reveja e desenvolva um processo de auto-validação e conseqüente aceitação.

Assim sendo, entre as propostas que nos parecem pertinentes assinalar por uma melhoria no contexto da integração, sugerimos as seguintes:

- disponibilizar cursos de informática para os repatriados e para os familiares destes, com a finalidade de poderem usufruir das potencialidades da Internet, por exemplo, através da videoconferência, como forma de poderem falar mais vezes, de diminuírem a distância e de poderem acompanhar e interagir mais com os familiares, principalmente com os filhos (não esquecendo que a família constitui um pólo aglutinador fulcral);

- explorar as potencialidades de cada indivíduo de forma a poder encaminhá-lo para uma área de trabalho em que este se sinta motivado;

- proporcionar o conhecimento dos mecanismos que levem à constituição de micro-empresas e possam permitir a concretização de projectos.

Inserção

As acções desenvolvidas pelas instituições, nestes últimos dez anos, revelam um interesse generalizado pela diminuição do grau de exclusão que está associado aos repatriados, bem como a inserção destes, na Região Autónoma dos Açores. No que diz respeito, a uma integração onde a meta passa por uma entrada no mundo laboral, estima-se em 45% o número de repatriados que está a trabalhar no momento, o que mostra que tem havido algum sucesso. Todavia, em relação à inserção, esta não tem obtido grandes resultados porque não tem sido feito um acompanhamento individual que vá de encontro às inadaptações

destes indivíduos, o que leva a maior parte deles a desistir, por acharem que não vale a pena.

Também temos consciência que uma inserção plena será sempre difícil, pois a conjectura económica actual a torna difícil, mas podemos com pequenos passos inspirar um sentimento de pertença e de cidadania na comunidade repatriada.

Estratégias de inserção

Ao nível da inserção, acreditamos poder ser possível obter resultados se se trabalhar em grupo, porque apesar dos repatriados não se reverem como tal, o grupo dos repatriados, que é a forma como a sociedade acolhedora os trata, poderá contribuir para erradicar a conotação negativa que a palavra repatriado acarreta aqui na ilha, através de acções que promovam a solidariedade e a participação cívica e que podem passar por:

A nível comunitário:

- limpeza de praias, da orla marítima, de matas e ribeiras;
- prestação de ajuda em diversas áreas a pessoas sem recursos;
- aderir mais a tradições que existem na ilha - por exemplo, criar um grupo de “romeiros”;
- ajudar na salvaguarda da preservação da fauna e da flora.

A nível pessoal:

- com a finalidade de canalizar comportamentos violentos, promover a prática, por exemplo, de artes marciais, onde destacamos o kickboxing, karate ou o judo;

- idas às escolas, universidade e aos lares para idosos e narrar os seus percursos de vida, numa atitude pedagógica de advertência do risco, permitindo assim, uma maior interactividade no conhecimento do Outro;
- aliciá-los para o espaço escolar, levando-os a frequentar turmas criadas *ad hoc*, nomeadamente para um melhor conhecimento da língua portuguesa;
- para os indivíduos que se destacassem em acções de solidariedade e participação cívica, promover a recompensa, (por exemplo, trazer familiares seus para passar umas férias com eles), que os estimulassem a prosseguir.

O repatriamento surge como um fenómeno crescente e cada vez mais dramático, pelo que nos parece pertinente a elaboração de trabalhos sobre esta temática - cada vez mais candente, a nível mundial - que possam contribuir para uma forma de reflectir, reagir e agir na tentativa de minimizar a situação dos que vivem, na pele, esta problemática - a de cidadãos estigmatizados e excluídos.

A exclusão social é um problema que se tem vindo a acentuar na maioria dos países, independentemente de posições liberais ou intervencionistas e que está, fundamentalmente, dependente das grandes alterações decorrentes da mundialização da economia e das modificações nas estruturas sociais, nomeadamente no campo demográfico.

Por todas essas razões não será em vão que a Comissão Europeia tenha escolhido o ano de 2010 como Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social.

BIBLIOGRAFIA

AGRA, C. (1986). Projecto da psicologia transdisciplinar do comportamento desviante e auto-organizado. *Análise Psicológica*, IV, 3/4, 311-318.

AGRA, C. & Matos, A. P. (1997). *Droga / Crime: Estudos Interdisciplinares. 11º Volume: Trajectórias desviantes*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga - Ministério da Justiça.

ALBARELLO, Luc. [et al]. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva. Lisboa.

ALMEIDA, João Ferreira de (coord.), Machado, Fernando Luis, Capucha, Luis & Torres, Anália Cardoso (1994). *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta.

ANTUNES, A. (1995). *Abordagem Sobre os Bandos Juvenis*, Coimbra, Instituto Superior Bissaya Barreto.

BAGANHA, M. (1990). *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*, New York, Garland Publications.

BARBALET, J. M. (1989). *A Cidadania*, Lisboa, Editorial Estampa.

BARDIN, Laurence (1977). *Análise de Conteúdo*. Edições 70. Lisboa.

- BECKER, Howard (1973). *Outsiders - Studies in the Sociology of Deviance*, New York, Free Press.
- BOUDON, Raymond (org.) (1995). *Tratado de Sociologia*, Lisboa, Edições Asa.
- BOUTINET, J. (1986). *Le concept de projet et ses niveaux d'appréhension*, in *Education Permanente*. 86. pp 5-16.
- CAPUCHA, Luis (1998). *Pobreza, exclusão social e marginalidade*, in VIEGAS, J. M. Leite e COSTA, António Firmino da (Orgs.), Portugal, que Modernidade?, Oeiras, Celta Editora.
- CARMO, Hermano. FERREIRA, Manuela Malheiro. (1998). *Metodologia da Investigação, Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa. Universidade Aberta.
- CIES/CESO I&D (1998). *Grupos sociais desfavorecidos face ao emprego - tipologias e quadro básico de medidas recomendáveis*, Lisboa.
- COSTA, Alfredo Bruto da (1998). *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- COUSSON, Maurice (1983). *Le Contrôle Social du Crime*, Paris, PUF.
- DAHRENDORF, R. (1996). *A Quadratura do Círculo*, Lisboa, Edições 70.
- DUBAR, Claude (1991). *La Socialization: Construction des Identités Sociales et Professionnelles*, Paris, Armand Collins.
- ERIKSON, Erik (1980). *Identity and the Life Cycle*, New York, w.w. Norton.

FERNANDES, António Teixeira (1991). “Formas e Mecanismos de Exclusão Social”, *in O Estado Democrático e a Cidadania*, Porto, Ed. Afrontamento, 1998, pp. 9-66.

FERNANDES, António Teixeira (1995). “Etnização e racização no processo de exclusão social”, *in O Estado Democrático e a Cidadania*, Porto, Ed. Afrontamento, 1998, pp. 9-66.

FERNANDEZ, J. M. (2000). La Construcción de la Pobreza en La Sociología de Simmel, *Cuadernos de Trabajo Social*, nº13, Madrid, Escuela Universitaria de Trabajo Social, pp. 15-32.

FERREIRA, Claudino Cristovão (1994). *Pobreza, Cidadania e Desqualificação Social: Uma abordagem sociológica da Exclusão Social em Portugal*, Provas de Aptidão Científica e Capacidade Pedagógica, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

FERREIRA, J. M. Carvalho (1993). “Desenvolvimento Local e construção de identidades locais”, *in Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, APS, pp. 495-516.

FERREIRA, J. M. Carvalho (1993). “Marginalidade Social e Movimentos Sociais nos contextos urbanos”, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento. Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Vol. I. Lisboa, Fragmentos, pp.982-997.

FERREIRA, J. M. Carvalho, Peixoto, João, Carvalho, Anabela, Raposo, Rita, Graça, João & Marques, Rafael (1995). *Sociologia*, Alfragide, McGraw-Hill de Portugal.

FERREIRA, Vítor Matias, Guerra, Isabel (1993). "Identidades Sociais e Estratégias Locais" in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, APS, pp.299-319.

FISCHER, Gustave-Nicolas (1994). *A Dinâmica Social - Violência, Poder, Mudança*, Lisboa, Planete/ISPA.

FITOUSSI, J. P. e Rosanvallon, P. (1997). *A Nova Era das Desigualdades*, Lisboa, Celta Editora.

FONSECA, Ana Paula (1998). "Repatriados dos EUA nos Açores como se fossem Lixo Nuclear – Entrevista com Araújo de Barros", *Açoriano Oriental*, 20 de Outubro, pp. 8-10.

FONSECA, Ana Paula (1998). "Legislação para Deportados Provoca Graves Injustiças", *Açoriano Oriental*, 5 de Novembro, p.2.

GIDDENS, Anthony (1989). *Sociology*, Cambridge, Polity Press.

GIDDENS, Anthony (1992). *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.

GIDDENS, Anthony (1994). *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.

GOFFMAN, Erving (1980). *Estigma - Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

GRAWITZ, Madeleine (1990). *Méthodes des sciences sociales*. Editions Dalloz. 8ª edição. Paris.

GUERRA, Isabel (1987). *A Territorialização das Relações Sociais – elementos para a análise da vida social local*, Lisboa, ISCTE.

GUERRA, Isabel (1987). “A Espacialização da Vida Social”, *Povos e Cultura*, nº2, pp. 171-192.

GUERRA, Isabel (1993). “Modos de Vida - Novos Percursos e Novos Conceitos”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 13, pp.59-74.

GUERRA, Isabel (1994). “As pessoas não são coisas que se ponham nas gavetas”, *Sociedade e Território*, n.º 20, pp.11-16.

HERPIN, Nicolas (1993). “L’urban underclass chez les sociologues américains: Exclusion Sociale et Pauvreté”, *Révue Française de Sociologie*, Vol. XXIV, pp. 421-439.

HILL, M. & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.

HUMAN Rights Watch Organization (2007). “Forced Apart: Families Separated and Immigrants Harmed by United States Deportation”, *in Reports*, 2007.

JODELET, D. (1989). “Les Représentations sociales: un domaine en expansion”. In: D. Jodelet (ed.), *Les représentations Sociales*, Paris, PUF.

JORNAL - News (2008), *Bristol County DA and Sheriff fund deportation support program*, 16 de Maio 2008.

KANDEL, D. B. (1975). Stages in Adolescent Involvement in Drug Use, *Science*, 190, pp. 912-914.

LAMARQUE, Gilles (1995). *L'exclusion*, Paris, PUF

LIPOVETSKY, Giles (1983). *A Era do Vazio*, Lisboa, Relógio D'Água.

LIPOVETSKY, G. (1989). *O Império do Efêmero*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

LYOTARD, J. (1989). *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa, Gradiva.

MANITA, C.; Negreiros, J.; Agra C. & Prista Guerra, Marisa (1997). *Droga/crime: Estudos interdisciplinares. 9º Volume: Planos existenciais, droga e crime*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga – Ministério da Justiça.

MARSHALL, T. H. (1992). *Citizenship and Social Class*, London, Pluto Press.

MATALON, Benjamin. [et al.]. (2001). *O Inquérito*, Celta. Oeiras.

MIGUEL, Nuno (1997). "Toxicoddependência: uma perspectiva", *Toxicoddependências*, n.º 3 (3), pp. 25-30.

MONIZ, Miguel, (2004). *Exiled Home: Criminal forced return migrants and adaptative transnational identity, the Azorean example*, PhD Dissertation. Department of Anthropology, Brown University.

MONTEIRO, P. (1987). "Luso-Americanos no Connecticut: Questões de Etnicidade e de Comunidade", *Povos e Cultura*, n.º 2, pp.765-903.

MONTEIRO, P. (1999). *Emigração - O eterno mito do retorno*, Oeiras, Celta Editora.

MORIN, E. (1991), *O Paradigma Perdido- a natureza humana*, Lisboa, Publicações Europa-América.

MOSCOVICI, S. (1961). *La Psychanalyse, son image et son public*, Paris PUF.

MOSCOVICI, S. (1981). On social representations. In: J.P. Forgas (ed.), *Social Cognition - Perspectives on Everyday understanding*, London, Academic Press.

MOSCOVICI, S. (1984). The Phenomenon of Social Representations. In: R. Farr and S. Moscovici (eds.), *Social Representations.*, Cambridge University Press.

MOSCOVICI, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.

MOSCOVICI, S. (1989). Des représentations collectives aux Représentations Sociales. In: D. Jodelet (ed.), *Les Représentations Sociales*, Paris PUF.

NEWS America Media (2006). *Immigration Matters: Unjust Deportation Policies Must Be Reformed Too*, 26 de Abril 2006.

PAUGAM, Serge (1991). *La Desqualification Sociale - Essai sur la Nouvelle Pauvreté*, Paris, PUF.

PROVIDENCE Journal (2000). *The deportation of legal aliens is the biggest issue confronting the Portuguese community today, and to ignore it would be inexcusable*, by Ric Oliveira, 19 de Junho 2000.

PROVIDENCE Journal (2007). *No bars to reaching us*, by Alisha A. Pina, 8 de Setembro 2007.

QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, Luc Van. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2ª edição, Janeiro 1998. Gradiva.

ROCHA, Gilberta, Medeiros, Octávio, Diogo, Fernando & Tomás, Licínio (1996). *Repatriados e Integração Social: estudo sociológico na ilha de São Miguel*, Ponta Delgada, CES/Universidade dos Açores.

RAMOS, N. (2001). “ Comunicação, cultura e interculturalidade: para uma comunicação intercultural”, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 35, nº 2, pp.155-178.

ROSANVALLON, P. (1981). *La Crise de l'État-Providence*, Paris, Seuil.

ROSANVALLON, P. (1995). *La Nouvelle Question sociale*, Points, Essais.

SANTOS, B. (1998). *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura Sousa (1993). "O Estado, as relações salariais e o bem-estar na semiperiferia: o caso português", *in* Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular* (pp. 17-56), Porto, Afrontamento.

SEBASTIÃO, João (1996). "Crianças de rua: marginalidade e sobrevivência", *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 19, pp. 83-107.

SCHNAPPER, Dominique (1996), "Integration et Exclusion dans la Société Moderne". *in* PAUGAM, Serge (ed), *L'Exclusion, L'état de Savoir*, Paris, Édition Le Découvert, pp. 23-31.

SPRINTHALL, Norman A., Collins, W. Andrews (1984). *Adolescent Psychology - A developmental View*, New York, McGraw Hill.

TAJFEL, Henri (1982). *Grupos Humanos e Categorias Sociais I*, Lisboa, Livros Horizonte.

TAJFEL, Henri (1983). *Grupos Humanos e Categorias Sociais II*, Lisboa, Livros Horizonte.

TOFFLER, Alvin (1984). *A Terceira Vaga*, Lisboa, Edições Livros do Brasil.

TOURAINÉ, A. (1982), *Pela Sociologia*. Lisboa, Publicações D. Quixote.

TOURAINÉ, A. (1996). *Carta aos Socialistas*. Lisboa, Terramar.

TOURAINÉ, A. (1998). *Iguais e Diferentes. Poderemos Viver juntos?*. Lisboa, Instituto Piaget.

UNITED Nations (1998). *International Migration Policies*, New York, Department of Economic and Social Affairs Population Division.

United States Code Annotated (1997). *Aliens and Nationality* (Title 8 – Sections 1-1251), St. Paul, Minn., West Publishing CO., pp. 412-456.

United States Code Annotated (1997). *Aliens and Nationality* (Title 8 – Sections 1252-1434), St. Paul, Minn., West Publishing CO., pp.387-414.

VALA, Jorge (1997). “Representações sociais e percepções intergrupais”, *Análise Social*, n.º 140, pp. 7-29.

VALENTIM, Artur (1997). “A construção social do problema - Droga em Portugal: alguns dados sobre a evolução recente”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 25, pp. 81-102.

VANT, André (org) (1984). *Colloque Marginalité Sociale, Marginalité Spatiale*, Lyon, Édition du Centre National de la Recherche Scientifique.

WEINER, Irving B. (1995). *Perturbações Psicológicas na Adolescência*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

XIBERRAS, Martine (1996). *Teorias da Exclusão*, Lisboa, Instituto Piaget.

YIN, Robert K. (1988). *Case Study Research. Design and Methods*, Newbury Park, Sage Publications.

ANEXOS

Indivíduos entrevistados (faixa etária 18–28 anos de idade)

Entrevistas	Idade	Sexo	Estado Cível Filhos	Idade de emigração	Anos de residência no país de emigr.	Habilit. literárias	Repatriado do país	Razões do repatriamento	Ano de chegada aos Açores
A1	19	M	Solt. 0filho	1 ano	18 anos	8º ano	E.U.A	Tráf. droga	2007
A2	21	M	Solt. 0filho	2 anos	19 anos	7º ano	E.U.A	Tráf.droga e consumo	2006
A3	23	M	Solt. 1filho	2 anos	20 anos	7º ano	E.U.A	Roubos/ Cons. droga	2006
A4	24	M	Casad. 1filho	3 anos	21 anos	9º ano	E.U.A	Violência/ droga	2007
A5	24	M	Solt. 0filho	2 anos	21 anos	8º ano	E.U.A	Roubos/ Cons. droga	2006
A6	25	M	Casad. 1filho	4 anos	21 anos	6º ano	E.U.A	Violência/ droga	2007
A7	25	M	Casad. 2filho	5 anos	20 anos	9º ano	E.U.A	Tráf. droga	2007
A8	25	M	Solt. 1filho	1 ano	19 anos	8º ano	E.U.A	Tráf. droga	2002
A9	26	M	Solt. 0filho	6 anos	19 anos	7º ano	E.U.A.	Violência/ Cons. droga	2006
A10	27	M	Solt. 1filho	2 anos	23 anos	9º ano	E.U.A	Tráf. droga	2005
A11	27	M	Casad. 2filho	3 anos	23 anos	9º ano	E.U.A.	Roubos	2006
A12	28	M	Solt. 0filho	4 anos	21 anos	6º ano	E.U.A.	Posse/Cons. droga	2004
A13	28	M	Solt. 1filho	2 anos	21 anos	10º ano	E.U.A.	Assaltos e roubos	2002
A14	28	M	Casad. 1filho	1 ano	20 anos	10º ano	E.U.A.	Posse e Tráf. droga	2000
A15	28	M	Casad. 2filho	1 ano	20 anos	9º ano	E.U.A.	Violência/ Posse droga	2000
A16	28	F	Casad. 3filho	5 meses	27,7 anos	11º ano	E.U.A.	Roubos/ Pose droga	2001
A17	28	M	Casad. 2filho	2 anos	22 anos	9º ano	E.U.A.	Violência/ Posse e cons. Droga	2003

A18	28	M	Casad. 2filho	2 anos	20 anos	8º ano	E.U.A.	Tráf. droga	2001
A19	28	M	Casad. 1filho	4 anos	21 anos	9º ano	E.U.A.	Tráf./ Cons. droga	2004
A20	28	F	Solt. 0filho	2 anos	23 anos	10º ano	E.U.A.	Roubos/ Cons. droga	2004
A21	28	M	Solt. 0filho	2 anos	25 anos	7º ano	E.U.A.	Assaltos e posse arma ilegal	2006
A22	28	M	Solt. 0filho	3 anos	22 anos	4º ano	E.U.A.	Tráf. droga	2004
A23	28	M	Casad. 2filho	2 anos	25 anos	6º ano	E.U.A.	Posse/ Cons. droga	2006
A24	28	M	Casad. 2filho	11 anos	17 anos	4º ano	E.U.A.	Tráf. e posse droga	2007
A25	28	M	Solt. 1filho	7 anos	21 anos	4º ano	E.U.A.	Roubos	2007
A26	28	M	Solt. 0filhos	6 anos	15 anos	6º ano	E.U.A.	Sit. ilegal	2001

Indivíduos entrevistados (faixa etária 29–38 anos de idade)

Entrevistas	Idade	Sexo	Estado Civil Filhos	Idade de emigração	Anos de residência no país de emigr.	Habilit. literárias	Repatriado do país	Razões do repatriamento	Ano de chegada aos Açores
B1	29	M	Casad. 1filho	4 anos	20 anos	10º ano	E.U.A.	Roubos	2002
B2	29	M	Solt. 0filho	1 ano	21 anos	11º ano	E.U.A.	Posse droga	2000
B3	29	M	Casad. 2filho	6 anos	16 anos	9ºano	E.U.A	Violência conjugal	2000
B4	30	M	Casad. 1filho	2 anos	22 anos	9º ano	E.U.A	Tráf. droga	2001
B5	32	M	Casad. 2filho	1 ano	23 anos	8º ano	E.U.A	Tráf. e cons. droga	2000
B6	33	M	Casad. 1filho	4 anos	21 anos	9º ano	E.U.A	Roubos/ Cons. droga	1999
B7	33	M	Casad. 2filho	5 anos	21 anos	6º ano	E.U.A	Assalto sexual	2000
B8	35	M	Div. 1filho	1 ano	27 anos	11º ano	E.U.A.	Roubos / Posse droga	2000
B9	35	M	Div. 0filho	3 anos	24 anos	9º ano	E.U.A.	Homícidio involuntário	1999
B10	36	F	Div. 0filho	2 anos	27 anos	9º ano	E.U.A.	Posse e cons. droga	2000
B11	37	M	Casad. 1filho	4 anos	25 anos	7º ano	E.U.A.	Tráf. droga	1999
B12	37	M	Solt. 1filho	3 anos	26 anos	7º ano	E.U.A.	Roubos	1999
B13	38	M	Div. 0filho	7 anos	23 anos	9º ano	E.U.A.	Tráf. Droga/ roubos	1999
B14	38	M	Casad. 2filho	5 anos	24 anos	11º ano	CANADA	Sit. ilegal roubos	1998
B15	38	F	Div. 1filho	3 anos	28 anos	10º ano	E.U.A.	Tráf. e cons. droga	2000
B16	38	M	Casad. 2filho	6 anos	22 anos	4º ano	E.U.A.	Assalto/ Cons. droga	1997
B17	38	M	Div. 1filho	8 anos	22 anos	8º ano	E.U.A.	Violência Conjugal/ Cons. Droga e álcool	1999

B18	38	M	Div. 1filho	3 anos	25 anos	6º ano	E.U.A.	Assaltos/ Tráf. droga	1997
B19	38	M	Div. 0filho	5 anos	22 anos	10º ano	E.U.A.	Sit. ilegal	1996
B20	38	M	Div. 2filho	3 anos	27 anos	11º ano	E.U.A.	Tráf. droga	1999
B21	38	M	Casad. 0filho	7 anos	23 anos	8º ano	E.U.A.	Violência familiar	1999
B22	38	M	Div. 1filho	5 anos	24 anos	6º ano	E.U.A.	Homícidio	1998
B23	38	M	Div. 0filho	6 anos	24 anos	9º ano	E.U.A.	Tráf. droga	1999
B24	38	F	Div. 2filho	1 ano	28 anos	8º ano	E.U.A.	Tráf. e cons. droga	1998
B25	38	M	Casad. 2filho	3 anos	24 anos	10º ano	CANADA	Tráf. droga	1996
B26	38	M	Div. 0filho	7 anos	22 anos	7º ano	E.U.A.	Roubos/ assaltos	1998
B27	38	M	Div. 2filho	10 anos	20 anos	8º ano	E.U.A.	Homícidio involuntário	1999
B28	38	M	Solt. 0filho	2 anos	24 anos	9º ano	E.U.A.	Roubos e cons. droga	1995
B29	38	F	Div. 1filho	8 anos	22 anos	12º ano	CANADA	Posse e cons. droga	1999
B30	38	M	Div. 2filho	12 anos	18 anos	9º ano	E.U.A.	Tráf. droga	1999
B31	38	M	Casad. 3filho	7 anos	23 anos	7º ano	E.U.A.	Tráf. droga/ violência	1999
B32	38	M	Div. 0filho	11 anos	20 anos	9º ano	E.U.A.	Tráf e cons. droga	2000

Indivíduos entrevistados (faixa etária 39-48 anos de idade)

Entrevistas	Idade	Sexo	Estado Cívil Filhos	Idade de emigração	Anos de residência no país de emigr.	Habilit. literárias	Repatriado do país	Razões do repatriamento	Ano de chegada aos Açores
C1	39	M	Casad. 2filho	3 anos	28 anos	9º ano	E.U.A.	Tráf. Droga	1999
C2	39	M	Casad. 3filho	6 anos	30 anos	7º ano	E.U.A.	Roubos e Posse droga	2004
C3	39	M	Div. 1filho	7 anos	31 anos	9º ano	E.U.A.	Violência conjugal	2006
C4	39	M	Casad. 2filho	10 anos	28 anos	8º ano	E.U.A.	Tráf. e posse droga	2006
C5	41	M	Casad. 3filho	11 anos	29 anos	10º ano	E.U.A.	Roubos e posse droga	2006
C6	42	M	Solt. 2filho	11 anos	29 anos	4º ano	E.U.A.	Assalto sexual	2005
C7	44	F	Div. 2filho	12 anos	29 anos	11º ano	CANADA	Sit. ilegal e posse droga	2004
C8	45	M	Casad. 2filho	3 anos	34 anos	6º ano	E.U.A.	Roubos e violência	1999
C9	45	M	Casad. 1filho	13 anos	23 anos	7º ano	E.U.A.	Tráf. droga	1998
C10	46	M	Div. 2filho	5 anos	33 anos	9º ano	E.U.A.	Tráf. droga	1999
C11	47	F	Div. 2filho	16 anos	25 anos	11º ano	E.U.A.	Posse droga	2001
C12	47	M	Casad. 4filho	5 anos	35 anos	2º ano Universid	E.U.A.	Fuga aos impostos	2000
C13	47	M	Casad. 3filho	7 anos	31 anos	4º ano	E.U.A.	Tráf. e cons. droga	1998
C14	48	M	Div. 1filho	5 anos	31 anos	6º ano	E.U.A.	Violência doméstica	1995
C15	48	F	Casad. 4filho	10 anos	31 anos	10º ano	E.U.A.	Sit. Ilegal Posse droga	2000
C16	48	M	Casad. 2filho	20 anos	25 anos	9º ano	CANADA	Sit. ilegal Cons. droga	2004
C17	48	M	Casad. 1filho	16 anos	25 anos	9º ano	CANADA	Sit. ilegal	2000
C18	48	M	Div. 2filho	19 anos	19 anos	5º ano	E.U.A.	Tráf. e cons. droga	1997
C19	48	F	Casad. 3filho	7 anos	35 anos	10º ano	CANADA	Sit. ilegal	2001
C20	48	M	Solt. 2filho	17 anos	25 anos	8º ano	E.U.A.	Assalto sexual	2001

C21	48	M	Div. 2filho	11 anos	30 anos	4º ano	E.U.A.	Homicídio	2000
C22	48	M	Casad. 2filho	19 anos	23 anos	9º ano	E.U.A.	Sit. ilegal	2001
C23	48	M	Casad. 2filho	17 anos	30 anos	12º ano	CANADA	Sit. ilegal	2005
C24	48	M	Casad. 3filho	11 anos	29 anos	9º ano	E.U.A.	Violência conjugal	1999
C25	48	M	Div. 0filho	18 anos	22 anos	5º ano	E.U.A.	Roubos/ assaltos	1999
C26	48	M	Casad. 1filho	14 anos	28 anos	4º ano	E.U.A.	Violência familiar	2001
C27	48	M	Casad. 2filho	22 anos	18 anos	9º ano	E.U.A.	Roubos	1999
C28	48	M	Casad. 2filho	24 anos	16 anos	9º ano	E.U.A.	Homicídio	1999

**Indivíduos entrevistados
(faixa etária 49-58 anos de idade)**

Entrevistas	Idade	Sexo	Estado Civil Filhos	Idade de emigração	Anos de residência no país de emigr.	Habilit. literárias	Repatriado do país	Razões do repatriamento	Ano de chegada aos Açores
D1	49	M	Casad. 4filho	12 anos	29 anos	4º ano	E.U.A.	Violência conjugal	1999
D2	51	M	Div. 2filho	12 anos	37 anos	4º ano	E.U.A.	Assalto sexual	1999
D3	55	F	Viuva 3filho	14 anos	35 anos	4º ano	E.U.A.	Homícidio involuntário	2000
D4	57	M	Casad. 3filho	15 anos	27 anos	3ºano	E.U.A.	Violência doméstica	1999

**Indivíduos entrevistados
(faixa etária 59-68 anos de idade)**

Entrevistas	Idade	Sexo	Estado Civil Filhos	Idade de emigração	Anos de residência no país de emigr.	Habilit. literárias	Repatriado do país	Razões do repatriamento	Ano de chegada aos Açores
E1	60	M	Casad. 2filho	11 anos	41 anos	4º ano	E.U.A.	Violência conjugal	1999

**Indivíduos entrevistados
(faixa etária 69-78 anos de idade)**

Entrevistas	Idade	Sexo	Estado Civil Filhos	Idade de emigração	Anos de residência no país de emigr.	Habilit. literárias	Repatriado do país	Razões do repatriamento	Ano de chegada aos Açores
F1	77	M	Casad. 4filho	18 anos	57 anos	3º ano	E.U.A.	Violência conjugal	2005

Respostas dadas à questão

Quando foi para os EUA/Canadá, quem o ajudou a instalar-se?

A1 - “ Foram uns tios meus que já estavam lá há vários anos, penso eu, porque não me lembro, só tinha 1 ano”.

A2 - “Já tinha família lá, da parte de minha mãe”.

A3 - “Tinha família lá, uns tios de meu pai, eles é que ajudaram meu pai quando chegamos lá”.

A4 - “ Fui com meus pais, era muito pequeno, já não me lembro bem, mas meu pai tinha lá família, foram eles que nos ajudaram sim, nos primeiros tempos”.

A5 - “Quem nos ajudou lá na América foi a família que meu pai já tinha lá”.

A6 - “Foi a familiares que já estavam lá”.

A7 - “Minha mãe tinha dois irmãos lá, eles é que nos ajudaram no princípio”.

A8 - “Tinha família já lá que nos ajudou.”

A9 - “Meu pai tinha ido na frente, depois chamou minha mãe e à gente”.

A10 - “Meu pai tinha lá irmãos dele, foi por isso que fomos”.

A11- “A gente, quando chegou na América, ficámos os primeiros anos em casa de tios, era apertado, as casas deles também não eram grandes, mas comíamos bem e os meus irmãos mais velhos e meus pais juntavam todo o dinheiro que ganhavam para comprarmos a nossa casinha”.

A12 - “Meus pais já tinham lá família”.

A13 - “Foi a família de meu pai, que já estava lá, fazia anos”.

A14 - “Meus pais já tinham familiares lá, foram eles que ajudaram quando chegámos lá, ficámos na casa de um deles nos primeiros tempos”.

A15 - “Meus pais já tinham família lá, meus tios é que ajudaram a gente”.

A16 - “Foi um tio meu, irmão de minha mãe, que mandou a gente ir ter com ele, mas não me lembro bem, era bebé, é o que minha mãe me contou”.

A17 - “Quem ajudou a gente foi familiares que já estavam lá há uns anos”.

A18 - “Quando lá chegamos já tínhamos familiares de meu pai, foram eles que ajudaram meu pai”.

A19 - “Foi família nossa que já estava lá”.

A20 - “Foram uns tios que já estavam lá há uns anos “.

A21 - “Já tinha família lá”.

A22 - “Tínhamos lá família, eles é que nos ajudaram quando chegamos”.

A23 - “Foi a família de meu pai que já estava lá”.

A24 - “Meu pai tinha dois irmãos lá que nos disseram para ele ir ter com eles”.

A25 - “Foram uns tios que já estavam lá”.

A26 - “O meu pai estava desempregado, os meus tios que estavam lá é que o chamaram, é que lhe arranjam trabalho e tudo”.

B1 - “Eu fui pequeno para lá, com meus pais, eles já tinham família lá”.

B2 - “Quem ajudou a gente foram uns tios, irmãos de minha mãe, eles é que arranjam emprego para os meus pais lá numa mercearia que tinham”.

B3 - “Quem nos ajudou lá, quando chegámos, foi uns familiares que minha mãe tinha”.

B4 - “Tinha tios lá, eles é que ajudaram quando chegámos”.

B5 - “Tios que os meus pais já tinham lá, eu não me lembro de quando cheguei lá, mas acho que foram eles que ajudaram meus pais”.

B6 - “Já tinha parentes lá”.

B7 - “Foram parentes que já estavam lá”.

B8 - “Foi a família de meu pai, meu pai tinha lá três irmãos”.

B9 - “Meu pai tinha irmãos lá, acho que foram eles que o chamaram para ir trabalhar com eles”.

B10 - “Eu não me lembro, mas minha mãe tinha uma irmã lá, foi ela que nos acolheu quando lá chegámos, que Deus a tenha”.

B11 - “Foram os meus tios que já estavam lá fixados, eles já tinham o seu negócio montado e o meu pai foi trabalhar com eles”.

B12 - “Foram familiares que meus pais já tinham lá”.

B13 - “Foram os meus tios que nos levaram para lá, os meus pais tinham dificuldades aqui, não havia dinheiro”.

B14 - “Meu pai já estava lá, foi ele que fez a carta de chamada para a gente ir ter com ele”.

B15 - “Foi minha tia que já vivia lá”.

B16 - “Foram vizinhos lá é que ajudaram meu pai”.

B17 - “Os meus pais decidiram ir para lá, porque já tinham lá irmãos”.

B18 - “Foram uns tios que já estavam lá”.

B19 - “ Os meus pais foram para lá, porque tinham uns tios de meu pai que o chamaram, foram eles que o ajudaram, acho eu”.

B20 - “Foram uns parentes que minha mãe tinha lá”.

B21 - “Foi família que já estava lá”.

B22 - “Parentes”.

B23 - “Meu pai já tinha família lá, foram eles que nos ajudaram”.

B24 - “Família de meu pai”.

B25 - “Foi a família de meu pai, ele tinha lá dois irmãos”.

B26 - “Quem nos ajudou foram parentes que já estavam lá”.

B27 - “Foram vizinhos que os meus pais tinham aqui em São Miguel e que tinham ido para lá, foram eles que nos ajudaram”.

B28 - “Tinhamos lá família, foram eles que nos acolheram”.

B29 - “Foi a família de meu pai que já estava lá”.

B30 - “Familiares de meu pai”.

B31 - “Foram uns tios de minha mãe”.

B32 - “O meu pai já estava lá a trabalhar quando fomos ter com ele”.

C1 - “Foi a comunidade portuguesa, que arranjou trabalho a meu pai quando lá chegámos”.

C2 - “Foram familiares que já estavam lá, uns tios de minha mãe”.

C3 - “Acho que foi o governo aqui dos Açores, porque o meu pai foi para lá trabalhar numa casa das comunidades portuguesas, para dar apoio aos imigrantes”.

C4 - “A gente tinha lá parentes, mas quem deu trabalho foram vizinhos, pessoal que morava ao pé da gente”.

C5 - “A comunidade portuguesa”

C6 - “Foram os vizinhos, eles ajudaram meu pai a arranjar emprego, tudo”.

C7 - “Foi a família de meu pai que já estava lá”.

C8 - “Foram amigos e vizinhos”.

C9 - “Foi a comunidade portuguesa que ajudou muito minha mãe, quando chegámos”.

C10 - “Ninguém nos ajudou, não havia portugueses na zona para onde fomos”.

C11 - “Ninguém nos ajudou, meu pai era muito orgulhoso, não queria ajudas de ninguém”.

C12 - “Foi a comunidade portuguesa para onde fomos morar”.

C13 - “Tinhamos lá parentes mas não ajudaram nada, acho que tinham vergonha da gente, os vizinhos que tínhamos é que ajudaram bastante a gente”.

C14 - “Foi a família que já estava lá”.

C15 - “Acho que foi a comunidade portuguesa lá da nossa zona”.

C16 - “Foram parentes que já estavam lá”.

C17 - “Foram uns tios de meu pai”.

C18 - “Foi a comunidade portuguesa em Fall River”.

C19 - “Quando eu, meus irmãos e minha mãe chegamos à América, meu pai já estava lá, fazia três anos a trabalhar; ainda vivemos nos primeiros dois anos com uma tia, porque o meu pai ainda não tinha o dinheiro para a gente ter uma casa nossa”.

C20 - “Foram os vizinhos que tínhamos lá, acho que eles ajudaram muito meu pai”.

C21- “Os vizinhos é que ajudaram a gente, pois eles é que conheciam tudo ali”.

C22 - “Os vizinhos portugueses, eles é que indicaram onde o meu pai devia ir para arranjar trabalho e ajudaram também minha mãe”.

C23 - “Foi a família de meu pai”.

C24 - “Ninguém, não conhecíamos ninguém”.

C25 - “Tínhamos família lá, na nossa família éramos nove, pai, mãe e sete filhos; se não fosse os meus tios que já estavam na América e que nos chamaram, a gente passava fome aqui em S. Miguel , é verdade, foi a melhor coisa que aconteceu para a gente, a América é a terra da abundância”.

C26 - “Eu só posso dizer que foram os vizinhos que tinha lá, foram eles que ajudaram bastante os meus pais quando chegámos lá”.

C27 - “Os vizinhos, gente muito boa, nunca os esquecerei”.

C28 - “Foram parentes de meu pai que já estavam lá”.

D1 - “Eu fui novo para lá, tinha 12 anos, fui com meus pais e meus irmãos, a gente quando chegou fomos para casa de um irmão do meu pai, que já estava lá há uns anos, foi ele que nos ajudou”.

D2 - “Já tinha lá meus pais”.

D3 - “Isso já foi há muito tempo. A gente foi para América porque tínhamos lá um irmão da minha mãe que nos chamou; ele vivia bem, tinha uma casa grande e meu pai foi logo trabalhar com ele na construção civil e minha mãe fazia limpezas em escritórios de advogados, não faltava trabalho! Agora já não é assim, está mais difícil”.

D4 - “Eu já tinha família lá quando fui, saí daqui com 15 anos, foram eles que me ajudaram”.

E1 - “Eu fui com meus pais, minha mãe já tinha lá irmãos que nos ajudaram nos primeiros tempos”.

F1 - “ Eu fui para lá, porque já tinha um irmão que me fez uma carta de chamada, a vida aqui era difícil, meu pai é que não gostou muito da ideia, pois era eu que ajudava no campo e nas vacas. Quem me ajudou lá foi o meu irmão, fiquei a viver e a trabalhar com ele numa “farm” (quinta)”.

Respostas dadas à questão

Qual era a sua profissão?

A1 - “Mecânico de motos, eu sempre gostei de mexer em mecânica”.

A2 - “Ainda cheguei a trabalhar como aprendiz de mecânico de carros uns tempos”.

A3 - “Fazia limpezas numa fábrica”.

A4 - “Trabalhei num bar”.

A5 - “Trabalhei um tempo numa mercearia”.

A6 - “Fazia limpezas numa fábrica com meu pai”.

A7 - “Ainda trabalhei um tempo num bar, a servir ao balcão”.

A8 - “Era administrativo numa fábrica”.

A9 - “Era operário especializado em cerâmica numa fábrica”.

A10 - “Era pedreiro numa fábrica de materiais de construção”.

A11 - “Servente na construção civil”.

A12 - “Mecânico especializado de máquinas pesadas”.

A13 - “Era serralheiro numa fábrica”.

A14 - “Era operário especializado em traves de sustentação numa fábrica da construção civil”.

A15 - “Era electricista de alta tensão num fábrica..

A16 - “Era contabilista numa empresa, estava super bem na vida até a droga me tirar tudo!”.

A17 - “Era auxiliar de cozinha numa fábrica”.

A18 - “Era telefonista e porteiro numa fábrica”.

A19 - “Era carpinteiro numa fábrica”.

A20 - “Fazia trabalhos em casa de costura”.

A21 - “Eu trabalhei pouco tempo como electricista na manutenção de uma fábrica”.

A22 - “Fiz várias coisas, trabalhei numa fábrica”.

A23 - “Era empregado numa fábrica, passava o dia a fazer parafusos”.

A24 - “Operador especializado de máquinas pesadas”.

A25 - “Era segurança numa discoteca”.

A26 - “Era chefe de controlo de qualidade numa fábrica”.

B1 - “Trabalhava numa fábrica de cabos”.

B2 - “Fazia limpezas numa fábrica”.

B3 - “Trabalhava na cantina de uma fábrica de automóveis”.

B4 - “Era electricista numa fábrica”.

B5 - “Auxiliar de cozinha numa cantina de uma fábrica”.

B6 - “Era porteiro numa fábrica”.

B7 - “Era segurança de uma fábrica”.

B8 - “Auxiliar de cozinha numa fábrica”.

B9 - “Era montador de cabos eléctricos numa fábrica”.

B10 - “Fazia trabalhos de costureira em casa”.

B11 - “Fazia limpezas numa fábrica”.

B12 - “trabalhava na recolha de lixo”.

B13 - “Limpava uma fábrica”.

B14 - “Lavava carros”.

B15 - “Trabalhava na caixa de um supermercado”.

B16 - “Era atendedor de balcão numa loja de electrodomésticos”.

B17 - “Fazia limpezas em fábricas”.

B18 - “Fazia limpeza numa fábrica”.

B19 - “Era secretário de contabilidade numa fábrica”.

B20 - “Era chefe de secção numa fábrica, era responsável por 15 pessoas”.

B21 - “Era auxiliar de cozinha num refeitório de uma fábrica”.

B22 - “Estava empregado numa fábrica textil”.

B23 - “Era soldador mecânico numa fábrica”.

B24 - “Trabalhava numa fábrica”.

B25 - “Operador de máquinas numa fábrica”.

B26 - “Condutor numa fábrica de cabos”.

B27 - Era soldador especializado numa fábrica de barcos”.

B28 - “Trabalhava numa fábrica”

B29 - “Era administrativa dos correios”.

B30 - “Condutor de camiões pesados”.

B31 - “trabalhava num supermercado”.

B32 - “Era alfaiate numa fábrica textil”.

C1 - “Era jardineiro”.

C2 - “Fazia manutenção de piscinas”.

C3 - “Era vendedor”.

C4 - “Trabalhava numa discoteca”.

C5 - “Era soldador numa fábrica”.

- C6 - “Fazia limpezas”.
- C7 - “Trabalhava numa imobiliária, era secretária lá”.
- C8 - “Era vendedor numa mercearia”.
- C9 - “Era a fazer limpezas, lá numa fábrica”.
- C10 - “Atendia ao balcão”.
- C11 - “Fazia trabalhos de limpezas em escritórios”.
- C12 - “Era dono de uma empresa de contabilidade”.
- C13 - “servente na construção civil”.
- C14 - “Era chefe de uma linha de produção numa fábrica”.
- C15 - “Lavava roupa para fora”.
- C16 - “Era comerciante, tinha um talho”.
- C17 - “Era pescador”.
- C18 - “Trabalhava numa fábrica de madeiras”.
- C19 - “Era serralheiro numa fábrica”.
- C20 - “Era guarda-nocturno de uma fábrica”.
- C21 - “Era chefe de divisão numa fábrica de munições”.
- C22 - “Estava nas limpezas industriais”.
- C23 - “Era carpinteiro numa fábrica”.
- C24 - “Era condutor de uma fábrica”.
- C25 - “Era assistente de cozinha numa fábrica”.
- C26 - “Fazia limpezas numa fábrica”.
- C27 - “Servia num refeitório de uma fábrica”.
- C28 - “Era estafeta numa fábrica”.

D1 - “Era operário numa fábrica de sapatos”.

D2 - “Trabalhava numa fábrica de componentes eléctricos”.

D3 - “Fazia limpezas”.

D4 - “Soldador mecânico”.

E1 - “Nos primeiros anos tive várias, mas sempre na área da construção cívil, era canalizador e electricista”.

F1 - “Tive várias, trabalhei nos primeiros anos com vacas, depois fui carpinteiro e depois trabalhei num hotel, fazia limpezas”.

Respostas dadas à questão

Como era o ambiente vivido em sua casa?

A1 - Era mau, meu pai, nunca estava presente, enganava minha mãe com outras e quando vinha a casa era só para desatinar.”

A2 - “Era assim assim, o meu pai deixou-nos para ir viver com outra, nunca mais quis saber de nós”.

A3 - “Levei muita pancada, meu pai carregava-se muito (bebia muito)”.

A4 - “Não era fácil, meu pai era muito violento e a gente é que pagava!.

A5 - “Era bom”.

A6 - “Os meus pais discutiam muito entre eles, acho que o meu pai não queria vir para a América”.

A7 - “O meu pai bebia muito, morreu da bebida, a minha mãe sofreu um bocado com ele, quando ele teve desempregado”.

A8 - “O meu pai quando chegava a casa, já com uns copinhos começava a desatinar com a gente todos, a gente não gostava”.

A9 - “Nem sempre era fácil, o meu pai batia muito na gente, o senhor está a ver esta cicatriz (apontando para a testa), foi ele que me fez, atirou-me pelas escadas abaixo”.

A10 - “Era normal”.

A11 - “Era calmo”.

A12 - “Os meus pais trabalhavam muito, chegavam tarde a casa”.

A13 - “Era bom”.

A14 - “Era complicado, meu pai tinha ciúmes de minha mãe, andavam sempre a discutir os dois”.

A15 - “Não era bom, meu pai bebia muito. Ele batia muito em minha mãe”.

A16 - “Era normal”.

A17 - “Não era bom, havia muita discussão.”

A18 - “Era calmo”.

A19 - “Era bom quando meu pai não bebia”.

A20 - “Meu pai gostava de bater em meus irmãos, mas a mim nunca me tocou!”.

A21 - “Era normal”.

A22 - “Meu pai fugiu de casa, nunca mais soubemos dele, mas minha mãe sofreu um bocado com ele, isso é o que ela dizia”.

A23 .- “Era bom”.

A24 - “Ah, como tenho saudades desse tempo, meus pais eram o melhor do mundo para mim”.

A25 - “Era bom “.

A26 - “Era normal, a gente dava-se bem, meus pais e meus irmãos”.

B1 - “Era mau, muita porrada, minha mãe sofreu muito”.

B2 - “Não era bom”.

B3 - “Normal”.

B4 - “Era mau, meu pai batia muito na gente”.

B5 - “Nem sempre era fácil”.

B6 - “Era assim, assim”.

B7 - “Mau, meu pai era muito violento”.

B8 - “Era bom”.

B9 - “Mais ou menos, quando meu pai bebia, discutia muito com minha mãe”.

B10 - “Muito mau, havia muita porrada”.

B11 - “Era complicado”.

B12 - “Não era muito bom”.

B13 - “No princípio quando chegamos lá era bom, mas depois meu pai começou a beber e abater mais vezes na gente”.

B14 - “Era normal”.

B15 - “Minha mãe e meu pai não se davam bem, foi por causa dele que minha mãe se meteu nos comprimidos e na bebida”.

B16 - “Tinha dias, umas vezes era bom, outras vezes havia muita discussão.

B17 - “De vez em quando, meu pai gostava de bater na minha mãe”.

B18 - “Meu pai não prestava para nada, a melhor coisa que fez foi ter desaparecido”.

B19 - “Era bom, nunca vi meus pais a brigar, às vezes eu e meus irmãos apanhávamos, mas merecíamos (risos).”

B20 - “Era normal”.

B21 - “Meu pai quando se carregava, a gente tinha medo, se fosse agora já o tinha matado!”.

B22 - “A gente dava-se bem lá em casa”.

B23 - “Meu pai gostava da pinga, depois, se ele não gostava de alguma coisa, começava logo a partir tudo”.

B24 - “Era muito bom”

B25 - “Era normal, meu pai obrigava era a gente a estudar, queria que fôssemos alguém na vida”.

B26 - “Minha mãe batia-nos muito, estava sempre zangada com a gente”.

B27 - “Umas brigas de vez em quando entre os meus pais, o normal”.

B28 - “Não era nada bom, meu era bêbado a fundo, acho que não me lembro de o ver sóbrio (risos)”.

B29 - “Era bom, dávamo-nos todos bem”.

B30 - “Não era muito bom, meu pai bebia, e passava muito tempo for a e depois quando aparecia queria que as coisas fossem como ele queria”.

B31 - "Era bom".

B32 - "O ambiente lá em casa era muito mau, muita porrada!".

C1 - "Não era bom, o meu pai bebia e depois batia na minha mãe".

C2 - "Era normal".

C3 - "Havia cenas de pancadaria de vez em quando".

C4 - "Era mau, nem gosto de me lembrar".

C5 - "Era normal".

C6 - "Havia muita discussão entre meu pai e minha mãe, meu pai bebia".

C7 - "Era bom".

C8 - "Meu pai tinha problemas de bebida e tinha muitas "amigas" (risos). Ele e minha mãe brigavam muito".

C9 - "Era bom".

C10 - "Meus pais nunca se deram, estavam sempre a brigar!".

C11 - "Era bom".

C12 - "Era normal, meu pai teve uma fase em que bebia mais, mas acho que era devido ao facto de estar desempregado, mas o ambiente era bom, não me posso queixar!".

C13 - "Não era bom, meu pai batia muito na gente".

C14 - "Era assim, assim, havia muita discussão, brigas".

C15 - "Era bom, meu pai era "fresco", tinha amantes e minha mãe brigava muito com ele".

C16 - "Era tranquilo".

C17 - "Era bom, a gente dava-se todos bem".

C18 - "Era mau, meu pai batia muito na gente".

C19 - “Era muito bom, não tenho nada a apontar”.

C20 - “Lá em casa tinha dias, quando o velho se carregava, ninguém o sofria!”.

C21 - “Meu pai batia muito na minha mãe, estavam sempre pegados”.

C22 - “Às vezes havia discussões, mas era bom”

C23 - “Não tenho nada a dizer, era bom”.

C24 - “Meu assutava-nos, tínhamos medo dele, ele bebia”.

C25 - “Era normal, nunca vi meus pais a discutirem”.

C26 - “Não era bom porque meu pai apanhava as suas bebedeiras depois vinha para casa e batia-nos”.

C27 - “Tinha dias, às vezes brigavam com a gente”.

C28 - “Meu pai carregava-se muito e depois a gente era o saco de murros dele, tá a perceber? Ainda bem que o diabo já o levou!”.

D1 - “O meu pai era mau, então quando bebia! apanhei muita tarefa dele”.

D2 - “O meu pai bebia muito e às vezes batia-nos”.

D3 - “Era bom, meu pai e minha mãe eram pessoas muito trabalhadeiras e muito sérias”.

D4 - “Normal”.

E1 - “Nem sempre era bom, o meu pai bebia”.

F1 - "sim, o meu pai era um homem duro, e também bebia, tinha dias quando vinha já bêbado, era eu e meus irmãos que apanhavam, lembro-me de minha mãe se meter no meio para nos proteger, coitadinha, que Deus a tenha!"

Respostas dadas à questão

Participava muito activamente, bastante, pouco ou nada em actividades sociais?

A1 - “Não participava em nada”.

A2 - “Participava pouco, mas eu até gostava, tinha lá os meus amigos todos, fazíamos colectas para ajudar a associação, era cool”.

A3 - “Não participava, os meus pais sim, mas nunca gostei dessas cenas”.

A4 - “Não senhor, nunca”.

A5 - “Pouco, às vezes ia com meu pai ao clube para ajudar a preparar a festa, mas não gostava”.

A6 - “ Não participava”.

A7 - “Não sei”.

A8 - “Nunca curti essas cenas”.

A9 - “Nada, isso é cena de velhos”.

A10 - “Nada”.

A11 - “Nada mesmo, isso não eram cenas para mim”.

A12 - “Participava pouco”.

A13 - “Não participava nada”.

A14 - “Nunca gostei dessas cenas, minha mãe participava, eu nada”.

A15 - “Não participava nada, não me interessava”.

A16 - “Participava pouco, às vezes ia com minha mãe lá na associação ajudar a preparar as festas”.

A17 - “Nadinha, isso é foleiro”.

A18 - “Nunca participei em cenas dessas”.

A19 - “Nada”.

A20 - “Participava bastante”.

A21 - “Nada, nunca participei dessas coisas”.

A22 - “Nada”.

A23 - “Nada, nunca fui disso”.

A24 - “Não sei, não me lembro”.

A25 - “Acho que não, não sei”.

A26 - “Eu nada, os meus pais sim”.

B1 - “Isso é careta, não, nunca participei em nada disso”.

B2 - “Participava pouco, eu gostava do convívio”.

B3 - “Nunca participei em nada disso”.

B4 - “Não participava nada, não tinha tempo”.

B5 - “Nada”.

B6 - “Participava pouco”.

B7 - “Não me lembro, não sei”.

B8 - “Eu era sócio de uma associação que ajudava os pobres, mas participava pouco”.

B9 - “Nada”.

B10 - “Nada”.

B11 - “Não participava em nada não”.

B12 - “Não, nada”.

B13 - “Participava pouco, a minha mulher é que me obrigava”.

B14 - “Não sei, Não me lembro”.

B15 - “Participava sim, activamente, estava em várias associações, antes de me ter metido na droga”.

B16 - “Participava pouco”.

B17 - “Nada”.

B18 - “Nada, eu não curto essas cenas”.

B19 - “Não sei”.

B20 - “Nada, não gosto”.

B21 - “Nunca participei nessas cenas, nada”.

B22 - “Participava pouco”.

B23 - “Nada”.

B24 - “participava mas pouco”.

B25 - “Muito activamente, sempre tive ligado a associações e trabalhava muito nelas, gostava”.

B26 - “Participava pouco”.

B27 - “Nada”.

B28 - “Participava pouco, às vezes ia porque tentava esconder o meu vício, pois sabia que, quando o descobrissem, iam-me rejeitar, por isso alinhava nessas cenas de associações onde eu tentava mostrar que estava tudo bem”.

B29 - “Participava activamente em várias associações”.

B30 - “Participava pouco”.

B31 - “Não sei, não me lembro”.

B32 - “Nunca participei em nada não, às vezes é que tinha de ir com meus pais porque se os meus pais soubessem que andava metido nas drogas eles matavam-me, por isso escondia e acompanhava-os sempre, quando iam à missa, ao clube, a cenas dessas, mas por mim próprio nunca participei em nada não”.

- C1 - "Participava pouco, quando era jovem".
- C2 - "Nada".
- C3 - "Eu não gostava, mas minha mulher gostava que eu fosse, participei pouco".
- C4 - "Não me lembra".
- C5 - "Participava activamente, sim".
- C6 - "Participava mas pouco e quando era jovem".
- C7 - "Participava muito activamente em várias associações".
- C8 - "Não sei".
- C9 - "Pouco activamente".
- C10 - "Participava sim, activamente".
- C11 - "Participava muito activamente".
- C12 - "Participava muito activamente, cheguei a ser responsável por um clube desportivo".
- C13 - "Participava pouco, mais em cenas onde os meus filhos estavam".
- C14 - "Nada".
- C15 - "Participava activamente em várias associações".
- C16 - "Não sei, não lembro".
- C17 - "Activamente, sim".
- C18 - "Nada".
- C19 - "Eu participava muito activamente, estava envolvida em muitas associações, umas portuguesas, outras canadianas".
- C20 - "Participava activamente, quando era mais jovem, até aos 30 anos".
- C21 - "Participava pouco".

C22 - “Participava com minha mulher sim, activamente”.

C23 - “Activamente, sim”.

C24 - “Participava activamente, ajudava muito em associações”.

C25 - “Não me lembro”.

C26 - “Participava activamente”.

C27 - “Não sei, não me lembro”.

C28 - “Participava mas pouco”.

D1 - “Sim, era sócio de vários clubes e de associações portuguesas. Eu mais a minha mulher íamos a muitas festas de caridade para ajudar a comunidade açoriana, participávamos muito activamente”.

D2 - “Participava pouco”.

D3 - “Participava pouco, ajudava numa associação cristã pela altura das festas”.

D4 - “Nada”.

E1 - “Quando era solteiro, saia muito com amigos, depois de casar íamos muita vez ao clube lá na nossa cidade, também ajudava numa associação portuguesa, mas participava pouco”.

F1 - “Particpei pouco, minha mulher é que gosta dessas coisas”.

Respostas dadas à questão

Relacionava-se mais com portugueses ou com pessoas de outras nacionalidades?

A1 - "Com americanos".

A2 - "Com americanos".

A3 - "Com outras nacionalidades".

A4 - "Com americanos".

A5 - "Com americanos".

A6 - "Com americanos".

A7 - "Com americanos".

A8 - "Com americanos".

A9 - "Com americanos".

A10 - "Com americanos".

A11 - "Com americanos".

A12 - "Com americanos".

A13 - "Com americanos".

A14 - "Mais com americanos".

A15 - "Com americanos".

A16 - "Com americanos".

A17 - "Com americanos".

A18 - "Com outras nacionalidades".

A19 - "Com outras nacionalidades".

A20 - "Com americanos".

A21 - “Com outra nacionalidades, a comunidade portuguesa, é muito fechada, conhecem-se todos,são muito mexeriqueiros, adoram falar dos outros”.

A22 - “Com americanos” .

A23 - “Com outras nacionalidades” .

A24 - “Com outras nacionalidades” .

A25 - “Com americanos” .

A26 - “Com outras nacionalidades” .

B1 - “Com outras nacionalidades” .

B2 - “Com outras nacionalidades” .

B3 - “Com outras nacionalidades” .

B4 - “Com americanos” .

B5 - “Com outras nacionalidades” .

B6 - “Com americanos” .

B7 - “Mais com americanos” .

B8 - “Com outras nacionalidades” .

B9 - “Com americanos” .

B10 - “Com portugueses” .

B11 - “Com americanos” .

B12 - “Com outras nacionalidades” .

B13 - “Com outras nacionalidades” .

B14 - “Com americanos” .

B15 - “Mais com portugueses, mas também dava-me bem com os outros” .

B16 - "Com americanos".
B17- "Com outras nacionalidades".
B18 - "Com outras nacionalidades".
B19 - "com portugueses".
B20 -"Com outras nacionalidades".
B21 - "Com americanos".
B22 - "Com outras nacionalidades".
B23 - "Com portugueses".
B24 - "Com portugueses".
B25 - "Com americanos".
B26 - "Com outras nacionalidades".
B27 - "Com americanos".
B28 - "Com americanos".
B29 - "Com portugueses".
B30 - "Com americanos".
B31 - "Com americanos".
B32 - "Com portugueses".

C1 - "Com outras nacionalidades".
C2 - "Com portugueses".
C3 - "Com outras nacionalidades".
C4 - "Com outras nacionalidades".

C5 - “Com portugueses”.

C6 - “Com portugueses”.

C7 - “Com portugueses”.

C8 - “Com portugueses”.

C9 - “Com outras nacionalidades”.

C10 - “Com americanos, os outros são mais tolerantes e aceitam-nos melhor, mesmo com os nossos vícios que os portugueses”.

C11 - “Com portugueses”.

C12 - “Com portugueses”.

C13 - “Com portugueses”.

C14 - “Com portugueses”.

C15 - “Com portugueses”.

C16 - “Com portugueses”.

C17 - “Com portugueses”.

C18 - “Com portugueses”.

C19 - “Com portugueses”.

C20 - “Com portugueses”.

C21 - “Com portugueses”.

C22 - “Com portugueses”.

C23 - “Com portugueses”.

C24 - “Com portugueses”.

C25 - “Com portugueses”.

C26 - “Com portugueses, pois nunca falei bem o inglês”.

C27 - “Com portugueses”.

C28 - “Com portugueses”.

D1 - “Com portugueses, entendia-me melhor”.

D2 - “Com portugueses”.

D3 - “Com portugueses”.

D4 - “Com portugueses”.

E1 - “Com portugueses”.

F1 - “Com portugueses, o inglês foi sempre difícil para mim”.

Respostas dadas à questão

Qual foi o seu percurso escolar?

A1 - “Até ao 8º ano, nunca gostei da escola, era muita seca. Acabei por”.
desistir.

A2 - “Tenho o 7º ano, para mim dá quanto baste, nunca fui muito de livros”.

A3 - “Só fiz até ao 7º ano, depois fui trabalhar com meus tios”.

A4 - “Estudei até ao 9º ano, depois as más companhias levaram-me para a má vida, desisti de estudar”.

A5 - “Tenho o 8º ano, nunca gramei a escola”.

A6 - “Tenho o 6º ano, minha cabeça não dava para mais e queria era ganhar dinheiro”.

A7 - “Tenho o 9º ano só”.

A8 - Fui expulso da escola, só fazia asneiras, tenho o 8º ano”.

A9 - “Fiz até ao 7º ano, depois desisti, não gostava”.

A10 - “Não tinha paciência para sofrer a escola, mesmo assim fiz o 9º ano, porque meu pai me obrigou”.

A11 - “Fiz até ao 9º ano, detestava aquilo”.

A12 - “Só tenho 6º ano, eu queria era ter dinheiro”.

A13 - “Tenho o 10º ano, só que depois dei na droga, a escola ficou para trás”.

A14 - “Fiz até ao 10º ano, porque a minha família queria que eu estudasse, só que depois, más companhias, drogas, fodi-me”.

A15 - “Tenho o 9º ano só”.

A16 - “Tenho o 11º ano, gostava de ter ido para a universidade, só que não tinha dinheiro e meus pais também não, por isso fui trabalhar”.

A17 - “Não gostava da escola, fui expulso, fiz até ao 9º ano”.

A18 - “Fui expulso várias vezes, aquilo era uma seca, tenho o 8º ano”.

A19 - “Só fiz até ao 9º ano, depois fui trabalhar”.

A20 - “Tenho o 10º ano, a droga é que não me deixou fazer mais”.

A21 - “Estudei até ao 7º ano”.

A22 - “Só tenho a 4ª classe, depois fui ganhar dólares”.

A23 - “Tenho o 6º ano, depois as drogas, um gajo só quer é curtir, não quer estar na escola”.

A24 - “Tenho a 4ª classe, gostava de ter feito mais, mas as merdas da vida não me deixaram”.

A25 - “Só tenho a 4ª classe”.

A26 - “Fiz até ao 6º ano, depois fui ajudar meu pai”.

B1 - “Eu fiz até ao 10º ano, só que as merdas que fazia, lixaram-me”.

B2 - “Tenho liceu feito, 11 anos, depois não sabia bem o que queria e a droga apanhou-me, a partir daí, foi só desgraças”.

B3 - “Eu fiz até ao 9º ano, até gostava de ter continuado, mas meu pai queria que fosse trabalhar para ajudar em casa, era preciso”.

B4 - “Tenho o 9º ano”.

B5 - “Eu não me dava na escola, nunca me dei e desisti daquilo, depois começámos na droga, então é que nunca mais apareci lá, a escola não dá dinheiro, só fiz até ao 8º ano”.

B6 - “Tenho o 9º ano, mas nunca me dei bem na escola”.

B7 - “Tenho 6º ano”.

B8 - “Tenho o 11º ano”.

B9 - “Nunca gostei da escola, tenho o 9º ano”.

B10 - “Tenho o 9º ano, só que me meti em cenas mais pesadas e nunca mais fiquei boa da cabeça para estudar”.

- B11 - “Só fiz até ao 7º ano, depois fui trabalhar”.
- B12 - “tenho o 7º ano, depois fui expulso, aquilo era uma seca2.
- B13 - “tenho o 9º ano”.
- B14 - “Tenho o 11º ano, depois meti-me em cenas que hoje tenho vergonha, mas quando se é novo não se pensa”.
- B15 - “Fiz 10º ano, depois perdi-me”.
- B16 - “Só fiz a 4ª classe, depois fui trabalhar com meu pai”.
- B17 - “Tenho o 8º ano, nunca tive cabeça para estudar”.
- B18 - “Fiz o 6º ano, depois fui ganhar dinheiro”.
- B19 - “Tenho o 10º ano”.
- B20 - “Tenho 11º ano, mas não tinha condições para ir mais longe”.
- B21 - “Tenho o 8º ano”.
- B22 - “Fiz até ao 6º ano, depois fui trabalhar, também não gostava da escola”.
- B23 - “Tenho o 9º ano”.
- B24 - “Fiz até ao 8º ano, não gostava da escola, e a minha mãe precisava de mim em casa”.
- B25 - “Tenho o 10º ano”.
- B26 - “Só tenho o 7º ano, depois fui Trabalhar”.
- B27 - “A escola para mim era uma seca, só fiz até ao 8º ano, depois desisti”.
- B28 - “Tenho 9º ano”.
- B29 - “Tenho 12º ano, era para entrar para a universidade, era o que os meus pais queriam, mas já estava viciada em heroa (heroína) e basei com o meu homem”.
- B30 - “Fiz até ao 9º ano”.
- B31 - “Eu detestava a escola, andava sempre a fugir daquilo, tenho 7º ano, depois fui expulso”.

B32 - “tenho o 9º ano depois fui expulso, também não me interessava”.

C1 - “Eu nunca gostei da escola, fiz o 9º ano e depois desisti”.

C2 - “Na escola só fiz até ao 7º ano, estava sempre a ser expulso da escola, nunca me interessou nada, nada, eu queria era ganhar dinheiro! para poder comprar cenas”.

C3 - “Fiz o 9º ano e depois fui trabalhar”.

C4 - “Só fiz até ao 8º ano, depois fui expulso”.

C5 - “Tenho o 10º ano”.

C6 - “Tenho a 4ª classe, a fiz nos açores antes de ir para a América, mal cheguei lá fui logo trabalhar”.

C7 - “Tenho 11º ano, depois perdi minha mãe, deu cabo de mim, e juntei-me com um homem que consumia drogas, nunca mais prestei”.

C8 - “Só fiz até ao 6º ano, eu queria era ter dinheiro”.

C9 - “Tenho o 7º ano, depois fui expulso, não gostava”.

C10 - “Fiz até ao 9º ano”.

C11 - “Tenho o 11º ano”.

C12 - “Eu tenho o 2º ano da universidade de gestão, depois interrompi por motivos familiares e abri minha empresa”.

C13 - “Só tenho a 4ª classe”.

C14 - “Só tenho 6º ano, depois tive de ir trabalhar para ajudar minha família”.

C15 - “Tenho o 10º ano”.

C16 - “Possuo o 9º ano”.

C17 - “Fiz o 9º ano ainda aqui em São Miguel, lá, comecei logo a trabalhar”.

C18 - “Só tenho o 5º ano”.

C19 - “Tenho o 8º ano, mas não gostava da escola, desisti”.

C20 - “Tenho o 8º ano, lá nos EUA nunca estudei, foi só trabalhar”.

C21 - “Eu não gostava da escola, ainda fiz a 4ª classe aqui, antes de ir para lá”.

C22 - “Tenho o 9º ano”.

C23 - “Tenho 12º ano, eu só fui para lá por causa de meus pais”.

C24 - “Até ao 9º ano”.

C25 - “Fiz até ao 5º ano, mas não gostava da escola”.

C26 - “Tenho a 4ª classe”.

C27 - “Tenho o 9º ano, depois fui expulso, nunca me interessou”.

C28 - “Tenho o 9º ano, depois desisti para ir trabalhar”.

D1 - “Eu só fiz até à 4ª classe, estudei em São miguel, antes de ir para os EUA, depois lá, comecei logo a trabalhar para ajudar a família”.

D2 - “Fiz a 4ª classe, só”.

D3 - “Só estudei até à 4ª classe, foi antes até de ter emigrado”.

D4 - “Fiz a 3ª classe só. Nunca gostei da escola”.

E1 - “ Detestava a escola, só cheguei até à 4ª classe, fiz a escola aqui em São Miguel, depois na América nunca estudei”.

F1 - "Só fiz a 3ª classe, nunca gostei da escola".

Respostas dadas à questão

Como decorreu a sua adolescência?

A1- “Foi complicada, como desisti da escola e os meus pais não me davam dinheiro, eu comecei a roubar com 15 anos, porque os meus pais não podiam pagar os jeans e os tenis que eu queria, depois para um gajo como eu, a forma mais fácil de se fazer dinheiro lá, é meteres-te na droga. Como conhecia pessoal lá que traficava comecei a andar com eles e a vender produto com eles, dava uma nota porreira, Só que um gajo quer sempre mais, né, e meti-me em cenas mais complicadas que davam mais dinheiro e tive o azar de me meter com um gajo que andava a ser vigiado pela polícia, como não sabia, um dia depois de fazer negócio com ele, tinha comprado um kilo de coca (cocaína) e quando vinha a sair eles apanharam-me com o produto, fodi-me”.

A2 - “Um gajo queria era ter dinheiro, depois com os amigos, comecei a fumar uns charros, mas depressa passei para cenas mais duras. Um gajo depois de ficar agarrado, precisa de papel (dinheiro) para sustentar o vício, comecei a traficar, era a única maneira”.

A3 - “Não tinha dinheiro e um gajo via os outros com coisas que eu também queria, aparelhagens, roupa, sapatos, o que podia fazer para ter essas cenas? Comecei a roubar porque era a única maneira de arranjar essas cenas que a malta gostava”.

A4 - “Foi normal até me ter metido na droga”.

A5 - “Fiz muita merda na adolescência, era roubar, curtir as gajas e depois a droga é fodida, um gajo começa na brincadeira e depois fica escravo dela, é fodido”.

A6 - “Nem gosto de me lembrar, muita asneira, muita droga”.

A7 - “Foi porreira, tinha muitos amigos”.

A8 - “Não foi fácil, como eu não gostava de trabalhar, saí de casa com 15 anos, por aí e fui viver com pessoal que eu conhecia, depois meti-me a vender droga, porque um gajo tem de comer”.

A9 - “Não quero falar disso, já passou”.

A10 - “Foi porreira até me ter metido com um pessoal que andava na droga”.

A11 - “Não me posso queixar, tinha um grupo de amigos porreiros, fazíamos muita merda juntos, era porreiro”.

A12 - “Passei a curtir muito, muita droga se curtiu!”.

A13 - “Foi nessa fase que me perdi (risos), um gajo com 15 anos não pensa nas consequências”.

A14 - “A gente como era pobre, o meu grupo meteu-se a vender droga para ter algum dinheiro, havia muito agarrado lá no nosso bairro, pessoal agarrado à branca (viciados em cocaína) e na nossa zona tinha muitos portugueses viciados também e eu vendia de vez em quando, dava bom dinheiro, a gente podia comprar o que queríamos, a gente controlava aquela zona, éramos os reis, havia outros bairros mas esses eram dos hispânicos, dos irlandeses e dos italianos”.

A15 - “Sei lá, fazia o que os outros faziam”.

A16 - “Foram as companhias no liceu que me levaram para a droga, era moda na altura, mas foi boa, não me arrependo”.

A17 - “Na minha adolescência, era um gajo forte, não tinha medo de nada, a mim respeitavam-me, controlava tudo e todos lá no bairro, ninguém se metia comigo, não eram tolos (risos), sabiam do que era capaz”.

A18 - “ Foi boa, era só curtir”.

A19 - “Foi a melhor fase da minha vida, às vezes ainda penso, no pessoal, nas cenas que fazíamos, éramos mesmo malucos (risos)”.

A20 - “Não foi fácil, a gente era pobre e só queria o que os outros tinham e que a gente cobijava e depois também havia muita droga, foi um namorado meu que me meteu nessa merda”.

A21 - “Foi porreira, fazíamos muitas cenas”.

A22 - “Isso já passou, do que adianta falar disso, acho que foi mais ou menos”.

A23 - “Foi divertida (risos), muita merda se fez!”.

A24 - “Na zona onde morava, não era fácil, havia muitas rivalidades por causa de controlar os pontos de venda de droga, por isso havia muitos gangs e muitas brigas e era perigoso andar na rua, senão tivesses num grupo, não vivias muito tempo”.

A25 - “A gente queria era curtir, pessoal novo queria era curtir, não foi mau”.

A26 - “passei a maior parte do tempo a trabalhar, queria arranjar dinheiro para ter um carro”.

B1 - “Foi boa, os verdadeiros amigos que ainda tenho são dessa altura”.

B2 - “É a altura onde um gajo ou se perde ou leva a sua vida direitinha, a minha foi boa, nunca me meti em merdas”.

B3 - “A minha foi porreira”.

B4 - “Não foi fácil, os meus pais controlavam-me muito”.

B5 - “Não quero falar disso”.

B6 - “Foi super, tinha muitos amigos, fazíamos muitas cenas juntos”.

B7 - “Foi normal, penso eu”.

B8 - “De forma normal”.

B9 - “Foi boa, mas trabalhava, ajudava muito em casa, mas também tinha os meus amigos, divertíamo-nos muito, bons tempos!”.

B10 - “Foi normal, o que se espera de gente com essa idade, muita festa, muita cerveja, muitas cenas loucas”.

B11 - “Foi boa, o bairro onde morava é que era um bocado fodido, mas passou-se bem”.

B12 - “Sei lá, a gente passava muita necessidade”.

B13 - “Eu comecei a roubar e a vender droga, para não estar dependente de meus pais, pois os meus amigos já o faziam, depois de estar nesta vida, queremos sempre mais e começamos a ficar preocupados e com medo de ser apanhados pela polícia, eu comecei a beber ainda mais e a tomar metanfetaminas para não pensar e a bebida e as drogas eram as únicas coisas que me relaxavam”.

B14 - “Normalíssima”.

B15 - “Foi assim, assim, acho que me dava só com as pessoas erradas (risos)”.

B16 - “Já nem me recordo bem, eram tempos difíceis”.

B17 - “Foi boa, a gente apanhava cada bezana (bebedeira), se me dessem um dólar por cada cerveja que bebi, hoje estava milionário (risos)”.

B18 - “Tinha um grupo de amigos muito unidos, houve coisas boas, outras menos boas!”.

B19 - “Foi boa”.

B20 - “Foi mais ou menos, o ambiente onde eu vivia era complicado”.

B21 - “Foi normal”.

B22 - “Normal, já se sabe que a gente não tinha posses, entretinha-se com o que podíamos”.

B23 - “Foi passada quase toda na rua, posso dizer mesmo que cresci na rua”.

B24 - “Não foi má, tinha muitas amigas”.

B25 - “Acho que foi normal”.

B26 - “Eu não tinha muitos amigos e também passei muito tempo da adolescência a trabalhar, queria ter o meu dinheiro, não estar dependente de meus pais”.

B27 - “Passava muito tempo com o meu grupo era tudo para mim, éramos muito unidos e protegia-me e quando era preciso também tínhamos dinheiro. Curtíamos muito, sei que fazíamos algumas cenas más, mas éramos canalha, queríamos era curtir”.

B28 - “Tive muitos problemas na minha adolescência, não conseguia manter um trabalho muito tempo e um gajo sem trabalho é nada lá nos EUA e também ninguém dá trabalho a drogados, é muito difícil, o que é que lhe resta? Roubar!”.

B29 - “Foi muito boa”.

B30 - “Foi dentro da normalidade, de vez em quando fazíamos algumas asneiras, mas era normal naquela idade”.

B31 - “Não quero falar disso, perdi vários amigos nesse tempo”.

B32 - “O ambiente lá em casa era muito mau, eu tinha medo de meu pai, passei a viver mais na rua do que em casa. Foi a melhor coisa que fiz, lá

tinha os meus amigos que me compreendiam, respeitavam-me, fazíamos muitas cenas juntos, não havia merdas, eram a minha família”.

C1 - “Acho que foi boa”.

C2 - “Foi nessa altura, que eu comecei a ter problemas com a polícia, a gente era pobre, um gajo tinha que se desenrascar”.

C3 - “Foi boa”.

C4 - “Sei lá, foi nessa altura que comecei na droga, um gajo quer ter dinheiro e era um dinheiro que dava para comprar mais para mim e ainda dava para o dia-a-dia, um gajo sem dinheiro não faz nada nesta merda de vida”.

C5 - “Tinha muitos problemas em casa, por isso o que sou hoje, devo aos amigos que tenho, verdadeiros amigos, do coração, foram eles que me ensinaram que, nesta vida, uns têm tudo, outros nada, é fodido e como a gente não tinha nada, roubava aos que tinha (risos)”:

C6 - “A minha foi difícil, não gosto de falar nisso”.

C7 - “Foi muito boa”.

C8 - “Foi nessa altura que tive problemas com a polícia, um gajo é novo, quer é arriscar para ter dinheiro”.

C9 - “Sei lá, normal, no início não tinha amigos, mas depois, passado algum tempo já me sentia bem”.

C10 - “Houve alturas boas, outras nem por isso, é como tudo na vida”.

C11 - “Foi o melhor período de minha vida, a seguir foi o inferno!”.

C12 - “Passou-se bem, tinha um bom ambiente em casa, meus pais sempre me deram liberdade para fazer o que quisesse”.

C13 - “Não quero falar disso, eu desgraçei-me foi nessa altura”.

C14 - “Foi porreira, com altos e baixos”.

C15 - “Foi boa, mas depois fui por caminhos mais escuros, queria ser radical”.

C16 - “Decorreu bem, comecei na droga nessa altura, sabe como é, no liceu até ficava bem fumares uns charros, dava-te estilo”.

C17 - “Foi a ajudar os meus pais”.

C18 - “Foi só a fazer asneiras (risos)”.

C19 - “Foi muito calma e tranquila”.

C20 - “Foi normal, ajudava meus pais no que podia, siai com os meus amigos, bebíamos uns copos, fazíamos umas festas porreiras e alguns disparates, era próprio da idade (risos)”.

C21 - “Acho que foi normal, já se sabe, que nos EUA ninguém dá nada a ninguém, e sem dinheiro, não se faz nada lá.

C22 - “Não foi muito divertida, tinha que trabalhar, levantava-me muito cedo, só me lembro do frio que tinha”.

C23 - “Foi a trabalhar, tinha que ser”.

C24 - “Foi a trabalhar”.

C25 - “Não foi fácil, eu comecei por fazer pequenos roubos com pessoal amigo que tinha para ter um dinheirinho, mas como não conseguia arranjar trabalho, comecei a roubar mais vezes, era a única coisa que me dava dinheiro”.

C26 - “Foi a trabalhar, tanto aqui, na terra com meu pai, como depois na América”.

C27 - “Eu passei ainda aqui em S. Miguel, quando fui para os EUA já tinha 22 anos, mas trabalhava muito aqui a ajudar meu pai na terra”.

C28 - “Foi a trabalhar”.

D1 - “Foi normal, nunca me meti em problemas nem dei chatices a meus pais, comecei a trabalhar cedo para ajudar meu pai”.

D2 - “A minha, passei-a a trabalhar, tinha que ser!”.

D3 - “No meu tempo não era como é agora, a gente tinha de ajudar os nossos pais, eu ajudava muito minha mãe”.

D4 - “A minha adolescência foi a trabalhar”.

E1 - “Passei a trabalhar, o dinheiro era preciso, as pessoas que iam para os EUA era para trabalhar, não era de férias, era duro no meu tempo”.

F1 - “Eu passei a minha adolescência a trabalhar, também naquele não havia muitas coisa para a gente se divertir, não é como agora, até acho que tem demais, é por isso que muitos se perdem”.

Respostas dadas à questão

Porque razão foi deportado?

A1 - “Meti-me em cenas mais complicadas que davam mais dinheiro e tive o azar de me meter com um gajo que andava a ser vigiado pela polícia, como não sabia, um dia depois de fazer negócio com ele, tinha comprado um kilo de coca (cocaína) e quando vinha a sair eles apanharam-me com o produto, fodi-me.

A2 - “Por causa da droga”.

A3 - “Por roubar, já tinha várias condenações”

A4 - “Por ter batido na minha mulher”:

A5 - “Foi por roubos, um gajo quando tá dependente da droga, precisa de dinheiro, não trabalhava, era a única maneira de arranjar dinheiro, a polícia apanhou-me”.

A6 - “Eu tava a ressacar e não tinha dinheiro, tinha que arranjar dinheiro por isso assaltei uma mercearia, o empregado quis se armar em herói, tentou atacar-me com um taco de *baseball*, ficou todo partido!”.

A7 - “Por que apanharam-me com muito produto, fui acusado de tráfico de droga”.

A8 - “Por causa de cenas de drogas”.

A9 - “Por violência familiar, os vizinhos lá é que me lixaram”.

A10 - “Apanharam-me a vender droga, tive azar”.

A11 - “Fui deportado por roubos que cometi. Eu roubava casas e armazéns, era a única maneira que tinha para poder ter dinheiro para sustentar minha família”.

A12 - “Eu nunca fiz mal a ninguém, o meu único crime foi ter sido apanhado a fumar uns joints (charros) e de estar com pessoal que andava a ser seguido pela polícia e acusaram-me de ser traficante, foram as companhias que me tramaram, estava inocente! Nem pude defender-me em tribunal, não tá certo!”.

A13 - “Por uns assaltos, coisa que já tinha feito há uns anos. Na última vez foi por ter roubado uma casa”.

A14 - “Já tinha várias condenações, foi por causa da droga”.

A15 - “Por violência familiar”.

A16 - “Por posse de drogas”.

A17 - “Por ter batido na minha mulher”:

A18 - “Por traficar droga”.

A19 - “Por causa da droga”.

A20 - “Por roubar cenas em lojas, tinha que sustentar o vício”.

A21 - “Por uns roubos que fiz, precisava de dinheiro”.

A22 - “Apanharam-me a vender droga”.

A23 - “Eles vão atrás de todas as pessoas que tenham cometido um crime, não querem saber se temos família, se trabalhamos, nada! Eu me considero americano, eu até servi no exército americano, mandaram-me embora porque fui apanhado com cocaína, que nem era minha, foi o meu único crime”.

A24 - “Foi por causa da droga”.

A25 - “Por roubar, o juiz foi sacana, deu-me uma pena de 1 ano e um mês, lixou-me”.

A26 - “Estava ilegal, os gajos da imigração apanharam-me”.

B1 - “Foi por roubo, a gente tava a assaltar uma casa, pensávamos que não tinha ninguém, quando de repente apareceu o dono de arma na mão, tive que me defender, bati no gajo, mas o juiz fechou-me por roubar, porque não houve provas que fui eu que rebentei com o gajo (risos)”.

B2 - “Por cenas de droga”.

B3 - “Fui deportado por bater na minha mulher, eu batia-lhe sim, era a bebida, os seus efeitos, tínhamos problemas, não andava em mim, mas meus pais também tinham problemas e minha mãe nunca foi denunciar meu pai”.

B4 - “Por causa das drogas, eu ganhei muito dinheiro com a droga, mas quando começas a fazer dinheiro, os gangs não te deixam e aí fica perigoso e a polícia controla-te mais”.

B5 - “Eu fui preso várias vezes por causa das drogas, da última vez que fui preso disseram-me que ia para os Açores, porra, nem sabia onde ficava os Açores!”.

B6 - “Por roubos por causa da droga”:

B7 - “Por assalto sexual, ela andou toda a noite a provocar-me e a roçar-se e depois à saída do bar, já no carro dela já não queria nada, julgava que ficava assim, um homem não é de ferro! E também já tava bem bebido, foi mesmo ali que ela levou com ele. No dia seguinte, a puta foi na polícia dizer que a tinha violado”.

B8 - “Foi por causa de uns roubos que fiz”.

B9 - “Foi por ter morto um gajo, mas faz tempo, até tinha cumprido pena de cadeia e tudo, a lei mudou, lixei-me”.

B10 - “Apanharam-me com heroína”.

B11 - “Por traficar droga”.

B12 - “Foi por causa de uns roubos que acabaram mal, não sabia que podia ser deportado por causa disso”.

B13 - “Por causa da droga”.

B14 - “Porque estava ilegal, e acusaram-me de roubar umas cenas, tudo mentira!”.

B15 - “Porque apanharam-me a vender droga”.

B16 - “Porque fui apanhado a roubar”.

B17 - “Um homem com droga e álcool na cabeça, não sabe o que faz, sabe como é, quando chegava a casa descarregava, batia, na minha mulher e filho, acho que era a forma que encontrava para combater as minhas frustrações, mas depois não me lembrava, passava, hoje reconheço isso e me arrependo”.

B18 - “Por assaltos que tinha feito”.

B19 - “Eu fui chibado pelos hispânicos que trabalhavam comigo, eles descobriram que estava ilegal, acho que foi assim e queriam pôr pessoal deles no meu lugar, por isso foram falar de mim aos gajos da Imigração”.

B20 - “Por traficar droga”.

B21 - “Fui deportado porque bati num polícia, paguei a multa e passado um tempo mandaram-me para os Açores! Acho que não tá certo! Eu cumpri, eu até paguei a multa, se não tivesse pago”.

B22 - “Um gajo numa cadeia tem que se impôr, senão eles comem-te vivo lá dentro, aquilo é uma selva, era eu ou ele”.

B23 - “Por ter vendido droga”.

B24 - “Por causa de cenas de drogas”.

B25 - “Por traficar droga”.

B26 - “Por roubar, os gajos lá não perdoam”.

B27 - “Por causa de uma coisa antiga e eu conhecia as leis, eu fui deportado por uma briga que tive há anos atrás, já nem me lembrava, quando me foram buscar! Nunca pensei ser deportado por aquilo, até cumpri a pena de cadeia e tudo, não é justo, julgava que só era deportado quem tinha cometido crimes há pouco tempo”.

B28 - “Por uma condenação que tive por roubar”.

B29 - “Por causa de umas cenas com droga”.

B30 - “As cenas em que estava metido, droga”.

B31 - “Por traficar droga”.

B32 - “Foi por causa da droga, era viciado em heroína e fui ficando cada vez mais agarrado a essa merda. O dinheiro que ganhava no emprego já não chegava para as doses diárias, comecei a roubar para sustentar o vício”.

C1 - “Cenas com drogas, foi por causa disso”.

C2 - “Foi por roubar umas cenas, depois lixei-me, também já tinha uma condenação por posse de droga”.

C3 - “Por violência doméstica”.

C4 - “Por traficar drogas”.

C5 - “A última condenação foi por roubar, mas tinha já outras por posse de droga”.

C6 - “Acusaram-me de assalto sexual”.

C7 - “Por estar ilegal e também já andavam de olho em mim, a polícia por causa de cenas de drogas”.

C8 - “Por ter sido apanhado a roubar”.

C9 - “Por tráfico de droga”.

C10 - “Acusaram-me de traficar droga”.

C11 - “Por ter droga comigo”.

C12 - “O meu estilo de vida era alto, ganhava muito dinheiro, mas também se paga muitos impostos, paga-se muito imposto nos EUA, fiz o que muita gente faz, tentar enganar os impostos mas dei-me mal, os gajos descobriram e foram me buscar a casa, nunca pensei ser repatriado por isso”.

C13 - “Por tráfico de droga”.

C14 - “Por ter batido na minha mulher. A minha mulher enganava-me, por isso batia-lhe, nenhum homem suporta uma traição destas, eu fiquei fora de mim e se soubesse que ia ser deportado, tinha-a matado!”.

C15 - “Porque fui apanhada com droga comigo”.

C16 - “Porque estava ilegal”.

C17 - “Não tinha papeis para poder estar lá”.

C18 - “Por tráfico de drogas”.

C19 - “Eu nunca cometi nenhum crime, trabalhava e sustentava a minha família todos os dias, um dia bateram-me à porta e disseram que tinha uma semana para deixar o país, sabia que não tava legal, mas como trabalhava e nunca tive problemas com a polícia nem com drogas, nunca pensei que me mandassem embora daquela maneira e o meu chefe era italiano e não gostava muito dos portugueses, acho que queria meter no meu lugar um dos seus amigos, foi falar com os da Imigração, acho que foi ele”.

C20 - “Por assalto sexual”.

C21 - “Por homicídio”.

C22 - “Sou americano, eu nunca tive problemas com a Imigração enquanto estive lá. O meu único crime foi estar em situação ilegal, vivi lá vinte e tal anos, nunca me meti em drogas, roubos, nada e um dia vieram me buscar e disseram que não podia ficar mais lá! Sei que me denunciaram, mas nunca percebi porquê, nunca fiz mal a ninguém, foi muito triste e doloroso”.

C23 - “Foi por estar ilegal, os da Imigração disseram que fui denunciado, mas não sei por quem”.

C24 - “Por violência doméstica”.

C25 - “Por causa de uns roubos que fiz, apanharam-me, lixei-me”.

C26 - “Foi uma professora do meu filho que me denunciou para a polícia, disse que eu lhe batia, mentira, todas as vezes que lhe bati era porque merecia, eu também apanhei muita pancada de meu pai porque fazia muitas asneiras”.

C27 - “Por roubar”.

C28 - “Foi uma briga num bar, enfiei-lhe um soco e o gajo caiu, nunca mais se levantou, até hoje (risos)”.

D1- “Por ter batido na minha mulher, eu era violento com a minha família, com a minha mulher, mas era por causa da bebida, bebia muito, tornei-me igual a meu pai, cada qual sai aos seus, não é verdade? fui expulso porque os vizinhos me denunciaram, por uma irmã da minha mulher! nunca lhe perdoarei!”.

D2 - “Porque tinha sido condenado a uma pena de 3 anos por tentativa de violação, tudo mentira. Ela tava bêbada na altura, e depois quando descobriu que eu era casado, quis vingar-se de mim”.

D3 - “Porque há uns anos, matei o meu homem, foi por isso, ele não prestava para nada e eu já não aguentava mais! Dava-me muita tarefa, cheguei a ir parar no hospital com o nariz e os dentes partidos várias vezes. Isso aconteceu há já uns anos, fiquei para morrer quando me disseram que tinha de ir embora que não podia ficar aqui mais”.

D4 - “Por violência doméstica, mas não me pergunte mais nada sobre isso, quero esquecer! um homem lá nem pode bater nos seus filhos, que os vizinhos vão logo chamar a polícia, não é como aqui”.

E1 - “Porque tinha várias condenações por violência conjugal, eu vivi toda a minha vida lá, mandaram-me embora por ter batido na minha mulher há vinte e tal anos, nessa altura eu bebia muito, tinha problemas que não quero falar e nunca pensei ser deportado por um crime desses! já nem me lembrava, quando recebi a ordem de expulsão”.

F1- “Desde novo que sempre gostei do meu copinho de vinho, rapazes novos, sabe como é! Fui deportado por bater na minha mulher, os vizinhos chamaram a polícia e fui preso duas vezes, isto aconteceu há já muito tempo, faz mais de vinte anos, foi um tempo difícil para mim, fiquei desempregado, com filhos para criar e não ter dinheiro, é difícil, mas nunca pensei que me poderiam mandar embora por isso, só acreditei quando me foram buscar a casa para me levarem para o aeroporto”.

Respostas dadas à questão

Conhecia as leis do país onde estava?

A1- “Conhecia bem, conhecia as principais sim”.

A2 - “Sim, bem”.

A3 - “Muito bem, a gente aprende na escola”.

A4 - “Muito bem (risos)”.

A5 - “Conhecia mais ou menos”.

A6 - “Todas não, mas conhecia mais ou menos”.

A7 - “Muito bem e sabia mesmo o que me ia acontecer antes do juiz me dizer”.

A8 - “Conhecia mais ou menos as do meu Estado”.

A9 - “Mais ou menos”.

A10 - “Mais ou menos, eu sabia o que era crime lá”.

A11 - “Mais ou menos”.

A12 - “Mais ou menos”.

A13 - “Muito bem, um gajo tem de saber”.

A14 - “Muito bem”.

A15 - “Conhecia bem, a polícia controla muito a gente lá na América”.

A16 - “Mais ou menos”.

A17 - “Bem”.

A18 - “Bem”.

A19 - “Conhecia bem”.

A20 - “Mais ou menos”.

A21 - “Mais ou menos, eles ensinam quando a gente anda na escola, vão lá polícias ensinar”.

A22 - “Mais ou menos”.

A23 - “Mais ou menos”.

A24 - “Assim, assim, eles têm lá muitas leis, não é como aqui”.

A25 - “Mais ou menos”.

A26 - “Mais ou menos mas lixaram-me bem”.

B1 - “Muito bem”.

B2 - “Conhecia muito bem e eu nunca ouvi falar em repatriados, eu cresci lá, é o meu país, eles mandaram-me embora mas daqui a uns anos eu volto, eu sou americano!”

B3 - “Mais ou menos”.

B4 - “Conhecia bem”.

B5 - “Conhecia bem”.

B6 - “Mais ou menos”.

B7 - “Mais ou menos, todas não, senão era advogado! (risos)”.

B8 - “Muito bem”.

B9 - “Mais ou menos”.

B10 - “Bem, mas não sabia que podia ser deportada”.

B11 - “Bem”.

B12 - “Mais ou menos”.

B13 - “Muito bem”.

B14 - “Muito bem, aprendemos na escola”.

B15 - “Bem”.

B16 - "Conhecia mal".

B17 - "Conhecia mais ou menos".

B18 - "Conhecia bem, mas estão sempre a mudar as leis lá na América".

B19 - "Muito bem, eu sabia, até conhecia amigos meus que foram deportados não há muito tempo mas julgava que só se era deportado por se ter cometido crimes graves".

B20 - "Muito bem".

B21 - "Muito mal".

B22 - "Mal".

B23 - "Conhecia bem, sabia que podia ir preso por traficar".

B24 - "Mal".

B25 - "Muito bem".

B26 - "Conhecia bem".

B27 - "Muito bem, eu conhecia as leis, eu fui deportado por uma briga que tive há anos atrás".

B28 - "Bem, mas não sabia que podia ser deportado, pois sempre vivi lá desde que me lembro".

B29 - "Muito bem".

B30 - "Mais ou menos".

B31 - "Conhecia bem".

B32 - "Mais ou menos".

C1 - "Conhecia bem".

C2 - "Bem".

C3 - "Conhecia bem".

C4 - “Conhecia razoavelmente”.

C5 - “Conhecia muito bem”.

C6 - “Conhecia mais ou menos”.

C7 - “Mais ou menos”.

C8 - “Conhecia mal”.

C9 - “Conhecia bem”.

C10 - “Muito bem”.

C11 - “Muito bem”.

C12 - “Muito bem”.

C13 - “Eu não sabia nada de leis, conhecia mal as leis, quando estive preso é que ouvi falar que podia ser deportado para os Açores, mas nunca ninguém me tinha dito nada a respeito”.

C14 - “Conhecia mais ou menos”.

C15 - “Conhecia bem”.

C16 - “Conhecia bem”.

C17 - “Eu conhecia as leis, mas nunca pensei que podia acontecer a mim, mas conhecia bem as leis”.

C18 - “Conhecia mais ou menos”.

C19 - “Conhecia mais ou menos, eu nunca cometi nenhum crime, trabalhava e sustentava a minha família normalmente, um dia bateram-me à porta e disseram que tinha uma semana para deixar o país, sabia que não tava legal, mas como trabalhava e nunca tive problemas com a polícia nem com drogas, nunca pensei que me mandassem embora”.

C20 - “Mais ou menos”.

C21 - “Conhecia mal, eu nunca fui de ligar a isso”.

C22 - “Conhecia bem, sou americano, eu nunca tive problemas com a Imigração enquanto estive lá”.

C23 - “Conhecia bem”.

C24 - “Conhecia bem”.

C25 - “Mais ou menos”.

C26 - “Conhecia mal”.

C27 - “Mais ou menos”.

C28 - “Julgava que essas leis eram brincadeira, conhecia mais ou menos as leis e no meu caso eu cresci aqui, fui ensinado e criado como um americano”.

D1 - “Mais ou menos, eu nunca me meti em problemas”.

D2 - “Mais ou menos”.

D3 - “muito mal Não senhora”.

D4 - “Mais ou menos”.

E1 - “Mal, tive alguns problemas sim”.

F1 - “Conhecia mais ou menos”.

Respostas dadas à questão

Tinha muitos, alguns, poucos ou só um problema com os agentes da lei?

- Optamos nesta questão por agrupar as respostas dadas em: **muitos problemas, alguns problemas, poucos problemas e um único problema**, de forma a simplificarmos a análise.

RESPOSTAS

Muitos problemas	21
Alguns problemas	35
Poucos problemas	12
Um único problema	24

Respostas dadas à questão

Como se relacionava com os agentes da lei nos EUA/Canadá?

- Optamos por agrupar as respostas dadas, de forma a simplificar a análise em: **muito bom, bom, razoável, mau e muito mau.**

RESPOSTAS

Muito bom	17
Bom	24
Razoável	33
Mau	14
Muito mau	4

Respostas dadas à questão

Quando soube que ia ser deportado, o que sentiu?

A1 - "Fiquei preocupado".

A2 - "Chorei".

A3 - "Não queria acreditar, eu sou americano, como podem fazer-me uma cena dessas".

A4 - "Chorei durante dias".

A5 - "Fiquei de rastos".

A6 - "Não me lembro".

A7 - "Aceitei na boa, o que podia fazer?"

A8 - "Senti-me muito mal, ia para uma terra que não conhecia".

A9 - "Queria era morrer".

A10 - "Senti que a minha vida tinha acabado".

A11 - "Não quis acreditar, vivi toda a minha vida aqui, só podiam estar a gozar comigo".

A12 - "Fiquei muito triste".

A13 - "Chorei, só perguntava, porquê eu?"

A14 - "Já não me lembro, mas não me senti nada bem".

A15 - "Fiquei indignado e revoltado, isso não se faz a uma pessoa que cresceu aqui e viveu sempre aqui".

A16 - "Isso já passou, nunca mais pensei nisso, nem quero pensar".

A17 - "Senti-me muito mal mesmo, nos dias seguintes não conseguia dormir".

A18 - "Apanhei uma pedrada, para não pensar nisso".

A19 - "Fiquei na mesma, já estava lixado".

A20 - "Fiquei de rastos".

A21 - “ Fiquei muito triste, é como se o mundo tivesse acabado”.

A22 - “Um gajo fica de rastos”.

A23 - “Senti-me perdido ao saber que ia ser deportado”.

A24 - “Fiquei de rastos”.

A25 - “Acho que tinha preferido que me tivessem matado”.

A26 - “Chorei muito”.

B1 - “Senti-me triste por ter de abandonar o meu país”.

B2 - “Foi difícil, um gajo fica sem nada, quando ouve que te vão mandar embora”.

B3 - “Um homem fica desgraçado, tudo o que tinha lá, de um momento para o outro, perde tudo”.

B4 - “Chorei bastante, não é facil!”.

B5 - “Fiquei fodido, queria era matar toda a gente, eu fui preso várias vezes por causa das drogas, da última vez que fui preso disseram-me que ia para os Açores, porra, nem sabia onde ficava os Açores!...”.

B6 - “Eu não quis acreditar, sempre pensei que podia arranjar maneira de ficar”.

B7 - “Fiquei para morrer”.

B8 - “Um homem fica sem palavras quando houve que vai ser deportado”.

B9 - “Senti-me perdido, mas um gajo tem de ser responsável pelos seus actos e também não podia fazer nada”.

B10 - “Chorei muito, não se faz uma cena destas a uma pessoa que viveu toda a sua vida lá”.

B11 - “Não acreditei que fosse verdade, um gajo não quer acreditar”.

B12 - “Chorei muito, só pensava que nunca mais ia ver a minha família”.

B13 - "A vida acabou para mim".

B14 - "Senti-me injustiçado, depois de tantos anos a viver lá, se soubesse tinha-me naturalizado".

B15 - "Acho que nunca chorei tanto como nesse dia, isso não se faz!".

B16 - "Senti que tinha a vida toda estragada".

B17 - "Eu senti uma dor muito grande, um gajo fica a pensar e agora? o que vou fazer da minha vida?"

B18 - "Eu fiquei..., nem lhe explicar".

B19 - "Já foi há tanto tempo, mas fiquei lixado".

B20 - "Fiquei para morrer, sempre vivi lá, não conhecia outros lugares, fiquei estúpido".

B21 - "Fiquei indignado, ser deportado por algo que penso que não merece esse castigo, é demasiado duro para um gajo":

B22 - "Nem sei como me senti, tá certo que errei, mas já tinha pago por isso, não é justo pagar duas vezes pelo mesmo crime".

B23 - "Senti que podia recomeçar minha vida noutra lugar, que se calhar era uma segunda chance, não sei, acho que um gajo tem que encontrar pensamentos positivos senão está fodido".

B24 - "Eu fiquei de rastos, minha família também".

B25 - "Senti que tinha morrido, o quanto uma pessoa sofre para poder ter alguma coisa, de um momento para o outro tudo se vai".

B26 - "Já não me lembro, foi à muito tempo".

B27 - "Nunca pensei que me fizessem isso".

B28 - "Não foi fácil, um gajo sente-se como morto".

B29 - "Senti-me muito infeliz".

B30 - "Fiquei para morrer, perder tudo assim, num instante".

B31 - "Senti que estava perdido, foi a pior coisa que me aconteceu".

B32 - "Já não sei, já estava fodido mesmo".

-
- C1 - “Foi muito difícil”.
- C2 - “Chorei bastante, a partir desse dia nunca mais fui o mesmo”.
- C3 - “Senti que tinha perdido toda a minha vida, um gajo fica sem nada”.
- C4 - “Não sei, não podia fazer nada”.
- C5 - “Foi uma desgraça, parece que o mundo acabou para a gente”.
- C6 - “Uma pessoa fica mal, lhe garanto”.
- C7 - “Chorei muito, fiquei desgraçada, o me mandarem embora acabou com a minha vida”.
- C8 - “Não quero falar disso”.
- C9 - “Senti que perdi tudo, uma sensação que nos deixa secos por dentro”.
- C10 - “Quando me disseram, pensei, pelo menos lá vou estar livre”:
- C11 - “Senti-me muito mal, desmaiei e tudo”.
- C12 - “Eu sempre acreditei que não seria deportado, meu advogado assegurou-me isso, fiquei espantado quando me disseram que ia embora”.
- C13 - “Chorei muito”.
- C14 - “Senti-me muito mal”.
- C15 - “Foi muito difícil”.
- C16 - “Chorei muito, não merecia”.
- C17 - “Fiquei sem nada, senti que tinha acabado de perder minha vida”.
- C18 - “Já não me lembro”.
- C19 - “Custou-me a acreditar, só quando chegou o dia é que caí em mim”.
- C20 - “Chorei muito, não queri acreditar”.
- C21 - “A minha vida acabou nesse dia”.

C22 - “Fiquei de rastos, depois de tanto sacrifício, ser mandado embora assim”.

C23 - “Chorei muito, é triste ser mandado embora assim, nunca fiz cenas más ou que prejudicassem alguém”.

C24 - “Já passou, não quero lembrar coisas tristes”,

C25 - “Foi complicado, um gajo fica sem nada”.

C26 - “Fiquei muito abalado e nervoso”.

C27 - “Sei lá, foi há muito tempo, fiquei triste”.

C28 - “Não sei, tristeza talvez”.

D1 - “Zangado, eu que trabalhei, sempre paguei meus impostos, sinto-me tão americano como os de lá, de um momento para o outro mandam-me embora, fiquei com a vida toda estragada”.

D2 - “Indignado, por ter sido expulso do país que que considero meu, sempre vivi lá, não tinham o direito de me destruírem a vida, eu paguei pelo crime que cometi, não percebo porque me mandaram embora. Há pessoal, esse sim que devia ser expulso, mas não eu”

D3 - “Foi horrível, chorei muito”.

D4 - “Mal, eu tinha toda a minha vida lá, de repente, dizem que tens de ir embora, é muito triste”.

E1 - “Fiquei doido, não acreditei”.

F1 - “Não foi fácil, vivi lá 57 anos, só tinha cá vindo duas vezes de férias”.

Respostas dadas à questão

Como se sentiu quando chegou aos Açores?

A1 - “Nem sabia onde ficava no mapa. No primeiro dia até curti, tudo pequenino, e até pensei, fico aqui cinco anos e depois volto, não deve ser difícil e é melhor que estar preso, mas quando comecei a ver melhor as cenas aqui, condições de merda e o pessoal a dizer que nunca mais podia voltar lá, comecei a passar-me”.

A2 - “Foi um choque, não pensava que era tão pequena a ilha”.

A3 - “Era tudo diferente, parecia daqueles filmes antigos, detestei”.

A4 - “Não senti nada, parecia que estava anestesiado”.

A5 - “Nos primeiros dias é tudo novo, um gajo depois é que começa a ouvir as cenas que se passam aqui e aí assutei-me”.

A6 - “Foi um choque total, ainda era pior do que imaginava”.

A7 - “Fiquei revoltado, isto aqui não tem condições nenhuma”.

A8 - “Não acreditei que isto pudesse ser tão atrasado e pequeno”.

A9 - “Estava revoltado, eu sou americano, porque me mandaram embora para este fim de mundo?”.

A10 - “Não gostei quando aterrei, senti um mau sentimento que não ia dar-me bem aqui”.

A11 - “Senti-me mal, esta terra não me diz nada, não conheço nada”.

A12 - “Sei lá”.

A13 - “Senti-me completamente perdido”.

A14 - “Senti-me numa terra estrangeira, completamente fora de tudo isto”.

A15 - “Chorei muito, por estar num lugar que era estranho para mim”.

A16 - “Foi um choque nos primeiros dias, isto é um atraso, por isso agora sei porque a minha família foi para os EUA.

A17 - “Senti-me perdido, era tudo diferente, parecia que o tempo tinha parado aqui”.

- A18 - “Senti-me, deslocado, é só mar por tudo o que é lado, é fodido!”.
- A19 - “Foi uma desilusão nos primeiros dias, isto aqui é muito parado”.
- A20 - “Senti-me muito mal, eu não pertenço a esta terra”:
- A21 - “Não foi fácil, não me identificava com nada disto aqui”.
- A22 - “Senti-me triste, porque isto ainda é pior do que me tinham dito”.
- A23 - “Isto aqui é super pequeno, mas pensei só tenho que aguentar cinco anos”.
- A24 - “Quando aterrei aqui e vi o aeroporto, só queria era voltar para trás”.
- A25 - “Isto foi um choque para mim”.
- A26 - “Já não me lembro”:

-
- B1 - “Nem lhe sei dizer, esta terra nunca me disse nada, saí de cá muito novinho”.
- B2 - “Pensei, estou no fim do mundo!”.
- B3 - “Já nem me lembro o que senti”.
- B4 - “Assustei-me quando cheguei aqui, isto aqui não tem nada, é mesmo atrasado!”.
- B5 - “Quando comecei a ver a ilha, ainda no avião assustei-me, era tudo tão pequeno, horrível, pensei logo que me ia dar mal”.
- B6 - “Senti-me muito mal, deixei tudo para trás”.
- B7 - “Senti-me decepcionado, esta terra não é minha, sinto-me completamente for a, umm estranho aqui”.
- B8 - “Foi um choque, esta terra está-me a matar”.
- B9 - “Não foi fácil, e quando um gajo começa a ver a realidade das cenas aqui, passa-se!”.

B10 - “Senti-me perdida, numa terra que não considero minha, que não me diz nada!”.

B11 - “O meu primeiro pensamento foi, onde vim parar? Isto parecia-me uma terra de pinguins”.

B12 - “Senti-me um estranho nesta terra, já tinha ouvido falar dela, mas depois de cá estar é mil vezes pior do que o que me contaram”.

B13 - “Senti-me desgraçado, neste lugar!”.

B14 - “Senti-me pior que um peixe for a de água, isto aqui é tão pequenino, não se passa mesmo nada”.

B15 - “Já não sei, já passou”.

B16 - “Senti-me perdido, sem condições nenhuma, isto aqui não tinha nada, nada mesmo”.

B17 - “Foi um choque total”.

B18 - “Olhe que eu já tinha passado por muito nesta vida, mas quando cheguei aqui, passei-me, pior do que isto não há”.

B19 - “Não me lembro”.

B20 - “Assustei-me, quando comecei a ver como isto era”.

B21 - “Senti que tinha chegado ao fim do mundo”.

B22 - “Senti-me revoltado, isto é um lugar de merda”.

B23 - “Quando cheguei, passei-me isto aqui não tem condições nenhuma para os deportados, nada”.

B24 - “Senti-me perdida, sózinha, foi muito difícil”.

B25 - “Senti-me perdido, desenraizado, com medo, era tudo novo para mim”:

B26 - “ Senti-me desorientado, sem ajuda, não foi fácil”.

B27 - “Querida mas era fugir, isto é um atraso”.

B28 - “Snti-me mal, chorei muito, esta terra não é minha, o que vim fazer para aqui?”.

B29 - “Senti-me uma prisioneira mas sem grades, nesta terra pequena sem condições para a gente, foi muito triste os primeiros tempos”.

B30 - “Como me senti, sei lá, a minha cabeça continuava lá”.

B31 - “Quando aterrei aqui, não gostei do que vi, e depois nos dias seguintes ainda foi pior, um gajo sente a falta de tudo o que tinha lá”.

B32 - “Senti-me perdido, isto mudou muito, daquilo que me lembrava”.

C1 - “Senti-me perdido, esta terra não me diz nada”.

C2 - “Eu fiquei muito em baixo, este lugar não me diz nada, é muito difícil aqui”.

C3 - “Senti-me zangado, revoltado nesta terra que já nada me diz”.

C4 - “Senti-mal, muito difícil os primeiros dias aqui”.

C5 - “Quando aterrei aqui fiquei meio inquieto, saí daqui pequeno, lembrava-me de algumas coisas, mas tudo mudou, aqui não tenho nada, o que vou fazer? É complicado”.

C6 - “Foi muito difícil”.

C7 - “Senti-me perdida, mas como ainda me lembrava de certas coisas, isso ajudou-me”.

C8 - “Foi uma merda”.

C9 - “Senti-me só, sem nada”.

C10 - “Senti-me perdido, terra muito pequenina, não tem condições”.

C11 - “Não me senti muito mal, a gente estranha e sente saudades dos nossos”.

C12 - “Senti-me desenraizado, aqui tudo é diferente, para pior”.

C13 - “Quando desembarquei, pensei cá para mim, aonde vim eu parar! Isto é o fim do mundo”.

C14 - “Senti que ia morrer quando cheguei aqui, não havia nada”.

C15 - “Senti-me perdida e como era toxicodependente, ainda fiquei pior”.

C16 - “Não foi difícil, eu já conhecia isto”.

C17 - “Senti-me mal, tinha voltado à estaca zero”.

C18 - “Senti-me abandonado, completamente sózinho”.

C19 - “Nos primeiros dias, andei completamente fora não sabia ainda bem onde estava, é como se tivesse noutra planeta, era tudo diferente, isto é um atraso desgraçado”.

C20 - “Senti-me um estranho aqui, tudo mudou, já não era como conhecia antes”.

C21 - “Como me senti, foi um choque muito grande”.

C22 - “Senti-me bem, ainda me lembrava disto aqui”.

C23 - “Senti-me triste pelo que deixei lá, mas já conhecia isto aqui”.

C24 - “Senti-me muito mal, completamente deslocado da vida que tinha lá”.

C25 - “Senti-me bem, não me assustou ter de vir para aqui”.

C26 - “Não foi fácil, uma pessoa sente-se estranha, já não conhece ninguém, nada”.

C27 - “Senti-me bem, já conhecia isto aqui”.

C28 - “Quando me vi nesta ilha, pensei, antes preso lá na América que livre aqui, isto é nada, a gente chama a isto (à ilha de São Miguel) Alcatraz”

D1 - “Não lhe sei dizer”.

D2 - “Esta terra já não me diz nada, tudo mudou”.

D3 - “Chorei durante um mês, muita tristeza, às vezes ainda choro, quando penso nisso, custou-me muito deixar meus filhos, eles são tudo para mim. Esta é a minha terra, foi aqui que nasci, mas já não me diz nada, tudo mudou, está diferente, já não conheço nada nem ninguém, também saí muito novinha daqui.

D4 - “Mal, eu tinha toda a minha vida lá, de repente, dizem que tens de ir embora, é muito triste”.

E1 - “Uma grande tristeza por estar longe de minha mulher e dos meus filhos”.

F1 - “Por um lado fiquei contente de poder voltar a ver a minha terra, mas por outro, muita tristeza”.

Respostas dadas à questão

Como foi a adaptação aos Açores?

Optamos por agregar as respostas em **fácil, um pouco difícil e muito difícil.**

RESPOSTAS	
FÁCIL	0
UM POUCO DIFÍCIL	6
MUITO DIFÍCIL	86

Respostas dadas à questão

Qual foi a maior dificuldade que sentiu quando chegou aqui?

- Todos eles referiram como a maior dificuldade a compreensão da língua portuguesa; optamos por agregar as respostas dadas em: **muita dificuldade, pouca dificuldade e nenhuma dificuldade em ouvir, a ler, a conversar e a escrever.**

	Muita dificuldade	Pouca dificuldade	Nenhuma dificuldade
A ouvir	44	40	8
A ler	32	40	20
A conversar	20	44	28
A escrever	50	27	15

Respostas dadas à questão

Tem familiares nos Açores? E ajudaram-no?

- Todos eles afirmaram ter familiares em São Miguel.

- Em relação à ajuda prestada por familiares, optamos por agrupar as respostas dadas em: **excelente, razoável, quase nenhuma e nenhuma.**

RESPOSTAS

EXCELENTE	3
RAZOÁVEL	23
QUASE NENHUMA	12
NENHUMA	54

Respostas dadas à questão

Teve ajuda de amigos quando chegou aos Açores?

- Optamos por agrupar as respostas dadas em: **excelente**, **razoável**, **quase nenhuma** e **nenhuma**, de forma a simplificar a leitura dos dados.

RESPOSTAS	
Excelente	1
Razoável	15
Quase nenhuma	14
Nenhuma	62

Respostas dadas à questão

Mantem o contacto com os familiares que ficaram nos EUA/Canadá?

A1 - "A minha mãe veio ter comigo, acho que tinha medo de eu ficar sózinho, sei que ela não gosta daqui, ela está sempre a queixar-se, mas se não fosse ela, acho que já me tinha matado".

A2 - "De vez em quando".

A3 - "Sim, para saber do meu filho".

A4 - "De tempos a tempos".

A5 - "Sim".

A6 - "De três em três semanas eles ligam-me".

A7 - "Não, eles não querem saber de mim, dizem que não presto para nada".

A8 - "Muito raramente".

A9 - "Sim, uma vez por mês".

A10 - "Às vezes falo com primos, mas é raro".

A11 - "Sim".

A12 - "Não".

A13 - "É raro, ligam ou escrevem-me de meses a meses".

A14 - "No princípio ainda ligavam, mas depois forma deixando de falar".

A15 - "Sim, eles queriam vir, mas aqui nem eu tenho condições, quanto mais para a minha família! Também não quero que eles sofram ainda mais, não merecem isso".

A16 - "Sim, para falar com meus filhos".

A17 - "Raramente".

A18 - "É raro falar com eles".

A19 - "Sim, de vez em quando eles ligam-me para contar novidades".

A20 - “Sim, mas cada vez que falo para lá ainda fico pior, são as saudades”.

A21 - “Desde que cheguei a S. Miguel, só falei uma vez, lá para minha mãe, faz mais de um ano”.

A22 - “Não, é muito raro, só me ligaram uma vez, penso eu”.

A23 - “Não, o pessoal de lá não quer saber de mim”.

A24 - “Não”.

A25 - “Sim, mas é de tempos a tempos, custa dinheiro”.

A26 - “É muito raro”.

B1 - “Mantenho sim, minha mulher queria vir, mas eu disse-lhe que não, não tenho condições, isto aqui não têm nada para ela, eu tinha vergonha se ela viesse”.

B2 - “Não, prefiro assim”.

B3 - “Sim, é o que me vale, é bom saber que temos um irmão, um tio, que nos apoiam, mesmo sabendo que erramos e que fizemos as coisas mal”.

B4 - “Não, acho que só falamos uma vez desde que cheguei”.

B5 - “Sim, mas só falamos de tempos a tempos”.

B6 - “Estou aqui, eles tão lá! De vez em quando falamos mas é raro”.

B7 - “Sim, por telefone, mas é só uma vez por mês”.

B8 - “Não”.

B9 - “Sim, de vez em quando falo com meus pais”.

B10 - “Não”.

B11 - “Não, prefiro não falar, doi menos”.

B12 - “Não”.

B13 - “Só de vez em quando, passa-se meses que não falo com eles”.

B14 - “Sim, sempre que posso, pela internet”.

B15 - “Raramente, eu tive uns meses grandes sem saber notícias deles, eu também nunca me dei bem com eles, nem eles comigo, eles não querem saber de mim”.

B16 - “Só falei com eles uma vez, eles sempre tiveram vergonha de mim lá nos States, por causa da vida que levava”.

B17 - “Não”.

B18 - “Muito raramente”.

B19 - “De tempos a tempos, mas é raro”.

B20 - “Sim, mantenho”.

B21 - “Não”.

B22 - “não sei se tão vivos ou mortos, também não me interessa, eu não falo com eles, eu tenho a minha vida e eles têm a sua”.

B23 - “Não, o pessoal de lá deixou-me de falar”.

B24 - “Sim, todas as semanas, sempre que posso”.

B25 - “Sim, mantenho”.

B26 - “Não, eu cortei com eles”.

B27 - “É muito raro, só os meus filhos é que às vezes me ligam”.

B28 - “Não querem saber de mim, para eles, eu morri, faz anos”.

B29 - “Sim”.

B30 - “Muito raramente, acho que já se esqueceram de mim”.

B31 - “Sim, mas é raro, às vezes passa-se meses que não falo com eles”.

B32 - “Não”.

C1 - "É muito raro falarmos".

C2 - "Sim, costumo falar com minha família".

C3 - "Não, só falei uma vez quando cheguei".

C4 - "Falamos por telefone, eles até queriam vir, mas acho que se eles viessem, acho que se iam embora no dia seguinte, eles lá têm tudo, aqui não têm nada, não é bom, o que iam eles fazer aqui?".

C5 - "Sim, mas é difícil para mim sempre que ouço a voz da minha mulher e dos meus filhos".

C6 - "Não falo com ninguém".

C7 - "Mantenho sim".

C8 - "Sim".

C9 - "Sim, sempre que posso, gostava que fosse mais vezes".

C10 - "Falo de vez em quando com parentes meus, mas é raro".

C11 - "Falo muito raramente".

C12 - "Sim".

C13 - "Sim, se não ainda era mais complicado de suportar esta terra".

C14 - "Não, a família que tenho lá não quer saber de mim".

C15 - "Sim".

C16 - "Sim, são eles que me dão força".

C17 - "De vez em quando".

C18 - "A minha mulher e meus filhos vieram viver comigo, tou super feliz, torna-se mais fácil suportar tudo!".

C19 - "Sim, falo sempre com os meus filhos, ajuda a diminuir a distância, sempre que ouço a voz deles".

C20 - "Não".

C21 - "Não, ninguém quer saber de mim lá nos EUA".

C22 - “Sim, de duas em duas semanas, normalmente”.

C23 - “A minha mulher e os meus filhos queriam vir, mas eu não quis, isto não é terra para eles, não iam gostar, é um fim do mundo”.

C24 - “Não”.

C25 - “Não, botaram-me ao desprezo”.

C26 - “No princípio, ainda falava, mas nos últimos anos não”.

C27 - “Sim, mas só falamos de meses a meses”.

C28 - “Sim, mas eles estão lá e eu estou aqui, é difícil”.

D1 - “Não senhor, a minha família cortou comigo”.

D2 - “Não”.

D3 - “Sim, falamos quase todas as semanas”.

D4 - “De tempos a tempos, no início, quando cheguei cá falávamos mais vezes, mas eles têm a sua vida lá, agora falamos menos vezes”.

E1 - “Sim”.

F1 - “Sim, com minha mulher e com meus filhos, falamos todas as semanas. Sinto muito a falta deles, minha mulher tinha vindo comigo mas ela tem um cancro, está melhor lá”.

Respostas dadas à questão

Onde vive actualmente?

- Optamos por agrupar as respostas dadas, de modo a simplificar a leitura dos dados obtidos.

RESPOSTAS

Só-quarto/pensão/casa	38
Num quarto com outros	11
Casa de amigos	2
Instituição de apoio	29
Com familiares	7
Noutro sítio	5

Respostas dadas à questão

Como classifica o trabalho que tem sido feito pelas instituições?

A1 - “É muito deficiente, ainda falta muita coisa, em relação ao alojamento é uma desgraça”.

A2 - “É muito mau, não há lugar para esta gente morar, tá tudo cheio”.

A3 - “É muito mau, um gajo só pode fazer as coisas como eles querem, não curto”.

A4 - “Péssimo, muito mau, os gajos que vem dar consultas atrasam-se muito, e fica um gajo para ali à espera horas”.

A5 - “Não é bom, falta muita coisa, para mim tem sido muito mau”.

A6 - “Não me tem ajudado em nada do que eu preciso, é muito mau”.

A7 - “Falta muita coisa, é muito mau”.

A8 - “Já foi muito pior agora penso que é suficiente em algumas coisas, como na ajuda médica mas deficiente em tudo o resto”.

A9 - “Muito mau, uma desgraça”.

A10 - “É deficiente em muitas coisas, faltam meios, acho eu”.

A11 - “Muito mau, antes estar preso lá na América”.

A12 - “Podia ser melhor, ainda é deficiente em muitas coisas como no alojamento”.

A13 - “Melhorou mas ainda é muito deficiente”.

A14 - “Ainda falta muita coisa, é deficiente, aqui as coisas andam muito devagar”.

A15 - “Acho que é muito mau, pois a mim não me tem ajudado nada”.

A16 - “É deficiente, falta muita coisa, não tem condições”.

A17 - “Mau, muito mau, não conseguem dar resposta a todos”.

A18 - “Para mim tem sido razoável”.

A19 - “Muito mau, sem condições”.

A20 - “Muito deficiente em algumas cenas”.

A21 - “Horível, é muito mau, o Centro parece uma cena dum filme de terror”.

A22 - “Falta melhores condições, é deficiente acho eu”.

A23 - “Muito mau”.

A24 - “Uma desgraça, nunca vi nada assim, é tudo muito complicado e demorado, é muito mau”.

A25 - “Acho que é muito mau, só fui lá uma vez, não gostei”.

A26 - “Não sei, mas acho que é mau”.

B1 - “É razoável”.

B2 - “Acho que ainda é deficiente”.

B3 - “Muito deficiente, acho que podiam ajudar mais a gente”.

B4 - “Muito mau, não ajudam quase nada”.

B5 - “Tem muitas deficiências, é muito demorado, um gajo espera muito”.

B6 - “Melhorou bastante desde que cheguei,mas ainda tem deficiências no alojamento”.

B7 - “Acho que é deficiente”.

B8 - “Deficiente, podia ser melhor”.

B9 - “Acho que é razoável agora, quando cheguei era bem pior”.

B10 - “É deficiente, melhorou, mas podia ser melhor”.

B11 - “Não é perfeito, mas acho que é razoável, no meu caso”.

B12 - “É razoável”.

B13 - “Falta muita coisa, é deficiente em muitas cenas, mas tem vindo a melhorar no atendimento”.

B14 - “É deficiente, já foi pior, mas ainda falta muita coisa”.

B15 - “É muito mau, não querem saber da gente se a gente não aceita o que eles nos querem dar”.

B16 - “Eu cheguei em 1995, não existia nada, alguns amigos meus , também repatriados não aguentaram mais de um ano, morreram para aí, eu andei metido em drogas até 2001, depois tive overdose, fui parar no hospital, a partir dessa cena é que conheci por dentro o centro de apoio ao repatriado, eles é ajudaram a endireitar-me. Acho que agora está razoável”.

B17 - “Houve umas melhorias mas continua muito mau”.

B18 - “É mau, já me peguei montes de vezes com o pessoal que lá trabalha”.

B19 - “Não sei, mas ouço dizer que é muito mau”

B20 - “É mau, é tudo muito complicado”.

B21 - “Eles trabalham muito mal, é só para alguns”.

B22 - “Em 1998, estava tudo desorganizado, a ajuda limitava-se ao Padre Duarte e ao pessoal que trabalhava com ele, ele fazia o que podia, mas não conseguia dar resposta a todos e as condições também não eram as melhores, passado algum tempo, as coisas começaram a funcionar melhor, mais organizado e começou a haver melhor apoio, as pessoas interessavam-se mais pela gente, acho que o governo se interessou um bocadinho por nós. Agora mudou muita coisa, ainda falta algumas condições em relação ao alojamento, penso que o trabalho feito por eles é bastante razoável”.

B23 - “Melhorou muito, está razoável agora”.

B24 - “Desde que eu cheguei mudou muito, acho que está melhor, está razoável”.

B25 - “Acho que não é muito, ainda tem muitas deficiências no que diz respeito ao alojamento”.

B26 - “Está razoável agora, antes era muito mais complicado”.

B27 - “Nestes últimos anos mudou bastante, está melhor, acho que é razoável”.

B28 - “É razoável. Eu cheguei em 95, não havia nada, dormia onde calhava, e comer, era quando me davam alguma coisa ,passei muita fome e foi em

98, que apareceu o C.A.R. (Centro de Apoio ao Repatriado) e começaram a ajudar os repatriados, depois passei a dormir e a comer lá, tive sorte e arranjaram-me um trabalho, eu não gostava muito, mas ao menos tinha uma cama e alguma comida”.

B29 - “Eu não sei, mas acho que poderia ser melhor, ainda tem deficiências, isso é o que ouço falar”.

B30 - “É razoável, em relação ao que era quando cá cheguei em 1999”.

B31 - “Está razoável”

B32 - “Acho que é razoável, é o que eles podem fazer”.

C1 - “Acho que é muito mau, falta muita coisa”.

C2 - “É muito mau, não tem condições e é muito difícil arranjam alojamento”.

C3 - “Mau, muito mau, aqui falta muita coisa, anda tudo devagar”.

C4 - “É muito mau, um gajo tem que andar a pedir tudo quase de joelhos para eles arranjam alguma coisa”.

C5 - “É muito deficiente, um gajo chega aqui para lhe arranjam uma cama é complicado, porque num dia dormes num lado, no outro vais dormir para outro lado”.

C6 - “É muito mau”.

C7 - “Acho que é razoável”

C8 - “Melhorou bastante desde que eu cá cheguei, acho que se pode dizer que é razoável o que tem feito por mim”.

C9 - “No início, quando cá cheguei, em 98, era muito complicado, não existia nenhum tipo de ajuda, nada, tínhamos que nos desenrascar como podíamos, depois como já éramos muitos, apareceu o C.A.R. que já era uma porta em que podíamos ir bater para ter alguma ajuda e começamos a ter apoio de consultas médicas, arranjar trabalho, na ajuda para arranjar casa, o que não era fácil e hoje (ano 2007) a ajuda é razoável, melhorou muito, penso eu”.

C10 - “Melhorou bastante, acho que agora é razoável”.

C11 - “Penso que é razoável, não me posso queixar”.

C12 - “Nunca precisei de recorrer a essas instituições, mas pelo que se lê e o que se ouve, é que é muito deficiente, acho que o governo tem dificuldades em lidar com os repatriados”

C13 - “É muito mau, eles só ajudam se a gente fizer o que eles querem, como eles querem, eu não me dou dessa maneira”.

C14 - “Mudou bastante desde que cheguei, eu fui dos primeiros a cá chegar. Acho que está razoavel, eles têm-se esforçado bastante”.

C15 - “É muito bom, acho que é razoável, eles também não podem fazer milagres”.

C16 - “Ainda existe muitas deficiências a vários níveis, penso eu, ao nível do alojamento, dos tratamentos às dependências das drogas e do álcool”.

C17 - “Acho que é razoável, mas o pessoal nunca está contente, e muitos deles também não cumpre com os programas que têm de cumprir”:

C18 - “Mudou bastante nestes últimos anos, acho que é bastante razoável”.

C19 - “É razoável”.

C20 - “Ainda falta muita coisa, acho que é ainda deficiente, podiam ajudar mais”.

C21 - “É muito mau, a mim não me ajudaram nada”.

C22 - “Acho que é mau, senão não viamos o pessoal a dormir nos bancos dos jardim”.

C23 - “Acho que é muito mau, muitos deles andam por aí perdidos”.

C24 - “É razoável”.

C25 - “Há pessoal que diz que é bom, para mim é uma merda, acho que é muito mau”.

C26 - Acho que tem vindo a melhorar de ano para ano, acho que é razoável”.

C27 - “É muito mau, cortam um gajo assim, só porque recaí na droga”

C28 - “É uma desgraça, um gajo para ter alguma ajuda, só pode fazer o que eles querem”.

D1 - “Melhorou bastante desde quando cheguei. Está razoável”.

D2 - “Sim, muito melhores desde que eu cheguei cá, podia ser melhor, mas é razoável acho eu”.

D3 - “Não sei de nada disso, mas pelo que ouço dizer, é muito deficiente”.

D4 - “Não sei, não falo com outros repatriados. Quanto menos gente souber que sou repatriado melhor para mim, mas não deve ser muito boa”.

E1 - “Não lhe sei dizer, eu também não me misturo nem conheço outros repatriados. Ouve-se dizer que trabalham muito mal mas é o que dizem para aí”.

F1 - “Não sei, mas ouve-se dizer que não é nada bom, que é muito mau”.

Respostas dadas à questão

Em relação ao futuro, tem planos ou projectos?

A1 - “Sim, gostava de poder começar uma vida nova, ter um emprego, casar”.

A2 - “Voltar para lá, é o que mais desejo”.

A3 - “É voltar para os EUA”.

A4 - “Voltar para a minha casa lá nos EUA”.

A5 - “Poder voltar aos EUA”.

A6 - “Sim, tenho. Cheguei a um ponto na minha vida em que tive de escolher, ou viver, ou morrer, a droga estava a dar cabo de mim, escolhi viver, e endireitar-me de uma vez por todas, espero conseguir”.

A7 - “Poder arranjar aqui um trabalho e depois poder voltar entrar nos EUA”.

A8 - “Voltar aos EUA”.

A9 - “O meu maior sonho é poder voltar aos EUA, outro pessoal, que já tá aqui há mais tempo, dizem que eu nunca mais vou voltar para a América, que não tenho hipóteses, que eles não me vão deixar entrar, que é assim, mas isso é pessoal que tá despachado, muita droga, álcool, e que já não tem ninguém lá que os queira de volta, estão queimados e também é pessoal que cometeu crimes graves, muito piores que os meus

A10 - “Voltar para os EUA e ter melhor condições aqui”.

A11 - “Aprender melhor o português e poder voltar para EUA”.

A12 - “Voltar aos EUA, aquilo lá é a minha casa”:

A13 - “O meu maior sonho é poder voltar aos EUA”:

A14 - “Desde que comecei a trabalhar, drogo-me menos, penso menos nisso, um gajo chega a casa todo partido, quero é dormir. Espero poder conseguir deixar a droga de vez, é o meu maior plano”.

A15 - “Espero poder começar uma vida nova, um homem tem que se adaptar, não é fácil, mas se tem gente que consegue, porque eu não posso também?”.

A16 - “O meu maior sonho é poder voltar aos EUA, eu espero que me deixem entrar, tenho lá meus filhos, eles precisam de mim e eu deles”.

A17 - “Os meus planos são: poder ganhar dinheiro aqui e voltar para os EUA”.

A18 - “Voltar aos EUA”:

A19 - Não vejo a hora de voltar à América, dizem que não posso voltar mais, mas não acredito nisso, daqui a três anos estou lá e vou endireitar-me”.

A20 - “Poder um dia voltar para lá, para a minha terra”.

A21 - “Era poder ter aqui uma vida digna e voltar para os EUA”.

A22 - “Meu sonho é poder um dia voltar aos EUA”.

A23 - “É aguentar estes 5 anos aqui e poder voltar aos EUA”.

A24 - “Ver se faço algum dinheiro aqui e um dia voltar aos EUA”.

A25 - “Poder voltar aos EUA”.

A26 - “Tentaram matar-me quando me mandaram para aqui, mas não conseguiram isso, não têm sido fácil mas vou conseguir sobreviver, se conseguir isso já é uma vitória, é o que desejo mais!”.

B1 - “Ter melhores condições aqui e um dia poder voltar para os EUA”.

B2 - “Gostava de poder ter um trabalho na minha área e de poder voltar aos EUA, isto aqui ainda tá muito atrasado, poucas fábricas, o trabalho que existe é na construção e é muito mal pago, se conseguir voltar, vou agarrar qualquer trabalho com unhas e dentes”.

B3 - “Eu não tenho projectos”.

B4 - “Poder voltar aos EUA”.

B5 - “Eu tenho trabalho aqui, coisa que desejava, é um trabalho manual, nunca o tinha feito mas está a correr bem, lá na América só trabalhava com máquinas. Quando cheguei, só andava com más companhias, pessoal da pesada, quando comecei a trabalhar ficou melhor para mim, conheci outros ambientes e conheci pessoal novo que me ensinaram muita coisa, já deixei

a vida que tinha antes e que me mandou para aqui, os meus planos estão a andar devagarinho”.

B6 - “Não sei, prefiro ir vivendo um dia de cada vez, já perdi a esperança de poder voltar aos EUA”.

B7 - “Aqui é muito difícil ter projectos ou planos”.

B8 - “Ainda sonho em poder regressar aos EUA”.

B9 - “Não tenho”.

B10 - “Poder um dia voltar aos EUA”.

B11 - “É poder ter um bom emprego aqui”.

B12 - “Eu já criei família aqui, agora já não penso mais na América, apenas procuro um trabalho melhor, ganhar dinheiro para poder sustentar minha família”.

B13 - “Eu quando cheguei aqui tinha que roubar para sobreviver, depois arranjaram-me um trabalho, deixei-me disso e agora sinto que estou a realizar um projecto que tinha, que era trabalhar”.

B14 - “Poder ter uma vida melhor”.

B15 - “Poder voltar aos EUA para ver meu filho”.

B16 - “Gostava de poder voltar à América porque pior do que eu já vivi, não pode ser, não pode, acredito que têm de melhorar”.

B17 - “Arranjar um emprego melhor, eu sempre trabalhei com máquinas pesadas, aqui não há! Não posso fazer nada, um gajo aqui tem que se sujeitar ao que há”.

B18 - “Mudar para um emprego melhor”.

B19 - “Poder ter melhores condições para viver aqui”.

B20 - “Um dos meus planos era trabalhar, já consegui, um homem quando trabalha é melhor visto e aceite aqui, acabam por se esquecer que és repatriado, falo por experiência própria”.

B21 - “Não tenho projectos nem planos”.

B22 - “Ter um melhor emprego e casar novamente”.

B23 - “Poder ter uma casa minha”.

B24 - “Poder voltar para junto dos meus filhos”.

B25 - “Poder ter melhores condições de vida, ganhar mais”.

B26 - “Os meus projectos é poder acordar no dia seguinte”.

B27 - “Não tenho”.

B28 - “Poder ter um emprego melhor”.

B29 - “Poder estar com meu filho”.

B30 - “Não penso nisso”.

B31 - “Poder ter uma vida melhor da que tenho agora”.

B32 - “É complicado ter projectos ou planos quando se está numa situação de exclusão”.

C1 - “Gostava de poder voltar aos EUA”.

C2 - “eu agora tenho a minha vida aqui, encontrei mulher aqui, vivo com ela e damo-nos bem. Já não toco em droga faz tempo, tou limpo e espero poder arranjar um trabalho melhor, não penso voltar”.

C3 - “É arranjar trabalho”.

C4 - “Não sei ainda o que vou fazer aqui”.

C5 - “É poder ter um trabalho, fazer alguma coisa”.

C6 - “Arranjar trabalho, isto aqui é o terceiro mundo! É complicado, não tem nada a ver com a América em termos de trabalho

C7 - “Poder voltar ao Canadá”.

C8 - “Poder ter um emprego melhor e um dia voltar para os EUA”.

C9 - “Poder arranjar um trabalho melhor”.

C10 - “Não tenho planos, quero é sair daqui”.

- C11 - “Ver os meus filhos, morro de saudades deles”.
- C12 - “Gostava de ir para outro lugar, isto aqui é limitado em termos de trabalho”.
- C13 - “Ter uma casa”.
- C14 - “Eu consegui deixar a bebida, daqui para a frente vai ser melhor, espero poder voltar aos EUA”.
- C15- “Poder voltar para junto dos meus, é o que mais desejo”.
- C16 - “Poder encontrar um trabalho e uma casa”.
- C17 - “Ter melhores condições financeiras”.
- C18 - “Gostava de poder voltar um dia aos EUA”.
- C19 - “Poder voltar a ver os meus filhos é tudo o que desejo”.
- C20 - “Não tenho planos, vai-se vivendo como se pode”.
- C21 - “Já batemos no fundo, não pode haver pior castigo, agora daqui para a frente, só pode ser melhor. Espero poder trabalhar, ir à América outra vez”.
- C22 - “Ter uma casa”.
- C23 - “Aqui sou visto como um criminoso, o meu único crime foi estar ilegal lá no Canadá sem papeis, tenho que começar de novo a minha vida, devagarinho vou conseguir, espero poder arranjar um trabalho”.
- C24 - “Poder voltar aos EUA”.
- C25 - “Arranjar um emprego melhor”.
- C26 - “Não tenho projectos, perdi a vontade de tudo”.
- C27 - “Eu gostava de voltar, aqui não tenho nada! Lá tenho tudo, é o meu país, tenho me portado bem aqui, deixei-me da vida que levava, entretanto queria ter um trabalho melhor”.
- C28 - “Ter uma casa minha e poder ir visitar os meus filhos”.
-

D1 - “Desde que tenha trabalho é o que me importa. Também gostava de voltar para os EUA., de ter outra oportunidade, mas eu lá já não tenho nada, minha mulher deixou-me, minha família também não me fala, para eles, sou um merdas, acho que ficarei por aqui mesmo se não puder voltar para lá.

D2 - “Se as coisa não melhorarem, gostava de voltar os EUA, se melhorarem não me importo de ficar aqui. Gostava de ter uma casa, um emprego melhor.

D3 - “Não senhor, Só gostava de poder voltar para os EUA.

D4 - “Assim de repente, não sei, gostava de voltar para a América. “

E1 - “Eu, graças a Deus, tive muita sorte, os familiares que tenho aqui foram muito bons para mim, sem eles teria sido muito mais complicado e eu gosto de estar aqui mas gostava de poder voltar aos Estados Unidos mas já me disseram que é difícil, não sei. Também gostava de ter a minha mulher aqui comigo, era mais fácil suportar, mas primeiro queria ter melhores condições, ter uma casinha para a gente. Talvez para o ano ela venha de vez.

F1 - “Gostava de voltar à América mas não para trabalhar, já não tenho idade, aquilo é bom é para gente nova, com força para trabalhar, tem que se trabalhar muito lá na América, para se ter algum dinheiro.

Respostas dadas à questão

Onde pensa concretizar esses planos ou projectos?

- Optamos por limitar as respostas a: **nos Açores, outro local, indiferente e não sabe ou não respondeu**, de forma a podermos ter uma ideia geral.

LOCAL	RESPOSTAS
Açores	32
Outro local	42
Indiferente	15
NS/NR	3

Respostas dadas à questão

Quais são as prioridades para poder concretizar esses mesmos planos ou projectos?

- Optamos por agregar as respostas dadas, de forma a simplificarmos a análise, devido ao grande volume de dados.

	Respostas
Trazer ou constituir família	38
Ter emprego	22
Ter casa	12
Ter dinheiro/meios financeiros	7
Receber formação	6
NS/NR	6
Apoio institucional	1

Respostas dadas à questão

Como vê a população micaelense e como acha que eles vêem os repatriados?

A1 - “Eles estão na sua e acho que eles não gostam de nós, têm medo da gente acho, eu”.

A2 - “Este pessoal daqui está-se cagando para a gente, tratam-nos mal. Acho que eles não querem saber da gente”.

A3 - “Sei lá, sinto que eles não gostam de nós”.

A4 - “O pessoal tá na sua, têm as suas coisas e têm medo que a gente as roube (risos)”.

A5 - “Eles não têm a culpa de a gente ter vindo para cá, mas o que posso fazer, fui obrigado a vir”.

A6 - “Esta gente daqui é muito desconfiada e tudo o que acontece de mal é culpa dos repatriados”.

A7 - “Acho que a população daqui é muito fechada, só querem saber de si: Eles não gostam da gente, por causa dos comportamentos que temos”.

A8 - “Não nos entendem, nem eu a eles”.

A9 - “Eles não gostam da gente, mas eu também não gosto deles”.

A10 - “Temos uma relação fodida, eles querem que a gente se vá embora, eu até ia já hoje (risos), mas para onde?”.

A11 - “Eles não nos gramam, também não me importa, tou na minha e eles estão na sua”.

A12 - “Eles têm medo da gente, tentam isolar-nos e dizer que somos todos agarrados, quando eles deveriam se preocupar mais com os seus”.

A13 - “Quem é repatriado aqui, e se sabem que tu és um, está fodido, fica muito difícil, não te dão trabalho, nada”.

A14 - “Eu não quero saber deles, acho que eles também não querem saber de mim para nada”.

A15 - “Eles querem é distância da gente, acho que têm medo da gente”.

A16 - “Eles olham pra a gente como se tivéssemos lepra, não sei porquê”.

A17 - “Não sei nem me interessa”.

A18 - “Eles não gostam da gente, têm medo, porque alguns de nós são malucos”.

A19 - “Os repatriados pra eles, representam o mal e os culpados de tudo o que acontece aqui”.

A20 - “Essas cenas não me importam”.

A21 - “A população daqui é atrasada, e sei que não me gramam”.

A22 - “Este pessoal daqui não bate bem, deve ser do mar, pensam que somos de outro planeta, não sei”.

A23 - “Eles dizem que nós somos os responsáveis por tudo o que acontece de mal nesta ilha, que nos dêem condições e aí não precisamos de roubar ou fazer outras cenas”.

A24 - “Já foi pior, agora eles já se habituaram, mas ignoram-nos”.

A25 - “Quero lá saber”.

A26 - “Eles vêem-nos como drogados, ladrões, ficam logo desconfiados se tu dizes que és repatriado”.

B1 - “É cada um por si, eles não se querem misturar com a gente, agente para eles está abaixo de merda de cão”.

B2 - “Que se lixem todos”.

B3 - “Não sei, nem me interessa”.

B4 - “Se a gente tivesse trazido dinheiro nos bolsos para gastar aqui, éramos todos muito bons, como não temos nada, somos os desgraçados, os bandidos!”.

B5 - “Eles não querem saber de nós”.

B6 - “Para eles, o importante é que a gente não faça cenas, mas eles esquecem-se que muita da merda que existe aqui, é feita pelos de cá”.

B7 - “Se eles sabem que és repatriado, fica muito difícil, eu nunca disse que era repatriado, sinto-me melhor assim”.

B8 - “Eu não quero saber o que os outros pensam de mim, eu ando aqui não é para agradar aos outros!”.

B9 - “Desde que não mexam comigo, tá tudo bem”.

B10 - “A gente para eles somos a merda, os drogados, eu sei”.

B11 - “O pessoal daqui não se mistura com a gente”.

B12 - “Aqui ninguém gosta dos repatriados, desprezam-nos”.

B13 - “Eles detestam-nos, somos sempre controlados, nem podemos ir passear para o Centro Comercial, que os seguranças começam logo a seguir-nos”.

B14 - “No início foi bem pior, agora eles já se habituaram a nós, mas não há misturas”.

B15 - “As pessoas daqui detestam os repatriados, dizem que foram eles os responsáveis pelo aumento do crime e da droga”.

B16 - “Isso não me interessa, não quero saber”.

B17 - “Os repatriados foram a pior coisa que aconteceu nos últimos anos para o pessoal de cá”.

B18 - “Eles querem é distância da gente”.

B19 - “Acho que ser repatriado aqui é bastante humilhante, eu não me declarei quando cheguei, por isso as pessoas não sabem, mas o que se ouve falar é vergonhoso”.

B20 - “O pessoal daqui não quer saber da gente”.

B21 - “A gente para eles somos lixo, não valemos nada”.

B22 - “A população daqui não vai com os repatriados, eles pensam que somos todos bandidos e drogados”.

B23 - “A população sente receio, isolam-nos porque somos vistos como os maus da fita”.

B24 - “Eles não gostam dos repatriados, é gente que não presta!”.

B25 - “São muito mal vistos. Por uns terem feito asneiras não quer dizer que sejam todos assim, que tenham o mesmo comportamento”.

B26 - “Não sei nem me importa”.

B27 - “Os repatriados não são bem vistos aqui”.

B28 - “O pessoal daqui é merda, gostam-se de armar e acusam-nos de sermos os responsáveis por tudo o que acontece”.

B29 - “A relação é complicada, o ser repatriado, só a palavra já assusta, penso eu, aqui é sinónimo de bandido, drogado, de não prestar para nada.

B30 - “Eles não gostam de repatriados e não querem saber. É muito difícil aqui alugares um quarto se fores repatriado”.

B31 - “Eles não gostam dos repatriados, têm medo”.

B32 - “Não sei”.

C1 - “Os repatriados são mal vistos aqui em São Miguel”.

C2 - “A população não quer saber de nós”.

C3 - “A palavra repatriado aqui é muito mal vista, basta seres visto com um deles que ficas logo marcado”.

C4 - “Acho que o governo devia fazer mais por nós, junto da população, mas ninguém quer saber!”.

C5 - “Repatriado aqui é igual a nada, eles não nos respeitam, como querem que os respeitemos a eles?”

C6 - “Os repatriados aqui são os marginais, os excluídos. É bom ter alguém para pôr as culpas de tudo o que acontece de mal”.

C7 - “Acho que por causa de um pequeno grupo de repatriados, aqueles que não querem nada, todos pagam, acho que é como as pessoas daqui pensam”.

C8 - “Os repatriados não valem nada, são a porcaria que os EUA nmandou embora, é o que esta gente diz”.

C9 - “Eles não gostam de repatriados”.

C10 - “O pessoal daqui pensa que todo o repatriado é igual, que só anda metido em cenas de droga e de assaltos”.

C11 - “Eu não sei, acho que por causa de uns dois ou três, pagaram todos, eles deviam entender que a nossa situação é muito difícil”.

C12 - “Eu sei que as pessoas daqui não gostam dos repatriados, às vezes ouço comentários a esse respeito por pessoas daqui. Eu não me declarei como deportado, por isso não sinto isso no dia-a-dia”.

C13 - “Sei lá, que eles não gostam dos repatriados, isso é verdade”.

C14 - “As pessoas daqui não se misturam com repatriados, não sei se já reparou, mas os que encontra na rua, estão sempre com outros repatriados ou sózinhos”.

C15 - “Ninguém gosta de repatriados aqui, é muito triste”.

C16 - “A população daqui é muito distante dos repatriados, sinto isso, não se querem misturar, acho que foi por causa de cenas que aconteceram antes de eu cá chegar”.

C17 - “Esta gente daqui não vale nada. Os repatriados são muito mal vistos e tratados aqui nesta terra”.

C18 - “Não sei dizer, desde que não me chateiem, tá tudo bem”.

C19 - “A população não gosta de repatriados, porque têm uns que só fazem asneiras e armam confusão”.

C20 - “Eles olham-nos como se fôssemos bichos, ou pior”.

C21 - “Sei que eles não gostam de repatriados”.

C22 - “A palavra repatriado aqui é mal vista, o pessoal que têm chegado agora, já não dá tanto nas vistas, escondem-se mais, por terem vergonha de serem repatriados, acho eu”.

C23 - “Eu não me declarei como deportado quando cheguei aqui, precisamente porque já me tinham dito que os repatriados não eram bem aceites aqui”.

C24 - “A população daqui não vai com repatriados, têm medo deles”.

C25 - “Se eles não me incomodarem, tanto me faz”.

C26 - “Os repatriados aqui são logo vistos como gente que não presta”.

C27 - “ Os repatriados são problemáticos e a população daqui não gosta disso”.

C28 - “Acho que é complicado tanto para o repatriado como para a população daqui. Cada qual é diferente, vidas diferentes”.

D1 - “A maior parte tem muitos problemas e aqui são mal vistos, torna-se ainda mais difícil. O governo devia olhar mais por nós”.

D2 - “O repatriado aqui é muito mal visto, mas nem todos são drogados ou andam a roubar”.

D3 - “Não lhe posso responder porque não sei”.

D4 - “Acho que só falam mal dos repatriados, está certo que muitos não prestam para nada, o pessoal que anda nas drogas, mas cada um tem os seus problemas, eu sei de mim, não quero saber dos outros”.

E1 - “Acho que tem de tudo, gente boa , gente má. Mas só se ouve falar quando eles fazem mal, muita droga e miséria, penso eu, por isso a população não gosta de repatriados”.

F1 - “Essa canalha nova que foram mandados para aqui, andam todos na droga, depois só fazem disparates, isso é o que dizem para aí, depois não se admirem de o pessoal daqui não gostar deles”.

Nota biográfica

de João Paulo Soares Rodrigues

Graus Académicos

Licenciado em Psicologia Criminal pela Université Lumière Lyon 2 (ano de 1993). Licenciado em Ciências Sociais, área de Psicologia Social pela Universidade Aberta (ano de 2006).

Experiência Profissional

Exerce a actividade profissional como Inspector-Chefe na Interpol, na Specialized Crime & Analysis Department desde de 1994.